



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



MARIA DE FÁTIMA CLEÔMENIS BOTELHO

**A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA E DESCRITIVA NA PERSPECTIVA
DA MEDIAÇÃO IMPLÍCITA DA INFORMAÇÃO:
abordagens nos estudos de pesquisadores brasileiros entre 2012 e 2017**

Salvador
2019

MARIA DE FÁTIMA CLEÔMENIS BOTELHO

**A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA E DESCRITIVA NA PERSPECTIVA DA
MEDIAÇÃO IMPLÍCITA DA INFORMAÇÃO:
abordagens nos estudos de pesquisadores brasileiros entre 2012 e 2017**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal da
Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau
de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Produção, circulação e mediação
da informação.

Orientadora: Profa. Dra. Henriette Ferreira Gomes

Salvador
2019

Ficha Catalográfica

B748r Botelho, Maria de Fátima Cleômenis
A representação temática e descritiva na perspectiva da mediação implícita da
informação: abordagens nos estudos de pesquisadores brasileiros entre 2012 e 2017 /
Maria de Fátima Clêomenis Botelho. – Salvador, 2019.
272 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Henriette Ferreira Gomes.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Ciência da Informação.

1. Informação - Mediação. 2. Organização da informação. 3. Representação do
conhecimento (Teoria da informação). 4. Classificação. 5. Catalogação. I. Gomes,
Henriette Ferreira. II. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da
Informação. III. Título.

CDD - 025.47

CDU - 025.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA DE FÁTIMA CLEÔMENIS BOTELHO

A Representação Temática e Descritiva na Perspectiva da Mediação Implícita da Informação: abordagens nos estudos de pesquisadores brasileiros entre 2012 e 2017

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia - PPGCI/UFBA como requisito para obtenção de grau de Doutora em Ciência da Informação.

Aprovado em: 10/12/2019

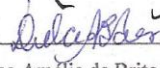
Banca Examinadora



Prof.ª Dra. Henriette Ferreira Gomes - Orientadora - UFBA



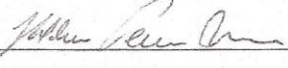
Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior - Membro Externo Titular - UEL



Prof.ª Dra. Dulce Amélia de Brito Neves - Membro Externo Titular - UFPB



Prof.ª Dra. Ana Cláudia Medeiros de Sousa - Membro Externo Titular - UFBA



Prof. Dra. Hildenise Ferreira Novo - Membro Interno Titular - UFBA

*Aos colegas que se dedicam a representar e organizar a informação,
praticando de forma consciente ou inconsciente a mediação implícita da informação.*

AGRADECIMENTOS

Chegando ao fim dessa jornada percebo que o meu êxito não seria possível sem três coisas fundamentais: a força de Deus, o apoio de minha família e a orientação que tive na pesquisa.

Por isso, em primeiro lugar agradeço a Deus, meu eterno cuidador, que me deu forças e equilíbrio em todo o percurso, sem os quais seria impossível concluir este trabalho.

Agradeço também a minha família, que me apoia sempre e com um amor incondicional. Encontrei nela a segurança e tranquilidade necessárias para que eu pudesse chegar ao fim deste trabalho.

O terceiro agradecimento especial não poderia deixar de ser para a minha orientadora, professora Dra. Henriette Ferreira Gomes. Há alguns anos construímos uma relação de confiança e parceria, graças à convivência profissional que tivemos durante quase cinco anos no Sistema de Bibliotecas da UFBA. Durante esse período aprendi muito com ela, que sempre soube compartilhar de forma generosa o seu conhecimento. Além da gratidão, quero deixar registrada também, a minha admiração por esse mulher forte e resiliente, que não se dobra diante das dificuldades da vida. Meu muito obrigada pela orientação e por tudo mais!

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA, atualmente sob a coordenação da professora Dra. Maria Isabel de Jesus Barreira e aos demais professores que participaram de minha formação desde o mestrado até o doutorado. Agradeço especialmente à professora Dra. Raquel do Rosário Santos por ter compartilhado seus alunos comigo durante o Tirocínio Docente Orientado, pelo respeito e carinho que me dedicou.

Quero agradecer, também, ao apoio do Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA, onde estou lotada como bibliotecária/documentalista, coordenado pela professora Dra. Lídia Brandão Toutain. Meu muito obrigada aos colegas que manifestaram seu incentivo e amizade no decorrer desse trajeto, em especial à Nelijane Campos Menezes, que além de ter sido uma excelente parceira durante minha gestão na Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, me substituiu com extrema competência quando precisei me afastar para me dedicar exclusivamente à pesquisa.

Durante a pesquisa tive também a ajuda de alguns pesquisadores da Ciência da Informação, que me enviaram livros e capítulos publicados em coletâneas que não encontrei em livrarias, sebos e bibliotecas por estarem com edições esgotadas. Agradeço muito aos professores/doutores Cláudio Marcondes de Castro Filho (USP), Dulce Amélia de Brito Neves

(UFPB), Evelyn Goyannes Dill Orrico (UNIRIO), José Eduardo Santarém Segundo (USP), Fábio Assis Pinho (UFPE), Miriam Paula Manini (UnB) e Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB). Todos foram muito gentis em me atender, demonstrando apreço e compromisso com a pesquisa.

Que Deus abençoe a todos!

BOTELHO, Maria de Fátima Cleômenis. **A representação temática e descritiva na perspectiva da mediação da informação**: abordagens nos estudos de pesquisadores brasileiros entre 2012 e 2017. Salvador, 2019. 272 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2019.

RESUMO

Dentro da perspectiva da mediação da informação, esta pesquisa de doutoramento situa-se no campo empírico da representação temática e descritiva da informação, sub-área que vem se desenvolvendo e ganhando novos contornos no cenário deste campo científico. Estabelece como objeto de pesquisa a mediação implícita da informação, categoria de atividade de mediação da informação, esta última outra sub-área que também tem experimentado avanços significativos, com especial contribuição do pesquisador brasileiro Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, com a formulação do conceito de mediação da informação, situando e definindo as atividades de mediação implícita (indireta), adotado nesta investigação. A pesquisa tem como **objetivo geral** identificar nas abordagens e enfoques contemporâneos da sub-área da representação temática e descritiva da informação, delineamentos que assinalem suas características de atividade de mediação implícita, tendo como **objetivos específicos** identificar os tipos de estudos, pesquisas e autores; verificar possíveis categorias e atributos de mediação implícita que têm sido trabalhados nas pesquisas brasileiras contemporâneas, além de identificar as perspectivas de maior explicitação teórica da natureza mediadora das atividades dessa sub-área e seus autores. Para tratar do tema apresenta uma revisão de literatura que focaliza a representação da informação e a mediação da informação. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se por ser descritiva e bibliográfica, utilizando técnicas de análise de conteúdo, análise de discurso e análise documentária, com abordagem qualiquantitativa, tendo como universo a produção brasileira de artigos de periódicos, trabalhos apresentados nos ENANCIB, congressos nacionais da ISKO e ENACAT, teses e dissertações, além de capítulos de livros publicados pelos pesquisadores brasileiros da representação da informação no período de 2012 a 2017. Para a coleta de dados foi elaborada uma ficha de análise conceitual como formulário para registro das informações extraídas da literatura analisada. Os resultados obtidos através da análise de conteúdo demonstraram que o termo e o conceito de mediação são utilizados ainda de forma incipiente. Todavia, com auxílio da análise de discurso e da análise documentária, foi possível observar que a relação dialógica entre as duas sub-áreas vem, ainda que com muita cautela, sendo construída, em especial por se ter identificado que parte dos estudos e pesquisas analisadas começam a abordar atributos de mediação implícita. Outro resultado indica uma tendência da parte dos pesquisadores da representação temática e descritiva que vem organizando coletâneas para as quais incorporam produção de pares da sub-área da mediação da informação, buscando aproximar as discussões das duas sub-áreas. Assim, na pesquisa foi possível constatar que há pontos de intersecção entre as duas sub-áreas, que mesmo com abordagem ainda não resultante da colaboração mais sistematizada entre os pesquisadores das duas sub-áreas, vem começando a ocorrer o que pode ser considerado como avanços no diálogo entre elas. Desse modo acredita-se que esta tese vem contribuir para apontar que há um contexto promissor ao fortalecimento do diálogo construtivo entre os pesquisadores que atuam nessas temáticas, o que pode significar também uma contribuição ao avanço na compreensão dos processos basilares e sustentadores das ações mediadoras no âmbito da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Representação temática da informação. Representação descritiva da informação. Mediação implícita. Mediação da informação.

BOTELHO, Maria de Fátima Cleômenis. **Thematic and descriptive representation from the perspective of implicit information mediation**: approaches in studies of Brazilian researchers from 2012 to 2017. Salvador, 2019. 272 f. Thesis (Doctorate in Information Science) – Federal University of Bahia, Institute of Information Science, Salvador, 2019.

ABSTRACT

Within the perspective of information mediation, this doctoral research is located in the empirical field of thematic and descriptive representation of information, a sub-area that has been developing and gaining new contours in the scenario of this scientific field. It establishes as research object the implicit mediation of information, category of information mediation activity, sub-area that has also experienced significant advances, with special contribution of the Brazilian researcher Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, with the formulation of the concept of information mediation, situating and defining the implicit (indirect) mediation activities adopted in this investigation. The research aims to identify outlines that show characteristics of implicit mediation activity within contemporary approaches and highlights in the sub-area of thematic and descriptive representation of information, having as a specific objective to identify the types of studies, research and authors; to verify possible categories and attributes of implicit mediation that have been worked on in contemporary Brazilian research, besides identifying the perspectives of greater theoretical exposition of the mediating nature of the activities of this sub-area and their authors. To address the subject, it presents a literature review that focuses on information representation and information mediation. From the methodological point of view, the research is characterized by being descriptive and bibliographic, using techniques of content analysis, discourse analysis and documentary analysis, with qualitative and quantitative approach, having as its universe the Brazilian production of journal articles, papers presented in ENANCIB, ISKO and ENACAT national congresses, theses and dissertations, as well as book chapters on information representation published by Brazilian researchers from 2012 to 2017. For data collection, a conceptual analysis form was prepared for recording information extracted from the analyzed literature. The results obtained through content analysis showed that the term and the concept of mediation are still used incipiently. However, with the aid of discourse analysis and documentary analysis, it was possible to observe that the dialogical relationship between the two sub-areas, yet with great caution, is being constructed, especially since it has been identified that part of the studies and research analyzed begin to address implicit mediation attributes. Another result indicates a tendency on the part of researchers of the thematic and descriptive representation that have been organizing collections of texts in which they incorporate peer production from the information mediation subarea, seeking to bring discussions closer to the two subareas. Thus, in the research it was found that there are overlapping points in the two sub-areas, which, even with this approach not yet resulting in more systematic collaboration between researchers of the two sub-areas, are leading to what can be considered as advances in the dialogue between them. Therefore, it is believed that this thesis contributes to point out that there is a promising context for the strengthening of the constructive dialogue between researchers working on these themes, which may also mean a contribution to the advancement in the understanding of the basic and sustaining processes of mediating actions in the field Information Science.

Keywords: Thematic representation of information. Descriptive representation of information. Implicit Mediation. Information mediation.

BOTELHO, Maria de Fátima Cleomenis. **Représentation thématique et descriptive du point de vue de la médiation de l'information**: approches dans les études de chercheurs brésiliens entre 2012 et 2017. Salvador, 2019. 272 f. Thèse (Doctorat en sciences de l'information) - Université Fédérale de Bahia, Institut des Sciences de l'Information, Salvador, 2019.

RÉSUMÉ

Dans la perspective de la médiation de l'information, cette recherche doctorale se situe dans le domaine empirique de la représentation thématique et descriptive de l'information, un sous-domaine qui a développé et gagné de nouveaux contours dans le scénario de ce domaine scientifique. Il établit comme objet de recherche la médiation implicite de l'information, catégorie d'activité de médiation de l'information, ce dernier sous-domaine qui a également connu des avancées significatives, avec la contribution spéciale du chercheur brésilien Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, avec la formulation du concept de médiation de l'information, situant et définissant les activités de médiation implicites (indirectes) adoptées dans cette enquête. La recherche vise à identifier dans les approches contemporaines et les approches du sous-domaine de la représentation thématique et descriptive de l'information, les conceptions qui signalent ses caractéristiques de l'activité de médiation implicite, ayant comme objectifs spécifiques d'identifier les types d'études, de recherches et d'auteurs; vérifier les catégories et les attributs possibles de la médiation implicite qui ont été travaillés dans la recherche brésilienne contemporaine, en plus d'identifier les perspectives d'une plus grande explication théorique de la nature médiatrice des activités de ce sous-domaine et de leurs auteurs. Pour résoudre le problème, il présente une revue de la littérature qui se concentre sur la représentation et la médiation de l'information. Du point de vue méthodologique, la recherche se caractérise par être descriptive et bibliographique, en utilisant des techniques d'analyse de contenu, d'analyse de discours et d'analyse documentaire, avec une approche qualitative et quantitative, ayant pour univers la production brésilienne d'articles de revues, articles présentés dans ENANCIB, Congrès nationaux, thèses et dissertations de l'ISKO et de l'ENACAT, ainsi que des chapitres de livres publiés par des chercheurs brésiliens sur la représentation de l'information de 2012 à 2017. Pour la collecte des données, un formulaire d'analyse conceptuelle a été préparé pour enregistrer les informations extraites de la littérature analysée. Les résultats obtenus grâce à l'analyse de contenu ont montré que le terme et le concept de médiation sont encore utilisés de façon débutante. Cependant, à l'aide de l'analyse du discours et de l'analyse documentaire, il a été possible d'observer que la relation dialogique entre les deux sous-domaines vient, quoique avec beaucoup de prudence, se construire, d'autant plus qu'il a été identifié qu'une partie des études et recherches analysées commencer à traiter les attributs de médiation implicites. Un autre résultat indique une tendance de la part des chercheurs à la représentation thématique et descriptive qui organise des collections pour lesquelles ils intègrent la production par les pairs de la sous-zone de médiation de l'information, cherchant à rapprocher les discussions des deux sous-zones. Ainsi, dans la recherche, il a été constaté qu'il existe des points d'intersection entre les deux sous-domaines, qui même avec une approche qui ne résulte pas encore de la collaboration plus systématique entre les chercheurs des deux sous-domaines, commence à se produire ce qui peut être considéré comme des avancées. dans le dialogue entre eux. Ainsi, on pense que cette thèse contribue à souligner qu'il existe un contexte prometteur pour le renforcement d'un dialogue constructif entre les chercheurs travaillant sur ces thèmes, ce qui peut également signifier une contribution à l'avancement dans la compréhension des processus de base et de soutien des actions de médiation sur le terrain Science de l'information.

Mots-clés: Représentation thématique de l'information. Représentation descriptive de l'information. Médiation implicite. Médiation de l'information.

LISTA DE FIGURAS

	p.
Figura 1 – Árvore de Porfírio – Esquema dicotômico de classificação	31
Figura 2 – Modelo para construção de conceitos de I. Dahlberg	61
Figura 3 – Os três elementos do conceito em I. Dahlberg	61
Figura 4 – Atividades de indexação na História	69
Figura 5 – Panorama da catalogação no Brasil – 1930 a 2007	83
Figura 6 – FRBR – Grupo 1	89
Figura 7 – FRBR – Grupo 2	90
Figura 8 – FRBR – Grupo 3	90
Figura 9 – Modelo conceitual FRAD - Fundamentos	92
Figura 10 – Os 11 casos conceituais de Pottier adequados por Cunha (1987)	126
Figura 11 – Identificação dos argumentos na análise conceitual	128
Figura 12 – Atributos de mediação implícita relacionados à seleção	185
Figura 13 – Atributos de mediação implícita relacionados ao armazenamento	186
Figura 14 – Atributos de mediação implícita relacionados ao processamento	187
Figura 15 – Atributos de mediação implícita relacionados à comunicação	189
Figura 16 – Argumentos identificados nos artigos de periódicos	191
Figura 17 – Exemplos de argumentos implícitos e explícitos identificados nos artigos de periódicos	192
Figura 18 – Argumentos identificados nas teses	193
Figura 19 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados nas teses	194
Figura 20 – Argumentos identificados nas dissertações	194
Figura 21 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados nas dissertações	195
Figura 22 – Argumentos identificados nos trabalhos do ENANCIB	196
Figura 23 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados em trabalhos do ENANCIB	196
Figura 24 – Argumentos identificados nos trabalhos da ISKO Brasil	197
Figura 25 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados em trabalhos da ISKO Brasil	198
Figura 26 – Argumentos identificados nos trabalhos publicados nos anais do ENACAT	198
Figura 27 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados em trabalhos do ENACAT	199
Figura 28 – Capítulos de livros com argumentos implícitos e explícitos	200
Figura 29 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados nos capítulos de livros	200

LISTA DE GRÁFICOS

		p.
Gráfico 1	– Métodos de investigação encontrados nos artigos de periódicos analisados	143
Gráfico 2	– Métodos de investigação encontrados nas teses analisadas	144
Gráfico 3	– Métodos de investigação encontrados nas dissertações analisadas	144
Gráfico 4	– Métodos de investigação encontrados nos trabalhos do GT-2 do ENANCIB (2012-2017)	145
Gráfico 5	– Métodos de investigação encontrados nos anais da ISKO Brasil (2012-2017)	146
Gráfico 6	– Métodos de investigação encontrados nos anais do ENACAT (2012-2017)	146
Gráfico 7	– Métodos de investigação encontrados nos capítulos de livros analisados (2012-2017)	147
Gráfico 8	– Atributos de mediação implícita identificados	148
Gráfico 9	– Presença do termo mediação implícita nos textos	149
Gráfico 10	– Presença do conceito de mediação implícita nos textos	149
Gráfico 11	– Atributos de mediação implícita encontrados através da ocorrência de termos relacionados	152
Gráfico 12	– Argumentos explícitos e implícitos encontrados por tipo de produção	153

LISTA DA QUADROS

	p.
Quadro 1 – Sumários da CDD (recorte da classe 500)	37
Quadro 2 – Panorama da CDU - Tabelas principais e auxiliares	42
Quadro 3 – Classificação Decimal Universal (CDU) – resumo esquemático	43
Quadro 4 – Classes principais da LCC	46
Quadro 5 – As Cinco Leis da Biblioteconomia de Ranganathan	49
Quadro 6 – Categorias fundamentais da <i>Colon Classification</i>	52
Quadro 7 – Ordem das classes principais da <i>Colon Classification</i> – (7.ed., 1973)	54
Quadro 8 – 100 Anos de estudos teóricos da indexação - Síntese evolutiva	57
Quadro 9 – Organização de tesouros - Trabalhos baseados na Teoria do Conceito	62
Quadro 10 – Taxonomias – tipos, características e princípios básicos adotados	65
Quadro 11 – Panorama internacional da Catalogação	80
Quadro 12 – Perspectivas conceituais para a informação – décadas de 1960 a 2000	106
Quadro 13 – Dimensões da mediação da informação	109
Quadro 14 – Adequação dos casos conceituais de Pottier	126
Quadro 15 – Modelo de ficha para análise conceitual construído por Andrade (2017, 2019)	127
Quadro 16 – Ficha de Análise Conceitual	130
Quadro 17 – Categorização para o campo identificação dos argumentos	135
Quadro 18 – Artigos sobre representação temática e descritiva publicados em revistas da Ciência da Informação no período de 2012 a 2017	138
Quadro 19 – Teses selecionadas para a pesquisa – 2012-2017	139
Quadro 20 – Dissertações sobre representação temática e descritiva produzidas entre 2012 e 2017	139
Quadro 21 – Trabalhos sobre representação temática e descritiva publicados nos principais eventos da Ciência da Informação sobre o tema entre 2012 e 2017	140
Quadro 22 – Capítulos de livros sobre representação temática e descritiva publicados no Brasil por autores da Ciência da Informação brasileira no período de 2012 a 2017	141
Quadro 23 – Relação dos doutores, membros do GT-2 da ANCIB e respectivas instituições	142
Quadro 24 – Termos relacionados aos atributos de mediação implícita identificados nas pesquisas selecionadas	151
Quadro 25 – Doutores, orientadores de pesquisas, membros do GT-2 da ANCIB que apresentam argumentos explícitos e implícitos nas pesquisas analisadas no período de 2012 a 2017	154
Quadro 26 – Doutores, orientadores de pesquisas, não membros do GT-2 da ANCIB, que apresentam argumentos explícitos e implícitos nas pesquisas analisadas no período de 2012 a 2017	155
Quadro 27 – Doutores emergentes identificados e seus orientadores	155
Quadro 28 – Doutores coorientadores e coautores de outras áreas/sub-áreas e de universidades estrangeiras	156
Quadro 29 – Autores da mediação da informação identificados em coletânea da representação da informação	157
Quadro 30 – Artigos de periódicos com a presença de argumentos implícitos (semântica universal)	159
Quadro 31 – Artigos de periódicos com a presença de argumentos implícitos (dedutivos)	160

Quadro 32	– Artigos de periódicos com a presença de argumentos explícitos (bibliográficos)	161
Quadro 33	– Exemplos de argumentos explícitos e implícitos nos artigos de periódicos analisados	161
Quadro 34	– Teses com presença de argumentos explícitos (bibliográficos e profissionais)	163
Quadro 35	– Teses com presença de argumentos implícitos (semântica universal)	164
Quadro 36	– Exemplos de argumentos explícitos e implícitos em teses analisadas	165
Quadro 37	– Dissertações com a presença de argumentos explícitos (bibliográficos)	166
Quadro 38	– Dissertações com presença de argumentos implícitos (semântica universal)	167
Quadro 39	– Exemplos de argumentos explícitos e implícitos em dissertações analisadas	168
Quadro 40	– Trabalhos apresentados no ENANCIB que apresentam argumentos explícitos (bibliográficos)	170
Quadro 41	– Trabalhos apresentados nos ENANCIB que apresentam argumentos explícitos (profissionais)	171
Quadro 42	– Trabalhos apresentados no ENANCIB com presença de argumentos implícitos (semântica universal e dedutivo)	172
Quadro 43	– Exemplos de argumentos explícitos e implícitos em trabalhos analisados do ENANCIB	173
Quadro 44	– Trabalhos apresentados nos congressos da ISKO que apresentam argumentos explícitos (bibliográficos e profissional)	174
Quadro 45	– Trabalhos apresentados nos congressos da ISKO que apresentam argumentos implícitos (semântica universal)	175
Quadro 46	– Exemplos de argumentos explícitos e implícitos em trabalhos da ISKO Brasil	176
Quadro 47	– Trabalhos apresentados no ENACAT I e II com presença de argumentos explícitos e implícitos	177
Quadro 48	– Exemplos de argumentos explícitos e implícitos em trabalhos do ENACAT	178
Quadro 49	– Capítulos de livros com argumentos explícitos (bibliográficos)	180
Quadro 50	– Capítulos de livros com argumentos explícitos (profissionais)	180
Quadro 51	– Capítulos de livros com argumentos implícitos (semântica universal)	181
Quadro 52	– Exemplos de argumentos explícitos e implícitos em capítulos de livros analisados	182
Quadro 53	– Doutores membros do GT-2 da ANCIB que apresentam argumentos explícitos e implícitos abordando a representação temática e descritiva como mediação da informação	202
Quadro 54	– Doutores não membros do GT-2 da ANCIB identificados com argumentos explícitos e implícitos	205

LISTA DE SIGLAS

AACR	Anglo-American Cataloging Rules
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	American Library Association
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CBBB	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CC	Colon Classification
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRG	Classification Research Group
DDC	Dewey Decimal Classification
DTD	Document Type Definitions
EC	Expansive Classification
ENACAT	Encontro Nacional de Catalogadores
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FIAB	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários
FID	Federação Internacional de Documentação
FRAD	Functional Requirements for Authority Data
FRANAR	Functional Requirements and Numbering of Authority Records
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records
FRSAR	Functional Requirements for Subjects Authority
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFLA	International Federation of Library Association
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISBN	International Standard Book Number

ISKO	International Society Knowledge Organization
ISO	International Standards Organization
ISSN	International Standard Serial Number
KOS	Knowledge Organization Systems
LC	Library of Congress
LCC	Library of Congress Classification
MARC	Machine Readable Cataloging
NASA	National Aeronautics and Space Administration
OC	Organização do Conhecimento
OCLC	Online Computer Library Center
OI	Organização da Informação
OPAC	Online Public Access Catalogs
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
PMEST	Personalidade, Matéria, Energia, Espaço (Space), Tempo
PNBU	Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias
PRECIS	Preserve Context Indexing System
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica – Minas Gerais
RC	Representação do Conhecimento
RDA	Resource Description and Access
RI	Representação da Informação
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
SGML	Standard Generalized Markup Language
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
TC-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	p.
1	INTRODUÇÃO 20
2	REFERENCIAL TEÓRICO E EMPÍRICO 25
2.1	A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO E OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO 25
2.1.1	A Classificação e seus fundamentos – da Arte à Ciência 27
2.1.2	Os principais sistemas de classificação bibliográfica 34
2.1.2.1	<i>A Classificação Decimal de Dewey – CDD</i> 34
2.1.2.2	<i>A Classificação Decimal Universal – CDU</i> 38
2.1.2.3	<i>A Classificação da Library of Congress – LCC</i> 45
2.1.2.4	<i>A Colon Classification e a Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan</i> 47
2.1.3	Sistemas de organização do conhecimento 56
2.1.3.1	<i>Cabeçalhos de assunto</i> 56
2.1.3.2	<i>Tesauros</i> 57
2.1.3.3	<i>Taxonomias</i> 63
2.1.3.4	<i>Ontologias</i> 66
2.2	O PROCESSO DE INDEXAÇÃO E SEUS FUNDAMENTOS 68
2.2.1	Aspectos históricos e conceituais 68
2.2.2	Linguagens documentárias 70
2.3	A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO 73
2.3.1	Catálogo – um processo comunicativo 75
2.3.2	Aspectos históricos da catalogação 79
2.3.3	O Controle Bibliográfico Universal (CBU), padrões internacionais e o MARC 84
2.3.4	Os modelos funcionais 88
2.3.5	<i>Resource Description and Access (RDA)</i> – a catalogação em busca de novos rumos 93
2.4	A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO 95
2.4.1	Alguns usos para o conceito 95
2.4.2	Mediação e Ciência da Informação 101
2.4.3	Representação na mediação implícita da informação 110
3	TRAÇADO METODOLÓGICO DA PESQUISA 117
3.1	OBJETIVOS 118
3.1.1	Objetivo geral 118
3.1.2	Objetivos específicos 119
3.2	O PROBLEMA E A HIPÓTESE LEVANTADA 119
3.3	O MÉTODO 120
3.4	AS TÉCNICAS UTILIZADAS 120
3.4.1	Análise de conteúdo 120
3.4.2	Análise de discurso 121
3.4.3	Análise documentária 124
3.5	O INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS 125
3.6	UNIVERSO E AMOSTRA 132

3.7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	133
3.7.1	O mapeamento da produção científica	133
3.7.2	Os critérios de seleção	134
3.7.3	A análise dos textos	135
3.7.4	Tratamento e análise dos dados	135
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	137
4.1	MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO SOBRE O TEMA E DO COMPO EMPÍRICO DA PESQUISA	137
4.2	TIPOLOGIA DOS MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO ENCONTRADOS	142
4.3	ATRIBUTOS DA MEDIAÇÃO IMPLÍCITA IDENTIFICADOS E AUTORES	147
4.3.1	Atributos da mediação implícita identificados através dos termos relacionados	150
4.3.2	Autores que apresentam argumentos relacionados à atributos de mediação implícita	153
4.4	ARGUMENTOS IMPLÍCITOS E EXPLÍCITOS APRESENTADOS PELOS AUTORES RELACIONADOS À MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	157
4.4.1	Argumentos identificados no artigos de periódicos	158
4.4.2	Argumentos identificados nas teses e dissertações	162
4.4.3	Argumentos identificados nos trabalhos publicados nos anais de eventos: ENANCIB, ISKO Brasil e ENACAT	169
4.4.4	Argumentos identificados nos capítulos de livros	178
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	183
5.1	OS ATRIBUTOS DE MEDIAÇÃO IMPLÍCITA	184
5.2	OS ARGUMENTOS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS	190
5.3	A IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES (AUTORES)	202
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
	REFERÊNCIAS	212
	APÊNDICES	243

1 INTRODUÇÃO

Classificar e ordenar faz parte da natureza humana. O cérebro humano, em sua complexidade está sempre buscando formas de organizar a informação para processá-la. Esta preocupação com a classificação e a organização tem registro ainda na Antiguidade, onde o filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) já expressava essa necessidade de categorizar o mundo ao seu redor.

A busca do homem por organizar as coisas é, portanto, tão antiga como a própria existência humana embora, segundo Foulcault (2016), a necessidade de organizar e hierarquizar se verifica de forma sistemática nos séculos XVIII e XIX, com o nascimento da modernidade. Contudo, não há dúvidas que a organização constitui uma prática natural do ser humano, conforme afirma Langridge (1977).

Nesse sentido, a Biblioteconomia, como uma disciplina que integra o campo científico da Ciência da Informação que trata de atividades relativas à organização da informação, tem sua base e principal fundamento na classificação, essa prática natural do ser humano, cujo objetivo maior é organizar a informação registrada. Ou seja, a classificação e a catalogação, ou a representação temática e descritiva da informação, constituem a base do fazer biblioteconômico, que integra as práticas observadas e estudadas pela Ciência da Informação.

Nos últimos anos, essa sub-área vem se fortalecendo e ganhando novos contornos no cenário da Ciência da Informação, em um tempo em que o mundo experimenta uma nova explosão da informação, à semelhança do que aconteceu em diferentes níveis em outros momentos da história. O momento atual é marcado por amplas possibilidades de disseminação da informação através dos diversos dispositivos de comunicação disponíveis, sobretudo da *Web*, cuja capacidade de absorver essa demanda de informação é muito grande, ainda que possua também, uma capacidade enorme de dispersão e desordenação desse volume de informação a ponto de inviabilizar a recuperação, sem o tratamento documentário adequado. O desenvolvimento dessa sub-área da Ciência da Informação nos últimos anos tem sido notório em termos de expansão de enfoques, renovação de padrões, diversificação de abordagens, demandando, assim, a realização de estudos cada vez mais aprofundados que permitam perceber a medida desse desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, também se verificam os avanços nos estudos acerca da mediação da informação, vencendo um estágio de menor uso do termo também utilizado por outras áreas como o Direito, a Educação e a Comunicação. Esse avanço foi importante nos últimos anos no âmbito da Ciência da Informação, em especial com a formulação do conceito de mediação da

informação por Almeida Júnior (2009, 2015), que também sugere que esta deva ser considerada como o próprio objeto da Ciência da Informação. Para o autor, trata-se de um processo de apropriação, que começa na ação comunicativa e termina com a transformação do conhecimento de uma pessoa. Gomes (2008) refere-se à complexidade desse processo de construção de conhecimento, onde há a interação entre os sujeitos e a informação a partir dos conhecimentos pré-existentes no indivíduo, permitindo, assim, a sua transformação em conhecimento e conseqüente apropriação.

A mediação da informação perpassa todo o fazer diário do bibliotecário, não apenas se situa nas atividades voltadas ao atendimento direto ao público, mas em todas as ações desse profissional (ALMEIDA JÚNIOR E BORTOLIN, 2007). Dessa forma, o processamento técnico, cujas atividades constituem um dos principais fundamentos da Biblioteconomia se insere no conceito formulado por Almeida Júnior (2009), que distingue essa atividade como mediação implícita – a que ocorre nos espaços e equipamentos informacionais, sem a presença física e imediata do usuário da informação. Esse tipo de mediação difere da mediação explícita, que ocorre mediante a presença (física ou virtual) do usuário de informação e se manifesta nas atividades fins, principalmente no chamado serviço de referência e informação. Já a mediação implícita está presente nas atividades meio, tais como a seleção, a aquisição e o processamento técnico, que envolve a catalogação, a classificação e a indexação, compreendendo à representação temática e descritiva da informação.

É notória, portanto, a importância e a relevância das duas sub-áreas, que podem ser observadas, por exemplo, no volume significativo de trabalhos submetidos aos GT-2 (Organização e Representação do Conhecimento) e GT-3 (Mediação, Circulação e Apropriação da Informação) no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), evento que ocorre anualmente e é considerado o principal e mais importante evento nacional de pesquisa na área da Ciência da Informação. Além disso, representar a informação constitui necessidade vital para a Ciência da Informação, que é eminentemente uma ciência de representação, conforme afirmam Caixeta e Souza (2008). Isso significa que a informação precisa ser representada para ser recuperada. A qualidade da representação torna-se fundamental, portanto, na medida em que esta representação é capaz de interferir diretamente na recuperação da informação.

Historicamente, a representação se constitui em um fenômeno tão antigo quanto as civilizações. Caixeta e Souza (2008) lembram, dentre outras coisas, a importância dos trabalhos realizados ao longo da história, visando à representação dos fenômenos da natureza com a ajuda do conhecimento matemático. Os gregos (pitagóricos) deram uma grande contribuição, além

dos árabes, que criaram os algarismos, representando-os a partir de uma lógica de ângulos que viria a ser o ponto de partida para o conhecimento que se tem hoje sobre Álgebra e Geometria. Cabe lembrar que a própria Ciência da Informação emerge a partir de uma teoria que tem por base a representação matemática. Claude E. Shannon e Warren Weaver, autores da teoria matemática, demonstram preocupação com a representação do significado, ao discutirem os problemas da integridade da informação.

Para empreender a tarefa de organizar a informação, segundo Kobashi (2007), é necessária a criação de métodos e instrumentos de modo a fabricar a informação documentária. De acordo com a autora os termos técnicos para designar esses métodos são indexar, resumir e construir linguagens de representação. A informação é indexada por palavras, que são utilizadas também pelo usuário em sua busca. Em sua discussão sobre linguagens de representação da informação, a autora caracteriza inicialmente os sistemas de recuperação da informação, lembrando que é no interior desses sistemas que as linguagens ditas documentárias são utilizadas. Kobashi (2007) chama a atenção ainda para o fato desses sistemas serem abertos e por isso, dependentes de mecanismos de regulação de diferentes naturezas. São constituídos por substitutos representacionais, sendo, por isso, necessário o estabelecimento de princípios e métodos para manutenção e obtenção da qualidade desejadas. Assim, a tarefa de organizar a informação em sistemas, requer a existência de mecanismos de mediação. As linguagens documentárias, que sofreram forte influência da Linguística fundada por Ferdinand de Saussure, são os instrumentos usados para representar o conhecimento inscrito e promover a interação com o usuário (KOBASHI, 2007).

A partir dessa convergência ou aproximação percebida entre as duas sub-áreas, desenhou-se, o interesse desta pesquisa, que estabelece como foco, sobretudo, entender como a área de representação temática e descritiva da informação, que vem se desenvolvendo e se expandindo de forma progressiva, vem compreendendo essas atividades como mediação implícita ou indireta da informação. A pesquisa fundamentou-se a partir de um referencial teórico baseado nos fundamentos históricos e conceituais relacionados à representação temática e descritiva da informação, além de caracterizar a mediação em seus conceitos. Pretendeu-se, dessa forma, traçar um panorama, onde se procurou resgatar um pouco da história da representação da informação, além dos conceitos que a fundamentam, trazendo autores clássicos como referência, cujos estudos e pesquisas são responsáveis pelo embasamento teórico do qual dispomos hoje. Com relação à mediação da informação, além de procurar caracterizá-la conceitualmente, a pesquisa procurou demonstrar a existência da construção de

abordagens que buscam estreitar as relações entre a representação temática e descritiva com a mediação da informação.

A pesquisa teve como **objetivo geral** identificar, discutir e analisar nas abordagens e enfoques contemporâneos dos estudos e pesquisas da área da representação temática e descritiva da informação, delineamentos que assinalem suas características de atividade de mediação implícita da informação. Com relação aos **objetivos específicos**, pretendeu categorizar os tipos de estudos e pesquisas que indicam com maior clareza a natureza mediadora da representação temática e descritiva da informação; verificar, a partir da análise desses estudos, pesquisas e seus autores, possíveis categorias e atributos de mediação indireta das atividades de representação temática e descritiva da informação e, finalmente, identificar e discutir as perspectivas de maior explicitação teórica da natureza mediadora das atividades de representação temática e descritiva da informação e seus autores.

Ao tratar do tema abordado a pesquisa apresenta uma revisão de literatura a partir de um referencial teórico baseado no estudo da classificação em suas bases filosóficas e dos principais sistemas de classificação bibliográfica, linguagens documentárias e da indexação. Revisa fundamentos históricos e conceituais da catalogação, seus códigos e padrões funcionais, situando o referencial teórico para abordar mediação de um modo geral, assim como o conceito de mediação da informação de Almeida Júnior (2009, 2015) e das dimensões da mediação da informação propostas por Gomes (2016, 2017) para tratar das relações com a representação temática e descritiva da informação.

Para a apresentação do estudo realizado a tese está organizada em seis seções. Nesta primeira seção, a *Introdução*, estão explicitados o tema e sua devida contextualização, a justificativa e os objetivos propostos pela pesquisa.

A segunda seção, *Referencial Teórico e Empírico* trata da representação temática e descritiva da informação e da mediação da informação. São abordados aspectos históricos e conceituais dos principais sistemas de classificação bibliográfica, da indexação e das linguagens documentárias, os fundamentos conceituais da representação descritiva da informação, abordando a catalogação, códigos, padrões e modelos funcionais e, finalmente a mediação da informação em seus aspectos conceituais e sua relação com a representação temática e descritiva.

A terceira seção, traz o *Traçado Metodológico da Pesquisa*, onde são apresentados o problema da pesquisa, a hipótese, objetivos, o método e as técnicas adotadas, o instrumento de coleta de dados construído e empregado, o universo e amostra, além dos procedimentos de coleta e tratamento dos dados.

A quarta seção traz a *Apresentação dos Resultados*, onde os dados obtidos através da análise do *corpus* da pesquisa são apresentados para posterior discussão.

Na quinta seção apresenta-se a *Discussão dos Resultados* obtidos à luz da literatura consultada e dos objetivos estabelecidos na pesquisa.

Finalmente, na sexta seção são apresentadas as *Considerações Finais*, cujo conteúdo representa a síntese de toda a pesquisa empreendida, a tese defendida e as perspectivas futuras relacionadas ao tema abordado com maior detalhamento, que reforçam a própria tese apresentada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E EMPÍRICO

Optou-se por apresentar uma revisão de literatura que focaliza, nos dois primeiros momentos a representação temática e descritiva da informação, pelo fato desta sub-área se caracterizar como o campo empírico no qual foi empreendida esta pesquisa. Em um terceiro momento, são apresentados e discutidos os conceitos e proposições teóricas relacionados à mediação da informação, sub-área cujos fundamentos constituem a base teórica da pesquisa desenvolvida para esta tese de doutoramento.

2.1 A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO E OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A representação temática da informação constitui atividade intelectual essencial para a organização e recuperação da informação. Trata-se de uma representação secundária, encarregada de representar o conteúdo do objeto informacional. Melo e Bräscher (2014) afirmam ocorrer uma substituição feita pela aplicação de elementos descritivos decorrentes da análise conceitual e síntese dos assuntos apresentados, visando a recuperação da informação. Entretanto, este trabalho questiona o uso do termo “substituição” pelas autoras e entende que um objeto informacional não pode ser substituído de forma plena por informações compactadas ou de caráter descritivo. Compreende-se e adota-se neste estudo a perspectiva de que elementos descritivos de um item informacional cumprem a função de representá-lo para identificação, seleção, recuperação e posterior uso e apropriação do seu conteúdo temático. Essas autoras definem a representação temática da informação, caracterizando a análise conceitual como uma das etapas da representação, encarregada da identificação, compreensão e seleção de conceitos que possam representar determinado conteúdo.

Embora não se pretenda discutir aqui questões relacionadas a ambiguidades conceituais, é necessário fazer uma breve introdução sobre o tema, visando tornar mais claro alguns conceitos relacionados à representação e a organização da informação. Para tanto, utilizou-se como suporte os trabalhos de Alvarenga (2003), Bräscher e Café (2008), Bräscher e Carlan (2010) e Carlan e Bräscher (2015).

De acordo com Bräscher e Café (2008) os termos organização do conhecimento e organização da informação têm sido usados em diferentes contextos. Consequentemente, o emprego desses termos pode acabar suscitando dúvidas em decorrência da falta de clareza na delimitação conceitual. Nesse trabalho, as autoras apresentam uma proposta conceitual, em

caráter preliminar para as áreas de organização da informação, organização do conhecimento, representação da informação e representação do conhecimento, como conceitos distintos, que são chamados, respectivamente de OI, OC, RI e RC. Para tanto, apoiam-se em autores como J. Fogl, P. Burke, J. Sager, E. Svenonius, I. Dahlberg dentre outros que discutem os conceitos de informação e conhecimento como diferenciados.

Assim, de acordo com essa proposta preliminar,

No contexto da OI e da RI, temos como objeto os registros de informação. Estamos, portanto, no mundo dos objetos físicos, distinto do mundo da cognição, ou das idéias, cuja unidade elementar é o conceito. A cognição, como afirma Fogl (1979, p. 22), "é o processo de reflexão das leis e das propriedades de objetos e fenômenos da realidade objetiva na consciência humana". Ainda segundo o autor, o resultado da cognição é o conhecimento e não a informação. Quando nos referimos à OC e à RC, estamos no mundo dos conceitos e não naquele dos registros de informação. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 5-6).

Na visão de Carlan e Bräscher (2015), dois processos de organização se distinguem: organização de informação (OI) e organização do conhecimento (OC), que por sua vez, produzem dois tipos distintos de representação: a representação da informação (RI) – obtida por processos de descrição física e de conteúdo – e a representação do conhecimento (RC) – estrutura conceitual que representa os modelos de mundo.

Alvarenga parte da definição de que representar constitui “ [...] *o ato de colocar algo no lugar de [...]*” (ALVARENGA, 2003, p. 20, grifo da autora) e distingue dois níveis para a representação, que em ambos os casos, são processos cognitivos. O primeiro ou nível primário é executado pelos autores. Segundo a autora,

Destaca-se como uma instância do processo cognitivo humano aquela que culmina com a representação primária do conhecimento, situando-se no âmbito do registro do pensamento em um suporte documental, incluindo as etapas de percepção, identificação, interpretação, reflexão e codificação, etapas que são envolvidas no ato de se conhecer um novo ser ou coisa, ou aprofundar-se no conhecimento de um ser ou uma coisa já conhecida, utilizando-se dos sentidos, da emoção, da razão e da linguagem. Os seres expostos ao processo de conhecimento, ou seja, os seres sobre os quais se pensa, sobre os quais se enuncia e sobre os quais se constrói um conceito, integram a essência do campo que os filósofos denominam de ontologia: universo de todos os seres concretos e abstratos existentes. (ALVARENGA, 2003, p. 21).

Esse primeiro nível, portanto, resulta das ideias, da observação da natureza, dos enunciados sobre os seres, que geram conceitos, que por sua vez são registrados, gerando como produto um conhecimento sobre algo. Ou seja, são produzidos os registros de conhecimento e esses passam a integrar os acervos das bibliotecas, arquivos, de serviços ou centros de documentação e informações. Mas esses registros serão novamente representados, agora num segundo nível, o da representação secundária, uma vez que precisam ser incluídos nos sistemas documentais referenciais. Segundo Alvarenga (2003), nesse segundo nível, onde ocorre o

tratamento ou processamento dos registros do conhecimento, parte-se “[...] não do ser ontológico em si, mas do conhecimento sobre o ser, expresso em documentos.” (ALVARENGA, 2003, p. 22). O objeto passa a ser o acervo de conhecimento sobre as coisas, expresso nos livros e documentos.

Verifica-se, portanto, que há concordância entre as propostas conceituais de Alvarenga (2003) e Bräscher e Café (2008), de forma que essa pesquisa adotará o conceito de representação da informação (RI) de Bräscher e Café (2008), que corresponde ao conceito de representação secundária de Alvarenga (2003), passando a abordar nos próximos segmentos os sistemas de organização do conhecimento e seus fundamentos.

De acordo com Carlan e Bräscher (2015, p. 136), “O conhecimento está em “eterno” crescimento, transformando-se e acumulando-se.” Esse conhecimento adquirido relaciona-se com algo pré-existente, ou seja, com conhecimentos já adquiridos e, através de um processo cognitivo, o objeto percebido é comparado com outros já conhecidos, iniciando-se assim, o processo classificatório daquele objeto.

De acordo com as autoras, organizar “alguma coisa”, implica em uma decisão tomada *a priori*, de como se quer que essa coisa seja encontrada. A partir daí, faz-se necessário o uso de ferramentas que viabilizem essa organização. Surgem os chamados Sistemas de Organização do Conhecimento – os SOC¹. No âmbito da Ciência da Informação, esses esquemas de representação do conhecimento funcionam como

[...] instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos originais e completos para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo, com a finalidade principal de organizar e informação e o conhecimento e, conseqüentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos. (CARLAN; BRÄSCHER, 2015, p. 137).

Assim, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) correspondem aos sistemas de classificação bibliográfica, aos tesauros, as taxonomias e ontologias a serem detalhados mais adiante neste trabalho.

2.1.1 A Classificação e seus fundamentos – da Arte à Ciência

O cérebro humano é uma estrutura complexa, responsável por executar todas as ações do nosso corpo. Ordenar e classificar as informações estão entre as ações que o cérebro executa.

¹ O termo *knowledge organization systems (KOS)*, segundo Hodge (2000), foi proposto em 1998 pelo *Networked Knowledge Organization Systems Working Group* para englobar sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, redes semânticas e ontologias. Na sugestão de taxonomia para os tipos de SOC, Hodge (2000) amplia essa abrangência e inclui, entre outros: dicionários, glossários, taxonomias e tesauros. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 8).

Classificar é, portanto, inerente ao ser humano e segundo Langridge (1977) constitui uma prática natural desse ser que está sempre classificando as informações que lhes chegam através dos sentidos, de forma a trazer ordem ao seu pensamento e à visão do mundo que lhe cerca. Para Vickery (1980, p. 23) “Classificar, na acepção mais simples do termo, é reunir coisas ou idéias que sejam semelhantes entre si e separar as que apresentam diferenças.” De acordo com Araújo (2006, p. 118), “Todos os seres humanos classificam a todo momento as outras pessoas e os objetos do mundo, com quem e com os quais se relacionam incessantemente.” Trata-se, portanto, de um processo mental, que é executado consciente ou inconscientemente por qualquer ser humano (BROWN, 1916 *apud* KAULA, 1982), ou seja, classificamos de forma natural para propósitos diversos.

Em sua abordagem sobre as classificações sociais, Costa (1997-1998) afirma que as classificações são ditas sociais não apenas por serem feitas por pessoas que vivem em sociedade ou pelo fato dessas classificações se construírem com fins sociais (cognitivos, organizativos, comunicacionais, entre outros). Para o autor, o ponto principal é que “[...] na sociedade, as classificações estão por todo o lado, impregnam, até o mais íntimo e profundo de si próprias, a vida social.” (p. 65). Elas estão presentes nas relações cotidianas e informais, de forma onipresente (ARAÚJO, 2006). Segundo Costa (1997-1998) as pessoas classificam as outras pessoas e a si mesmas, segundo os mais variados sistemas de classificações e com os mais variados propósitos e intenções.

Para Foucault (2016) a necessidade de organizar, dividir e hierarquizar nasce a partir dos séculos XVIII e XIX, marco da mudança na episteme ocidental, registrando-se, dessa forma, o nascimento da modernidade (BELUCHE, 2008). De acordo com o pensamento de Foucault, esse paradigma geral no qual estavam contidos os múltiplos saberes científicos, a partir dos séculos XVIII e XIX sofre uma drástica ruptura determinada pelo surgimento de uma nova episteme que ao abolir os métodos e pressupostos vigentes, acaba estabelecendo uma nova concepção da história da ciência. Segundo Foucault (2016) uma nova forma de organizar o mundo se estabelece, trazendo consequências marcantes para o pensamento ocidental. De acordo com o filósofo,

O semelhante, que fora durante muito tempo categoria fundamental do saber – ao mesmo tempo forma e conteúdo do conhecimento – se acha dissociado numa análise feita em termos de identidade e diferença; ademais quer indiretamente por intermédio da medida, quer diretamente e como que nivelada a ela, a comparação é reportada à ordem; enfim, a comparação não tem mais como papel revelar a ordem do mundo; ela se faz segundo a ordem do pensamento e indo naturalmente do simples ao complexo. Daí toda a epistémê da cultura ocidental se acha modificada em suas disposições fundamentais. (FOUCAULT, 2016, p. 74-75).

A nova ordem substitui a hierarquia analógica pela análise, ou seja, “[...] doravante toda semelhança será submetida à prova da comparação, [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 75). Essa nova ordem toma como modelo hegemônico as taxonomias, responsáveis pela estruturação da biologia que acaba influenciando todas as áreas de forma a tornar imperativa a necessidade de ordenar e hierarquizar as instituições e o pensamento moderno.

Dentro desse contexto de mudança observado por Foucault (2016), situamos a teoria da classificação, que somente começa a ser reconhecida como arte da classificação a partir do século XVIII, conforme afirma Dahlberg (1978b).

Durante muito tempo a classificação foi conhecida com a arte de classificar e só em anos recentes adquiriu uma base teórica que permitiu a autoras como Dahlberg (1972) e Pombo (1998) presumir que ela tenha progredido do status de arte para o de ciência da classificação.

Segundo Dahlberg (1972) enquanto arte, a classificação foi aplicada de modos e formas diversos, acompanhando o desenvolvimento do conhecimento humano. Dahlberg nos informa que a arte de classificar,

Deixou suas marcas em todos os arranjos sistemáticos que entraram na composição dos trabalhos de grandes filósofos, a começar pelo Indic Veda, a Bíblia, as coleções enciclopédicas de tudo o que era conhecido numa determinada época, como por exemplo a enciclopédia do egípcio Amenope (1250 A.C.) e de Caius Plinius Secundus (2379 D.C.), e ainda as grandes enciclopédias da Idade Média, como as de Isidro de Sevilla, Vincent de Beauvais, Bartholomaeus Anglicus, Brunetto Latini e as da Renascença, como as de Georg Valla, Rafael Maffei, Johann Heinrich Alsted, Wolfgang Ratke. (DAHLBERG, 1972, p. 1).

Todos os trabalhos citados receberam um tratamento sistemático em sua organização, ou seja, havia sempre uma ideia preconcebida para sua organização. Alguns traziam inovações, como foi o caso da de Diderot e D’Alembert (1751-1780), que trouxe também a ordem alfabética. De início, entretanto, a sistematização do conhecimento não era esquemática e “[...] não era hábito elaborar sistemas para a classificação das ciências como um fim em si mesmo.” (DAHLBERG, 1972, p. 1). A partir da publicação do *Panepistemon* pelo poeta italiano Angelo Poliziano, onde ele mostrava esquematicamente as relações entre as ciências ou áreas do conhecimento, a prática de elaborar sistemas de classificação se inicia. Em 1605 é publicado o plano de classificação de Francis Bacon no seu trabalho *De dignitate et augmentis scientiarum*. Essa arte só passa a ser chamada de classificação quase duzentos anos depois, no fim do século XVIII. No século XIX os planos de classificação passam a ser elaborados como *hobby* por filósofos e cientistas, que acabaram influenciando bibliotecários a construir seus sistemas para organização de suas coleções de livros (DAHLBERG, 1972).

Uma dessas influências vem da contribuição do filósofo grego Aristóteles, (384-322 a.C.), que estabeleceu diretrizes da classificação do conhecimento determinantes por mais de dois mil anos (SCHREINER, 1979). Para a autora, a primeira e significativa contribuição foi a distinção feita pelo filósofo entre o aspecto formal e o aspecto material do ser. Na determinação formal do ser, Aristóteles estabelece as dez categorias que têm importante caráter classificatório, tendo sido usadas em diversos sistemas de organização conhecimento. São elas:

Substância
Quantidade
Qualidade
Relação
Lugar
Tempo
Posição
Estado e Ação
Sofrimento da Ação

De acordo com Schreiner (1979), essas dez categorias de Aristóteles foram amplamente utilizadas em vários sistemas de classificação e organização do conhecimento tais como: na *Ars Magna* (1272) de Raimundus Lullus (1232-1315); na linguagem filosófica (1668) de John Wilkins (1614-1672); no *Thesaurus of English words and phrases* (1852), de Peter Mark Roget (1779-1869); na *Colon Classification* (1933), de S. R. Ranganathan (1892-1972).

Com relação ao aspecto material do ser, Aristóteles distingue os cinco níveis:

Natureza morta
Seres vivos
Vegetais
Animais
Seres intelectuais
Seres divinos

Esse sistema de níveis pensado por Aristóteles aparece em vários sistemas: R. Bacon (1214?-1294); R. Descartes (1596-1650); G. W Hegel (1770-1831); A. M. Ampère (1775-1836); I. G. de Saint-Hilaire (1805-1861); A. Comte (1798-1857); R. Spencer (1820-1903); J. D. Brown (1862-1914); H. E. Bliss (1870-1955); P. Tillich (1886-1965); B. M. Kedrov (1903-1985).

Schreiner (1979) destaca os cinco predicados de Aristóteles e a classificação dicotômica do conhecimento, baseada na Árvore de Porfírio como a terceira significativa

contribuição do filósofo para a constituição das classificações do conhecimento. Os cinco predicados são:

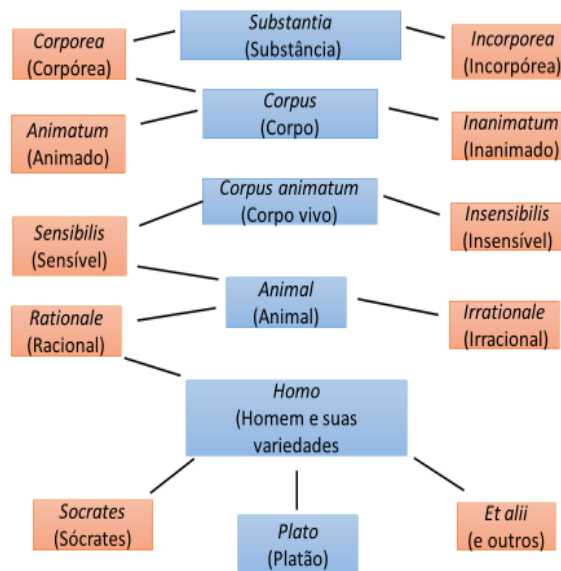
Gênero
Espécie
Diferença
Propriedade
Acidente

A Figura 1 mostra o esquema dicotômico da classificação de Porfírio, que parte sempre do geral para o particular, cuja influência é enorme nas classificações das ciências e também nas classificações bibliográficas. Em sua conhecida “árvore”, Porfírio representou a relação gênero-espécie. Segundo Schreiner (1979) a classificação do conhecimento baseada nessa relação gênero-espécie

[...] implica na escolha arbitrária de uma característica como diferença, sendo todas as demais abstraídas, não importando sua relevância para outras formas de abordagem do conhecimento e resultando em uma classificação rigidamente monohierárquica que de forma alguma corresponde à complexidade da natureza. (SCHREINER, 1979, p. 4).

Figura 1 – Árvore de Porfírio – Esquema Dicotômico de Classificação

ÁRVORE DE PORFÍRIO – ESQUEMA DICOTÔMICO DE CLASSIFICAÇÃO



Fonte: Schreiner (1979) e Kaula (1982)

Schreiner (1979) esclarece que de maneira geral as classificações universais se baseiam nos cinco predicados aristotélicos e destaca uma última contribuição de Aristóteles, o esquema tripartitivo de classificação, no qual ele divide o conhecimento em:

Ciências Teóricas
Ciências Práticas e
Ciências Produtivas

Graças a essa herança aristotélica, foi adotada na Idade Média a divisão tripartida entre a Física, a Ética e a Lógica, tanto por epicuros quanto por estoicos. Observa-se essa transição da cultura clássica grega para a da Idade Média também na obra de Santo Agostinho (354-430), que além de reformulações a partir da classificação de Epicuro (341 a.C. – 271 a. C), inseriu fundamentos teológicos. Na transição da Idade Média para o Renascimento, destaca-se a obra de Roger Bacon (1214-1294), que estabeleceu três modos de conhecimento: imaginação, memória e razão. Sua classificação sobrepõe-se aos marcos medievais da escolástica, de forma a ser Roger Bacon considerado o precursor das ciências naturais no Ocidente (SIQUEIRA, 2010).

De acordo com Schreiner (1979), esse sistema tripartitivo foi usado pelos filósofos: A. Poliziano (1454-1494); M. Nizolio (1498-1556); J. Huarte (1535-1592); F. Bacon (1561-1626); G. W. F. Hegel (1770-1831).

Destaca-se ainda a importância da classificação do conhecimento concebida por Francis Bacon, cuja grande influência constitui-se como sendo a grande contribuição da Renascença para a teoria da classificação (SCHREINER, 1979; KAULA, 1982). Em sua sistematização, Bacon desce a minúcias até então inéditas nas classificações filosóficas, pois além de classificar e definir as áreas do conhecimento, também indica aquelas pouco cobertas, indicando, dessa forma, as áreas potenciais para a pesquisa. Essa classificação, embora falha, pois não fora elaborada para organizar documentos, serviu de base a vários instrumentos destinados à organização do conhecimento, como a enciclopédia de Diderot e d'Alembert e a Classificação Decimal de Dewey (CDD), que veio a servir de base também para a Classificação Decimal Universal (CDU). Essas duas classificações bibliográficas, que serão detalhadas nas próximas seções, são ainda amplamente utilizadas em todo o mundo, o que permite observar o quão relevante foi a contribuição de Bacon para a teoria da classificação.

É importante destacar ainda a figura de Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), que pensou uma linguagem universal de forma simbólica, que veio a repercutir depois nas linguagens documentárias, além de influenciar a elaboração de inventários sistemáticos. No século XIX os trabalhos de Comte (1789-1857) e Darwin (1809-1882) ganham destaque por estabelecerem um novo processo de conexões interdisciplinares (SIQUEIRA, 2010). Conforme

observa Foulcault (2016), nesse período uma nova ordem se estabelece para o surgimento de uma nova episteme.

Ainda de acordo com Siqueira (2010) a partir do século XX a questão da classificação das ciências toma o rumo do materialismo dialético, sendo Engels (1820-1895) e Marx (1818-1883) os “[...] precursores de uma utilização materialista do princípio da subordinação das ciências para a classificação[...].” (SIQUEIRA, 2010, p. 45-46). As mudanças socioeconômicas, políticas e culturais verificadas no pós-guerra, na segunda metade do século XX, principalmente as relacionadas às descobertas científicas e ao desenvolvimento tecnológico, revolucionaram as formas de se organizar o conhecimento, levando a uma necessidade de repensar a área numa nova perspectiva, adaptada à realidade pós-moderna.

No contexto do século XXI, onde a ênfase para a apropriação do conhecimento pelo sujeito é fundamental, onde o conhecimento não é considerado como algo estanque e onde os indivíduos estão em constante e permanente aprendizado, as classificações mais rígidas tendem a ser reformuladas, de forma a privilegiarem mais as necessidades desses indivíduos que a buscam (SIQUEIRA, 2010).

Pombo (1998), tomando como base o trabalho de A. Diemer, *L'Ordre (Classification) Universel des Savoirs comme Problème de Philosophie et d'Organisation*, de 1974, aborda o problema da classificação, identificando quatro grandes orientações classificatórias: a ontológica (dos seres), a gnosiológica (das ciências), a biblioteconômica (dos livros) e a informacional (das informações). A autora coloca essas quatro orientações em quatro níveis: o primeiro e o segundo nível, (classificação dos seres e dos saberes) corresponde ao problema da classificação nas ciências, de interesse dos lógicos, cientistas, filósofos, os que procuram pensar a ciência e cientistas ligados a biologia, geologia antropologia e demais ciências onde a classificação tem papel importante. Para a autora,

[...] o terceiro e quarto níveis (classificação de livros e das informações) corresponde a constituição de uma *ciência da classificação*, isto é, de um novo domínio científico que tem por tarefa o estudo de todos os possíveis sistemas de classificação. (POMBO, 1998, p. 3, grifo da autora).

Para Pombo (1998), a classificação pragmática insere-se perfeitamente no contexto da classificação documental e biblioteconômica com intuítos funcionais imediatos, diferentemente das classificações das ciências, que se constituem em esquemas globais e teóricos, de caráter especulativo “[...] que não descem a detalhes nem se enredam com minúcias de classificação de domínios restritos [...]” (POMBO, 1998, p. 12). A autora ressalta a importância das classificações documentais e biblioteconômicas, sobretudo no pós-guerra da metade do século XX, quando se verificou uma verdadeira explosão documental em nível mundial, referindo-se

a uma mutação resultante da introdução de novas tecnologias no trabalho documental que vem evidenciar ainda mais o caráter pragmático da classificação documental e biblioteconômica.

Para a autora,

[...] a transferência para o computador das tarefas de conservação, inventariação e catalogação (disco óptico, memória holográfica), gestão (base de dados), recepção e emissão (edição eletrônica, fibra óptica, difusão telemática) de documentos, vai exigir um reforço imenso das capacidades pragmáticas da classificação, nomeadamente no que diz respeito a uma determinação conceptual cada vez mais rigorosa e à definição cada vez mais fina de uma linguagem codificada universal. (POMBO, 1998, p. 13).

Tendo em vista esse caráter pragmático, a classificação documental e biblioteconômica constitui um dos focos de interesse dessa pesquisa, pois tanto na Biblioteconomia como na Documentação a classificação se propõe a resolver os problemas de ordem prática com rapidez, exatidão e facilidade de utilização no dia a dia de quem a utiliza na tarefa de organizar o conhecimento que circula.

Concluída essa rápida abordagem dos fundamentos da classificação, em sua passagem da arte à ciência, cabe abordar, na sequência, os principais e mais importantes sistemas de classificação bibliográfica em suas características e estruturas gerais.

2.1.2 Os principais sistemas de classificação bibliográfica

Grande parte dos sistemas de classificação bibliográfica conhecidos hoje foram elaborados e concebidos entre o final do século XIX e início do século XX. Em sua maioria, tomaram como ponto de partida ou procuraram reproduzir de alguma maneira as classificações do conhecimento, já mencionadas anteriormente. Esses sistemas são de incontestável relevância, na medida em que servem de base para o ordenamento de documentos e sua localização, sendo utilizados até hoje e de forma sistemática pela maioria das bibliotecas brasileiras.

2.1.2.1 A Classificação Decimal de Dewey – CDD

Em 1851 no estado Nova York, nasce, como o nome de Melville Louis Kossuth Dewey o criador da Classificação Decimal de Dewey (CDD). Dewey recebeu esse nome em homenagem a um reformador húngaro, mas logo livrou-se do nome do meio, passando a chamar-se apenas Melvil Dewey. Segundo Battles (2003), Dewey tinha obsessão por eficiência, além de ter desenvolvido grande interesse pela economia de tempo, gerado provavelmente pelo problema de saúde que adquiriu após respirar muita fumaça em um incêndio na escola onde

estudava. Dewey teve sua morte prevista por seu médico para dali a dois anos, o que não aconteceu, mas a expectativa de uma morte iminente, possivelmente o levou a buscar, de forma obsessiva, a eficiência e a racionalização em tudo o que fazia.

A desorganização dos livros era um incômodo para Dewey, que passou a imaginar um método mais eficiente de organizar e ordenar a coleção, embora a necessidade de classificar não tenha nascido com ele, mas era uma preocupação comum aos bibliotecários da época, tendo em vista que as bibliotecas cresciam e o sistema arcaico de manter cada livro com localização fixa na estante já não tinha mais sentido, pois cada vez que um novo livro era adquirido, todo o catálogo precisava ser reformulado. Battles (2003) nos informa também, que a ideia de deixar de classificar os livros para classificar o conhecimento contido neles não foi de Dewey, mas sim de William Torrey Harris, que se apoiando na epistemologia tripartida de Bacon, passou a dividir os livros relacionando-os à história, poesia e filosofia. Foskett (1973) também registra que Dewey introduziu a ideia da localização relativa, usando uma notação decimal para os assuntos, aplicando essa notação aos livros em vez das prateleiras. Esquemas classificatórios já eram conhecidos e usados por cientistas e filósofos da época, contudo, muito raramente eram aplicados na organização de bibliotecas. Dewey combinou sistemas utilizados na época, introduzindo o uso do sistema decimal. Sobre isso Battles comenta:

A simplicidade do sistema de numeração decimal uniu-se assim, a um esquema capaz de acomodar em compartimentos epistemológicos bastante intuitivos todos os livros – não só os que já haviam sido escritos, como também todos os que viriam a ser. (BATTLES, 2003, p. 142).

A Classificação Decimal de Dewey (CDD) causou grande impacto sobre as bibliotecas e sobre a experiência que se tem com essas bibliotecas, mas de acordo com Battles (2003), a concepção de um sistema de classificação não esgota a contribuição de Dewey para o mundo dos livros. Dewey contribuiu também para a educação de bibliotecários, ao fundar a primeira escola em 1889. Fundou também uma empresa especializada na fabricação de móveis e suprimentos para bibliotecas, além de ter sido membro fundador da *American Library Association* (ALA), organismo que estabeleceu padrões para a profissão de bibliotecário. De acordo com os princípios de Dewey todos os esforços para padronização e para a organização da biblioteca tinha como finalidade “[...] a circulação eficiente dos livros nas mãos dos leitores.” (BATTLES, 2003, p. 144).

Apesar do destaque dado à contribuição de Dewey, Battles (2003) tece também algumas críticas a Dewey em relação à importância obsessiva que ele dava à eficiência, à autoridade e hierarquia, além dos preconceitos religiosos e socioculturais que tinha. Segundo o pensamento do autor, essas questões acabaram por se refletir nas bibliotecas até os dias atuais.

Battles (2003) se refere ainda a atitude de Dewey para com as mulheres, pois apesar de ter admitido e lutado pela presença delas na escola que criou em Columbia, Dewey achava natural e necessário ao funcionamento eficiente, que fossem subalternas aos homens que tinham cargos na universidade. Ele era adepto da subordinação de bibliotecários em relação a professores e especialistas ao contrário da posição assumida pelos seus colegas da ALA, que pregavam a autoridade dos bibliotecários, inclusive, no direcionamento das leituras dos consulentes.

Críticas à parte, graças a sua inquietude e pioneirismo, Dewey é responsável por uma ação transformadora na Biblioteconomia ao criar a primeira classificação bibliográfica moderna, que veio a ser utilizada largamente em bibliotecas de todo o mundo e influenciando outros esquemas subsequentes. Para Anjos (2008, p. 168) “Dewey não parece ter sido um grande teórico, mas foi um dos mais enérgicos, fortes e inovadores homens da sua geração.” A autora percebe em Dewey uma transição entre as classificações embasadas na filosofia para as pragmáticas. Para Anjos (2008, p. 168) “Ele foi um inovador, soube observar e pensar as circunstâncias do processo de classificação e prever o seu desenvolvimento, bem como praticar a classificação, transformando-a em disciplina.”

Segundo Tálamo, Lara e Kobashi (1995) a CDD foi o primeiro sistema de classificação bibliográfico utilizado de forma sistemática. Por apresentar uma ordenação do conhecimento humano, define-se, dessa forma como um sistema de classificação geral e se qualifica como classificação bibliográfica porque serve de base para ordenação de documentos através do estabelecimento de relações entre eles, com vistas a facilitar sua localização. Ou seja, uma classificação bibliográfica supõe o tratamento dos assuntos com vistas à ordenação física dos documentos nas estantes e à ordenação de referências em bibliografias e fichas nos catálogos das bibliotecas.

A primeira edição da CDD foi publicada de forma anônima como título de *Classification and Subject Index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library* em 1876. Sua segunda edição foi publicada em 1885, com o nome *Decimal Classification and Relative Index*, desta vez com indicação de responsabilidade, mas foi só a partir de sua 16ª edição que passou a receber o título de *Dewey Decimal Classification* (DDC) ou Classificação Decimal de Dewey, em português (ANDRADE; BRUNA; SALES, 2011).

De acordo com Foskett (1973) a primeira edição da CDD era constituída de doze páginas de introdução, doze páginas de tabelas e três inovações fundamentais em seu conteúdo:

- a) **atribuição de números decimais aos livros e não às estantes** – Dewey introduz a ideia da localização relativa em oposição à fixa, praticada até então. A notação decimal foi o instrumento que permitiu que um livro de determinado assunto

pudesse agora ser inserido no meio de uma sequência já existente, sem necessidade de alteração de todo o catálogo da biblioteca;

- b) **detalhamento dos assuntos** – a possibilidade de mover livros e não mais estantes, tornou mais viável a prática do detalhamento dos assuntos, trazendo mais especificidade para a organização da coleção;
- c) **existência de um índice relativo** – com essa terceira inovação Dewey resolve o problema criado pelo detalhamento dos assuntos, indicando, através de um índice, a localização exata de cada tópico no esquema.

De acordo com Anjos (2008) a CDD constitui-se num esquema enumerativo, que vem incorporando ao longo dos anos, características analítico-sintéticas. É essencialmente uma classificação com base no conhecimento e de estrutura hierárquica. Dewey dividiu o universo de conhecimento em classes principais e cada elemento dessas classes principais se subdividem em classes ou grupos, que por sua vez podem ser subdivididos conforme suas características. No Quadro 1 exemplifica-se a estrutura dos três sumários da CDD. O primeiro sumário traz as 10 classes principais; o segundo sumário traz as 100 divisões, sendo que o segundo dígito indica a divisão; o terceiro sumário contém as 1000 seções, indicadas pelo terceiro dígito, aqui exemplificadas em recorte da classe 500 (Science).

Quadro 1 – Sumários da CDD (recorte da classe 500)

CLASSES PRINCIPAIS (1º Sumário)	CLASSE 500 (2º Sumário – 100 divisões)	DIVISÃO 590 (3º Sumário – 1000 seções)
000 Computer science, information & general works	500 Science	590 Animals (Zoology)
100 Philosophy & psychology	510 Mathematics	591 Specific topics in natural history
200 Religion	520 Astronomy	592 Invertebrates
300 Social sciences	530 Physics	593 Marine & seashore invertebrates
400 Language	540 Chemistry	594 Mollusks & molluscoids
500 Science	550 Earth sciences & geology	595 Arthropods
600 Technology	560 Fossils & prehistoric life	596 Chordates
700 Arts & recreation	570 Life sciences; biology	597 Cold-blooded vertebrates; fishes
800 Literature	580 Plants (Botany)	598 Birds
900 History & geography	590 Animals (Zoology)	599 Mammals

Fonte: DDC 23rd Edition (WebDewey)

A partir dessas divisões são atribuídos os assuntos de que se tratam aos documentos, com suas combinações e símbolos alfanuméricos que os representam. Esses documentos passam a ficar localizados junto aos demais do mesmo assunto.

Além do índice relativo a CDD possui ainda as tabelas auxiliares para maior detalhamento dos assuntos (ANDRADE; BRUNA; SALES, 2011, p. 36-37):

Tabela 1 – Subdivisões standard (aplicáveis a qualquer tabela principal).

Tabela 2 – Áreas (aplicáveis a qualquer tabela principal).

Tabela 3 – Subdivisões para literaturas individuais (Subdivide a classe 800).

Tabela 4 – Subdivisões para línguas individuais (Subdivide a classe 400).

Tabela 5 – Grupos raciais, étnicos, nacionais (Utilizadas somente quando o sistema determina).

Tabela 6 – Línguas (Utilizadas somente quando o sistema determina).

Tabela 7 – Pessoas. (Utilizadas somente quando o sistema determina).

Atualmente a CDD ou DDC é publicada pela *Online Computer Library Center* (OCLC), sendo utilizada em bibliotecas de mais de 135 países e em bibliografias nacionais de mais de 60 países, com tradução para mais de 30 idiomas. Além disso, tem sido usada como mecanismo de navegação para recursos na *Web*. A CDD vem sendo publicada em edições completas, abreviadas em versões impressas e também eletrônicas – a *WebDewey* – mediante adesão aos serviços online, através do site da OCLC.² A *WebDewey* inclui todo o conteúdo e recursos da edição impressa.

Os princípios de organização e estrutura da CDD serviram de inspiração para um outro grande esquema bibliográfico – a Classificação Decimal Universal (CDU) – cujas características serão detalhadas na próxima subseção.

2.1.2.2 A Classificação Decimal Universal – CDU

A Classificação Decimal Universal (CDU) nasceu da ideia de dois advogados belgas, Paul Otlet e Henri La Fontaine, cujo projeto era construir um repertório bibliográfico que representasse todo o saber registrado universalmente. A ideia se justificava pelo estado de desorganização da literatura em Ciências Sociais à época. Para a realização do ambicioso projeto, era necessário ter a disposição uma ferramenta eficiente que permitisse a recuperação de toda a informação a ser estocada. Esse instrumento seria a CDU, concebida a partir da CDD, um sistema de classificação bibliográfica que viria a ser difundido mundialmente.

Tendo em vista a importância desses dois pioneiros, é no mínimo inapropriado discorrer sobre a CDU, sem antes focalizar um pouco a trajetória dos seus idealizadores, bem como a contribuição, sobretudo de Paul Otlet para a Ciência da Informação, que extrapola em muito a simples concepção de um esquema de classificação bibliográfica.

Paul Marie Ghislain Otlet (1868-1944) nasceu em Bruxelas, na Bélgica. Era filho de um importante industrial europeu, que após uma crise financeira, mudou-se para Paris. Em Paris, Otlet foi pela primeira vez à escola e, de volta a Bruxelas, recebeu uma educação aprimorada, tendo estudado em colégio jesuíta. Sua infância foi solitária, marcada pela ausência da mãe que morreu quando ele tinha apenas três anos. Otlet não tinha vocação para seguir os

² <<https://www.oclc.org/en/home.html>>

negócios do pai, que era um industrial, por isso voltou-se, principalmente, para os estudos filosóficos, científicos e sociais (RAYWARD, 1975).

Henri-Marie La Fontaine (1854-1943) também nasceu em Bruxelas. Advogado, como Otlet, interessava-se fundamentalmente pela preservação da paz mundial, tendo trabalhado dentro dessa perspectiva durante sua trajetória de vida. Teve seu esforço reconhecido ao ser escolhido para a presidência da Oficina Permanente pela Paz Internacional em 1908 e laureado com o prêmio Nobel da paz em 1913.

De acordo com Arnau (1995), as biografias de Paul Otlet e Henri La Fontaine estão entrelaçadas por um projeto comum. Os dois foram os mentores do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) e do projeto do Repertório Bibliográfico Universal, que em 1934 chegou a ter 16 milhões de fichas (ORTEGA, 2009). Esse projeto transcendia a concepção de uma simples bibliografia, pois para seus idealizadores a possibilidade de acesso ao conhecimento por todos os povos “[...] levaria a uma maior compreensão da concepção de alteridade, no sentido do conhecimento das diferenças, o que possibilitaria a paz mundial.” (ORTEGA, 2009, p. 62).

Mas o trabalho de Otlet não se resume apenas à criação do Repertório Bibliográfico Universal. Coube a ele adotar o termo documentação pela primeira vez em artigo publicado em 1903, sob o título de *Les sciences bibliographiques et la documentation*. Parodiando Foucault, Rayward (1997 *apud* ANJOS, 2008, p. 176), afirma que as ideias práticas enlaçadas nesse termo, constitui “[...] uma nova formação discursiva, numa época em que a terminologia, hoje própria da Ciência da Informação, não estava em uso.” Segundo Ortega (2009) nesse texto, Otlet refere-se a um corpo de conhecimentos chamado de ciências bibliográficas, considerando não apenas os livros e manuscritos como documentos, mas também arquivos, mapas, esquemas, ideogramas, diagramas, desenhos e reproduções, fotografias de objetos reais entre outros. De acordo com Ortega (2009) esse artigo de 1903 pode ser considerado o texto fundador da obra de Otlet, pois segundo a autora, com a criação da ideia de documento a biblioteca deixa de ser uma instituição conservadora e também os livros deixam de ser os únicos em torno dos quais os conhecimentos podem ser identificados.

Mais adiante, no artigo *L'organisation rationele de l'information et de la documentation em matière economique*, publicado em 1905, Otlet usa o termo documentação no sentido de atividade específica de coletar, processar, buscar e disseminar documentos. Entre os anos de 1905 a 1917 Otlet foi abandonando o uso do termo bibliografia e adotando as palavras informação e documentação em seus escritos (ORTEGA, 2009).

Em 1934 Otlet publica o seu Tratado de Documentação, obra que fundamenta a concepção científica da Documentação, onde segundo Ortega (2007, p. 3), é “[...] parte da tentativa de aprimoramento das atividades de Bibliografia, explorando as possibilidades de tratamento documentário em uma diversidade de documentos e o trabalho cooperativo internacional.”

Para Ortega (2008) a consolidação da Documentação contou em seu percurso de desenvolvimento, com contestadores e adeptos fervorosos. Autores com W. Boyd Rayward ao lado de Michael Buckland foram responsáveis pela divulgação do pensamento de Otlet no idioma inglês. Rayward observou, por exemplo que o conteúdo do Tratado de Documentação é menos argumentativo e mais detalhista, descritivo e enciclopédico, tendo sido por isso, contestado por alguns autores. No entanto, muitos estudos sobre Documentação foram desenvolvidos por autores com S. C. Bradford, B. C. Vickery, J. Shera, J. Lopez Yepes, Suzanne Briet entre outros. Há que se destacar a contribuição de Suzanne Briet, seguidora de Otlet, responsável pela produção do livro *Qu'est-ce que la documentation*, obra básica, publicada em 1951, traduzida para o espanhol em 1960 e para o inglês, apenas em 2006 (ORTEGA, 2007, 2009). A obra foi finalmente traduzida para o português, sendo publicada em 2016, apenas em versão eletrônica pela editora Briquet de Lemos Livros.

De acordo com Ortega (2007, 2009) a Documentação se desenvolveu em diversos países europeus como França, Espanha e Portugal. A autora registra também o surgimento das correntes estadunidense, soviética, alemã, lembrando que o Brasil sofreu influências da corrente europeia no começo do século XX, trazidas pelo curso de formação de profissionais da Biblioteca Nacional. Mas logo essa influência europeia deu lugar a abordagem pragmática norte-americana, que passou a predominar nos cursos dos anos 1930.

Aclamado como o pai da Documentação, Otlet foi um visionário que muitos anos antes de Vannevar Bush pensar no Memex³, sonhou com uma máquina que permitiria que os usuários usassem uma imensa base de dados mecânica, armazenada em milhões de fichas – o *Mundaneum*, originalmente chamado de *Palais Mondial* (Palácio Mundial). Além disso, não é possível esquecer a atualidade de suas ideias e a antecipação do conceito de hipertexto, atualmente em uso no âmbito da Ciência da Informação. A concepção da CDU, inicialmente para servir de instrumento na recuperação da informação inserida no Repertório Bibliográfico Universal, constitui outro grande legado de Paul Otlet e Henri La Fontaine, sistema de classificação que ainda hoje é amplamente utilizado em bibliotecas de todo o mundo.

³ Amálgama de *memory + index*, o Memex foi uma máquina visionária idealizada pelo cientista norte americano Vannevar Bush para auxiliar a memória e armazenar conhecimentos, anunciada no seu célebre artigo “As We May Think” em 1945.

Conforme já foi posto, a CDU originou-se da necessidade de Paul Otlet e Henri La Fontaine em adotar um instrumento que fosse capaz de recuperar a informação inserida no Repertório Bibliográfico Universal que haviam concebido. De acordo com Anjos (2008), a CDU foi o único esquema tradicional de classificação que não foi planejado para servir de base ao arranjo físico de documentos em bibliotecas ou simplesmente organizar catálogos de fichas, mas sim reunir documentos do mesmo assunto, de acordo com o princípio monográfico de Otlet. Nesse sentido, Anjos (2008, p. 178) explica: “Como consequência, as decisões que eram tomadas a respeito da estrutura e função da classificação, naquele tempo, colocavam ênfase no seu uso como uma ferramenta de recuperação da informação.” Ou seja, o pensamento de Otlet estava voltado para a organização, acesso e uso da informação.

A adoção do esquema de Dewey como ponto de partida foi feita depois da análise de outros esquemas conhecidos. De acordo com Simões (2008), a opção pela CDU se deve a três fatores determinantes:

- a) o conhecimento humano organizado em taxonomias;
- b) a notação constituída por algarismos arábicos;
- c) o princípio decimal subjacente à sua estrutura.

Em 1905 a CDU teve sua primeira edição publicada em francês, com o título de *Manuel du Répertoire de Bibliographie Universelle*, também chamada de Classificação de Bruxelas, sob a responsabilidade do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). Essa primeira edição contava com 33.000 subdivisões e um índice alfabético com 36.000 entradas (McILWAINE, 2007). Sua segunda edição, também em francês é de 1933, publicada em Haia já sob o título de Classificação Decimal Universal. Em 1937, durante o Congresso Mundial de Documentação o IIB passa chamar-se Federação Internacional de Documentação (FID), mantendo esse nome até 1992, bem como sua função de editar novas edições da CDU.

Após 1992 esse controle passa para um consórcio de editores, a *UDC Consortium*, que criou uma base atualizada anualmente. Dessa forma, quando a CDU é atualizada, alterada ou corrigida, é publicada através da *Extensions and corrections to the UDC- E&C*. No Brasil esse controle das edições da CDU está a cargo do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, (IBICT), membro da FID, que publicou a primeira edição média em língua portuguesa em 1976 (ANDRADE; BRUNA; SALES, 2011; ANJOS, 2008; SIMÕES, 2008).

O Quadro 2 apresenta um panorama da CDU com suas tabelas principais (sumário) e as tabelas de sinais e números auxiliares. A CDU possui uma notação mista, formada por sinais, símbolos, números decimais, sinais gráficos e letras. Dividida em 10 classes principais (0 a 9), tem a classe 4 ainda vaga, pois ela foi transferida para a classe 8 desde 1964. As tabelas

auxiliares permitem a construção de números compostos, possibilitando maior especificação na determinação dos assuntos (ANDRADE; BRUNA; SALES, 2011).

Quadro 2 – Panorama da CDU - tabelas principais e auxiliares

TABELAS PRINCIPAIS (SUMÁRIO)	TABELAS AUXILIARES – Sinais Auxiliares Comuns
0 Ciência e Conhecimento. Organização. Ciência da Computação. Informação. Documentação. Biblioteca Instituições Publicações 1 Filosofia. Psicologia 2 Religião. Teologia 3 Ciências Sociais 4 Vaga ⁴ 5 Matemática E Ciências Naturais 6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia 7 Artes, Laser, Entretenimento, Esportes 8 Língua. Linguística. Literatura 9 Geografia. Biografia. História	+ Coordenação. Adição. (sinal de mais). Tabela 1a / Extensão consecutiva (sinal de curso oblíquo). Tabela 1a : Relação simples (sinal de dois pontos). Tabela 1b :: Relação fixa (sinal de dois pontos duplos). Tabela 1b [] Subgrupos algébricos (colchetes). Tabela 1b * Introduz notação não UDC (asterisco). Tabela 1h AZ Especificação alfabética direta. Tabela 1h TABELAS AUXILIARES – Números Auxiliares Comuns = ... Auxiliares comuns de linguagem. Tabela 1c (0...) Auxiliares comuns de forma. Tabela 1d (1/9) Auxiliares comuns de lugar. Tabela 1e (=...) Auxiliares comuns de ascendência humana, etnia e nacionalidade. Tabela 1f “...” Auxiliares comuns de tempo. Tabela 1g -0... Auxiliares comuns de características gerais. Propriedades, Materiais, Relações/Processos e Pessoas. Tabela 1k

Fonte: UDC Consortium

O Quadro 3 apresenta um resumo esquemático, contendo definições, funções, fundamentos e características gerais do esquema da CDU, baseado em Simões (2008).

⁴ A classe 4 encontra-se vaga no momento, podendo vir a ser ocupada no futuro pela Medicina, classe que está em processo de revisão. De acordo com Anjos (2008), manter a classe 4 vazia e reunir Língua e Literatura na classe 8 pode ser considerada a maior mudança em relação à CDD.

Quadro 3 – Classificação Decimal Universal (CDU) – resumo esquemático

DEFINIÇÕES	Linguagem documental do tipo categorial; Classificação enciclopédica, por abarcar todos os ramos do saber; Quanto a estrutura, é considerada como um sistema misto.
FUNÇÕES	Organizar o conhecimento em grandes sistemas de matérias, nas duas dimensões; Lógica e sistemática dos catálogos; Organização física dos documentos em estantes de bibliotecas.
FUNDAMENTOS	Linguagem a priori - as notações foram fixadas em um assunto, independentemente da análise do documento. Linguagem pré-coordenada - <i>a posteriori</i> : a partir das tabelas auxiliares, realizada pelo classificador; - <i>a priori</i> : se tem em conta a própria estrutura da notação. Linguagem normalizada - a observância das instruções dos organismos de normalização garantem uniformidade e consistência na obtenção de resultados pertinentes e precisos na recuperação da informação.
CARACTERÍSTICAS GERAIS	Linguagem mono-hierárquica - as classes obedecem a um princípio de dependência lógica entre conteúdos mais específicos e gerais; as relações hierárquicas ocorrem sempre dentro da mesma subclasse, o que caracteriza a dimensão unidimensional do esquema: "um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar" Linguagem exaustiva e específica - admitindo apenas um conceito uma única vez, sob determinada faceta, exige uma enumeração de assuntos exaustiva, aumentando, assim, o nível de especificidade. Linguagem decimal - principal herança de Dewey e principal elo entre os dois sistemas – o uso de decimais permite representar o conhecimento até o infinito. Linguagem universal (supralinguística) - também herdada de Dewey, concorreu para sua larga difusão; as notações numéricas facilitam também sua adaptação às bibliotecas. Linguagem analítico-sintética - o uso de tabelas auxiliares permite uma análise conceitual exaustiva, sendo possível a decomposição de assuntos em facetas e a representação sintética dessa análise. Linguagem semi-facetada - a noção de faceta na CDU está relacionada às tabelas auxiliares e em algumas classes, que dão origem a subclasses, resultantes da aplicação de um determinado princípio ou característica. Linguagem controlada e estruturada - verifica-se a presença de controle morfológico e o estabelecimento de relações sintáticas e semânticas. Linguagem que privilegia o paralelismo - as subdivisões paralelas organizam as classes na sua estrutura interna, conferindo características mnemônicas, reduzindo notações e evitando repetições.

Fonte: Baseado em Simões (2008)

A CDU é freqüentemente descrita como um esquema de classificação geral ou universal, a semelhança da CDD, da classificação da *Library of Congress* (LC) e da classificação bibliográfica de Bliss. O termo "geral" pode ser aplicado de duas maneiras: significando que a classificação incorpora todos os campos do conhecimento e também que pode ser aplicada em coleções que, de forma semelhante cobrem todo o conhecimento. O conceito de universalidade implícito no nome da CDU também sugere sua capacidade de adequação em qualquer lugar do mundo, sendo possível, portanto, sua aplicação prática em diversos países, incluindo até mesmo os que não falam a língua inglesa (McILWAIN, 2007).

Para Tálamo, Lara e Kobashi (1995), o avanço da CDU em relação à CDD deve-se, principalmente a dois fatores:

- ao aumento da capacidade de síntese na CDU em relação à CDD – possibilidade de relacionar assuntos de classes diferentes;

b) à incorporação do princípio de análise por facetas, permitindo uma análise multidimensional dos assuntos.

As autoras afirmam que “[...] tanto a CDD como a CDU apresentam problemas. O primeiro deles decorre precisamente do fato de dividirem o conhecimento em dez classes.” (TÁLAMO; LARA; KOBASHI, 1995, p. 55). O argumento utilizado pelas autoras é que sendo as classes divididas sucessivamente por determinados atributos, isso implicará na formação de uma árvore hierárquica das características selecionadas. Para elas,

Como é problemático representar todo o conhecimento a partir apenas de uma divisão lógica (ou de um único encadeamento), tais sistemas acabam por amalgamar assuntos que não são produto de subdivisões propriamente hierárquicas. Desse modo, esses sistemas de classificação apresentam, muitas vezes, relações hierárquicas inconsistentes. (TÁLAMO; LARA; KOBASHI, 1995, p. 55-56).

Tálamo, Lara e Kobashi, (1995), advertem ainda que o segundo grande problema é que esses sistemas podem se tornar muito rígidos. Contudo, enfatizam que sistemas como a CDU trouxeram uma grande contribuição por apresentarem uma proposta de organização hierárquica dos registros do conhecimento humano, tornando-os acessíveis a um grande número de pessoas e fornecendo parâmetros para a localização dos documentos desejados.

No Brasil a CDU foi introduzida em instituições importantes, como a Biblioteca Nacional, no princípio do século XX, entretanto, Ortega (2004) informa que sendo a CDU um sistema de origem europeia, foi inicialmente muito rechaçado pelo modelo estadunidense que influenciou a Biblioteconomia brasileira a partir de 1930 e somente a partir dos anos 1950 o uso da CDU começa a ser retomado.

Como Otlet direcionou seu trabalho na CDU para organização da informação e não para a organização de livros em estantes, possibilitou ao esquema a possibilidade de formação de vários assuntos, através da coordenação de vários índices, aproximando a CDU de linguagens combinatórias. É um esquema do tipo analítico-sintético, no qual um assunto completo pode ser fragmentado, gerando um número de classificação, sintetizado a partir de notações de diferentes partes (ANJOS, 2008). De acordo com a autora, a CDU – ao contrário da CDD, que por não ter cobertura para tópicos mais especializados é mais adequada a classificações gerais – permite mais detalhamento na classificação, incorporando muitas características de classificação facetada, conferindo assim, sua maior adequação para coleções especializadas.

No final do século XIX, registra-se ainda a concepção de mais uma classificação bibliográfica, a *Expansive Classification* (EC), ou Classificação Expansiva. Seu autor, o bibliotecário Charles Ammi Cutter teve a influência da CDD, criando um esquema destinado a atender a organização de uma biblioteca específica localizada na cidade de Boston. A

publicação da EC em 1891 influenciou a concepção de uma nova classificação, destinada a atender a organização de uma biblioteca cuja coleção encontrava-se em plena expansão (ANJOS, 2008).

Assim, sob a influência do esquema criado por Cutter, surge a *Library of Congress Classification* (LCC) ou a Classificação da Biblioteca do Congresso Americano, cujas principais características serão abordadas na próxima subseção deste trabalho.

2.1.2.3 A Classificação da *Library of Congress* – LCC

De acordo com Foskett (1973) a Biblioteca do Congresso Americano ou a *Library of Congress* (LC) tem seu início com a doação de 6.000 volumes do acervo particular de Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos, em substituição ao acervo totalmente destruído em incêndio ocorrido no Capitólio em 1814. De acordo com Anjos (2008) a biblioteca foi fundada em janeiro de 1802, a partir de uma coleção de 740 volumes adquiridos pelo senador Samuel Dexter, sendo que em 1812 uma abordagem por assunto foi aplicada à coleção, baseando-se na *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, que usava uma adaptação do sistema de Bacon. Segundo Foskett (1973) e Anjos (2008), o acervo doado por Jefferson era bem mais amplo do que o original perdido no incêndio e utilizava um sistema próprio, embora também baseado em Bacon e d’Alembert, servindo de base para o arranjo da biblioteca, cujo crescimento se acelerou bastante sob a tutela de Ainsworth Spofford, bibliotecário que assume a direção em 1864 e, ao longo de 33 anos de gestão, multiplicou esse acervo, não apenas em quantidade, mas também em qualidade, de forma que se tornou necessário construir um novo prédio para abrigá-lo. A partir de 1897, iniciaram-se as discussões em torno da reorganização do acervo e a necessidade de reclassificá-lo de forma mais adequada, tendo em vista o seu crescimento vertiginoso ocorrido na gestão de Spofford.

Para a escolha do novo esquema de classificação, algumas possibilidades foram consideradas, como a classificação de Dewey, a de Cutter e o esquema Halle, de origem alemã. Segundo Anjos (2008) escolheu-se a Classificação Expansiva de Cutter, “[...] por ser a mais apropriada para as necessidades do Congresso e porque Cutter mostrou mais disposição do que os outros dois compiladores a fazer modificações em seu sistema para acomodar a *Library of Congress*. ” (ANJOS, 2008, p. 186).

Contudo, em 1901 decidiu-se pela criação de uma nova classificação. Em sua análise, Anjos (2008) considera que a Classificação Expansiva de Cutter teve considerável influência no esquema concebido para a LC. A autora lembra que a *Library of Congress Classification*

(LCC) é um esquema diferenciado dos demais esquemas gerais por ter sido concebido para uso interno de uma única biblioteca, sem pretensões de ser utilizado por outras. De acordo com Foskett (1973) a semelhança com o esquema de Cutter é notória. Esse autor lembra também, que sua estrutura “[...] é ditada pela organização da biblioteca e não por considerações teóricas.” (p. 285). Conforme analisa Anjos (2008) a LCC não tem como objetivo fazer uma organização sistemática do saber, mas sim o de atender as necessidades práticas do acervo da LC, dando primazia aos livros sobre as disciplinas.

O esquema da LCC segue, basicamente, o esquema da Classificação Expansiva de Cutter. Sua organização é departamentalizada, tendo as classes trabalhadas separadamente, de forma a atender as necessidades da organização da coleção para a qual ela foi pensada. Sua notação é mista e conta com 21 classes principais, que vão de A a Z, iniciadas pelas Humanidades e Ciências Sociais (Quadro 4), o que revela sua origem de especialidade em legislação e áreas afins. (ANJOS, 2008; FOSKETT, 1973).

Quadro 4 – Classes principais da LCC

LETRAS MAIÚSCULAS IDENTIFICADORAS (A/Z)	CLASSES PRINCIPAIS
A	General Works
B	Philosophy, Psychology, Religion
C	Auxiliary Sciences of History
D	History (General) and History of Europe
E	History: America (General)
F	History: America (EE.UU)
G	Geography, Anthropology, Recreation
H	Social Sciences
J	Political Science
K	Law
L	Education
M	Music and Books on Music
N	Fine Arts
P	Language and Literature
Q	Science
R	Medicine
S	Agriculture
T	Technology
U	Military Science
V	Naval Science
Z	Bibliography, Library Science, Information Resources (General)

Fonte: Anjos (2008, p. 188)

Além das letras maiúsculas, o esquema usa também, números arábicos para as divisões, utilizados de 1 a 9999, conforme a necessidade, deixando alguns vagos para inserir novos tópicos. De acordo com Foskett (1973), as tabelas da LCC são compiladas de maneira única em relação a outros esquemas, conferindo muita importância à garantia literária.

Para Anjos (2008, p. 189) a classes da LCC, “[...] desde a sua criação, estão impregnadas de valores, conceitos e tópicos americanos [...]” de modo a situar os Estados Unidos no centro do universo. Além disso, a autora considera a LCC pouco sistemática e com um esquema enumerativo rígido e carente de hospitalidade.

Atualmente as revisões e as atualizações da LCC são de responsabilidade do *Cataloging Services Division* da LC, através de extensas publicações. A partir do ano de 2002 essas publicações impressas passaram a conviver com a versão *online*, a *Classweb*. Dessa forma, as alterações e adições ao esquema passaram a ser inseridas no *Cataloging Services Bulletin* e incorporadas na *Classweb*⁵. (ANJOS, 2008).

A importância da LCC, portanto, é inquestionável, entretanto, a primeira metade do século XX testemunhou a construção de um sistema de classificação bibliográfica revolucionário, por extrapolar sua condição de ser mais um sistema classificatório para se constituir numa teoria da classificação, capaz de estabelecer uma nova maneira de classificar assuntos. A *Colon Classification* (CC) ou a Classificação dos Dois Pontos é considerada como a grande contribuição do bibliotecário e matemático indiano, Shiyali Ramamrita Ranganathan para a Biblioteconomia e Ciência da Informação e será abordada com mais detalhes na sequência deste trabalho.

2.1.2.4 A *Colon Classification* e a Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan

Esta subseção abordará a *Colon Classification* ou a Classificação dos Dois Pontos criada pelo bibliotecário e matemático indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan. Diante da grande contribuição desse teórico para a Biblioteconomia e Ciência da Informação, a exemplo do que foi feito com Melvil Dewey, Paul Otlet e Henri La Fontaine em subseções anteriores, antes de discorrer sobre a *Colon Classification*, será abordada a trajetória e o pensamento do seu criador.

Shiyali Ramamrita Ranganathan nasceu e morreu na Índia (1892-1972). Chamado por Foskett (1973) de o “criador solitário” da *Colon Classification* é também autor das Cinco Leis da Biblioteconomia. Ranganathan era um brâmane, membro de uma casta sacerdotal da sociedade hindu, o que lhe conferiu acesso a uma educação escolar de qualidade, diferentemente da maior parte da população da Índia à época. Iniciou sua carreira acadêmica como matemático, mas tendo assumido em 1924 o cargo de bibliotecário da Universidade de

⁵ <<http://www.loc.gov>>.

Madras, na Índia, passou um período na Inglaterra estudando Biblioteconomia. Durante sua permanência na *University College School of Librarianship*, onde foi aluno de Berwick Sayers, renomado especialista em classificação à época, Ranganathan revelou sua insatisfação com os esquemas da CDD, CDU e LCC ao perceber que os arranjos temáticos dos acervos que ele observou nas bibliotecas londrinas careciam de se relacionarem com os temas representados, o que o levou a formular suas próprias ideias e direcionar seus estudos para a concepção de seu próprio esquema de classificação, cujas linhas básicas foram estabelecidas já na sua viagem de volta à Índia (SOUZA, 2016).

Considerado como um dos maiores bibliotecários do século XX e pai da Biblioteconomia, Ranganathan se destacou por sua capacidade de conciliar a teoria e a prática biblioteconômicas. Sua teoria está apresentada nas quatro obras básicas: *Five Laws of Library Science*, 1931, *Prolegomena to Library Classification*, 1937, *Philosophy of Book Classification*, 1951 e a própria *Colon Classification*, 1933. De acordo com Campos (2001) as obras de Ranganathan denotam de forma contundente, a influência sofrida pela filosofia oriental, integrada ao seu pensamento racional, o que dá à Teoria da Classificação Facetada uma característica bastante singular.

Em 1931 Ranganathan publicou as Cinco Leis da Biblioteconomia, um clássico, que até hoje, quase 86 anos depois de sua publicação, continua a ser lido e seu conteúdo ainda é objeto de discussões acadêmicas. O Quadro 5 apresenta um breve panorama das cinco leis, conforme Ranganathan (2009).

Quadro 5 – As cinco leis da Biblioteconomia de Ranganathan

1ª Lei “Os livros são para usar”	O enunciado parece óbvio e inquestionável, contudo, nem sempre essa lei é levada em consideração. Ranganathan (2009) recorre à história para questionar a necessidade de preservação para a posteridade e costumes herdados em decorrência da dificuldade de produzir livros antes da invenção da imprensa, o que levou à substituição do seu enunciado para “os livros existem para serem preservados”. Entretanto, graças à força dessa 1ª lei, as restrições induzidas pelos costumes herdados estão sendo gradualmente removidas, revolucionando o método de guardar livros, no tocante a localização, horários, mobiliário e pessoal da biblioteca; nas palavras de Ranganathan “É difícil imaginar qual o triunfo adicional que ainda está reservado à Primeira Lei.” (RANGANATHAN, 2009, p. 10).
2ª Lei “A cada leitor seu livro”	Dilata o conceito “os livros são para os poucos eleitos” e estabelece que os livros são para usar e são para todos. A abordagem é feita pelo ponto de vista dos usuários de livros e não dos livros, como na primeira lei. O enunciado pressupõe o conceito de educação para todos, que extrapola a ação da biblioteca.
3ª Lei “A cada livro seu leitor”	Adota o ponto de vista dos livros e de certa forma, complementa a segunda lei. Ranganathan aponta o recurso do sistema de livre acesso como um meio para satisfazer as exigências dessa lei. Quando uma biblioteca passa da condição de “fechada” para a de “acesso livre”, uma revolução ocorre, principalmente na satisfação dos seus usuários.
4ª Lei “Poupe o tempo do leitor”	Como a segunda lei, aborda também o ponto de vista dos usuários e segundo Ranganathan (2009) é centrada quase que exclusivamente no leitor. Ela se preocupa com a situação decorrente do atendimento das três primeiras leis. Remete para o atendimento do usuário na biblioteca, que deve ser o mais rápido e preciso possível, exigindo adequação de todas as atividades da biblioteca, incluindo o processamento técnico cooperativo, o serviço de referência, arranjo das estantes etc., ou seja, toda a ação mediadora da biblioteca deve observar o cumprimento dessa lei.
5ª Lei “A biblioteca é um organismo em crescimento”	Ranganathan (2009) chama atenção com essa lei para o fato de ser a instituição biblioteca um organismo vivo em crescimento. “Um organismo em crescimento absorve matéria nova, elimina matéria antiga, muda de tamanho e assume novas aparências e formas.” (p. 241). O crescimento pressupõe mudanças necessárias que atingem todos os setores da biblioteca desde o atendimento ao usuário, às adaptações arquitetônicas e de mobiliário às classificações adotadas. Ranganathan recomenda o uso de notação decimal e o uso da sua <i>Colon Classification</i> para o atendimento dessa lei.

Fonte: Baseado em Ranganathan (2009)

Rizzi (2016) chama atenção para fato de as cinco leis de Ranganathan terem sido formuladas num país periférico, que juntamente com países como a França – representante da corrente europeia erudita – e dos Estados Unidos – representante da Biblioteconomia pragmática, voltada para a eficiência e eficácia dos serviços – preconizavam modelos de bibliotecas e de bibliotecários bem distintos da realidade de um país que vivia sob o domínio colonialista inglês, como era o caso da Índia.

As cinco leis foram formuladas, portanto, a partir dos contrastes existentes entre a Índia e a Inglaterra, sob o contexto da cultura indiana, em sua dimensão holística. De acordo com Rizzi (2016), dentre tantos outros fatores, essas leis receberam a influência da religião hindu, da posição social ocupada por Ranganathan na casta brâmane e também da sua formação no campo das ciências exatas. Certamente, esses fatores citados são indicadores de que essas leis sintetizam princípios básicos e amplos, aplicáveis à diversas atividades. É possível afirmar também que por traz de uma aparente simplicidade nos seus enunciados, as consagradas leis de Ranganathan se constituem em axiomas da área, a partir dos quais podem ser suscitadas as mais diversas e aprofundadas discussões.

De acordo com Sales (2016) a segunda metade do século XIX é marcado pelo aparecimento de sistemas de classificação voltados para bibliotecas, sobretudo, nos Estados Unidos e Europa, com destaques para os nomes de William Torrey Harris, Charles A. Cutter,

Melvil Dewey e Paul Otlet como importantes classificacionistas, responsáveis pelos sistemas mais utilizados como a CDD, CDU e LCC. Nesse momento surge Ranganathan, apresentando “[...] uma nova forma de classificar assuntos de livros, baseada no conceito de facetas.” (SALES, 2016, p. 59).

Para Campos (2001) Teoria da Classificação Facetada, como toda teoria, é constituída de um corpus complexo. Por essa razão a autora afirma ser necessário percorrer o caminho do desenvolvimento das ideias de Ranganathan, cujos fundamentos se encontram distribuídos e suas obras já citadas de forma não linear e sem obedecer a uma disposição didática.

De acordo com Dahlberg (1972, p. 3) “[...] pode-se dizer que Ranganathan ‘matematizou’ a classificação.” No entanto, segundo a autora, sua abordagem matemática não foi quantitativa ou estatística, mas seguia a tendência qualitativa buscada pelo filósofo alemão G. W. Leibniz (1646-1716). Para Dahlberg (1972) é possível que Ranganathan tenha encontrado o novo tipo de matemática qualitativa que Leibniz buscava em sua análise de assuntos e fórmulas de facetas desenvolvidas no seu esquema de classificação. Certamente a abordagem ranganathiana da classificação era completamente diversa de todas as anteriores, protagonizadas por Dewey, Otlet e La Fontaine, Cutter, Brown e Bliss. Segundo a autora,

[...] o sistema de Ranganathan diferia dos outros, sobretudo pelo fato de que ele não usava classes preestabelecidas e prontas às quais os títulos tinham de ser relacionados, mas criava classes de livros somente no momento em que um livro era analisado segundo os elementos conceituais de seu assunto, e sintetizado segundo as regras das fórmulas de facetas ligadas às disciplinas. (DAHLBERG, 1972, p. 4).

Dahlberg (1972) resume em três pontos o que pode ser considerada como a maior contribuição de Ranganathan para a moderna teoria da classificação.

A primeira contribuição está relacionada, conforme Dahlberg (1972) com os três níveis distintos nos quais se baseiam os classificacionistas:

- a) o **plano da ideia ou ideacional** (nível das ideias, conceitos) – onde ocorre a formação de todo o processo do pensar; é o plano superior, onde os números e as palavras só interessam porque existe uma ideia por traz (CAMPOS, 2001);
- b) o **plano verbal** (nível de expressão verbal, conforme a língua utilizada) – é o plano das palavras que “[...] tem por função permitir que a linguagem possa ser uma mediadora para a comunicação de idéias ou conceitos [...]” (CAMPOS, 2001, p. 46)
- c) **plano notacional** (nível de fixação dos conceitos em formas abstratas, como letras, sinais, números etc.); “[...] é o plano dos números que representam conceitos.” (CAMPOS, 2001, p. 46).

Como segunda contribuição, Dahlberg (1972) identifica a abordagem analítico-sintética para a identificação dos assuntos, onde “[...] a classificação de cada documento exige uma análise de seu título ou um enunciado descritivo de seu conteúdo nos termos dos conceitos que formam os componentes da ciência à qual esse documento pertence.” (DAHLBERG, 1972, p. 4). Feita a análise através da fórmula de facetas generalizada na sequência Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo (PMEST) é possível sintetizar esses conceitos em expressões combinatórias e construídas analítico-sinteticamente sobre determinado tópico do documento, resultando, dessa forma na representação dos assuntos e ordenação dos conceitos nele contidos.

Dahlberg (1972, p. 4) destaca ainda que a terceira grande contribuição de Ranganathan, “[...] pode ser vista em seus 18 princípios para o arranjo de elementos das facetas [...]”. Segundo a autora, esses “princípios para sequência útil” são delineados de forma clara por Ranganathan, podendo ser de grande proveito para a avaliação de sistemas de classificação.

Dahlberg (1972) considera, entretanto, que a influência de Ranganathan vai muito além das contribuições mencionadas, considerando, por exemplo que sua *Colon Classification* pode ser considerada como um modelo para um sistema universal de classificação facetada. Pode-se afirmar, portanto, que a Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan é subjacente ao esquema de classificação que criou.

A *Colon Classification* (CC) ou Classificação dos Dois Pontos é descrita por Piedade (1983) como o único sistema de classificação facetado geral. Seus princípios e técnicas foram utilizados em vários sistemas de classificação especializados, elaborados em quase sua totalidade por membros do *Classification Research Group* (CRG), tendo em vista que a autora registra também a existência de dois sistemas facetados, elaborados por duas bibliotecárias brasileiras, para as áreas de Odontologia e Farmácia.

A *Colon Classification* foi assim chamada por utilizar o sinal “:” (*colon* em inglês) para introduzir facetas e nasceu da insatisfação de seu criador em relação aos principais sistemas de classificação existentes na época. De acordo com Anjos (2008) a CC foi concebida em 1924, publicada pela *Madras Library Association* em 1933, mas somente por volta dos anos 1950 obteve o reconhecimento internacional. Inicialmente houve uma rejeição total por parte dos Estados Unidos, mas com o passar do tempo a análise por facetas passou a influenciar as revisões da CDD e também a prática da classificação na Europa.

De acordo com Sales e Guimarães (2010, p. 25)

[...] a transformação ocorrida no universo das classificações diante da publicação da *Colon Classification* é o efeito não do surgimento de uma nova classificação, mas sim da emersão de um novo método, que obteve um total de sete edições (1933, 1939, 1950, 1952, 1957, 1960 e 1987) contidas de significativas modificações e inúmeras reimpressões [...]

Dessa forma, Ranganathan não apenas cria um novo sistema de classificação, mas estabelece um novo modo de classificar assuntos.

De acordo com Anjos (2008), a exemplo da CDD, a CC é uma classificação universal, contudo, sua unidade semântica de base não é mais o assunto, como na CDD, mas sim o conceito, denominado no esquema como “isolado”.

Segundo Barbosa (1969) a principal característica do esquema de Ranganathan é o uso da subdivisão dos assuntos em facetas e focos. A autora explica:

Segundo Ranganathan, analisar um assunto por *facêtas* significa que cada aspecto desse assunto pode ser visto como as manifestações de certas *características* ou *facêtas* que obedecem a postulados pré-determinados. O sistema torna-se, assim, multidimensional e ilimitado. (BARBOSA, 1969, p. 166, grifos da autora).

Para a autora, as facetas e focos de qualquer assunto são vistos como manifestações de cinco categorias fundamentais, representadas pelos símbolos PMEST e respectivos símbolos de ligação (Quadro 6).

Quadro 6 – Categorias fundamentais da *Colon Classification*

CATEGORIAS FUNDAMENTAIS	SÍMBOLOS DE LIGAÇÃO	SÍMBOLOS DAS FACETAS
Personalidade	, (vírgula)	P
Matéria	; (ponto e vírgula)	M
Energia	: (dois pontos)	E
Espaço (Space)	. (ponto)	S
Tempo	. (ponto) substituído por ‘ (apóstrofo) na edição seguinte	T

Fonte: Baseado em Barbosa (1969)

Campos (2001) explica que faceta é um termo genérico que denota um assunto básico ou isolado, podendo ser de dois tipos: faceta básica – que agrupa assuntos básicos (áreas do conhecimento) – e faceta isolada – que agrupa isolados (conceitos).

Anjos (2008) apresenta o esboço do esquema da CC (Quadro 7), baseando-se na sétima edição, publicada em 1973. A autora relaciona a ordem das classes de Ranganathan com suas convicções religiosas, com a influência de filósofos ocidentais como Comte e também com a classificação védica, relacionada à filosofia hindu, onde o mundo dos Vedas é: *dharma*, *artha*, *kama* e *moksha*. De acordo com a filosofia indiana, uma entidade viva, sobretudo, aquela que ocupa um corpo humano, deve ter três metas a alcançar na vida: *dharma*, que em sânscrito quer dizer retidão, conduta correta (lei, moral e bons costumes); *artha*, que em sânscrito quer dizer riqueza, desenvolvimento econômico proveniente do trabalho e *kama*, que em sânscrito se refere ao desejo em sentido amplo – alma – e em sentido restrito – corpo. Para o hinduísmo,

dharma deve empenhar-se em *artha* para satisfazer *kama* e assim poder atingir *moksha* – a salvação (ANJOS, 2008). A autora observa que Ranganathan aplica seu conhecimento da filosofia hindu quando inicia a ordenação das classes principais da CC por Ciência e Tecnologia representando as áreas do conhecimento de cunho teórico e aplicado (*artha*). Além disso, ele deixa transparecer sua formação religiosa quando destaca o Misticismo, a Religião e a Filosofia (*dharma*) em seu sistema de classificação.

O brâmane, Ranganathan, tinha uma visão holística e aplicava essa visão de mundo ao seu trabalho. A visão holística da cultura brâmane conforme comenta Sepúlveda (1996, p. 31), “[...] é orientada para o campo espacial, ou seja, formada por um sistema de leis imutáveis, sintetizadas em fórmulas de Conhecimento concebidas como de verdade eterna.” De acordo com esse autor, essa forma de holismo está presente em Ranganathan e pode ser percebida em partes importantes de sua Teoria da Classificação Facetada, como também nas suas Leis da Biblioteconomia e em outros escritos. Em sua visão holística, Ranganathan acreditava e agia como se cada parte do seu trabalho fosse parte de um todo sistemático e integrativo. O fundamento teórico que o norteava tinha ligação direta com o que ele sentia e acreditava. As cinco categorias fundamentais de seu sistema de classificação (PMEST) são um bom exemplo disso. Ranganathan utiliza um método residual para identificar a categoria Personalidade, cuja influência vem da Cultura Brâmane, onde *Brahman* – o Absoluto, identificado com “não é isso, não é isso” – não pode ser definido porque está além das palavras, sendo possível ser identificado apenas pelo que ele não é.

Sepúlveda (1996) afirma ainda, que essa visão holística do brâmane Ranganathan tinha suas raízes não apenas no hinduísmo, mas também na Astrologia e na Cultura Chinesa. Os termos utilizados (quadrantes, ascendente, descendentes, zênite e nadir) vêm da Astrologia, além de conceitos e analogias estabelecidas. Além disso, a Astrologia também é orientada para um campo espacial como a Cultura Brâmane, sendo formada também por leis imutáveis.

Já a Cultura Chinesa é baseada no *I Ching*, considerado como o livro mais antigo, cujo princípio norteador é a existência de uma Unidade Absoluta – o *Tao* – de onde emanam o *Yang* e o *Yin*, que estando em constante equilíbrio, provocam um incessante movimento. Sepúlveda (1996) identifica características da Cultura Chinesa no pensamento de Ranganathan, por exemplo, em relação ao Universo do Conhecimento, que está sempre em movimento contínuo e em espiral. A influência chinesa demonstra também que a visão holística de Ranganathan possui ainda uma dimensão temporal “[...] ao dar ênfase nos oráculos, investigando um destino mutável, ou seja, o Tao, com vistas a uma realização política.” (SEPÚLVEDA, 1996, p. 31).

Apesar de ter se beneficiado do conhecimento de outros sistemas de classificação e de trabalhos de autores como Cutter, Otlet e Kaiser (SALES; GUIMARÃES, 2010; 2014; 2016), sua influência foi maior, tendo em vista a assimilação e utilização de sua Teoria da Classificação Facetada em todo o mundo.

As classes principais da CC (Quadro 7) são indicadas por letras maiúsculas e em alguns casos, por números arábicos, produzindo uma notação mista, que de acordo com Foskett (1973) suscitou críticas em virtude de sua extensão e complexidade.

Quadro 7 – Ordem das classes principais da *Colon Classification* – (7. ed., 1973)

Z Generalidades	EZ Química Teórica	MZZ Ciências Sociais Aplicadas
1 Universo do conhecimento	E Química	Δ Experiência Espiritual e Misticismo
2 Biblioteconomia	F Tecnologia Química	NZ Belas Artes e Literatura
3 Bibliologia	GZ Biologia Teórica	N Belas Artes
4 Jornalismo	G Biologia	OZ Língua
5 Publicidade	GV Microbiologia	O Literatura
6 Museologia	GWA Biologia Molecular	P Linguística
7 Sistemologia	GWB Biofísica	QZ Religião e Filosofia
8 Gestão	GX Bioquímica	QZZ Religião e Moral
9b Carreira	HZ Geologia Teórica	Q Religião
9c Metrologia	H Geologia	RZ Filosofia Geral
9d Normalização	HV Geofísica	R Filosofia
9f Eurística	HWT Geoquímica	SZ Ciências do Comportamento
9g Avaliação	HX Geologia Mineral	SZZ Psicologia da Educação
9p Comunicação	IZ Botânica Teórica	S Psicologia
9q Simbolismo	I Botânica	Σ Ciências Sociais
9s Informática	JZ Agronomia	T Educação
A Ciências Naturais	J Agricultura	UZ História-Geografia
BZ Matemática e Física	JX Floresta	U Geografia
BZZ Matemática Pura	KZ Zoologia Teórica	V História
B Matemática	K Zoologia	VX Fontes Históricas
BT Estatística	KX Medicina Veterinária	W Ciência Política
BV Cibernética	LZ Medicina Teórica	WX Geopolítica
BXZ Astronomia e Astrofísica	L Medicina	X Economia
BX Astronomia	LU5 Saúde Pública	XX Economia de Empresas
BZ Astrofísica	LU6 Hospitais	Y Sociologia
CZ Física Teórica	LU7 Sanatórios	YX Serviço Social
C Física	LX Farmácia	Z Direito
CV Física Espacial	LYX Medicina Legal	
DZ Engenharia e Tecnologia	M Artes Aplicadas	
D Engenharia	MZ Humanidades e Ciências Sociais	
DT Desenho Industrial		

Fonte: Anjos (2008) e Foskett (1973)

O sistema de classificação de Ranganathan foi mais utilizado na Índia, contudo, no mundo ocidental foi adotado por poucas bibliotecas. Anjos (2008) aponta algumas das prováveis razões para o baixo índice de adoção do esquema em bibliotecas do Ocidente:

[...] provavelmente por ser um sistema complexo, de difícil aplicação no Ocidente, dada a sua lógica totalizadora; a sua visão holística; o fato de ter surgido no chamado Terceiro Mundo e, principalmente, por representar mais uma metodologia para a classificação do conhecimento já produzido e a ser produzido do que uma racionalização e mapeamento *a priori* do conhecimento já produzido. (ANJOS, 2008, p. 207).

Entretanto, a importância desse sistema de classificação “[...] transcende o papel das classificações lineares e rigorosamente hierárquicas existentes até então, configurando um novo modo de classificar assuntos. ” (SALES; GUIMARÃES, 2010, p. 25). Esses autores, ao analisarem os princípios teóricos de Charles Ammi Cutter (1837-1903), bibliotecário norte-americano, autor da obra *Rules for a Dictionary Catalog* (1876), de Julius Otto Kaiser (1868-1927), bibliotecário alemão, autor da obra *Systematic Indexing* (1911) e de Ranganathan, lembram que o pioneirismo de Cutter – ao criar um novo modo de formar cabeçalhos – e de Kaiser – ao criar um novo modo de indexar assuntos – não teve a mesma repercussão no universo das classificações como teve a publicação da *Colon Classification*, cujo mérito não está no fato de ser uma nova classificação, mas, sobretudo, por emergir um novo método de abordagem analítico-sintética para a identificação de assuntos – a Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan (SALES; GUIMARÃES, 2010).

De acordo com Foskett (1973), a teoria desenvolvida por Ranganathan demonstra que a análise e síntese são plenamente aplicáveis a qualquer classe de assuntos, podendo ser sistematizadas. Além disso, desenvolveu terminologia própria, em bases cientificamente corretas, que acabaram sendo adotadas, segundo Foskett (1973), apesar das críticas dirigidas às suas metáforas orientais e por vezes, poéticas.

Desde a morte de Ranganathan em 1972 a CC sofreu escassas atualizações e seu desenvolvimento ficou a cargo do *Documentation Research and Training Centre* (DRTC) de Bangalore, Índia. Sua última edição, a sétima, publicada em 1987 foi considerada complexa, dificultando ainda mais sua aceitação em bibliotecas. Contudo, a CC constitui a base da Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan, que rompe a rigidez da hierarquização, criando a possibilidade da inter-relação entre os conceitos. Esta, segundo Anjos (2008, p. 205) foi a genial intuição de Ranganathan ao “[...] conceber uma alternativa ao modelo hierárquico rígido das grandes classificações bibliográficas, principalmente a CDD e a LCC. ”

Dessa forma, embora o interesse pelas grandes classificações facetadas, como é o caso da *Colon Classification*, não seja mais o mesmo, as ideias e contribuições de Ranganathan continuam vivas e atuais, sendo ainda objeto de discussão, tendo em vista o caráter sólido de sua obra. Tomando como referência as ideias do sociólogo Zygmunt Bauman, Sabbag e Castro Filho (2016) fazem uma reflexão sobre a obra de Ranganathan, considerado como um autor clássico e de conceitos sólidos em sua relação com a contemporaneidade caracterizada pela fluidez de um mundo líquido, pós-moderno, que ignora divisões e barreiras e onde crenças e práticas podem ser diluídas com facilidade. Nesse contexto, Ranganathan se apresenta como um teórico de ideias sólidas, que traz uma visão moderna das bibliotecas e da Biblioteconomia

e um corpo teórico aplicável à organização, sistematização e recuperação da informação tanto em bibliotecas como em ambiente *Web*. Para os autores, essa talvez seja uma das razões para Ranganathan ocupar o espaço que ocupa nesse mundo líquido, uma vez que seu método é perfeitamente utilizável na organização do enorme fluxo informacional de fragmentos que carecem de diálogo, apresentados contemporaneamente (SABAGG; CASTRO FILHO, 2016).

A Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan, com sua nova proposta de classificar assuntos se constitui num marco revolucionário e sua grande contribuição para a Biblioteconomia e Ciência da Informação. A influência do método de Ranganathan foi marcante, principalmente na Europa, onde os membros do CRG exploraram os princípios de sua teoria no estudo e desenvolvimento dos tesauros e outras linguagens documentárias, potencializando, assim, o processo de indexação. Na próxima subseção serão abordados alguns Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), elementos que também fundamentam este trabalho.

2.1.3 Sistemas de organização do conhecimento

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) são sistemas conceituais utilizados para representar domínios através da sistematização dos conceitos e de suas relações semânticas (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008). Nas próximas subseções os cabeçalhos de assunto, os tesauros, as taxonomias e as ontologias serão focalizados, tendo em vista serem SOC's que funcionam como instrumentos essenciais para o profissional em sua ação mediadora, no processo de indexação.

2.1.3.1 Cabeçalhos de assunto

A indexação alfabética de assunto é a atividade vinculada à determinação de cabeçalhos de assunto, sendo, por isso, denominada também de catalogação de assuntos. Silva e Fujita (2004) e autores como Lancaster (2004) identificam equivalências entre os dois termos pelo fato de serem resultado de um mesmo processo – a análise de assunto.

Os cabeçalhos de assunto constituem “[...] a primeira tentativa de sistematização para a representação alfabética de assuntos.” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 143). Para essas autoras, alguns fatores foram determinantes para o seu aparecimento:

- a) os títulos não representavam adequadamente os assuntos tratados nas obras;
- b) existência de problemas relativos às subdivisões de assunto;

- c) existência de obras com mais de um assunto;
- d) interdisciplinaridade de assuntos na mesma obra;
- e) existência de obras que relacionavam assuntos a lugares e épocas diferentes.

É de Charles Ammi Cutter o primeiro estudo dos problemas relacionados à indexação alfabética de assuntos no tocante às entradas específicas e dificuldades de aplicação dos termos simples, compostos e geográficos. Cutter estabeleceu princípios fundamentais para a indexação, embora tenha sido contestado por A. W. Foskett em alguns pontos relacionados à metodologia proposta (SILVA; FUJITA, 2004). A partir dos estudos de Cutter, outros estudos se desenvolveram. O Quadro 8 apresenta uma síntese evolutiva dos principais estudos teóricos sobre indexação, começando com a publicação da obra de Cutter em 1876 até a concepção do sistema PRECIS de Derek Austin, em 1974, percorrendo, assim, cem anos de estudos em torno da indexação alfabética de assunto (SILVA; FUJITA, 2004).

Quadro 8 – 100 Anos de estudos teóricos da indexação - síntese evolutiva

Charles A. Cutter	1876 – publicação da obra básica <i>Rules for a Dictionary Catalog</i> , onde o autor estabelece os cabeçalhos de assunto de acordo com o princípio específico, o princípio de uso e o princípio sintético.
J. O. Kaiser	1911 – publicação de <i>Systematic Indexing</i> , onde propõe a análise de assuntos compostos pela combinação de três categorias: “concreto”, “processo” e “lugar”
S. R. Ranganathan	1933 – primeira edição de <i>The Colon Classification</i> , onde desenvolve um sistema de classificação baseado na análise de facetas e nas categorias PMEST
E. J. Coates	1960 – publicação do livro <i>Subject Catalogues</i> , onde apresenta a formulação de cabeçalhos de assunto específicos por categorias: coisa, parte, matéria e ação.
J. Metcalfe	1959 – publicação de <i>Subject Classifying and Indexing of Libraries and Literature</i> , onde admite que a entrada deve ser direta e discute o propósito da catalogação de assunto como sendo o de indicar somente a classe de assunto em que está inserido.
M. F. Lynch	Desenvolveu índices articulados de assunto num estudo de índices para o <i>Chemical Abstracts</i> .
J. A. Ferradane	Idealizou um sistema de indexação que adota nove operadores relacionais para indicar as relações entre termos em etapas de discriminação no tempo e no espaço.
A. Neelameghan e M. A. Gopinath	Idealizaram um sistema inteiramente baseado em princípios classificatórios com base nas categorias da <i>Colon Classification</i> de Ranganathan.
T. C. Craven	Idealizou o sistema NEPHIS (<i>Nested Phrase Indexing System</i>) e o sistema LIPHIS (<i>Linked Phrase Indexing System</i>), ambos sistemas de indexação automática.
D. Austin	1974 - idealizou o PRECIS (<i>Preserve Context Indexing System</i>) para a <i>British National Bibliography</i> , fundamentado em estruturas semântica e sintática e em esquema de operadores de função.

Fonte: Baseado em Silva e Fujita (2004)

Diferentemente dos cabeçalhos de assunto, os tesouros, abordados na próxima subseção, se caracterizam por possuírem uma estrutura mais depurada que utiliza um vocabulário mais específico visando o atendimento de áreas específicas do conhecimento.

2.1.3.2 Tesouros

Em 1950, Hans Peter Luhn, do *Research Center* da IBM, nos Estados Unidos, foi primeiro a utilizar o nome thesaurus para designar um sistema de palavras autorizadas, com

referências cruzadas. Luhn percebeu, ao organizar seu sistema que alguma relação entre as palavras deveria ser estabelecida para solucionar o problema de localizar a palavra ou ideia mais adequada à recuperação. Era necessário tornar evidente que ideias afins estavam ligando uma palavra a outra. Peter Roget já havia percebido esse problema e seu trabalho acaba influenciando Luhn na construção de sua lista de termos autorizados (CAMPOS, 2001).

Assim, um novo tipo de linguagem documentária passa a existir, “[...] o tesouro de recuperação de informação – que veio a se contrapor às listas de cabeçalhos de assunto e servir como instrumento de auxílio aos sistemas que utilizavam um único termo (unitermo).” (CAMPOS, 2001, p. 90).

Assim como Campos (2001), Dodebei (2014) também aponta como marco na história dos tesouros a publicação do *Thesaurus of English Words and Phrases* de Peter Mark Roget, em Londres, 1852, constituído por termos organizados de acordo com as ideias que expressavam e não como um dicionário, objetivando encontrar as palavras que melhor expressassem as ideias nos textos. Ou seja, o objetivo de Roget não era arranjar palavras pelo som ou pela ortografia, mas estritamente pelo seu significado. Segundo Campos (2001, p. 88), ao contrário dos dicionários de língua, no Thesaurus de Roget “[...] parte-se de um significado, de uma idéia, para se chegar às palavras que melhor a representam. ” Trata-se, portanto, de um esquema de classificação com um índice alfabético remissivo, organizado em duas partes: uma estrutura classificatória – sistema de classificação de ideias – e um índice alfabético dos cabeçalhos que remetem aos números representativos das ideias na parte sistemática, que por sua vez é constituída de seis categorias, com divisões e subdivisões, detalhadas em tópicos ou cabeçalhos numerados, nos quais as palavras são organizadas (CAMPOS, 2001).

A necessidade de manipular grande quantidade de documentos especializados fez surgir o tesouro documentário. Tornou-se, portanto, necessário trabalhar com um vocabulário mais específico e com uma estrutura mais depurada, diferentemente da utilizada nos cabeçalhos de assunto. Para tanto, procurou-se melhorar sua estrutura, introduzindo as relações hierárquicas (paradigmáticas) e associativas (sintagmáticas) em substituição às referências cruzadas. De acordo com Dodebei (2014) a denominação “tesouro” passa a ser usada para as listas estruturadas de termos, por analogia com a obra de Peter Roget, embora tendo agora a função de indexar/recuperar a informação.

Segundo Dodebei (2014) observa-se um desenvolvimento acelerado dos tesouros, mediante vários estudos propostos, visando o aperfeiçoamento desse instrumento. A autora registra também a definição da Unesco de 1973, de acordo com a qual, um tesouro se constitui

num vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente, que cobre extensivamente um campo do conhecimento. Para a autora,

O emprego de tesouros nas tarefas de indexação e recuperação de informações tenta resolver o problema da alocação de documentos em classes de assuntos, não só por sua capacidade de controlar o vocabulário, mas porque é um instrumento que relaciona os descritores/termos de forma mais consistente, apresentando uma estrutura sintética simplificada e uma complexa rede de referências cruzadas. Isto permite ao especialista localizar com mais facilidade a palavra-chave requerida para uma busca. (DODEBEI, 2014, p. 69).

Campos (2001) nos informa que no início da década de 1970, através do programa Unisist da Unesco foi definido o termo “tesouro” para a área de Ciência da Informação, sob dois aspectos:

- a) **segundo a estrutura:** “É um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente cobrindo um domínio específico do conhecimento” (CAMPOS, 2001, p. 90);
- b) **segundo a função:** “É um dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa linguagem do sistema (linguagem de documentação, linguagem de informação) mais restrita” (CAMPOS, 2001, p. 91).

Sobre essas duas definições, a autora assinala a preocupação da Unesco em atender tanto à área de elaboração de tesouros (definição *a*), quanto à área de organização e recuperação da informação (definição *b*).

O chamado tesouro de recuperação, definido por Campos (2001, p. 91) como um “[...] instrumento que reúne conceitos de uma dada área do conhecimento relacionados entre si [...]” evoluiu historicamente a partir de duas vertentes: a que se baseia no Unitermo (abordagem alfabética) e a que sofre a influência da Teoria da Classificação Facetada (abordagem sistemática).

Na América do Norte, mais precisamente nos Estados Unidos, a evolução dos tesouros se dá a partir do desenvolvimento do Cabeçalho de Assunto para o Unitermo. Campos (2001) observa que talvez fosse mais adequado referir-se a uma ruptura em vez de uma evolução, tendo em vista que fora introduzido um novo modelo, estranho ao anterior.

A introdução do Sistema Unitermo se dá em 1951, por Mortimer Taube. A principal característica do sistema é a representação do assunto por palavras únicas (*uniterm*), extraídas do texto sem nenhum controle, possibilitando a composição do assunto no momento da recuperação da informação – denominado de sistema coordenado. Mais tarde foi chamado de sistema pós-coordenado em oposição aos cabeçalhos de assunto que seriam considerados pré-

coordenados. Campos (2001) informa que na década de 1960 os tesouros foram sendo aperfeiçoados nos Estados Unidos com a produção de tesouros na área de Engenharia, onde um deles, o *Thesaurus of Engineering and Scientific Terms* (TEST), publicado em 1967, passa a ser recomendado como fonte para construção de tesouros e servindo como base para a elaboração de normas da *American National Standardization Institute* (ANSI) e da Unesco.

Na Europa os tesouros se desenvolvem sob a influência da Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan, através do PRECIS (*Preserve Context Indexing System*), sistema de indexação alfabética desenvolvido para a *British National Bibliography*. Campos (2001) menciona também o *Thesaurofaced* que tomou como base a Teoria da Classificação Facetada para organizar a sua sintaxe e também para a organização dos conceitos. A autora observa que a teoria de Ranganathan influenciou toda uma geração de profissionais da informação, tendo sido um dos suportes utilizados pelo *Classification Research Group* (CRG), com sede em Londres, do qual fizeram parte nomes como D. J. Foskett, B. C. Vickery, E. J. Coates, J. E. L. Farradane, D. W. Langridge, D. J. Campbell, D. Austin, J. Aitchinson dentre outros. O CRG concentrou-se nos seus primeiros anos de atividade no desenvolvimento de esquemas especializados de classificação para diversos assuntos, nas pesquisas sobre sistemas notacionais para tabelas de classificação e na análise de relações entre conceitos.

De acordo com Campos (2001, p. 99),

Os tesouros produzidos pela linha europeia, mais especificamente por membros do CRG que exploram os princípios da Teoria da Classificação, fornecem as bases para a ordenação das classes e chegam a preconizar a apresentação sistemática do tesouro, além da tradicional ordem alfabética. Em relação ao termo, no entanto, seus autores apresentam um comportamento semelhante ao dos autores americanos.

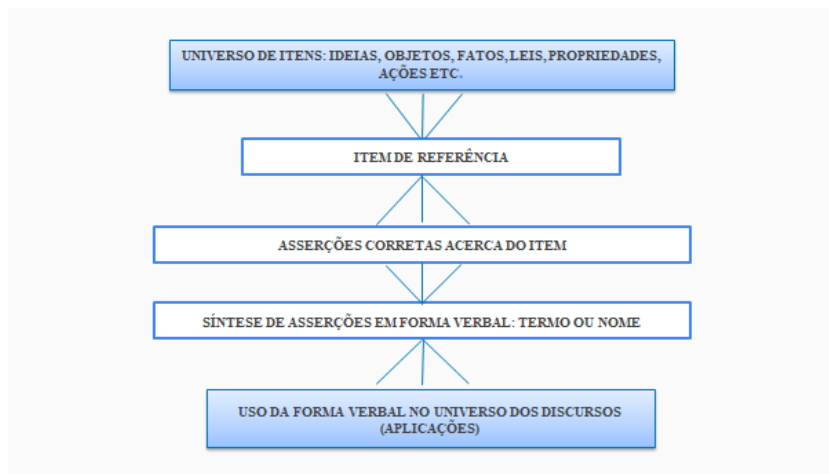
Campos (2001) acrescenta que essa questão não resolvida pelas vertentes europeia e americana parece encontrar solução partir da década de 1970 com I. Dahlberg e sua Teoria do Conceito. Esta autora defende também o uso das categorias preconizadas por Ranganathan na solução para a organização dos conceitos. Campos (2001) assinala que a partir dessa corrente que liga a Teoria do Conceito à Teoria da Classificação surge uma tendência para um novo tipo de tesouro, o tesouro com base em conceito. De acordo com a autora, trata-se de uma nova metodologia para elaboração de tesouros, fundamentada em questões que envolvem conceitos e categorias – o tesouro terminológico.

Para Campos (2001, p. 100), “A Teoria do Conceito possibilitou um método para a fixação do conteúdo do conceito e para seu posicionamento em um Sistema de Conceitos.” O termo passa a ser um elemento do próprio conceito e não mais apenas um elemento de significação do termo. A autora explica que dessa forma, o tratamento linguístico dado ao termo

nos tesouros perde o sentido, não importando mais se é formado por mais de uma palavra ou por substantivos, adjetivos etc., importa agora é que denota um referente. Segundo a autora, “[...] tratar o termo como representante de um referente, com suas características, é dar a ele um tratamento terminológico.” (CAMPOS, 2001, p. 100).

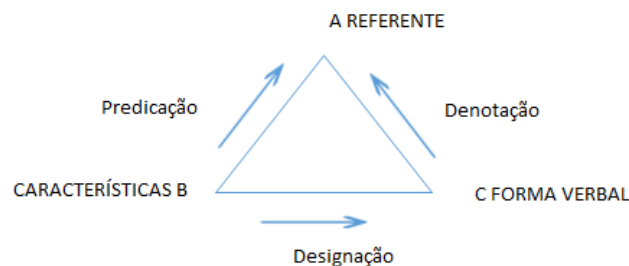
Campos (2001) apoia-se em Dahlberg, cujos trabalhos sobre a Teoria do Conceito, propõem uma nova definição para “conceito”, que se contrapõe à definição apresentada pela Teoria Geral da Terminologia de E. Wuester, que define “conceito” como unidade de pensamento. Dahlberg propõe que seja definido como “unidade de conhecimento”, pelo fato de conhecimento pressupor um entendimento mais objetivo de algo observável. Campos (2001) apresenta o modelo para construção de conceitos e os três elementos dos conceitos de Dahlberg nas Figuras 2 e 3.

Figura 2 – Modelo para construção de conceitos de I. Dahlberg



Fonte: Campos (2001, p. 102)

Figura 3 – Os três elementos do conceito em I. Dahlberg



Fonte: Campos (2001, p. 103)

Segundo Campos (2001, p. 103) o processo de determinação do conceito em Dahlberg (Figura 4) se dá

[...] no momento em que é selecionado um item de referência – um referente – e analisado dentro de um determinado Universo. A partir daí, atribuem-se predicados ao referente, selecionando características relevantes. Estas devem auxiliar no processo de designação de uma forma apropriada, que denota o conceito. Assim, o conceito só pode ser determinado a partir da reunião de todos esses elementos que o compõem.

O Quadro 9 apresenta algumas experiências de construção de tesouros, registradas por Campos (2001) que vão além da adoção dos princípios classificatórios, para incorporar princípios da Terminologia, mais especificamente, da Teoria do Conceito.

Quadro 9 – Organização de tesouros - Trabalhos baseados na Teoria do Conceito

Estudo-Piloto de Tesouro para a <i>Deutsche Bibliothek</i> – I. Dahlberg	Organização de um tesouro geral para a <i>Deutsche Bibliothek</i> , onde investigou o tipo e a forma dos termos usados naquela biblioteca, visando testar sua adequação na construção de um tesouro geral para bibliotecas.
Experiências Norte-Americanas	NASA – pioneira na construção de tesouros com emprego de técnicas de facetação e vários outros tesouros ligados à administração federal dos Estados Unidos
Tesouro de Literatura	Na década de 1980 a área de literatura é escolhida como piloto num projeto de sistematização de cabeçalhos de assunto. A área foi escolhida por apresentar um número elevado de termos.
Método Relacional	Novo método proposto na dissertação de Dilza F. Motta, em 1987, que assume “[...]um princípio da Terminologia, segundo o qual os conceitos se definem uns em relação aos outros, formando um sistema [...]” (CAMPOS, 2001, p. 109).
Tesouro de Engenharia Civil	Tesouro desenvolvido em 1989, como parte de projeto do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), que objetivava prover as bibliotecas universitárias de tesouros nas diversas áreas. Teve como ponto de partida uma estrutura facetada de conceitos, que influenciou a metodologia de elaboração de tesouros e a estruturação dos conceitos.
Manual de Elaboração de Tesouros Monolíngues	Nasceu de projetos realizados no Programa de Pesquisa, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos para bibliotecas das instituições de ensino superior, no âmbito do PNBU. Nesse Manual, o tesouro é visto como um sistema de conceitos e o conceito é entendido como “unidade de conhecimento”, conforme proposto por I. Dahlberg.

Fonte: Baseado em Campos (2001)

Através do Quadro 9, verifica-se que na Europa o destaque é para o trabalho de I. Dahlberg na *Deutsche Bibliothek*, visando a construção de um tesouro geral para bibliotecas; nos Estados Unidos, identifica-se o pioneirismo da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) no uso de técnicas de facetação em tesouros. Já no Brasil, observa-se um desenvolvimento acentuado na década de 1980, com os projetos de tesouros para as áreas de literatura e engenharia, além do uso do método relacional proposto em dissertação de mestrado por Dilza F. Motta no final da década. Outro destaque é a contribuição do Programa

Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) para o desenvolvimento de tesouros e para a concepção do Manual de Elaboração de Tesouros Monolíngues, cujo conteúdo foi influenciado pelo pensamento de I. Dahlberg.

A próxima subsecção é dedicada às taxonomias, estrutura classificatória que teve sua origem no domínio da Biologia, mas que também constitui instrumento para o profissional da informação em sua ação mediadora.

2.1.3.3 Taxonomias

O termo taxonomia tem sua origem no grego: *taxis*=ordem (ordenação) e *onoma*=nome (lei, norma, regra) tendo sido usado pela primeira vez em 1735 na obra *Systema Naturae* do cientista e médico sueco Karl Von Linné, que se tornou um dos maiores botânicos da história por ter estabelecido princípios básicos na classificação de seres vivos. A “Taxonomia de Lineu”, como ficou conhecida, classificou seres vivos por suas características distintivas, estabeleceu hierarquias, dividindo os seres em reinos, filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies que posteriormente foram subdivididos. Dessa forma, durante o século XVIII a taxonomia ficou conhecida como pertencente ao domínio da biologia (AGANETTE; ALVARENGA; SOUZA, 2010; CAMPOS; GOMES, 2008; NOVO, 2010; VIGNOLI; SOUTO; CERVANTES, 2013).

De acordo com Simões et al. (2016, p. 44-45) as taxonomias evoluíram dos seres aos saberes:

Com efeito, a noção de taxonomia surge, no primeiro momento, relacionada com a classificação dos seres e, mais tarde, com a emergência da ciência moderna, evolui para a classificação dos saberes, constatando-se assim a sua passagem do plano ontológico também ao gnosiológico; dadas as potencialidades da mente humana, e num sentido semiótico, quase todas as “coisas” que existem no mundo podem ser nomeadas e, conseqüentemente, representadas por esquemas taxionômicos, o que, aliado a sua flexibilidade, faz com que estes esquemas tenham uma variadíssima aplicação.

Simões et al. (2016) assinalam que foi no final do século XX e início do século XXI que as taxonomias voltaram a emergir, sendo aplicadas a ambientes digitais, notadamente a portais corporativos, bibliotecas digitais e à *Web* semântica. Para as autoras, “[...] nos ambientes digitais, devido à saturação de informação, as taxonomias assumem especial relevo na organização e na recuperação pertinente dos conteúdos.” (SIMÕES et al., 2016, p. 48). O fato de serem ambientes controlados torna possível selecionar e categorizar a informação a ser disponibilizada.

Langridge (1987, p. 25) define a taxonomia como “um mapa completo de qualquer área do conhecimento, mostrando todos os seus conceitos e suas relações [...]”. Vickery (1980) entendia uma taxonomia como um instrumento hierárquico de termos como uma grande árvore, onde cada entidade pertence a uma única classe, numa relação dicotômica. No entanto, o conceito vem sofrendo mudanças ao longo do tempo, se tornando mais abrangente, encontrando na taxonomia “[...] um instrumento de recuperação de informação, com possibilidade de agregar dados (metadados) na estrutura.” (MACULAN; LIMA; PENIDO, 2011, p. 242).

De acordo com Pell e Huppuch (2017), uma taxonomia é comumente entendida como um sistema de organização do conhecimento relacionado à prática da classificação, mas o fato de as taxonomias serem descritas de forma variada na literatura da Ciência da Informação e nas organizações pode causar algum tipo de confusão, pois algumas dessas diferenças na descrição são interpretadas como diferentes abordagens de análise das mesmas relações subjacentes. Para Pell e Huppuch (2017, p. 135, tradução nossa) “Uma taxonomia pode ser tão simples quanto uma lista de termos, mas isso não implica que ela seja neutra em relação aos valores sociais ou perspectivas teóricas.” Para os autores, uma perspectiva teórica pode ajudar no desenvolvimento da taxonomia como um campo dentro da Ciência da Informação.

Segundo Campos e Gomes (2008), a taxonomia é, por definição classificação sistemática. Para as autoras, “No ambiente dos sistemas de classificação, das ontologias, da inteligência artificial, é entendida como classificação de elementos de variada natureza.” (CAMPOS; GOMES, 2008, p. 3). As autoras entendem que o resgate da taxonomia nos sistemas de informação não considera mais família, gênero e espécie como unidade sistemática (*taxon*), mas sim conceitos. Apresenta as classes segundo uma ordem lógica, apoiada em princípios classificatórios. Atualmente, portanto, taxonomias são consideradas como “[...] estruturas classificatórias que têm por finalidade servir de instrumento para a organização e recuperação de informação em empresas e instituições.” (CAMPOS; GOMES, 2008, p. 3). Baseado nas autoras, o Quadro 10 sintetiza os tipos, características e princípios básicos de classificação adotados nas taxonomias.

Quadro 10 – Taxonomias – tipos, características e princípios básicos adotados

TIPOS DE TAXONOMIAS	Taxonomia canônica, classificação binária (dicotômica), de unidades sistemáticas (família, gênero, espécie); Taxonomia de domínio; Taxonomia de processos e tarefas gerenciais.
CARACTERÍSTICAS	Lista estruturada de conceitos/termos de um domínio; Termos organizados hierarquicamente; Possibilitar a organização e recuperação de informação através de navegação; Permitir agregação de dados, diferentemente das taxonomias seminais, além de evidenciar um modelo conceitual do domínio; Instrumento de organização intelectual, atuando como um mapa conceitual em um sistema de recuperação de informação; Ser um mecanismo de consulta em portais institucionais, através de navegação.
PRINCÍPIOS BÁSICOS ADOTADOS	Categorização, que fornece as bases para a apresentação sistemática; Cânones, para o trabalho no plano das ideias (princípios para a construção das classes); Princípios, para a ordenação das classes e de seus elementos.

Fonte: Baseado em Campos e Gomes (2008)

Para Vital e Café (2011a) a taxonomia constitui objeto antigo de estudo da Documentação, mas sua aplicação é relativamente recente nos ambientes organizacionais, onde ela surge “[...] como forma de melhorar a organização da informação em portais corporativos possibilitando o tratamento adequado dos documentos, com o objetivo de recuperá-los.” (VITAL; CAFÉ, 2011b, p. 43). As autoras entendem a taxonomia como modelo diferenciado dos tesouros que classifica e ordena as informações em áreas específicas, dando apoio à gestão da informação e do conhecimento. Para elas “A taxonomia organiza a informação da mais genérica a mais específica, utilizando-se da relação hierárquica ou relação de gênero-espécie entre os termos.” (VITAL; CAFÉ, 2011a, p. 123).

Ainda segundo Vital e Café (2011a), a formação de taxonomias, no que tange aos ambientes digitais, se beneficia da marcação dos documentos, ou seja, o uso de linguagens de marcação e de metadados são fundamentais para tornar os documentos mais facilmente localizáveis pelos mecanismos de buscas, auxiliando na solução de ambiguidades que possam causar ruídos nos processos de busca e recuperação da informação. As autoras completam:

A taxonomia, como qualquer outra forma de organização e representação da informação e conhecimento, precisa acompanhar a natureza dinâmica e as variações lingüísticas que ocorrem no fluxo de informações das organizações, e, conseqüentemente, estar em constante manutenção. (VITAL; CAFÉ, 2011a, p. 125).

As taxonomias, portanto, como forma de representação da informação, constituem-se em alternativa viável para a organizar o conhecimento em ambientes *Web*, assim como as ontologias, que serão detalhadas no próximo segmento.

2.1.3.4 Ontologias

Do grego *ontos* (ser, ente) e *logos* (saber, doutrina), ontologia é a parte da metafísica que estuda o ser em geral e suas propriedades transcendentais (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). De acordo com Almeida, M. B. (2014), possivelmente Aristóteles foi o primeiro filósofo a usar a palavra *kategoria* como termo técnico para predicação. O sistema de categorias, de acordo com a tradição aristotélica, deve ser capaz de fornecer um inventário das coisas que existem. O método aristotélico ordena as categorias das coisas de acordo com suas características essenciais. Tal método foi questionado por I. Kant em sua ontologia, onde lida com categorias do entendimento humano e não com objetos do mundo. Almeida, M. B. (2014) menciona ainda a ontologia de E. Husserl, onde as principais distinções ocorrem entre três reinos: dos fatos, das essências e dos significados ou sentidos. Moreira e Santos Neto (2014) assinalam que a ontologia analisada no sentido filosófico grego tem sua preocupação centrada na natureza e na realidade dos seres, tendo tido a contribuição de diversos pensadores. Além de Aristóteles, são citados Kant, Husserl, Descartes, Brentano e os escolásticos da Idade Média.

O uso do termo ontologia, no entanto, foi além da Filosofia. Outras áreas do conhecimento se apropriaram do termo ontologia e o seu sentido original filosófico, foi mudado. Dentre esses outros ramos do conhecimento estão a Ciência da Computação, que segundo Sawsaa e Lu (2014) toma o termo emprestado para representar o conhecimento necessário para entender o mundo real, e a Ciência da Informação que a entende como forma de representação do conhecimento, na medida em que “[...] traduz a realidade para um modelo bem delimitado e específico daquilo que se pretende representar.” (SCHIESSL, 2007, p. 175).

Almeida, M. B. (2014) chama a atenção para o uso do termo nos anos 1960, referindo-se “[...] a uma estrutura de conceitos representados por um vocabulário lógico.” (p. 248-249). Já Ferneda e Dias (2017) apontam que o termo teve sua primeira menção em um trabalho da área de Ciência da Computação escrito por George H. Mealy em 1967, tendo as ontologias passado a despertar o interesse de muitos pesquisadores a partir de então.

Abordando a recuperação da informação, Ferneda e Dias (2017) lembram, de forma simplificada que o processo de recuperar a informação parte da representação dos documentos e da representação da expressão de busca. Segundo os autores, “As ontologias se inserem no processo de recuperação de informação com o objetivo de prover um maior nível semântico de tais representações.” (FERNEDA; DIAS, 2017, p. 176). Dessa forma, entende-se a importância do papel das ontologias tanto no processo de indexação, na medida em que permite acesso a uma estrutura conceitual e terminológica mais contextualizada num determinado domínio do

conhecimento, quanto na satisfação das necessidades de informação dos usuários, tendo em vista que a utilização de ontologias no processo de especificação de buscas pode permitir a derivação de novos termos e agregá-los para que a consulta seja expandida (FERNEDA; DIAS, 2017). Janaite Neto e Ferneda (2016) se referem ao conceito de “expansão de consulta”, que referencia os métodos e processos para melhorar a eficiência da recuperação de informação. Os autores propõem que “[...] uma ontologia pode ser utilizada na expansão das consultas inicialmente formuladas pelos usuários, por meio da inserção de novos termos derivados dos relacionamentos entre os conceitos da ontologia.” (JANAITE NETO; FERNEDA, 2016, p. 40).

Moreira e Santos Neto (2014) referem-se a uma interface teórico-conceitual da Ciência da Informação com a Ciência da Computação onde

[...] as ontologias são consideradas como artefatos desenhados especificamente para possibilitar a representação computacional de algum fenômeno. As ontologias são, portanto, modelos de algum aspecto da realidade, nos quais os conceitos são definidos de modo lógico-semântico em termos de seus limites e de suas correlações.” (MOREIRA; SANTOS NETO, 2014, p. 51).

Sobre a comparação entre ontologias e os sistemas de classificação, Moreira (2013) afirma ser esta uma tarefa ao mesmo tempo simples e complexa. Para ele seria mais eficaz comparar uma ontologia a um sistema específico de classificação, embora o autor admita que algumas comparações generalizantes podem ser estabelecidas. Para o autor,

As Ontologias distinguem-se dos Sistemas de Classificação pelos seus propósitos e não há que se confundi-los, mas podem ser utilizadas como base para a produção de sistemas de classificação mais coesos, por conta do tratamento que dispensam (que precisam dispensar) aos conceitos e às relações conceituais. (MOREIRA, 2013, p. 73).

De acordo com Schiessl (2007) uma ontologia define um vocabulário comum, o que permite aos pesquisadores o compartilhamento de informações em determinado domínio. O compartilhamento, confere benefícios na melhoria da comunicação e integração de usuários, além de facilitar o desenvolvimento de outras ontologias, mediante a possibilidade de reutilização das mesmas. O autor enfatiza, portanto, a vantagem da utilização de ontologias na *Web* e pontua algumas características relevantes que devem ser observadas em seu planejamento:

- a) **clareza** – definições objetivas e se possível, completas, documentadas em linguagem natural;
- b) **coerência** - deve permitir inferências consistentes com as definições;
- c) **extensível** – deve permitir a definição de novos termos, baseados no vocabulário existente, evitando revisões de definições existentes;
- d) **mínimo viés de codificação** – a conceituação deve ser especificada no âmbito do conhecimento e não somente na conveniência da notação ou implementação;

- e) **mínimo compromisso ontológico** – o compromisso ontológico deve ser apenas para permitir atividades de compartilhamento do conhecimento.

Entende-se, dessa forma, que no âmbito da Ciência da Informação, ontologias, assim como as taxonomias funcionam como complemento aos sistemas de classificação, auxiliando na indexação e no processo de recuperação da informação, facilitando a compreensão do usuário durante o processo de busca, sendo, portanto, instrumentos de mediação da informação.

A representação temática da informação se consolida como processo sustentador de ações mediadoras, no entanto, ela não é suficiente para que a informação possa ser recuperada de forma plena, é necessário, portanto, que essa informação seja descrita, de forma a auxiliar o usuário no exercício das tarefas empreendidas em suas buscas por informação – encontrar, identificar, selecionar e obter.

Segue-se focalizando nas próximas subseções, o processo de indexação em seus fundamentos históricos e conceituais, além de uma abordagem sobre as linguagens documentárias, instrumentos de mediação utilizados na representação da informação.

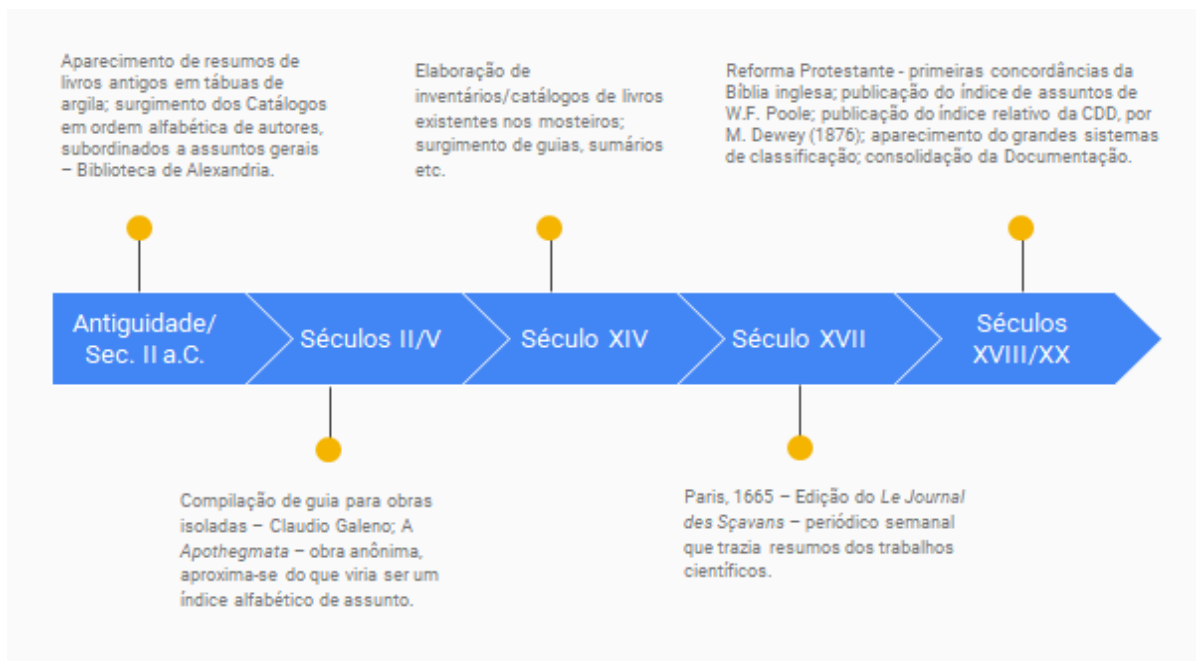
2.2 O PROCESSO DE INDEXAÇÃO E SEUS FUNDAMENTOS

Esta subseção abordará o processo de indexação, em seus aspectos históricos e conceituais, focalizando a importância das linguagens documentárias como mecanismos de mediação e os instrumentos utilizados pelos profissionais da informação nesse processo.

2.2.1 Aspectos históricos e conceituais

A indexação surgiu como atividade para elaboração de índices, instrumentos de armazenagem e recuperação da informação. Silva e Fujita (2004) registram os indícios de atividades de armazenagem de informação desde a Antiguidade com as tábuas de argila da extinta Mesopotâmia (século II a.C.) e o catálogo da Biblioteca de Alexandria, passando pelo aparecimento dos primeiros guias e índices alfabéticos até os grandes sistemas de classificação do século XIX, conforme resume a Figura 4.

Figura 4 – Atividades de indexação na História



Fonte: Baseado em Silva e Fujita (2004)

De acordo com Silva e Fujita (2004) atualmente o conceito de indexação está mais vinculado ao conceito de análise de assuntos, embora tenha surgido a partir da elaboração de índices, tendo em vista a necessidade de recuperar a informação de forma cada vez mais precisa e especializada. Essa necessidade levou ao uso de aparatos metodológicos e instrumentais diversificados e voltados para o contexto de cada documento. A indexação e a elaboração de resumos ganharam espaço, sobretudo, a partir do surgimento na década de 1960 da Documentação como área científica.

De acordo com as autoras, dentro da Análise Documentária, na perspectiva da linha teórica francesa de J. C. Gardin, “[...] a indexação é vista como uma operação de representação documentária com a finalidade pragmática de Recuperação da Informação.” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 136).

A outra corrente teórica, representada principalmente por ingleses e norte-americanos entende a indexação como um processo, ou seja, a indexação seria a própria Análise Documentária, “[...] composta das mesmas etapas operacionais com objetivo de representação do conteúdo informacional de documentos para a elaboração de índices.” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 136). Observa-se, portanto, a existência da corrente inglesa, representada por autores como Foskett e Lancaster entre outros, e da corrente francesa, introduzida por Gardin, que tem muitos seguidores no Brasil. De acordo com a corrente francesa, “[...] a Análise Documentária é um macro universo no qual a indexação está inserida.” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 136).

A existência de correntes teóricas distintas e, conseqüentes divergências entre elas, explicam a existência de certo conflito terminológico, ao qual também se refere Lancaster (2004). Ao se declararem pertencentes à corrente francesa, Silva e Fujita (2004) entendem a análise documentária

[...] como área teórica e metodológica com o objetivo de tratamento temático de documento que abrange as atividades de Indexação, Classificação e elaboração e resumos, considerando as diferentes finalidades de recuperação da informação. (SILVA; FUJITA, 2004, p. 138).

É necessário registrar também o modelo contemporâneo de indexação orientado pelo usuário – a chamada **indexação social** – que segundo Guedes, Moura e Dias (2012), se caracteriza pela descentralização dos processos de organização da informação em ambiente *Web*. Os autores identificam as folksonomias – neologismo resultante da junção das palavras *folk* (povo, pessoas) e *etaxonomy* (taxonomia) – cuja ação mais explícita é a indexação, conhecida também nos ambientes digitais por *tagging*, ou ação de etiquetar (GUEDES; MOURA; DIAS, 2012; GUEDES; DIAS, 2010). A folksonomia resulta da marcação livre de informações e objetos, sendo essa marcação feita geralmente em ambiente social, de forma partilhada e aberta a outras pessoas, sendo criada pela pessoa que consome a informação (GUEDES; MOURA; DIAS, 2012). Esse tipo de indexação orientada pelo usuário propicia um nível elevado de interação com a comunidade “[...] que, provavelmente, não seria possível se tivesse decisões a serem feitas sobre códigos, convenções e regras que regem qualquer taxonomia controlada.” (GUEDES; DIAS, 2010, p. 45).

A tarefa de recuperar a informação de forma precisa e especializada, portanto, impõe a criação de linguagens com fins comunicacionais, que interajam e dialoguem entre os sistemas de informação e os usuários (KOBASHI, 2007).

Nesse contexto, situam-se as linguagens documentárias, utilizadas pelo bibliotecário no seu trabalho de representar a informação a ser recuperada. Esses instrumentos que funcionam como tradutores de conteúdo serão analisados em mais detalhes, no próximo segmento.

2.2.2 Linguagens Documentárias

Fazendo um rápido retrospecto sobre a área da documentação, Cintra et al. (2002) abordam o fato de que nas décadas de 1950 e 1960, com o crescimento do conhecimento científico e tecnológico, as dificuldades para o armazenamento e recuperação da informação se

intensificaram, sendo esse o momento do abandono da preferência pela recuperação bibliográfica e normalização classificatória e descritiva, em favor da construção de linguagens próprias – as linguagens documentárias. Segundo as autoras, “Essas linguagens são, pois, construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a traduzir os conteúdos dos documentos.” (CINTRA et al., 2002, p. 33). De acordo com as autoras, as linguagens documentárias, assim como as linguagens naturais, constituem sistemas simbólicos instituídos que visam facilitar a comunicação, embora essa função comunicativa se restrinja a contextos documentários, para tornar possível a comunicação usuário/sistema.

As linguagens documentárias mais conhecidas e utilizadas no fazer bibliotecário são os tesouros e as classificações bibliográficas. Cintra et al. (2002) informam que os tesouros têm origem nas classificações facetadas, com a preocupação adicional relacionada ao controle de vocabulário. Os sistemas de classificação bibliográfica como a CDD, CDU e LCC pretendem cobrir todo o espectro do conhecimento e os sistemas facetados desenvolvidos pelo CRG, com base na *Colon Classification* de Ranganathan, visam domínios particulares. De acordo com Cintra et al. (2002), entretanto, verifica-se, historicamente que as linguagens documentárias seguem o caminho da especialização, com o abandono da pretensão de cobrir todo o universo do conhecimento.

Segundo Dodebei (2014) as linguagens documentárias são consideradas metarrepresentações ou representações documentárias. A autora adverte que outras formas de representação da informação tais como resumos, catálogos, bibliografias, índices, inventários, repertórios não devem ser classificadas como linguagens documentárias, embora pertençam ao gênero das representações documentárias. Nesse sentido, a autora refere-se aos descaminhos da terminologia utilizada no campo das representações documentárias, identificando a necessidade de haver mais reflexão no uso dessa terminologia. Para ela a expressão “indexação” vem sendo utilizada para indicar tanto o processo de extração de palavras naturais como o de extração aliado à tradução em descritores. Dodebei (2014) esclarece que os índices e resumos resultantes dessas análises não são linguagens documentárias, mas apenas produtos da representação documentária.

As linguagens documentárias receberam diversas denominações: linguagens de indexação (J. Melton), linguagens descritoras (B. Vickery), codificações documentárias (E. Grolier), vocabulários controlados (F. W. Lancaster) dentre outras. Para Dodebei (2014), de um modo geral, verifica-se que nessas expressões tanto os substantivos como os adjetivos são

sinônimos e “As escolhas deixam transparecer as orientações teórico-metodológicas adotadas pelos autores [...]” (DODEBEI, 2014, p. 41).

As linguagens documentárias orientam o analista sobre os melhores termos a serem utilizados na representação do assunto e orientam também o pesquisador no tocante à escolha dos termos de busca na sua pesquisa. Conforme Dodebei (2004, p. 58) “Essas orientações vão desde o simples controle semântico de termos sinônimos até a construção de complexas redes pragmáticas de referências cruzadas, dando ao usuário outras opções de busca em relação ao assunto procurado.” Dessa forma, Dodebei (2004) atribui às linguagens documentárias, as seguintes funções:

- a) **organizar o campo conceitual da representação documentária** – a autora apoia-se em Lara (1993, p. 224) em sua afirmação de que as linguagens documentárias “[...] devem possibilitar a condição de referência, para que se estabeleçam as articulações necessárias ao engendramento de significados.” O sistema conceitual aparente na literatura deve ser o mesmo da linguagem documentária – “garantia literária” – e a linguagem documentária deve adequar-se ao perfil do grupo de usuários – “garantia do usuário”;
- b) **servir de instrumento para distribuição útil dos livros/documentos** – função cumprida pelas classificações bibliográficas como a CDD e a CDU, cuja utilidade para a organização de documentos em bibliotecas ainda é indiscutível;
- c) **controlar as dispersões léxicas, sintáticas e simbólicas no processo de análise documentária** – essas linguagens “[...] orientam a desconstrução do texto em língua natural e sua representação codificada e sintética, constituindo-se em instrumento de análise semântica e sintática.” (DODEBEI, 2014, p. 59).

De acordo com Kobashi (2007) a criação de linguagens que operem contextos de produção e busca de informação constitui parte da preocupação com a funcionalidade dos sistemas de informação e essa informação organizada requer mecanismos de mediação. Para a autora, “As linguagens documentárias são, nesses dispositivos, instrumentos privilegiados de mediação [...]” (KOBASHI, 2007, p. 2) com a dupla função de representar o conhecimento inscrito e promover interação entre o usuário e o dispositivo. As linguagens não se constituem em meras nomenclaturas ou listas de palavras utilizadas para etiquetar documentos a serem armazenados, são, na verdade, instrumentos de comunicação essenciais para possibilitar a interação e o diálogo entre os sistemas de informação e os seus usuários (KOBASHI, 2007).

De acordo com Cintra et al. (2002) a estrutura básica de uma linguagem documentária é dada por relações hierárquicas (genéricas, específicas ou partitivas), sendo o vértice de cada

hierarquia, o gênero ou o todo. Nas classificações bibliográficas a estrutura hierárquica é dada pela notação e o vértice pelas disciplinas convencionais que se subdividem sucessivamente. A organização dos tesouros é também hierárquica, “[...] existindo tantos vértices, que equivalem a classes, quantos forem os aspectos escolhidos para organizar o domínio da especialidade.” (CINTRA et al., 2002, p. 45).

Segundo as autoras as linguagens documentárias apresentam também unidades relacionadas de forma não-hierárquica. Essas relações são associativas e indicam ligações entre termos que estão em campos semânticos distintos e ao mesmo tempo, próximos. As linguagens apresentam ainda relações de equivalência, permitindo a compatibilidade com a linguagem do usuário, em nível de sinonímia. De acordo com as autoras, as linguagens documentárias mais desenvolvidas, como é caso dos tesouros, devem ser permanentemente atualizadas de forma a se manterem “[...] como instrumentos dinâmicos capazes de incorporar os avanços do conhecimento e as modificações de significado dos termos já existentes.” (CINTRA et al., 2002, p. 47).

Nas próximas subseções a representação descritiva da informação será abordada, percorrendo sobre a catalogação e seus marcos históricos, códigos e modelos conceituais, além de discutir projeções para o seu futuro, tendo em vista a importância dessa área para o processamento da informação, hoje produzida de forma vertiginosa, sobretudo, em ambientes digitais.

2.3 A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO

Auxiliar o usuário em suas buscas por informação, constitui tarefa fundamental do profissional envolvido com o processamento da informação. Faz-se necessário, para tanto, o estabelecimento de canais de comunicação que possibilitem a este usuário recuperar a informação de que necessita, sem a interferência direta desse profissional no momento da busca. Nesse sentido, a representação descritiva apresenta-se como instrumento fundamental, pois, considerando as infinitas possibilidades e a amplitude do conhecimento, descrever a informação de forma precisa, torna-se um fator essencial para a garantia de uma recuperação igualmente precisa e eficiente. Dessa forma, ao passar para a abordagem de um dos fundamentos basilares da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, reafirma-se a importância de uma área para a qual muitos pesquisadores têm direcionado seus estudos e pesquisas.

De acordo com Maimone, Silveira e Tálamo (2011) a representação da informação se subdivide em representação descritiva e representação temática, termos que substituíram, na

maioria dos currículos dos cursos de bacharelado em biblioteconomia, os nomes das disciplinas “catalogação” e “classificação”.

Conforme afirmam as autoras, embora o termo “catalogação” esteja intimamente ligado ao termo “catálogo”, este não se restringe apenas às partes identificadas nos códigos de catalogação, mas também apresentam o assunto relacionado a um item (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011). Entretanto, questões relativas aos conteúdos não são atribuídas ao termo “catalogação” tendo em vista que os códigos de catalogação não abordam o conteúdo. Para as autoras, “[...] a parte da catalogação destinada à ‘catalogação de assunto’ passou a ser designada como Representação Descritiva.” (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 27). Todavia, as autoras esclarecem:

Mesmo que, em sentido amplo, o termo catalogação envolva todos os procedimentos para a representação de um item em catálogos, bibliografias ou outros produtos provenientes da análise documental, com o tempo, o termo catalogação foi comumente atribuído apenas à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso de título e de responsabilidade. Estas denominações, em partes, vêm sofrendo alterações, já que, a maioria dos currículos dos cursos de bacharelado em Biblioteconomia alteraram o nome da disciplina “catalogação” para “representação descritiva”. (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 27-28).

Tal divisão ou separação entre os termos pode ser explicada pelo fato de a representação temática e a representação descritiva possuírem bases teóricas próprias, que embora possam se entrelaçar em alguns momentos, alcançaram desenvolvimentos próprios. Sobre a representação descritiva e a representação temática Maimone, Silveira e Tálamo (2011) entendem que:

- a) **a descritiva (ou descrição bibliográfica)** – representa as características específicas do documento e que permite a sua individualização; define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela busca, recuperação e reunião de documentos semelhantes;
- b) **a temática (ou a classificação e a indexação)** – detém-se na representação dos assuntos dos documentos, visando aproximá-los para fins de recuperação; utilizam linguagens documentárias que possibilitam a comunicação entre os documentos e os usuários.

De acordo com as autoras, os dois tipos de representação se unem em torno do objetivo maior de possibilitar a recuperação da informação por parte dos usuários. Elas afirmam:

Desta forma infere-se que as representações documentárias são, simultaneamente, complementares e que a visão segmentada destas tem função no ensino e aprendizagem, pois, cada qual, requer conhecimentos específicos, mas é necessário entendê-las em seu contexto amplo para que a representação da informação seja plena. (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 28).

Fujita, Rubi e Boccato (2009) assinalam que tanto a indexação quanto a catalogação de assunto estão inseridas no tratamento documentário – etapa intermediária do ciclo documentário. Para as autoras, o tratamento descritivo refere-se à catalogação, ou representação descritiva da forma física do documento (autor, título, edição, data etc.). Já o tratamento temático em bibliotecas, refere-se à análise documentária – área teórica e metodológica – que abrange atividades de classificação, elaboração de resumos, indexação e catalogação de assunto com a finalidade de recuperação da informação.

Nesta subseção, será abordada especificamente a representação descritiva, entendida como a catalogação ou descrição bibliográfica em seus aspectos históricos e conceituais, de forma a ressaltar a importância dessa atividade para originar e organizar o conhecimento humano, tendo em vista ser a representação da informação muito mais do que um instrumento utilizado no processamento técnico dos recursos bibliográficos, mas acima de tudo, por ser, os usuários de informação.

2.3.1 Catalogação – um processo comunicativo

Catalogar é basicamente estabelecer um canal de comunicação com o usuário. A catalogação, portanto, nada mais é do que um processo comunicativo, no qual o catalogador procura criar mensagens representativas de recursos informacionais que possam antever necessidades e interesses dos usuários de informação.

Mey e Silveira (2009) definem a catalogação como um processo comunicativo, onde catalogadores criam mensagens destinadas aos usuários, que por sua vez, têm mensagens a comunicar. Ao chegar em uma biblioteca, cada usuário traz consigo um corpo de informações relativas aos seus interesses, demandas e necessidades que precisam ser entendidas pela biblioteca. Cabe ao catalogador, portanto, prever esses interesses e necessidades dos usuários, criando alternativas de escolhas para as suas buscas, além de facilitar a localização dos itens seja no plano físico, seja no plano do ciberespaço.

A catalogação ou representação bibliográfica, conforme abordada por Mey e Silveira (2009) consiste em informações que simbolizam um registro do conhecimento. Assim elas definem a catalogação:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 7).

A definição é ampla e não se restringe a exemplares físicos adquiridos pela biblioteca, pois “[...] a representação pode estar vinculada a registros do conhecimento não pertencentes a nenhum acervo específico como no caso das bibliografias e dos acervos ciberespaciais.” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 7-8). A definição considera também a inclusão de um ou vários acervos. Além disso, é importante notar a referência que faz ao usuário – que além de alvo das mensagens contidas nos registros do conhecimento, trazem consigo mensagens internas a serem decodificadas pelos catalogadores.

Durante muito tempo e até um passado recente, a catalogação era vista como uma técnica destinada a elaboração de catálogos e listas, uma concepção extremamente simplista e restritiva. Segundo Mey e Silveira (2009, p. 8)

O que diferencia a catalogação de um inventário, listagem de itens, é o fato de não apenas caracterizar os registros do conhecimento, individualizando-os, tornando-os únicos entre os demais, como também de reuni-los por suas semelhanças.

A reunião por semelhanças propiciada pela catalogação amplia a liberdade de escolha do usuário, permitindo colocá-lo em contato com outras possibilidades de ampliação dos seus conhecimentos. É, portanto, uma atividade intelectual, que segundo Mey e Silveira (2009) deve ter como características:

- a) **a integridade** – fidelidade e honestidade na representação, transmitindo informações passíveis de verificação;
- b) **a clareza** – a mensagem deve ser compreensível aos usuários;
- c) **a precisão** – cada informação só pode representar um único conceito, sem dubiedades ou dúvidas;
- d) **a lógica** – as informações devem ser organizadas de modo lógico;
- e) **a consistência** – a mesma solução deve ser sempre usada para informações semelhantes.

Estas características têm como foco o usuário, ou seja, visam acima de tudo, proporcionar maior facilidade ao usuário em suas buscas, tendo em vista que são eles a razão de ser das bibliotecas.

Mey e Silveira (2009, p. 12) definem catálogo da seguinte maneira:

Catálogo é um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. O catálogo explicita, por meio das mensagens, os atributos das entidades e os relacionamentos entre elas.

Segundo as autoras, Cutter foi o primeiro a elaborar os objetivos do catálogo e, com algumas variações, suas propostas são aceitas até hoje. Da mesma forma que continuam atuais

as projeções feitas por Ranganathan para um catálogo em suas cinco leis da Biblioteconomia. Para as autoras, portanto, os catálogos são veículos de mensagens elaboradas pela catalogação que permitem aos usuários encontrar os registros do conhecimento e permitem aos registros do conhecimento encontrar seus usuários (MEY; SILVEIRA, 2009).

Os catálogos podem ser manuais ou automatizados. Os manuais, (em fichas) ainda são bastante utilizados em bibliotecas públicas e escolares. Quanto aos automatizados, conectados a uma rede ou obtidos a partir de um servidor particular são mais comuns atualmente em bibliotecas universitárias. Sendo manuais ou automatizados, eles precisam possuir as seguintes qualidades para a fácil consulta:

- a) **flexibilidade** – para permitir a inserção/exclusão contínua de registros bibliográficos, bem como a correção e atualização desses registros;
- b) **facilidade de manuseio** – ter boa sinalização e visibilidade (no caso dos catálogos manuais). No caso dos catálogos automatizados, devem ter vínculos (*links*) de auxílio ao usuário;
- c) **portabilidade** – permitir a consulta fora da biblioteca ou à distância;
- d) **capacidade** – ocupar pouco espaço (MEY; SILVEIRA, 2009).

Além disso, na elaboração de um catálogo é importante que haja uniformidade nas representações, economia na preparação e na manutenção, além de atualidade (MEY; SILVEIRA, 2009).

No cenário contemporâneo os catálogos manuais deram lugar aos catálogos online, conhecidos como *Online Public Access Catalogs* (OPAC). Esse tipo de catálogo procura responder às demandas de facilidade, rapidez e qualidade na recuperação da informação tão exigidas nos dias atuais, com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que segundo Silva e Boccato (2012, p. 6) funcionam como “[...] ferramentas colaborativas no desenvolvimento e na modelagem de sistemas de recuperação da informação disponíveis na internet [...]” Essas ferramentas permitem o acesso, transpondo fronteiras geográficas e culturais, permitindo o uso em diversos espaços informacionais por usuários locais e remotos. Segundo as autoras os OPACs se constituem em partes essenciais dos sistemas automatizados das bibliotecas que integram funções clássicas da biblioteca como a consulta, as modalidades de empréstimo, o tratamento e a recuperação da informação e o atendimento às eventuais necessidades de informação dos usuários (SILVA; BOCCATO, 2012).

Sobre os OPACs, Fujita (2009, p. 12) comenta: [...] são instrumentos plurifuncionais com possibilidades de acesso múltiplo, cujas formas de representação documentária estão

organizadas em metadados. ” Esses catálogos estão disponíveis na *Web* para qualquer usuário, que possa acessá-lo em qualquer lugar e no momento em que desejar. De acordo com Fujita (2009), bibliotecas e bibliotecários conquistaram uma situação de evidência para os catálogos na medida em que passaram a alcançar milhares de leitores, com acesso rápido aos documentos procurado, além de propiciar aos autores excelentes possibilidades de divulgação de suas obras. Fujita (2009, p. 12) lembra que essa conquista confere “[...] ao catalogador a responsabilidade de manter o aprimoramento contínuo da catalogação no que se refere à representação descritiva de recursos de informação. ” A autora lembra, contudo, que a representação temática (indexação de assuntos) é mais importante para o êxito dos catálogos *online* porque agora esses catálogos precisam observar aspectos da indexação que antes eram menos exigidos nos catálogos locais, tais como a especificidade, a precisão, a revocação e a exaustividade na recuperação da informação.

Fujita (2009) observa também que o avanço tecnológico permitiu às bibliotecas a possibilidade de converter catálogos manuais em catálogos automatizados, através da cópia dos registros catalográficos em formato legível por computador elaborados por outras bibliotecas – a catalogação cooperativa. A conversão dos catálogos manuais e a catalogação cooperativa são, portanto, fundamentais para a revolução ocorrida na transformação dos catálogos manuais em automatizados. Fujita (2009) adverte, no entanto, que é preciso pensar nos efeitos que essa transformação pode ter causado ao processo de indexação na catalogação e, conseqüentemente na recuperação por assunto, sendo, por isso, necessário a existência de investigações apuradas sobre o assunto.

Referindo-se aos catálogos, Mey e Silveira (2009) enfatizam que qualidades como uniformidade, economia na preparação, na manutenção e atualidade devem ser encontradas em qualquer tipo de catálogo, embora a escolha do melhor tipo de catálogo dependa dos recursos da biblioteca, do tamanho de seu acervo e das características do público que atende. As autoras lembram a atualíssima frase de Charles Ammi Cutter escrita em 1904 no prefácio de sua obra *Rules for a Dictionary Catalog*: “A conveniência do público deve ser sempre colocada à frente da facilidade para o catalogador. ”

Na próxima subseção, será traçado um breve panorama histórico da catalogação, tomando como base os textos clássicos de Barbosa (1978), Mey e Silveira (2009) e na síntese apresentada no trabalho de Modesto (2007), que focaliza especificamente a catalogação brasileira.

2.3.2 Aspectos históricos da catalogação

A história da catalogação não é recente assim como não é recente a própria história das bibliotecas, conhecidas desde a Antiguidade, cujos catálogos foram sendo compilados e mantidos como forma de organizar suas coleções.

Para Barbosa (1978) a história da catalogação inicia-se de forma obscura e só a partir do século XVI começa a ser registrado algum tipo de interesse pela normalização. A autora informa que até essa época, as regras existentes não tinham a pretensão de serem reunidas num código, nem tão pouco eram determinadas por bibliotecários, mas sim por livreiros e bibliófilos, cujo interesse era a compilação de catálogos e bibliografias. De acordo com a autora, apesar da existência de trabalhos como os de Andrew Maunsell e Conrad Gesner dentre outros, somente no século XIX, com a obra de Charles Ammi Cutter, *Rules for a Dictionary Catalog* a importância da estrutura dos catálogos passou a ser definida de forma mais efetiva. Nesta obra, Cutter lança bases teóricas aceitas até hoje.

No século XX o marco é a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, ocorrida em Paris no ano de 1961, que corrobora, 85 anos depois, as definições de Cutter relativas às funções e estrutura dos catálogos (BARBOSA, 1978). Outro evento importante foi a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague em 1969. Segundo a autora, a história da normalização das regras catalográficas pode ser dividida em três períodos, conforme o Quadro 11, com início no século XIX, com o trabalho de Panizzi, até a década de 1970, com a discussão em torno do Controle Bibliográfico Universal (CBU).

Quadro 11 – Panorama internacional da Catalogação

PERÍODO TRADICIONAL (de Panizzi à Conferência de Paris)	PERÍODO PRÉ-MECANIZADO (da Conferência de Paris à RIEC)	PERÍODO MECANIZADO (da RIEC ao Controle Bibliográfico Universal – CBU)
<p>- Antony Panizzi – autor do primeiro código, em meados do século XIX, para o Museu Britânico, que influencia todos os códigos subsequentes; valorizou a página de rosto como fonte para escolha da entrada, de forma a acatar a vontade do autor; introduziu o conceito de autoria coletiva;</p> <p>Charles A. Cutter – considerado como a figura mais brilhante do “século de ouro da catalogação”, apesar de ser mais conhecido pelas tabelas de nomes de autores elaboradas com Sanborn, sua obra <i>Rules for a Dictionary Catalog</i> serviu de base para o código da ALA;</p> <p>- Predominância de dois códigos: o da <i>American Library Association</i> (ALA) e as Instruções Prussianas;</p> <p>- Código da Vaticana (1920) – criado para atender a Biblioteca Apostólica Vaticana; traduzido para muitas línguas, inclusive o português e o espanhol, teve grande aceitação na América Latina;</p> <p>- Liderança da LC no campo da catalogação cooperativa, determinando a maior difusão do Código da ALA;</p> <p>- Conferência de Paris - Os avanços tecnológicos do pós-guerra e o aparecimento de outros tipos de documentos, determinam, no final dos anos 1950 a realização da conferência.</p>	<p>Resoluções da Conferência de Paris:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ dar maior publicidade possível aos Princípios entre bibliotecas, editoras, livreiros e autoridades; ▪ países da mesma área linguística deveriam elaborar códigos e rever os existentes de acordo com os Princípios, inclusive em suas bibliografias nacionais; ▪ os princípios estabelecidos compreendiam a doze itens, contudo, o que foi mais discutido se refere a entidades coletivas; <p>MARC – 1965</p> <p>- Lançamento em fase experimental do <i>Machine Readable Cataloging</i> (Projeto MARC) – linguagem padrão para troca de informações bibliográficas. A catalogação toma o rumo da mecanização</p> <p>AACR – 1967</p> <p>- É publicado o <i>Anglo-American Cataloging Rules</i> (AACR); foi largamente difundido após sua tradução para outros idiomas</p>	<p>RIEC - 1969</p> <p>- Em Copenhague é realizada a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), com a participação de 38 bibliotecários de 32 países; as principais resoluções são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ criação de grupo de trabalho para estudo da autoria coletiva, da ISBD(M); ▪ criação de um sistema internacional de permuta de informações; ▪ criação de uma Secretaria de Catalogação na FIAB. <p>Conferência da FIAB - 1973</p> <p>- A Conferência da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB) discute o Controle Bibliográfico Universal (CBU) – o objetivo era tornar disponível universalmente os dados bibliográficos de todas as publicações editadas nos países.</p>

Fonte: Baseado em Barbosa (1978)

Mey e Silveira (2009) fazem referência à história da catalogação e dos catálogos com base no trabalho de Ruth French Strout, de 1956. Nesse levantamento são relatados registros de existência de bibliotecas organizadas desde tempos remotos até o início do século XX.

De acordo com o relato de Strout (1956 *apud* Mey e Silveira, 2009) a mais antiga biblioteca de que se tem conhecimento é do terceiro milênio antes de Cristo, localizada na

Fenícia, atual Síria. O acervo dessa biblioteca era formado por 15.000 a 17.000 tábuas de argila, correspondendo a cerca de 4.000 documentos em escrita cuneiforme, organizados em estantes, por assunto. Há registros de outras bibliotecas na Antiguidade, como a célebre biblioteca de Assurbanipal, no século VII a.C., conhecida também como Biblioteca de Nínive, por conta da sua localização. Há indícios de existência de um embrião de catálogo também nesta biblioteca. (STROUT, 1956 *apud* MEY; SILVEIRA, 2009)

Outra biblioteca de destaque na Antiguidade foi a de Pérgamo, na Ásia Menor (atual Turquia), que durante o século II a.C., foi imortalizada pelo uso do pergaminho – suporte mais resistente, fabricado a partir de peles de animais. A mais importante, porém, foi a Biblioteca de Alexandria, criada por Ptolomeu I na divisão do império de Alexandre. Do século III a.C. ao século V d.C. esta biblioteca reuniu incomparável acervo de rolos de papiros, correspondendo a 90.000 documentos. Além de abrigar um vasto acervo, a biblioteca tornou-se um centro cultural e palco de importantíssimas descobertas e pesquisas. Teve importância fundamental para a cultura cristã, pois nela ocorreu a reunião dos setenta rabinos que resultou na primeira tradução do Antigo Testamento (Torá) do hebraico para o grego – a Septuaginta (ou versão dos setenta), na qual se baseou uma posterior tradução para o latim. Na história dessa biblioteca, destaca-se o nome de Calímaco, bibliotecário e erudito, cuja importância para a história do catálogo e da organização do conhecimento é fundamental. Calímaco organizava os volumes dentro de grandes assuntos de acordo com a classificação aristotélica, identificando também as obras com o uso de etiquetas coladas nos dorsos dos rolos de papiro. Juntamente com outros bibliotecários alexandrinos, Calímaco produziu bibliografias temáticas resultantes de suas leituras. A biblioteca foi extinta em decorrência de pelo menos três grandes incêndios, do descaso, da intolerância, guerras e inundações (STROUT, 1956 *apud* MEY; SILVEIRA, 2009).

Strout (1956 *apud* Mey e Silveira, 2009) relata que na Idade Média os catálogos mais importantes são do século IX. Destaca-se a compilação de vários catálogos na biblioteca de Richenau, na Alemanha. Há registros de catálogos importantes também no mosteiro beneditino de *Saint Requier* em Paris, na França, além de Itália e Inglaterra. Autores consideram que essas listas bibliográficas produzidas no período eram na verdade inventários. No século XIV são registrados alguns avanços, sobretudo, na Inglaterra.

O período compreendido entre os séculos XV e XVIII é marcado pelo desenvolvimento da tipografia europeia por Gutemberg, em Mogúncia, Alemanha. Nesse período ocorrem as feiras de livros alemãs e o primeiro catálogo de livreiros. O Renascimento, no século XV favoreceu também o surgimento de grandes bibliotecas privadas na Itália, como a Biblioteca Apostólica Vaticana e a dos Medici. De acordo com as autoras, nessa época surgem

as remissivas, formas primitivas de catálogos e também um catálogo classificado, com um índice alfabético de autor (século XVI). O período é marcado também pelos trabalhos de Gabriel Naudé (1627), de John Drury (1650) e de Frédéric Rostgaard, em Paris, que publicou normas sobre organização de catálogos, exercendo muita influência no continente europeu. O desenvolvimento da pesquisa científica no século XVIII propiciou um crescimento substancial das bibliotecas na Europa. A Revolução Francesa também constituiu fator de desenvolvimento dos catálogos e o uso pioneiro de catálogos em fichas, ideia que permaneceu até sua substituição pelos catálogos automatizados (STROUT, 1956 *apud* MEY; SILVEIRA, 2009).

De acordo com Modesto (2007), no Brasil as primeiras iniciativas de produção de um código de catalogação têm início na década de 1930, mais precisamente com o trabalho proposto por Jorge Duarte Ribeiro, com o título de “Regras bibliográficas: ensaios de consolidação”, onde o autor pretendia estabelecer normas de entradas de nomes pessoais, com inspiração no código da ALA. A Figura 5 sintetiza numa linha do tempo, os principais fatos que marcaram a história da catalogação no Brasil no período de 1930 a 2007.

Em sua análise (Figura 5), Modesto demonstra que “A catalogação, no Brasil, evolui impulsionada por fatores internos e externos. As tecnologias de informação moldam as práticas da catalogação e reconstróem o perfil do catalogador brasileiro.” (MODESTO, 2007, p. 17). Esses fatores internos aos quais se refere o autor, certamente estão relacionados às iniciativas de assimilação dos avanços externos da catalogação, que chegavam ao Brasil e que não podiam ser ignorados. A busca pela padronização, os esforços para a expansão dos cursos de Biblioteconomia, o reconhecimento legal da profissão de bibliotecário, as publicações de normas e traduções de códigos são reflexos dos fatores externos apontados por Barbosa (1978) no panorama internacional da catalogação (Quadro 11).

Para o autor, a definição de “rumos novos” da catalogação no contexto da cultura nacional é fundamental, sendo necessária “[...] a devida difusão e assimilação dos métodos e conceitos da descrição bibliográfica do século XXI.” (MODESTO, 2007, p. 18). Percebe-se aqui a preocupação do autor com o futuro da catalogação brasileira, tendo em vista que essa evolução exige o empenho da comunidade bibliotecária brasileira no sentido de empreender esforços no compartilhamento de informações e na sua capacidade de enfrentar os desafios que se apresentam, sobretudo, no que se refere à assimilação das tecnologias de informação, com a percepção de que é preciso acompanhar as mudanças ocorridas no mundo.

Figura 5 – Panorama da catalogação no Brasil – 1930 a 2007

1930	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1934 – Publicação de Trabalho sobre Regras bibliográficas; ▪ 1936 - 1º curso regular – Coordenado por Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo. 	1940	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1941 – Publicação de regras gerais pela Associação Paulista de Bibliotecários; ▪ Publicação das Normas Brasileira de Maria Luiza Monteiro da Cunha; ▪ DASP – Serviço de Intercambio de Catalogação (SIC); ▪ Normalização da ficha padrão 7,5X12,5cm; ▪ Introdução da Catalogação na Fonte.
1950	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e do movimento associativo bibliotecário ▪ Busca pela padronização de normas quanto a entrada de nomes brasileiros e portugueses ▪ Primeiro CBBB – com apresentação do trabalho de Edson Nery da Fonseca ▪ Fundação da FEBAB durante o 2º CBBB em Salvador. 	1960	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecimento legal da profissão de bibliotecário; ▪ Criação da Comissão Brasileira de Catalogação; ▪ Apresentação de “Nomes Brasileiros e Portugueses”, de Maria Luiza Monteiro da Cunha na Conferência de Paris, em 1961e incluído na edição brasileira do AACR; ▪ Publicação pelo IBBD da tradução do Código da Vaticana; ▪ Declínio do uso do Código da Vaticana em virtude da tradução do AACR, em 1969 por Abner L. C. Vicentini; busca pela padronização.
1970	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação de “Catalogação Simplificada” de Cordélia Robalinho Cavalcante; ▪ Surge a Rede Bibliodata/Calco e maior adesão ao AACR; ▪ Aprovada adoção de entrada pelo último sobrenome do autor no CBBB de 1975. 	1980	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A edição de 1978 do AACR é publicada em português em 2 volumes (1993 e 1985); ▪ 1983 – Publicação do trabalho de Antônia Memória Ribeiro sobre a aplicação das regras do AACR; ▪ 1988 - Publicação da NBR10523 – Entrada de Nomes de Língua Portuguesa em Registros Bibliográficos pela ABNT; ▪ Crescimento das TICs: uso de microcomputadores, softwares; ▪ Distribuição do Microsis (versão DOS).
1990	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impacto significativo das TICs na Catalogação – som os catálogos de acesso público online; catalogação cooperativa se consolida; ▪ Desloca-se o objeto da Representação do material bibliográfico para o usuário; ▪ Ênfase no conteúdo e não mais no suporte físico; surgem novos suportes; o AACR carece de revisão e atualização; ▪ Surge o padrão Dublin Core. 	2000 a 2007	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uso de formatos de intercâmbio como o MARC em decorrência da automação nas bibliotecas brasileiras; ▪ Tradução do MARC21por Margarida Ferreira; ▪ Desenvolvimento do Catálogo Coletivo – Rede Bibliodata; ▪ Padrão de Metadados de Teses e Dissertações Brasileiras da BDTD, gerenciada pelo IBICT.

Analisando a linha do tempo traçada por Modesto (2007), na Figura 5, observa-se o lento progresso ocorrido nas primeiras décadas. Contudo, a partir da década de 1950 (pós-guerra) os avanços começam a ser sentidos, sobretudo, no que se refere à busca pela padronização das regras catalográficas. A partir da década de 1990, percebe-se claramente o impacto das tecnologias na catalogação e o deslocamento do foco da representação descritiva do material bibliográfico para o usuário.

O caminho evolutivo da catalogação toma impulso pela necessidade de controle da informação produzida de modo acelerado no mundo. Tal fato exige empreender ações efetivas, visando dar conta do que está sendo produzido, de modo a permitir o acesso pleno dos usuários. Para tanto, algumas iniciativas foram tomadas, visando o controle bibliográfico, além de esforços visando uma padronização internacional, construção de modelos funcionais e linguagens de marcação, destinadas ao uso em ambientes digitais. Na próxima subseção, algumas dessas iniciativas serão abordadas.

2.3.3 O Controle Bibliográfico Universal (CBU), padrões internacionais e o MARC

Ainda na década de 1950, Unesco e FIAB se unem em torno do objetivo comum de facilitar o uso de dados bibliográficos de publicações editadas mundialmente. Colocar um objetivo tão abrangente em prática, exigia esforço amplo e estabelecimento de um programa que funcionasse de forma contínua.

Nesse sentido, a Unesco, com a colaboração da FIAB, resolve promover de um programa mundial para permuta de informações bibliográficas – o Controle Bibliográfico Universal (CBU), cujo intuito era facilitar o uso de dados bibliográficos internacionalmente aceitos, sobre publicações editadas mundialmente. Para tanto foi criado em 1974 um escritório dedicado ao CBU, na British Library, em Londres, com objetivo de informar sobre o sistema e projetos desenvolvidos, informar sobre os padrões bibliográficos adotados, promover a adoção desses padrões, planejar os programas e atividades do CBU, além de publicar normas e recomendações (BARBOSA, 1978).

Conforme explica Barbosa (1978), a existência de um programa como o CBU justifica-se pela mudança de conceito relacionada às novas responsabilidades dos bibliotecários, “[...] não mais considerados como simples guardiães de livros, mas sim como organizadores de todas as fontes de informação em disponibilidade.” (BARBOSA, 1978, p. 147). O novo conceito confere ao bibliotecário a responsabilidade de prestar informações relevantes sobre qualquer assunto. Esse novo conceito é aplicável também às bibliotecas, que começam a entender suas

coleções numa perspectiva menos estática e mais atuante no que tange ao desenvolvimento econômico, educacional, cultural e técnico-científico dos países.

Entre os padrões internacionais estabelecidos pelo CBU, está o *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), publicado em 1967 sob a responsabilidade da ALA, da *Library Association* da Inglaterra, da *Canadian Library Association* e da *Library of Congress* (LC). De acordo com Barbosa (1978), divergências quanto a redação, ocorridas entre as associações inglesa e americana, resultaram na publicação de dois códigos em língua inglesa, um publicado na Inglaterra e outro nos Estados Unidos.

O AACR foi largamente difundido, sobretudo, depois de sua tradução para outros idiomas. Barbosa (1978) afirma com propriedade, ter sido o AACR, o código de catalogação que mais alcançou amplitude “[...] no que diz respeito à descrição dos tipos de material especializado: microformas, manuscritos, mapas, discos, pinturas, partituras, desenhos etc.” (BARBOSA, 1978, p. 49). Até os dias atuais, o AACR ou o AACR2, segunda edição do código – publicada no Brasil em 2003 (revisão de 2002) – constitui o instrumento básico utilizado pelo catalogador na representação descritiva.

Dentro do programa CBU, Barbosa (1978) registra o surgimento do padrão internacional para livros – o ISBN ou *International Standard Book Number* – adotado internacionalmente para identificação normalizada de livros, visando o controle dos livros em estoque, o que foi bem aceito pelos editores. O ISBN é formado por um conjunto de dez dígitos, que identificam a ordem nacional, geográfica ou linguística, a editora, o título, além de um dígito verificador, que permite ao computador, comprovar a validade do número, evitando erros de transcrição. Igualmente aceito e adotado internacionalmente é o ISSN – *International Standard Serial Number* – que indica o número normalizado para identificar uma publicação seriada. O ISSN é formado por um conjunto de oito dígitos, dispostos em dois grupos de quatro dígitos separados por um hífen. Ao contrário do ISBN, seus números não oferecem informação codificada, apenas identificam determinada publicação seriada.

Barbosa (1978) menciona ainda os padrões ISBD – *International Standard Bibliographic Description*⁶ – normas criadas por grupos de trabalho constituídos pela FIAB. A ISBD(M) consistia na descrição bibliográfica normalizada para monografias; a ISBD(S) para

⁶ A ISBD é a principal norma de promoção do controle bibliográfico universal, cujo objetivo é permitir que os registros bibliográficos sejam coerentes e facilitem o seu intercâmbio. Em 2009 a IFLA publicou nova Declaração dos Princípios Internacionais da Catalogação, onde estabelece que os dados bibliográficos de uma descrição devem estar de acordo com uma norma internacional. A ISBD consolidada é a norma em vigor atualmente e engloba conceitos dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). (SILVA, 2016).

publicações seriadas e a ISBD(G), encarregada da formulação de outras ISBD especializadas para materiais especiais da biblioteca.

De acordo com Barbosa (1978), na década de 1960 a LC iniciou um projeto que se propunha a converter os dados catalográficos em forma legível por máquina, ou seja, os dados precisavam ser organizados de tal forma que um registro bibliográfico nele contido, pudesse ser identificado pelo computador. Esse projeto tem início em 1966, como resultado da terceira conferência sobre catálogos mecanizados, quando ficou decidido que a LC iniciaria uma experiência de distribuição de fitas magnéticas contendo dados do seu acervo de fichas impressas. Tal experiência recebeu o nome de *MARC Pilot Project*. De acordo com a autora, o objetivo desse projeto piloto “Foi o de testar os benefícios e problemas da produção centralizada de registros catalográficos legíveis por computador e distribuí-los às bibliotecas usuárias.” (BARBOSA, 1978, p. 202). Tendo sido efetuado o projeto piloto, foram introduzidas modificações em decorrência da experiência obtida, resultando em um formato mais amplo e normalizado em fita magnética, o que propiciou à LC dar início a implementação e desenvolvimento do sistema MARC.

Segundo Assumpção e Santos (2015), durante o projeto piloto utilizou-se o MARC I, que resultou no desenvolvimento do MARC II, que passou a ser utilizado a partir de 1969 para a distribuição de registros em língua inglesa. O formato MARC II serviu de base para o surgimento de formatos semelhantes no Canadá, França, Finlândia, Espanha, Itália e em países da América Latina. No Brasil destaca-se o Formato Catalogação Legível por Computador (CALCO), baseado no MARC II e objeto de defesa de mestrado da bibliotecária Alice Príncipe Barbosa, em 1972. Tendo em vista a falta de atualização, o CALCO acabou caindo em desuso.

A importância dos formatos MARC é incontestável. Ela “[...] é claramente notada no intercâmbio de registros bibliográficos com informações de forma padronizada, no planejamento e na implantação da catalogação cooperativa para redução de custos e retrabalhos.” (ASSUMPCÃO; SANTOS, 2015, p. 58-59). Além disso, sua importância é perceptível na evolução sofrida pelo sistema, que ocorreu à despeito de possíveis falhas e imperfeições.

Assim, na década de 1990, surge a denominação MARC 21, resultante da harmonização dos formatos USIMARC (da LC) e o CAN/MARC (do Canadá). De acordo com Assumpção e Santos (2015), atualmente os formatos MARC 21 compreendem cinco formatos: dados bibliográficos, de autoridade, de coleção, de classificação e para informação comunitária. Um registro MARC 21 envolve três componentes: a estrutura do registro, a designação do conteúdo e os dados de conteúdo. Sobre a evolução do MARC 21, os autores afirmam que

Apesar das normas para a codificação terem sido atualizadas no decorrer dos anos, nota-se que não houve mudanças significativas na codificação, de modo que os registros nos atuais Formatos MARC 21 são, em sua maior parte, codificados quase que da mesma forma com que eram codificados os registros na década de 1960, seja para propósitos de recuperação, por exemplo, via protocolo Z39.50, de importação entre sistemas de gerenciamento de bibliotecas ou de armazenamento em bancos de dados. (ASSUMPCÃO; SANTOS, 2015, p. 60).

Assumpção e Santos (2015) registram que a partir dos anos 1990 os esforços da LC em utilizar registros MARC codificados de forma mais condizente com as tecnologias se efetivaram com os estudos sobre a utilização da *Standard Generalized Markup Language* (SGML), uma linguagem de marcação criada para facilitar a produção e compartilhamento de documentos eletrônicos. Segundo Moreno e Bräscher (2007, p. 15), “A SGML é uma linguagem para descrever a estrutura dos documentos, ou qualquer tipo de dado textual, deixando a interpretação dos dados para outros programas.” Conforme informam Assumpção e Santos (2015) os esforços da LC através de estudos desenvolvidos nesse sentido resultaram na criação do *Document Type Definitions* (DTD) para a codificação ou marcação de registros no formato MARC utilizando SGML, de forma a especificar os elementos de marcação que podem ocorrer em um determinado documento. De acordo com Moreno e Bräscher (2007), a SGML corresponde à *eXtensible Markup Language* (XML) quando encampada pela *International Standards Organization* (ISO). Percebe-se assim, a importância do uso de metadados para a descrição.

De acordo com Buckland (2006), metadados ou “dados sobre dados”, tem como propósito original, descrever documentos, esse é o seu papel inicial. Para o autor

Há tipos diferentes de metadados descritivos: **técnico** (para descrever formato, padrões de codificação, etc.); **administrativo** (para descrever direitos de propriedade intelectual, condições de acesso, etc.); e **conteúdo** (temática, escopo, autoria, etc.). Essas descrições caracterizam e explicam os dados. (BUCKLAND, 2006, p. 3, grifo nosso).

O tipo de metadado descritivo de conteúdo se relaciona com a catalogação, pois como o próprio autor enfatiza, quando se pesquisa documentos, principalmente digitais, se está propenso a examinar metadados descritivos para perceber o tipo de documento e como utilizá-lo. O processo “[...] é semelhante à forma com que uma pessoa olha para a capa de um livro para ajudar a avaliar o texto contido nele.” (BUCKLAND, 2006, p. 4).

De acordo com Buckland (2006), os metadados descritivos devem seguir formas padronizadas de armazenamento e exibição, visando com isso facilitar o seu uso, dar consistência e auxiliar na compreensão. Segundo o autor, toda descrição constitui atividade de linguagem, mesmo quando utiliza uma notação artificial, como é o caso, por exemplo da CDD. Para Buckland (2006, p. 4) “A descrição é sempre e necessariamente de base cultural, pois

descrições são baseadas em conceitos, definições e compreensões que têm desenvolvido em uma comunidade. ”

Para Siqueira e Silva (2011), o metadado foi produzido pelo desenvolvimento histórico das regras bibliográficas e que mantém conexões evolutivas com os códigos ISBD e AACR2; formatos como o MARC e com as novas tecnologias de tratamento da informação como o RDA e o XML.

Enfatiza-se, portanto, a importância do uso dos formatos MARC e dos esforços da LC pelo seu aprimoramento. Entretanto, são encontradas diversas críticas na literatura relacionadas ao uso desses formatos. Muitas delas destacam o fato de os formatos MARC terem sido criados na década de 1960 para produção de fichas catalográficas e um registro MARC 21 da época atual ainda é simular a uma ficha catalográfica em ambiente digital. Assumpção e Santos (2015) mencionam autores que argumentam que o registro MARC foi criado como um reflexo digital das regras de catalogação antigas, mas que não diferem muito das atuais e que o registro MARC moderno seria a “reencarnação” da ficha catalográfica. Muitos autores apontam ser essa característica determinante para as ocorrências de duplicação de dados (COYLE, 2004; GORMAN, 1997; DANSKIN, 2004).

2.3.4. Os modelos funcionais

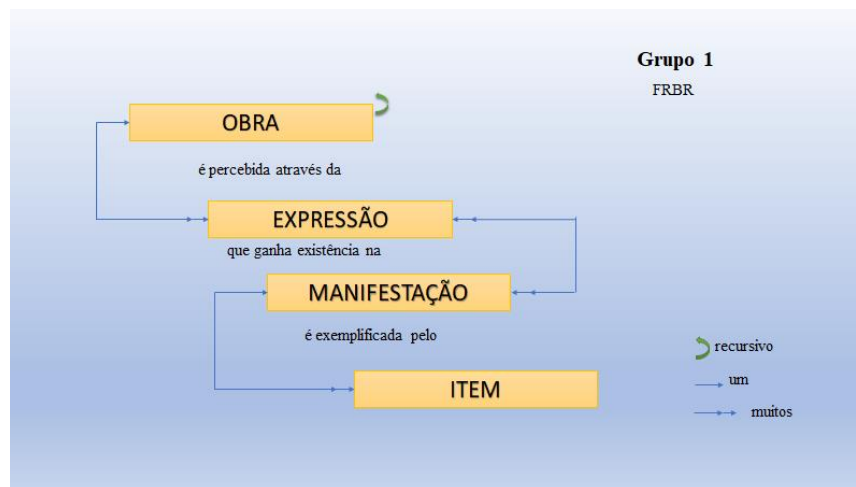
Reportando ainda à década de 1960, a busca pelos padrões se intensifica como o intuito de facilitar a cooperação e agilizar o processo de elaboração de catálogos, além do controle bibliográfico em âmbito internacional (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011). De acordo com as autoras, o ambiente de mudanças e discussões na área culminou no surgimento dos chamados **modelos conceituais para a catalogação**, sendo os principais: o **FRBR** e o **FRAD**.

Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) foram desenvolvidos entre 1992 e 1995, influenciando o desenvolvimento de outros modelos conceituais por grupos de trabalho formados pela *International Federation of Library Association* (IFLA).

De acordo com Tillett (2003) o FRBR se constitui em modelo do tipo entidade-relacionamento, com visão geral do universo bibliográfico, com pretensões de independência em relação a qualquer código de catalogação. Segundo Mey e Silveira (2009, p. 17) “[...] os FRBR não são um código de catalogação e, em consequência, não descrevem a forma de apresentação dos elementos descritivos: trata-se de modelo conceitual. ” Para as autoras, o aspecto mais importante nos FRBR são as entidades, que se dividem em três grupos, conforme

representado nas Figuras 6, 7 e 8. No grupo 1 estão as entidades que são os produtos do trabalho intelectual e artístico: **obra**, **expressão**, **manifestação** e **item** (ASSUMPCÃO, 2012; MORENO; BRASCHER, 2007). Com relação ao diagrama dos relacionamentos entre as entidades, representado na Figura 6, são possíveis alguns exemplos: uma obra pode ser criada com base em outra obra; uma expressão pode ser realizada por meio da tradução de outra expressão; uma manifestação pode ser uma reimpressão de outra manifestação e um item pode ser uma reprodução de outro item etc.

Figura 6 – FRBR – Grupo 1



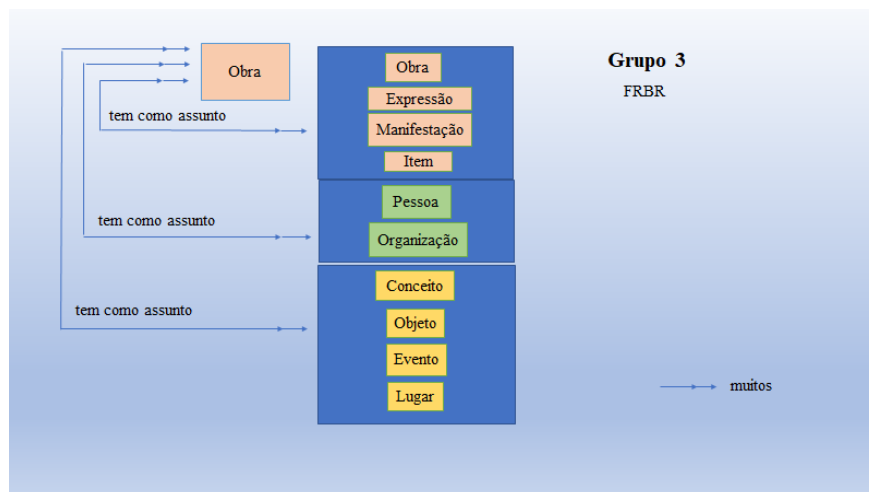
Fonte: Tillett (2003), traduzido por Lídia Alvarenga e Renato Rocha Souza

No grupo 2 (Figura 7) estão as entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual, produção física ou pela guarda das entidades do Grupo 1 (ASSUMPCÃO, 2012; MORENO; BRASCHER, 2007). Observa-se aqui o relacionamento entre as entidades dos grupos 1 e 2: uma obra pode ser criada por uma pessoa ou organização; uma expressão pode ser realizada por uma pessoa ou organização; uma manifestação pode ser produzida por uma pessoa ou organização, e um item pode ser guardado por uma pessoa ou organização.

Figura 7 – FRBR – Grupo 2

Fonte: Tillet (2003), traduzido por Lídia Alvarenga e Renato Rocha Souza

As entidades do Grupo 3 (Figura 8), juntamente com as entidades dos grupos 1 e 2, servem como “assunto” da entidade obra (ASSUMPCÃO, 2012; MORENO; BRASCHER, 2007). Os relacionamentos de assuntos podem ser assim explicados: uma obra pode ter como assunto outra obra, uma expressão, uma manifestação, um item, uma pessoa, uma organização, um conceito, um objeto, um evento ou um lugar.

Figura 8 – FRBR – Grupo 3

Fonte: Tillet (2003), traduzido por Lídia Alvarenga e Renato Rocha Souza

De acordo com Tillet (2003) os FRBR oferecem uma perspectiva mais atualizada sobre a estrutura e relacionamentos dos registros bibliográficos e de autoridade, além de um vocabulário mais preciso. Dessa forma, pode-se dizer que antes dos FRBR as regras catalográficas eram pouco claras no que se refere, por exemplo, ao uso das palavras “obra”, “edição” ou “item”.

Conforme Moreno e Bräscher (2007, p. 1)

Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, ao refletirem a estrutura conceitual do que um registro bibliográfico deve conter, fogem do pragmatismo que caracteriza as descrições e discussões sobre as formas de descrição.

Para as autoras, as delimitações que os FRBR trazem entre conteúdo e suporte visam oferecer maior número de opções ao usuário do catálogo eletrônico, tendo em vista as relações entre as entidades (MORENO; BRÄSCHER, 2007).

Mey e Silveira (2009, p. 9-10) apontam as tarefas dos usuários identificadas no modelo FRBR:

- a) **encontrar** materiais que correspondam aos critérios de buscas;
- b) **identificar** uma entidade, confirmando se corresponde àquela busca;
- c) **selecionar** uma entidade apropriada às suas necessidades ;
- d) **obter** acesso à entidade descrita por meio de compra, empréstimo ou acesso remoto.

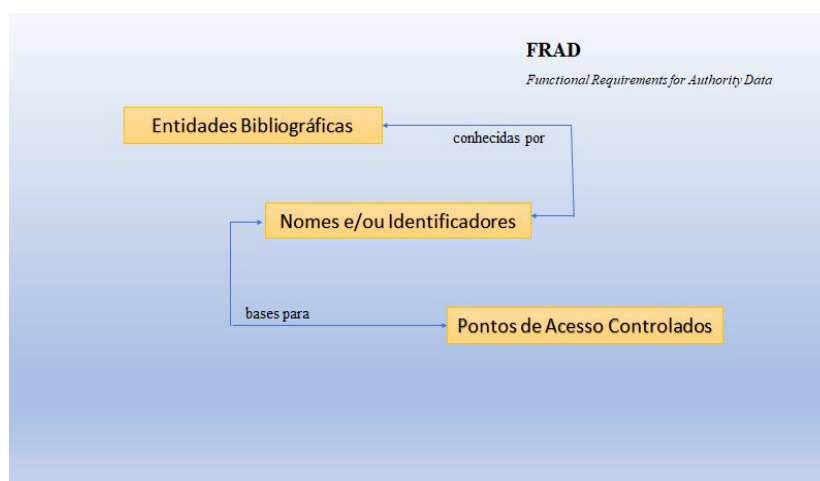
De acordo com Mey e Silveira (2009), os FRBR trouxeram uma revolução para a catalogação, levando à análise conceitual de outras partes do registro bibliográfico, como os pontos de acesso. Surgiram, então os *Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR) e os *Functional Requirements for Subjects Authority* (FRSAR), que passaram posteriormente a serem designados como *Functional Requirements for Subjects Authority Data* (FRSAD) e os FRANAR passaram, em 2007, para a denominação de *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade. Conforme Mey e Silveira (2009) este modelo é uma extensão e expansão dos FRBR.

Sobre os FRAD, Mey e Silveira (2009, p. 38) assinalam:

Projetou-se esse modelo conceitual visando criar um quadro de referência claramente definido, estruturado, de modo a relacionar os dados dos registros de autoridade às necessidades dos usuários de tais dados; assim como auxiliar na avaliação do potencial de compartilhamento internacional dos dados de autoridade, não restrito ao universo bibliotecário.

As autoras deixam claro que o modelo abrange todos os tipos de dados de autoridade, inclusive os de entidades de assuntos. A Figura 9 traz a representação dos fundamentos do modelo conceitual.

Figura 9 – Modelo conceitual FRAD – fundamentos



Fonte: Mey e Silveira (2009, p. 39)

De acordo com Mey e Silveira (2009), os FRAD explicitam tarefas realizadas pelos usuários, duas das quais se encontram também no modelo FRBR. São elas:

- a) **encontrar** uma entidade ou conjunto delas, correspondentes a um critério determinado, ou explorar o universo de entidades, utilizando seus atributos e relações;
- b) **identificar** uma entidade ou validar a forma do nome a ser usado como ponto de acesso;
- c) **situar** uma pessoa, entidade coletiva, obra etc., em determinado contexto, esclarecendo a relação entre elas e o nome pelo qual é conhecida;
- d) **justificar** a razão da escolha do nome ou de sua forma, indicando a fonte na qual se baseia o ponto de acesso controlado.

Mey e Silveira (2009) mencionam as recomendações fundamentais da IFLA no que diz respeito à necessidade de compatibilização entre os códigos de catalogação e os FRBR. Na verdade, as reuniões de especialistas promovidas pela IFLA a partir de 2003, visavam chegar a um consenso internacional sobre princípios da catalogação, que incluía também a permanência do uso do termo “catalogação” por este ser mais abrangente do que “descrição de recursos bibliográficos”. Entretanto, de acordo com Mey e Silveira (2009), o objetivo maior era a elaboração de um código internacional de catalogação. Esse novo código deveria estar totalmente compatibilizado com as FRBR, conforme a recomendação da IFLA. Por isso, o que inicialmente seria o desenvolvimento das AACR visando o lançamento das AACR3, transformou-se no projeto de construção de um novo código, onde seria possível ficar mais perceptível e impactante a mudança significativa que precisava ser realizada. O novo código

nasceria, portanto, com uma proposta diferente e mais abrangente. Assim, o *Joint Steering Committee for the Development of AACR*, encarregado do lançamento das AACR3 tornou-se o comitê para o desenvolvimento dos *Resource Description and Access* (RDA), o novo código de catalogação, o qual será abordado na próxima subseção.

2.3.5 *Resource Description and Access* (RDA): a catalogação em busca de novos rumos

Resource Description and Access (RDA) – é a nova norma de catalogação que deverá substituir as AACR2. Oliver (2011) informa que apesar da relação existente entre as duas normas, a RDA é muito diferente por se basear numa estrutura teórica, ser projetada para o ambiente digital e possuir um escopo mais abrangente do que o AACR2. A chave para compreender a RDA está nos modelos conceituais FRBR e FRAD. Segundo a autora,

A RDA é uma aplicação dos modelos conceituais FRBR e FRAD. A RDA não é, em si mesma, um modelo conceitual, mas, antes, um conjunto de instruções práticas baseadas nos modelos FRBR e FRAD. Estes modelos moldaram a estrutura da RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções. (OLIVER, 2011, p. 17).

Assim, entende-se que os modelos conceituais proporcionam a base teórica para a construção de “[...] uma prática de descobrimento de recursos que seja melhor para o usuário.” (OLIVER, 2011, p. 1). Ou seja, trata-se de uma norma voltada para o usuário e nas tarefas por ele executadas no processo de descobrimento de recursos. De acordo com a autora, ao adotar o arcabouço teórico da FRBR e FRAD, a RDA estabelece uma nova maneira de pensar os dados bibliográficos e de autoridade em sua estrutura, organização e conteúdo. Machado e Pereira (2016) também destacam que o ponto mais relevante considerado, tanto nos modelos conceituais quanto na própria RDA é a visão do usuário, seu comportamento na busca pela informação e como os recursos devem ser disponibilizados visando uma melhor recuperação.

Conforme Osuna Alarcón (2015) a RDA está orientada à informação bibliográfica, mas se adapta também ao atendimento das necessidades de outras comunidades de informação – documentos de arquivo e repositórios institucionais, por exemplo. Seu escopo ampliado permite, portanto, essa adaptabilidade, inclusive para uso em contexto internacional.

Oliver (2011) assinala que para a comunidade da catalogação a RDA constitui uma importante mudança, tendo em vista “[...] ser uma norma projetada para ser utilizada como uma ferramenta da Rede.” (p. 3). De acordo com a autora, o conteúdo da RDA pode ser acessado de muitas formas, permitindo a adequação a diferentes estilos de aprendizagens e necessidades. Sobre a relação com o AACR2, Oliver (2011) assinala que as diferenças são significativas, mas permanecem importantes ligações entre as duas normas, tendo em vista que a RDA foi

construída com base nos alicerces do AACR2, com instruções dele derivadas, sem contar o esforço para manter sua compatibilidade com seus registros.

A conferência dedicada ao desenvolvimento e futuro do AACR2, realizada em Toronto, Canadá, em 1997, marca o fim do projeto de atualização do AACR2 e o início do processo de redação da RDA, sendo considerado também como um passo para uma mudança no paradigma da catalogação. Com a publicação da FRBR em 1998, da FRAD e dos Princípios Internacionais da Catalogação pela IFLA em 2009, amplia-se o alcance dos Princípios de Paris (STATEMENT..., 2009) e, finalmente, em 2010 a RDA é publicada, sendo possível seu acesso no site RDA Toolkit⁷ (OSUNA ALARCÓN, 2015).

De acordo com Oliver (2011) a mudança para a RDA implica em vantagens imediatas e futuras, ou seja, algumas serão notadas logo no primeiro momento e outras precisarão de um volume maior de dados para serem percebidas, por dependerem de aperfeiçoamentos em programas de computador para o completo aproveitamento das mudanças. A autora aponta também, que algumas vantagens só serão concretizadas em futuros ambientes de rede. Oliver faz uso de uma analogia com um trem para se referir a essa mudança:

[...] precisamos acionar a agulha do desvio de via porque a atual está levando a um fim de linha. A via atual foi muito boa e nos trouxe até aqui, mas não pode nos levar até a próxima seção. A via onde começamos teve origem no mundo do século passado baseado no papel impresso e ela não avança muito no novo ambiente de rede em linha. Ainda queremos avançar na mesma direção geral, descrever recursos e oferecer acesso a eles, porém precisamos nos desviar para uma nova via, de modo que possamos continuar avançando.” (OLIVER, 2011, p. 114).

Este trabalho abordou até aqui o que Mey e Silveira (2010) chamam de catalogação, considerada em sentido amplo, que abrange “[...] tanto a catalogação, ou representação bibliográfica, seja esta descritiva, ou representação descritiva, e a catalogação dita de assuntos, ou representação temática.” (p. 125). Foram abordados aspectos históricos e conceituais da representação temática – com foco nos fundamentos da classificação, nos principais sistemas de classificação bibliográfica e nos fundamentos da indexação e linguagens documentárias – e da representação descritiva – focalizando também sua evolução histórica e conceitual.

Ao longo da pesquisa empreendida para esta revisão de literatura, foi possível perceber que tanto a representação temática quanto a representação descritiva se constituem em processos comunicativos, cujas mensagens são destinadas aos usuários (MEY; SILVEIRA, 2009). O foco é, portanto, o usuário, que já não precisa mais estar fisicamente presente numa biblioteca para proceder a buscas que possam satisfazer suas necessidades de informação.

⁷ <http://access.rdatoolkit.org/>

Percebe-se, portanto, que tanto a representação temática quanto a representação descritiva constituem-se essencialmente em ações mediadoras implícitas, voltadas para o usuário, conforme conceitua Almeida Júnior (2009, 2015). Diante disso, coloca-se o interesse desta pesquisa diretamente focalizado em verificar a existência do reconhecimento da mediação implícita enquanto uma abordagem recorrente nas pesquisas relacionadas à representação temática e descritiva, no âmbito da Ciência da Informação brasileira. E para analisar com maior clareza a perspectiva da mediação da informação nas pesquisas que focalizam as representações temática e descritiva, também se considerou importante o aporte da literatura acerca do tema da mediação e sua relação com a representação da informação, a ser apresentado na próxima subseção deste trabalho.

2.4 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O termo mediação vem do latim *mediatio*, e é o ato ou efeito de mediar ou auxiliar como intermediário entre pessoas ou grupos de pessoas. O conceito tem sido objeto de reflexões, tendo em vista seu caráter plural e sua capacidade de dialogar nas diversas áreas do conhecimento humano. Na sequência serão analisados alguns usos para o conceito.

2.4.1 Alguns usos para o conceito

Observa-se que o conceito de mediação está fortemente ligado, sobretudo, às áreas do **Direito**, – onde a partir da ideologia positivista, adota significado de resolver conflitos; da **Comunicação** – vinculada ao sentido de mediação cultural e da **Educação** – relações com as questões sociais e psicológicas, baseadas no construtivismo de Piaget, no sócio-interacionismo de Vygotsky e na mediação de Paulo Freire (SILVA, 2015)

Do ponto de vista do Direito, a mediação pode ser definida como uma negociação facilitada ou catalisada por terceiros (CONSELHO..., 2016). Nessa perspectiva, pode ser definida em linhas gerais como uma técnica que se utiliza da linguagem para permitir a criação ou recriação da relação humana (PEREIRA, 2011). De acordo com a autora, o mediador intervém de forma imparcial, facilitando a comunicação entre os indivíduos e isso explica que sua aplicabilidade não se restringe apenas ao Direito, mas se estende para outras áreas.

A prática da mediação na perspectiva do Direito não é nova, mas já era conhecida na Grécia antiga, tendo sido utilizada também na China e na Civilização Romana, difundindo-se em várias culturas. Atualmente é praticada em âmbito mundial. O Direito moderno define

mediação como um método extrajudicial de solução de conflitos, que se diferencia de práticas como negociação, conciliação e arbitragem na medida em que se constitui em processo que privilegia a voluntariedade e objetiva trabalhar o conflito em si para que os acordos surjam como meras consequências. O mediador, portanto, não é um juiz que impõe decisões e vereditos, sua função é basicamente a de facilitar o diálogo entre envolvidos para reestabelecer as relações existentes (PEREIRA, 2011).

Davallon (2003) identifica na literatura algumas formas de uso do termo e, segundo esse autor, algumas dessas utilizações acabaram se distanciando do seu estatuto científico. Ele questiona as diferenças entre a mediação jurídica, por exemplo, e a mediação cultural. Também distingue o uso comum da mediação, como ação de servir de intermediário para produzir alguma coisa, sendo que o papel de intermediário serve como facilitador da comunicação. Davallon se refere também à noção de mediação como conceito operatório para designar, descrever ou analisar um processo específico, fazendo surgir propostas de definição que variam de setores: **a mediação midiática** (trabalho no interior da mídia), **a mediação pedagógica** (que tem o formador como mediador e que implica em interações educativas que conduzem à aprendizagem), **a mediação cultural** (presença de dupla abordagem – mediação e mediadores), **mediação técnica** (uso de tecnologias) e **a mediação social** (onde as formas de uso se regeneram no corpo social). Davallon (2003) identifica, dessa forma, os usos do termo mediação em variados aspectos. Já Peraya (2002) traz a discussão da comunicação midiaticizada e sobre o uso dos dispositivos de comunicação.

Para Peraya (2002, p. 26) “[...] não há comunicação que não seja midiaticizada. ” No entanto, esse autor observa a existência de uma comunicação não-midiaticizada na experiência cotidiana da linguagem verbal. Ele se refere a “um grau zero de midiaticização”, tendo em vista o fato da linguagem falada não se apoiar em artefatos tecnológicos. De acordo com Peraya (2002), a midiaticização sugere uma referência implícita a dois conceitos, que permitem diferentes interpretações: **do médium** – intermediação obrigatória que torna mediata a comunicação entre professor e aprendiz – e **das mídias** – entendidas como meios de comunicação de massa. Dessa forma, Peraya distingue no ato de ensinar uma alternância no uso da **comunicação não midiaticizada**, que corresponde à exposição oral de um professor, exposição esta que não depende de meios ou recursos materiais, mas apenas da capacidade do professor em transmitir conhecimento; e a **comunicação midiaticizada**, que corresponde à apresentação de documentos que utilizam recursos áudio-texto-visuais, como slides, filmes, programas multimídias etc.), recursos esses que auxiliam o professor na sua tarefa de transmitir

conhecimento. Tais recursos nada mais são do que tecnologias da comunicação utilizadas para uso educativo.

Dessa forma, Peraya (2002) propõe então, o termo dispositivo de comunicação e de formação mediatizada para referir-se ao uso educativo dessas tecnologias da comunicação. O termo “dispositivo” provém do técnico, ou seja, designa a forma como são dispostas as peças de um aparelho e seu mecanismo. O autor explica que essa conotação foi adotada pelas ciências experimentais, principalmente pela psicologia que consagrou o termo “dispositivo experimental”, mas no âmbito da educação ele surge nos anos 1970, da necessidade do surgimento de novas formas do saber fundadas em mediadores. Peraya entende, portanto, “[...] que um dispositivo consiste em uma organização de meios a serviço de uma estratégia, de uma ação voltada a uma finalidade planejada em vista da obtenção de um resultado.” (PERAYA, 2002, p. 29). A partir desse entendimento, propõe a seguinte definição: “[...] um dispositivo é uma instância, um lugar social de interação e de cooperação com intenções, funcionamento e modos de interação próprios.” (p. 29). A adoção dessas definições leva-nos ao entendimento de que todos

[...] os dispositivos de comunicação mediatizada, todas mídias, das mais antigas – a escrita, por exemplo – às mais contemporâneas – a web, a rede internet, ciberespaço – constituem dispositivos, mais especificamente dispositivos tecno-semioprágmatócos. (PERAYA, 2002, p. 29).

Esses dispositivos tecno-semioprágmatócos ou DTSP seriam “[...] como um conjunto de interações promovidas por toda mídia, toda máquina de comunicar, toda tecnologia da informação e da comunicação (TIC) entre os universos técnico, semiótico e ainda social ou relacional.” (PERAYA, 2002, p. 29-30). Conforme afirmação do autor, as tecnologias são a fronteira entre os três universos. Elas possibilitam a veiculação de mensagens, produzem sentido e significado de diversas maneiras, segundo o autor, “[...] por meio de registros semióticos distintos: língua natural, linguagens visuais, audiovisuais, textovisuais etc.” (PERAYA, 2002, p. 30). As TICs, portanto, não são meros instrumentos utilizados para difundir informação. Nesse sentido, o autor cita como exemplo a *Web*, que para ele constitui uma tecnologia intelectual. A *Web* seria, portanto, uma ferramenta semiótica e cognitiva, capaz de organizar uma realidade e fornecer um instrumento de pensamento.

Para Pieruccini (2007) esses dispositivos atuam em três instâncias: a semiótica, a social e a técnica. A autora justifica Peraya (2002) e sua preferência pelo termo mediatização da informação, tendo em vista a presença, nesse caso de artefatos tecnológicos que ele chama de dispositivos. Tendo como base as considerações de Peraya (2002), a autora afirma que

[...] o dispositivo é, portanto, signo, mecanismo de intervenção sobre o real, que atua por meio de formas de organização estruturada, utilizando-se de recursos materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais, que atingem os comportamentos e condutas afetivas, cognitivas e comunicativas dos indivíduos. Dessa forma, os efeitos dos dispositivos, ou seja, dos meios dirigidos, ultrapassam os limites técnicos visíveis para tornarem-se, em nossa sociedade, instrumento da relação conosco, com os outros e com o mundo. (PIERUCCINI, 2007, p. 5).

De acordo com Pieruccini (2007, p. 4)

[...] a mediação da informação, na contemporaneidade, passa por processos tão revolucionários quanto aqueles originados pelo advento das “antigas” tecnologias de registro e circulação, não apenas com intensidade certamente mais contundente, em razão da natureza e da abrangência que as tecnologias eletrônicas permitiram, (sobretudo depois da Segunda Guerra), mas também face às estruturas e circuitos pelos quais a informação passa a ser organizada e mediada.

Para a autora, desenha-se uma nova ordem, onde se verificam mudanças de concepções, modos e recursos na configuração da sociedade e da informação, que passa a ser “[...] transformada em produto no mercado internacional, ou em armas ideológicas dos Estados.” (PIERUCCINI, 2007, p. 4). Dessa forma, a mediação da informação ganha novos contornos, capazes de modificar a relação entre sujeitos, conhecimento e memória social. A autora explica:

Atualmente, a informação não é só uma realidade autônoma: ela é técnica e tecnologia. Os destinos das significações situam-se, assim, no âmbito das relações entre sujeitos e artefatos, ou sejam, suportes materiais erigidos em objetos portadores-produtores de sentidos que, no quadro geral da construção das significações, alteram nossas relações com o conhecimento, a cultura e conosco mesmo. (PIERUCCINI, 2007, p. 4).

Reitera-se dessa maneira a importância do conceito de dispositivo, que apesar de carregar ainda sua noção de origem, relacionada ao campo técnico, do ponto de vista da mediação da informação, constitui-se em instâncias com modos e interações próprios. Em suas dimensões material e simbólica a mediação, conforme se refere Pieruccini (2007), o indivíduo passa a partilhar os processos de significação “[...] com os objetos, os artefatos, as ferramentas e os não-humanos em geral, constituindo-se, ao mesmo tempo, instância de comunicação e de formação *mediatizada*.” (PIERUCCINI, 2007, p. 5, grifo da autora).

Assim, museus, bibliotecas e arquivos, por exemplo, são dispositivos de transmissão e comunicação e Pieruccini (2007) reafirma a importância desses dispositivos, lembrando, por exemplo, “[...] que se utilizam de meios técnicos, linguagens e formas de organização estruturada, utilizando-se de recursos materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais [...]” (PIERUCCINI, 2007, p. 5). Esses dispositivos, portanto, ultrapassam limites técnicos para se tornarem instrumentos da nossa relação com a sociedade. Não são, dessa forma, meros suportes de informação.

Citando Roger Chartier, a autora lembra que o papel dos dispositivos em relação ao conhecimento, derruba a ideia idealista segundo a qual o conhecimento depende apenas do domínio dos conteúdos. Esses dispositivos informacionais são configurados de forma complexa e heterogênea e trazem elementos portadores de sentidos. Tendo em vista a configuração complexa desses dispositivos, vocacionados para ordenar, organizar e prescrever, Pieruccini (2007) identifica a existência de uma ordem informacional dialógica, de natureza semiológica, compreendidas como instâncias que dizem, contam, narram, produzem significado e são, simultaneamente “[...] materialidade e signo, linguagem, discurso.” (PIERUCCINI, 2007, p. 6). São assim, instâncias de mediação entre os sujeitos e o mundo, agindo diretamente nos processos de acesso e apropriação da informação, contribuindo para formação também de receptores e consumidores culturais.

Sobre a noção de mediação cultural, Perrotti e Pieruccini (2014) fazem uma reflexão a partir de autores como Duffrêne e Gallereau, Caune, Lamizet, Jeanneret, Darras, Davallon e La Fortune, como categoria teórica e autônoma. Para Perrotti e Pieruccini (2014) a mediação é categoria intrínseca a qualquer processo cultural, mas nem sempre é compreendida. Entretanto, o quadro histórico e cultural atual onde são feitas novas leituras de fenômenos informacionais e comunicacionais conferem centralidade à mediação cultural. Os autores referem-se ao sociointeracionismo de Vygotsky e seu conceito de zona de desenvolvimento proximal como talvez “[...] a melhor expressão das compreensões que emergem em várias áreas do conhecimento, dentre elas a dos estudos culturais.” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 4).

Segundo os autores,

Pode-se dizer, assim, que não há informação ou comunicação sem mediação. E que, nos tempos atuais, as mediações, ao serem mediatizadas, mediatizaram as relações sociais, ganhando estatuto que obriga a colocá-las em posição de centralidade epistemológica. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 4).

Baseando-se em autores como Davallon (2004) e outros citados no texto, Perrotti e Pieruccini (2014) alertam para a necessidade de tratar a mediação cultural como uma categoria situacional,

[...] pensada em relação a contextos e processos precisos já que se pode falar tanto em mediação cultural em contextos difusos, como em museus, bibliotecas, teatros e outros equipamentos culturais, considerando-se, ainda, em relação a estes uma gama diversificada de manifestações diferenciadas em cada um desses equipamentos. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 4-5).

Essas reflexões reafirmam o entendimento de que bibliotecas, museus e arquivos, são dispositivos de mediação cultural apesar de diferirem em suas ações de mediação, na formação dos acervos, na sua gestão e na sua disponibilização ao público.

Os autores lembram ainda que o termo “mediação cultural” é formado por um substantivo e um adjetivo. O substantivo “mediação” é comum e utilizado em diferentes campos, como o jurídico – a negociação facilitada – e até mesmo o religioso, referindo-se ao ato de intermediar relações dos homens com Deus. Já o adjetivo “cultural”, restringe e particulariza o termo, distinguindo a mediação cultural de outras formas de mediação, com as quais ao mesmo tempo em que se diferencia, se mantém afinada. Os autores completam:

Em outras palavras, tal como nos demais campos, a mediação cultural é um ato de intermediação por um “terceiro” visando viabilizar relações e convivência dos sujeitos entre si - o “viver junto” ao qual refere-se Caune (1999a). De outro lado e ao mesmo tempo, é ato envolvendo uma classe específica de objetos e processos que encerram uma dimensão simbólica-semiológica especial e autônoma, mesmo se em interação dinâmica com os fluxos que caracterizam as lógicas do mundo concreto. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 9).

Além de ser uma noção complexa, nos moldes propostos por Morin (2005) e dos aspectos funcionais e instrumentais encontrados nos teóricos citados pelos autores, esses afirmam que a mediação cultural “[...] é ação portadora de sentidos próprios que estão em relação com sentidos incrustados tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos.” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 9-10).

Perrotti e Pieruccini (2007) estabeleceram as bases e fundamentos científicos para o desenvolvimento de estudos relacionados à informação e à educação, nomeado por eles como “Infoeducação”. Segundo os autores, tanto a área da Informação quanto a da Educação, na busca de eficácia dos seus mecanismos de transmissão do saber acabaram por expandir seus horizontes para além da transmissão de informações, permitindo a descoberta dos usuários (Informação) e dos aprendizes (Educação) “[...] como sujeitos dos processos simbólicos de que participam, tratando-os não mais como mera projeção dos desígnios da emissão.” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 53). Os autores indicam que essa aproximação entre Informação e Educação resultou em novas e importantes conexões entre os dois campos, que se viram diante da necessidade de enfrentarem a crise dos métodos tradicionais de informar e educar, tendo em vista a demanda exigida pelos novos contextos histórico-culturais, através da realização de estudo de usuários, de projetos de educação para informação e *information literacy*, por exemplo, de modo a promover a aproximação entre as duas áreas.

Todavia, para Perrotti e Pieruccini (2007) essas aproximações, apesar de significativas, ainda não conseguiram romper o dualismo que historicamente separa as duas áreas. A Infoeducação, proposta pelos autores, se coloca como uma tentativa de compreender as relações históricas entre as duas áreas, buscando abrir novas perspectivas na relação entre elas.

Perrotti e Pieruccini (2007, p. 56) utilizam o termo “protagonismo cultural” para nomear “[...] o fenômeno de participação ativa e afirmativa na vida cultural, na condição de produtor e criador de significados e sentidos, seja individualmente ou enquanto membro de um grupo ou uma coletividade. ” Tal conceito, segundo os autores, refuta compreensões tradicionais e correntes que colocam os sujeitos sociais não em posição de protagonistas, mas de usuários, clientes, ou consumidores culturais, o que vai de encontro à concepção dos autores. De fato, essas compreensões tradicionais engessam os sujeitos em posições determinadas e estáticas, impedindo que ele tenha uma participação plena em todo o processo de mediação. Para Perrotti e Pieruccini (2007, p. 61), “[...] não cabiam tais termos e concepções, por mais que atentássemos aos aspectos de uso implicados nos gestos culturais, assim como a suas dimensões econômicas e materiais. ” Os autores entendem que a afirmação do protagonismo cultural está relacionada à apropriação simbólica – apropriação de informações, conhecimento e cultura – em sua dimensão de apropriação de signos e significados, que vem sendo também estudada por eles.

Além da sua aplicação no Direito, na Educação e na Comunicação, o conceito de mediação está fortemente ligado à Ciência da Informação. Sendo esse o principal interesse desta pesquisa. Nas próximas subseções seu conceito será abordado de forma mais detalhada.

2.4.2 Mediação e Ciência da Informação

Ao formular o conceito de mediação da informação, Almeida Júnior (2009) propõe que este deva ser considerado “[...] como objeto ou núcleo epistemológico da ciência da informação. ” (FADEL et al., 2010, p. 16).

De acordo com Almeida Júnior mediação é

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Ao longo do tempo, entretanto, Almeida Júnior (2015) amadurece e reformula a sua proposição, trazendo a seguinte definição:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Ao ampliar o conceito, o autor acrescenta os elementos, processo, ambiência e conflito a sua definição. Esses acréscimos denotam que a mediação “[...] só se dá em um processo, envolvendo sujeitos e situações, que despertam novas necessidades e, conseqüentemente, novas mediações.” (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2017).

Ao referir-se à mediação com “ação de interferência” o autor coloca em questão o velho conceito de ponte, tradicionalmente assimilado pelos profissionais da área. Para Almeida Júnior (2007) trata-se de um conceito inadequado, pois leva-nos a compreender mediação como algo estático, com começo e fim, livre de interferências no trajeto. Ela é mais do que apenas uma “ponte transmissora” (GARCIA; ALMEIDA JÚNIOR; VALENTIM, 2011; ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014). Tais conceitos reforçam a ideia da impossibilidade de haver mediação sem que haja algum tipo de interferência por parte do mediador, sendo impossível que essa interferência ocorra de forma imparcial. Para Fadel et al. (2010), essa ideia da interferência se opõe à ideia de neutralidade, tradicional forma de pensar ainda praticada na área. De acordo com essa ideia da neutralidade, toda a ação do profissional da informação seria imparcial e apolítica. Dessa forma, toda a ação desse profissional na sociedade seria nula, passiva, o que o colocaria à margem da história. Almeida Júnior (2006) reforça a ideia de que a interferência se contrapõe à ideia de isolamento e passividade ao lembrar que

O espaço informacional se constitui ao mesmo tempo como objeto e sujeito da história, do destino da sociedade. É objeto, pois recebe influências e é sujeito em todos os momentos em que influencia, em que interfere. A unidade informacional não é um espaço isolado, ilhado, alheio e isento de interferências. Todas as transformações, de uma ou outra forma, influem e exigem posturas e mudanças tanto do espaço informacional, como dos que nele atuam e dos serviços implantados e oferecidos. (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 263).

Almeida Júnior (2006) adverte, entretanto, que os espaços informacionais ainda não entendem bem essa relação com a sociedade. Verifica-se que o pensamento da área ainda está fincado nos valores tradicionais e não percebe bem que as mudanças e transformações ocorridas na sociedade exigem uma atuação proativa e livre do equivocado ideal de neutralidade que foi impregnado na formação do profissional da informação. Esses valores equivocados ainda contribuem para a manutenção do engessamento desse profissional em sua atuação, que ao prender-se a conceitos preconcebidos e aceitos ao longo do tempo, não se percebe como sujeito da história e que sua atuação precisa estar em sintonia com essa história. Almeida Júnior e Bortolin (2007) destacam, ainda que as ações do profissional da informação não são neutras nem imparciais e resultam sempre de uma interferência. Não há, portanto, a possibilidade de isolamento ou passividade quando se fala em interferência, contudo, ainda que buscando a imparcialidade, o profissional deve preocupar-se em evitar a manipulação, cuja relação com a

interferência é muito próxima e sutil. É necessário, portanto, buscar sempre o equilíbrio entre esses dois conceitos. A interferência vem negar, dessa forma, o antigo conceito de que o profissional deve ser passivo, subserviente, sem iniciativa – aquele que apenas contribui, auxilia e apoia.

O conceito formulado por Almeida Júnior evidencia também outro ponto chave: a apropriação. Segundo Fadel et al. (2010, p. 17-18) a ideia da apropriação se opõe à ideia de uso e que na verdade “[...] não fazemos uso da informação, mas, por meio dela alteramos, modificamos, transformamos nosso conhecimento.” A ideia da apropriação, portanto, está diretamente ligada ao entendimento. Sem entendimento não há apropriação nem conhecimento transformado que leve a um relacionamento com o mundo, pois o conhecimento se constrói individualmente na relação com o mundo. Ou seja, sendo o conhecimento ao mesmo tempo individual e coletivo, cada pessoa depende dos outros e do mundo para construí-lo. Assim, a informação precisa ser entendida como algo subjetivo que propicia a transformação de conhecimento, na medida em que é apropriada. Mais uma vez os autores vão de encontro ao conhecimento aceito na área, ao defenderem a compreensão da informação “[...] como causa de conflitos, criadora de indagações, dúvidas, curiosidades e não como eliminadora de incertezas.” (FADEL et al., 2010, p. 18).

A ação mediadora não é passiva e deve acompanhar todo o fazer do bibliotecário, ainda que de forma indireta ou inconsciente. Este “[...] deve assumir seu papel e não esperar que os usuários busquem a informação somente ao se depararem com uma necessidade informacional.” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014, p. 101). Dessa forma, a mediação está ligada a ações implícitas e explícitas, direcionadas para o usuário e, segundo os autores, seu caráter “[...] depende não somente de ações realizadas pelos bibliotecários, como também da presença imediata/física ou não dos usuários.” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014, p. 101-102).

Dessa forma, para Almeida Júnior (2009) a mediação está presente em todo o fazer do profissional da informação, entretanto, ela pode estar presente de forma explícita, nesse caso é claramente identificável, uma vez que a presença do usuário nos espaços informacionais é inevitável, ainda que essa presença não seja necessariamente física, tomando como exemplo os casos de acessos à distância onde não há a interferência presencial do profissional da informação. O serviço de referência é um exemplo típico, pois pressupõe sempre a presença do usuário, “[...] ocorre onde há claramente uma relação formal entre o usuário e o equipamento informacional.” (FADEL et al., 2010, p. 19).

Já a mediação implícita, objeto desta pesquisa, se evidencia nas ações relacionadas ao processamento técnico da informação (seleção, aquisição, tratamento temático e descritivo) realizada pelo profissional da informação, características que a diferenciam da mediação explícita, pois ocorre sem a presença física do usuário. Segundo Almeida Júnior (2009, p. 92-93).

[...] a mediação implícita ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação.

Na ação da mediação implícita, ainda que não haja a presença física de usuários na biblioteca, o perfil ou as características desses reais e potenciais usuários devem orientar o trabalho dos bibliotecários responsáveis pelo planejamento e gestão, pela seleção, aquisição e organização dos itens informacionais para acesso. A mediação implícita que ocorre na etapa de processamento da informação na biblioteca constitui tarefa complexa, que exige a atenção desse profissional da informação, porque ela não é apenas dirigida ao usuário de informação de sua biblioteca, mas precisa também estar sintonizada com o que está acontecendo no mundo ao redor desse usuário, que certamente será determinante de suas expectativas e necessidades de informação. Nesse sentido, a necessidade de considerar o usuário é mais evidente na fase de planejamento e elaboração de instrumentos de representação como os catálogos, tesouros e linguagens documentárias e políticas de indexação. No entanto, esse olhar para o usuário é menos evidente quando se observa a mediação implícita praticada no trabalho rotineiro do profissional que seleciona, cataloga, classifica e indexa a informação. Nessa fase é possível verificar a ocorrência de um certo distanciamento entre o profissional e o usuário, tendo em vista que este profissional ainda se orienta por valores tradicionais advindos de sua formação profissional, caracterizada por privilegiar mais a técnica, conforme adverte Almeida Júnior (2006) ao lembrar das interferências e das influências as quais estão sujeitos os espaços informacionais e, conseqüentemente, os profissionais da informação.

De qualquer modo a ação mediadora, seja ela explícita ou implícita, ressalta a presença da dialogia, conforme explica Gomes (2014),

[...] a ação mediadora é compreendida como uma ação essencialmente pautada na dialogia. Ainda que na ação mediadora estejam envolvidos sujeitos cujo grau de clareza acerca do processo limite essa compreensão e também o sucesso da ação, a dialogia sempre estará presente. (GOMES, 2014, p. 48).

A dialogia permite aos diversos interlocutores a possibilidade de manifestarem suas subjetividades, tornando possível, por exemplo, o exercício da crítica “[...] e a observação mais clara das incompletudes e lacunas que promovem a desestabilização dos conhecimentos

estabilizados em cada sujeito.” (GOMES, 2014, p. 48). De acordo com a autora, essa dimensão dialógica da mediação aciona o que Vygotsky (2007; 2008) chama de zona de desenvolvimento proximal, que potencializa o desenvolvimento interior e a construção dos sentidos, essenciais para que ocorra a apropriação da informação (GOMES, 2014). Dessa forma, na perspectiva vygotskyana, a autora afirma que a dialogia constitui a base da mediação e que esta, para ser bem-sucedida deve ser entendida dentro de um processo dialógico. Gomes (2014) também analisa a mediação segundo abordagem de Paulo Freire, que identifica seu caráter potencializador do protagonismo social, onde essa ação mediadora permite ao homem transformar-se em sujeito, capacitando-o a intervir na realidade, de forma a transformá-lo em um protagonista social.

Na Ciência da Informação, a mediação resulta da relação dos sujeitos com o mundo (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; SILVA, 2015), da interação dos sujeitos entre si e com as informações a partir de suas possibilidades cognitivas no processo de construção do conhecimento (GOMES, 2008) e se constitui em linha de investigação e fundamento da prática profissional, propondo atividades de interferência que ultrapassam a relação usuário/informação (SANCHES; RIO, 2010). Para Silva (2015) a formulação do conceito de mediação implica em identificar o significado de informação para assim associá-lo à mediação.

A tarefa de identificar o significado de informação tem sido objeto de muitas discussões científicas. Tomando por base Gomes (2016, 2017), o Quadro 12 sintetiza essa discussão ao longo das décadas de 1960 a 2000, mostrando a evolução da discussão em torno do conceito de informação, promovida por teóricos de destaque na Ciência da Informação que, na análise de Gomes (2016, 2017), apresentam proposições que abrem perspectivas mais aproximativas aos enfoques abordados nas discussões em torno da mediação da informação.

Quadro 12 – Perspectivas conceituais para a informação – décadas de 1960 a 2000

DÉCADA	TEÓRICOS	CONCEITO DE INFORMAÇÃO
1960	BORKO (1968)	Objeto com propriedades e comportamentos, que é produzida e circula pela via de um fluxo informacional, acessada e utilizada através do processamento de seu conteúdo.
1970	SHERA (1971)	Trindade do atomismo: (1) conteúdo; (2) base tecnológica de produção e transmissão; (3) recepção em determinado contexto social.
	WERSIG / NEVELING (1975)	Informação como processo – definida a partir de diversas abordagens: estrutural, do conhecimento, da mensagem, do significado, do efeito (orientada para o receptor) e do processo.
	BELKIN / ROBERTSON (1976)	Informação como algo capaz de alterar estruturas. O “estado anômalo do conhecimento” do usuário o motiva a buscar informações – a potência criadora da informação é acentuada.
1980	BROOKS (1980)	Informação transforma as estruturas (subjetivas e objetivas) do indivíduo.
	MIKHAILOV (1983)	Resultado de atividades sociais de produção de conhecimento e como aspecto transformador da realidade.
1990	BUCKLAND (1991)	Informação como coisa (por ter materialidade); informação como conhecimento (se refere a fatos, assuntos etc.); informação como processo (ato de informar). A informação refere-se ao que foi elaborado a partir de fontes documentais e de dados da própria experiência.
	WERSIG (1993)	Conhecimento em ação.
	Le COADIC (1996)	Conhecimento inscrito (gravado) na forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual.
2000	HJØRLAND (2002)	Informação sob a perspectiva de um conceito social no âmbito da análise de domínio e comunidades discursivas
	CAPURRO (2003)	Categoria antropológica que corresponde ao fenômeno das mensagens humanas.
	FROHMANN (2008)	Coloca em relevo o caráter social e material da informação; chama a atenção para os regimes de informação e para o caráter público da informação.

Fonte: Gomes (2016, 2017)

A partir de reflexões provocadas por essas abordagens conceituais da literatura, Gomes (2016, p. 99) apresenta sua proposição conceitual da informação como o “conhecimento em estado de compartilhamento”. Para a autora “O conhecimento compartilhado por meio de sua materialização (informação) permite sua retomada, sua revisão e a reflexão potencializadora da construção de novos conhecimentos ou, até mesmo, da reconstrução daqueles anteriormente estabelecidos.” (GOMES 2016, p. 98-99).

A autora esclarece:

Sendo a informação conhecimento em estado de compartilhamento, ela é a resultante do processo de colocar em comum o conhecimento construído no plano das singularidades, das intersubjetividades, e também o conhecimento socialmente instituído, caracterizando-se, assim, como subsidiária do pensar e das ações instituintes de novos conhecimentos. (GOMES, 2016, p. 99).

Na perspectiva proposta por Gomes (2016) esse processo de compartilhamento, chamado de comunicação, permite ao homem o seu desenvolvimento, expresso na linguagem, nas técnicas, instrumentos, prolongamentos que propiciam o compartilhamento dos saberes e conhecimentos. Avançando nessa experiência, o homem desenvolveu a transmissão como uma derivação da comunicação, para assegurar que o conhecimento compartilhado pudesse ser perpetuado, para além do espaço e do tempo.

De acordo com a autora,

Na transmissão busca-se auxiliar a construção da história, a geração do patrimônio social, preservando o conhecimento e a cultura. Na comunicação se valorizam as percepções geradas nas interações que fluem nas relações temporais imediatas. Na transmissão a materialidade da informação transita entre materialidade e imaterialidade. (GOMES, 2016, p. 94).

Gomes (2016) aponta ainda que nos processos de comunicação e transmissão ocorrem “ruídos” de informação, o que justifica a ocorrência de ações mediadoras. Na **comunicação**, fatores como velocidade e emoção podem afetar a percepção; na **transmissão** as formas de expressão podem resultar em reducionismo e dar a ilusão de se ter um “[...] conhecimento perene e inquestionável.” (GOMES, 2016, p. 94). As ações mediadoras devem estar presentes, portanto, para auxiliar a concretização das metas interacionistas contidas nos dois projetos. Gomes (2016, p. 95) esclarece ainda, que o compartilhamento é um espaço “[...] de interligação entre informação e comunicação.” E como afirma a autora, a linha do tempo apresentada no Quadro 12 contém formulações teóricas que, de algum modo, fazem essa relação entre informação, comunicação e conhecimento, permitindo a construção de sua proposição conceitual para o fenômeno da informação.

Partindo ainda das reflexões conceituais encontradas na literatura da Ciência da Informação e em teóricos como Mikhail Bakhtin, Lev S. Vygotsky e Paulo Freire, Gomes (2014, 2016) formula as dimensões da mediação da informação, que além de tornarem evidentes aspectos importantes da mediação da informação, também tornam mais evidentes confluências existentes entre a comunicação e a informação.

Nesse sentido, além da dimensão dialógica, Gomes (2014) faz uma reflexão sobre a dimensão estética da mediação da informação, que enfatiza a importância do conforto para os sujeitos participantes da ação comunicativa de forma que se sintam acolhidos e reconhecidos com seus sentimentos e emoções nas ações de interferência, condições para que alcancem o processo criador. Nessas interferências se deve evitar a manipulação, dependendo, portanto, da adoção de uma conduta ética adequada por parte do mediador (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Ao considerar e atuar na perspectiva dessa conduta ética, a mediação pode alcançar a dimensão ética defendida por Gomes (2014, 2016, 2017). Já a dimensão formativa também coloca em evidência a dimensão ética e estética da mediação da informação e a importância da experiência. Gomes ressalta:

Toda e qualquer atividade humana traz no seu âmago um caráter formativo porque está sempre ligada ao fazer, ao movimento, à ação, cuja operacionalização se dá através de um ato realizador de algo que, em certa medida acaba por inventar ou reinventar a ação e o sujeito da ação. (GOMES, 2014, p. 54).

Por fim, observa-se que a dimensão política está presente em todas as outras dimensões apontadas por Gomes (2016, 2017) e se caracteriza por exigir do mediador a tomada de consciência sobre seu fazer, um comprometimento mais efetivo, de forma a exercer o protagonismo social, através de ações de interferência no meio em que atua. A dimensão política requer do mediador, portanto, que ele seja capaz de refletir sobre o mundo em que vive e sobre o seu papel na sociedade.

Dentro dessa perspectiva da mediação da informação como ação e movimento, observando suas dimensões dialógica, ética, estética, formativa e política, sintetizadas no Quadro 13, é possível ampliar a compreensão do conceito de mediação da informação de Almeida Júnior (2015) por meio das dimensões estabelecidas por Gomes (2014, 2016, 2017). Para Gomes (2014, 2016, 2017) a observação dessas dimensões é mais evidente na mediação direta ou explícita da informação, definida por Almeida Júnior (2009, 2015). Todavia, na mediação indireta ou implícita da informação, essas dimensões parecem estar numa condição subliminar, o que vem dificultar a compreensão de sua natureza mediadora, sem, contudo, significar a inexistência delas, uma vez que, de modo mais atento e acurado, é possível perceber as cinco dimensões dialógicas propostas por Gomes (2014, 2016, 2017) – éticas, estéticas, formativas e políticas – em todas as instâncias do fazer informacional.

Quadro 13 – Dimensões da mediação da informação

DIMENSÃO DIALÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilita a manifestação de subjetividades; - Possibilita o exercício da crítica; - Permite a observação de lacunas e incompletudes nos sujeitos; - Aciona a ZDP de Vygotsky; - Evidencia a singularidade dos sujeitos envolvidos – protagonismo; - Meio de transformação do homem em sujeito (FREIRE); - Pressupõe comunicação baseada em relação dialógica compartilhada e colaborativa, onde o profissional não é o único agente mediador do processo.
DIMENSÃO ESTÉTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Enfatiza a importância do conforto para os sujeitos participantes da ação comunicativa, através de uma base dialógica, sem censuras ou rejeição com o exercício da crítica; - Adoção de linguagens e dispositivos de comunicação e o domínio delas pelo mediador; - Ação ligada a movimento multidirecional, a “um agir na vida”.
DIMENSÃO ÉTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Envolve a busca de conhecimento do outro, do meio, do contexto e o autoconhecimento - Preocupação com a interferência e manipulação; - Implica em desenvolvimento de competências para ouvir, acolher, cuidar e dialogar; - Adoção de princípios inibidores da censura e direcionamento de acesso à informação que não estejam baseados na igualdade de direitos e liberdade de pensamento.
DIMENSÃO FORMATIVA	<ul style="list-style-type: none"> - Coloca em evidência a dimensão estética e ética; - Processo permanente de significação e ressignificação, tendo em vista a capacidade relacional do ser humano; - Inerente à experiência: ocorre com outros e com o meio (PAREYSON, 1993 <i>Apud</i> GOMES, 2014); - A experiência é inerente ao protagonismo e é condição imprescindível à mediação e à formação.
DIMENSÃO POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> - O mediador age, constrói e interfere no meio – protagonismo social; - Os sujeitos sociais são capazes de refletir sobre o mundo, sobre si mesmos e seus interlocutores, potencializando, dessa forma, o nascimento de um homem comprometido e capaz de interferir na realidade; - Exige do mediador uma tomada de posição acerca do papel social do seu fazer especializado; - O mediador é um sujeito da estética, da ética e da produção humanizadora do mundo, sendo, portanto, um agente político.

Fonte: Baseado em Gomes (2014, 2016, 2017)

Conforme assinala Gomes (2016) o mediador deve refletir acerca dessas dimensões, de forma a preparar-se para o constante processo de autoavaliação, necessário ao alcance do autoconhecimento, que permitirá a ele a superação dos seus próprios limites. As dimensões da mediação se relacionam e se entrelaçam de forma a fazer nascer sujeitos envolvidos com o aperfeiçoamento de seu próprio perfil protagonista e com a formação de uma consciência comprometida e capaz de intervir na realidade e, conseqüentemente, capaz de contribuir para a formação do protagonismo social. Gomes (2016) afirma que:

A mediação bem-sucedida revela o possível e o aparentemente impossível, fazendo com que os sujeitos envolvidos na ação mediadora venham a ter oportunidade de encontrar novas possibilidades e potencialidades. O autoconhecimento; a consciência dos limites e das potencialidades; o exercício da crítica e o enfrentamento dos desafios que se apresentam ampliam a probabilidade de superação dos limites, a efetividade das ações mediadoras e, conseqüentemente, o encontro com a estética e a poética envolvidas no ato criador. (GOMES, 2016, p. 101).

Esta reflexão acerca das dimensões da mediação da informação, reafirma a importância que a presença da mediação tem nos ambientes informacionais, tendo em vista o

compromisso que esses ambientes assumem com a herança cultural e a construção de saberes e conhecimentos no processo de desenvolvimento humano.

Assim, este trabalho apoia-se na reflexão feita por Gomes (2014, 2016, 2017) sobre as dimensões dialógica, estética, ética, formativa e política da mediação da informação, essenciais na ação mediadora. O trabalho apoia-se, também no conceito de mediação da informação formulado por Almeida Júnior (2009), para quem esta se constitui no próprio objeto da Ciência da Informação. Seu foco, dentro da representação temática e descritiva da informação está direcionado para a mediação implícita, que se faz sem a presença imediata do usuário no processamento da informação, onde as dimensões observadas por Gomes (2014, 2016, 2017) assumem caráter subliminar.

O próximo segmento focaliza a mediação e a representação da informação, ressaltando a ligação entre as duas sub-áreas, ao abordar o caráter mediador da representação e a responsabilidade ética e social dos profissionais da informação em suas ações de mediação implícita.

2.4.3 Representação na mediação implícita da informação

Organizar o conhecimento tem sido o alvo de estudiosos e pensadores ao longo da história. Embora saibamos que a necessidade de classificar e organizar seja um marco da modernidade, desde a Antiguidade esse ideal tem sido almejado por filósofos como Aristóteles, por exemplo, que buscaram, de alguma forma, sistematizar e permitir o acesso mais facilitado ao conhecimento. Além da Aristóteles, Francis Bacon, Roger Bacon, Gottfried W. Leibniz, dentre outros, se destacaram e influenciaram classificacionistas modernos, como Melvin Dewey e Shiyali Ramamrita Ranganathan, cujos sistemas de classificação, já apresentados neste trabalho, tiveram como ponto de partida as classificações do conhecimento.

Em seu relato sobre a história social do conhecimento humano, Burke (2003) narra a busca incessante não apenas pela disseminação do conhecimento como também por sua classificação e organização. O autor se refere ao que ele chama de “variedades do conhecimento” na Europa moderna, onde o conhecimento era classificado por grupos diferentes e de diferentes maneiras. Segundo o autor essas distinções eram feitas, por exemplo, entre conhecimento teórico e prático (ciência e arte), conhecimento público e privado, conhecimento legítimo e proibido, baixo e alto conhecimento, conhecimento liberal e útil, além do conhecimento especializado, contrastado com o conhecimento geral ou universal. Burke (2003) menciona ainda a distinção do conhecimento dos livros do conhecimento das coisas e enfatiza

o conhecimento acadêmico e seus vários campos. A palavra “campo” seria, segundo ao autor, uma metáfora ocidental, reveladora do conhecimento que alude a um “imperativo territorial”, hoje ainda tão importante no mundo intelectual. Outra metáfora-chave usada para visualizar o conhecimento era a da árvore e suas folhas e galhos. São exemplos, a árvore do conhecimento de Raimundo Lúlio e a árvore lógica de Porfírio. A partir do século XVII, entretanto, o termo “sistema”, associado aos antigos filósofos estoicos, passa a ser utilizado em lugar da “árvore” para designar a organização do conhecimento. A biblioteca é identificada por Burke (2003) como um dos subsistemas que formam “[...] uma espécie de tripé intelectual composto de currículos, bibliotecas e enciclopédias.” (BURKE, 2003, p. 83).

Assim, a ordem dos livros, imprescindível para diferenciar uma biblioteca de um amontoado de livros, conforme afirma Naudé (2016), através de catálogos e bibliografias produzidas, assume a importância de refletir o conhecimento produzido, assim como os currículos e enciclopédias, demais subsistemas que compõem o “tripé intelectual” de Burke (2003).

De acordo com Melo e Bräscher (2014, p. 103) organizar e representar a informação “[...] são processos essenciais para possibilitar sua recuperação e uso posteriores.” Para as autoras a representação é um produto que substitui o conteúdo de um objeto informacional por um “conjunto de elementos descritivos”. Já Alvarenga (2003) declara que diferentes tipos de representações são desenvolvidos pelos profissionais da informação, envolvendo a substituição da informação primária por registros específicos, visando recuperação posterior. Para esta autora, a representação se constitui na substituição do documento por informações compactadas que propiciem sua localização e uso por parte dos usuários. Essas compactações são empreendidas através do “[...] desenvolvimento de catálogos de bibliotecas, arquivos e museus, assim como de bibliografias, índices e abstracts impressos e de bases de dados *online*.” (ALVARENGA, 2003, p. 23).

Entretanto, questiona-se o uso do termo “substituir”, utilizado pelas autoras, tendo em vista que um objeto informacional não pode ser substituído em sua plenitude por informações compactadas ou por um conjunto de elementos descritivos. A representação da informação não toma o lugar do conteúdo expresso nesse objeto informacional, ela é uma mediação implícita que gera um dispositivo mediador capaz de promover o encontro do objeto informacional com o usuário da informação. Na perspectiva da mediação da informação, portanto, a representação da informação não substitui, mas se dedica a descrever elementos que identifiquem o objeto informacional da melhor forma possível e em todos os seus níveis, visando posterior recuperação.

A organização do conhecimento está ligada aos conceitos, às ideias e não de informações registradas, como ocorre com a organização da informação. Para Bräscher e Café (2008) a organização do conhecimento deve ser baseada em unidades de conhecimento e tal afirmação é fundamentada no pensamento de Dahlberg. Segundo as autoras, a representação do conhecimento se faz através de diferentes sistemas de organização do conhecimento, que são os SOC, “[...] sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles.” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 8). São identificados como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), as classificações bibliográficas, os tesouros, as taxonomias, as ontologias, cujas características foram explicitadas no decorrer deste trabalho.

Para Bräscher e Café, organiza-se a informação para possibilitar o acesso ao conhecimento contido nela. As autoras explicam:

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a **representação da informação**, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 5, grifo das autoras).

Almeida Júnior e Santos Neto (2014) corroboram com Bräscher e Café (2008) quando afirmam que “Para que haja produção de conhecimento/informação e seu consumo, é necessário que anteriormente a informação esteja organizada e bem tratada.” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014, p. 107). Ações mediadoras, são necessárias, portanto, para dar um bom tratamento a essa informação que precisa ser organizada.

Já Almeida (2012) faz uma análise da mediação da informação e da representação da informação na perspectiva dos fundamentos da semiótica do filósofo norte americano Charles Sanders Peirce, para quem, a representação não é uma atividade involuntária. Segundo Almeida (2012, p. 6), “Quando há representação, temos a produção de um novo conhecimento. O próprio conhecimento depende da representação para constituir-se em uma leitura particular da realidade e do mundo, de modo a não termos acesso ao mundo vivido sem a representação.”

No que se refere à mediação, de acordo com o autor, a semiótica de Pierce indica que o processo de mediação, além de ser cognitivo, resulta na tradução de signos (ALMEIDA, 2012). O autor, que no âmbito da Ciência da Informação transita nas sub-áreas da mediação e da organização e representação do conhecimento, de certa forma sintetiza o argumento principal desta tese ao afirmar que “A mediação é, por excelência, um processo representacional.” (ALMEIDA, 2012, p. 6). O autor chega a essa afirmação através do seguinte argumento:

O processo de representação supõe a tradução de signos; não podemos representar o mundo ou o conhecimento sobre ele sem dispor de signos, e a cada instante que nos

aproximamos de uma realidade a ser conhecida, representamos. Quando diminuimos a distância e tentamos estabelecer uma relação direta com a realidade, isto já está contaminado de representações. E quando conhecemos e fazemos com que outros conheçam a partir da nossa atividade, estamos representando e forjando nossas traduções para que outros sujeitos possam traduzir, o que, a rigor, também é criar signos. (ALMEIDA, 2012, p. 6).

O termo mediação tem sido utilizado em diversos campos do conhecimento, como já foi mencionado neste trabalho. No entanto, o interesse desta pesquisa se concentra na abordagem da mediação no âmbito da Ciência da Informação, mais especificamente no âmbito da Biblioteconomia, no fazer diário do bibliotecário que medeia a informação através da sua atividade de representar temática e descritivamente a informação registrada. Muitos desses profissionais catalogadores, classificadores e indexadores, que se dedicam à mediação implícita, ainda precisam ser conscientizados ou convencidos de que sua prática diária se constitui em mediação. O processamento técnico que praticam longe da presença dos usuários da informação nem sempre é compreendido como uma ação de interferência mediadora. Gomes e Santos (2013) sintetizam bem esse pensamento ao afirmarem:

Talvez, na atual conjuntura, ainda tenhamos uma parcela de profissionais da informação realizando essa mediação indireta num relativo grau de inconsciência, motivada pelas características de operacionalização desses processos, que se realizam sem a exigência da interação direta com os usuários/leitores. (GOMES; SANTOS, 2013, p. 32).

Muitos desses profissionais, que ainda acreditam no mito da neutralidade do bibliotecário que processa a informação, não percebem a amplitude de sua responsabilidade no processo comunicativo com o usuário da informação. É possível que essa responsabilidade seja percebida de forma mais clara entre os que trabalham diretamente com os usuários no serviço de referência (mediação explícita), como sugerem Gomes e Santos (2013). Entretanto, “Entende-se que mediação da informação está diretamente ligada às ações implícitas e explícitas, voltadas para o usuário, e que a mesma é fundamental nas práticas do profissional da informação.” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014, p. 101). Os autores não deixam dúvidas, portanto, quanto à presença do caráter mediador, tanto no trabalho do profissional que pratica o serviço de referência, quanto daquele responsável pelo processamento técnico da informação.

Retomando o pensamento de Burke (2003), no “tripé intelectual” a biblioteca aparece como um subsistema dotado de capacidade para refletir o conhecimento produzido. Para Pieruccini (2007) ela se constitui num dispositivo de transmissão e comunicação que se relaciona com a sociedade e com o mundo. A biblioteca é o lugar da representação (mediação implícita), portanto é, também, o lugar da mediação explícita da informação, já que a mediação

da informação não é apenas aquela realizada na presença física ou virtual do usuário (mediação explícita), mas também é aquela que se comunica com o usuário sem a sua presença física e imediata (mediação implícita), que, a exemplo da primeira, também ocorre em função do bom atendimento ao usuário em suas necessidades de informação.

Pieruccini (2007) nos diz que a biblioteca é um dispositivo informacional dialógico. Referindo-se especificamente à biblioteca universitária Gomes e Santos afirmam:

Por se constituir em um dispositivo de mediação, a biblioteca (como qualquer outro dispositivo de cultura) contém características técnicas, semiológicas e pragmáticas. Seu foco central volta-se à preservação da memória científica e também ao atendimento das necessidades informacionais, em primeira instância da comunidade acadêmica e científica e em segunda instância da sociedade em geral, o que impõe a adoção de ações de caráter pragmático. (GOMES; SANTOS, 2013, p. 31).

Embora a afirmação das autoras tenha sido feita dentro do contexto da biblioteca universitária, ela é perfeitamente aplicável a qualquer tipo de biblioteca ou unidade de informação, tendo em vista que tanto a preservação da memória quanto o atendimento da comunidade de usuários se constituem na vocação de toda biblioteca. No tocante à responsabilidade do profissional da informação, o bibliotecário, Gomes e Santos afirmam que o exercício da representação e organização da informação deve

[...] partir da compreensão de que o fator de maior relevância dessas atividades de mediação implícita (indireta) é o de possibilitar ao usuário/leitor o acesso, uso e apropriação da informação, o que permitirá o seu crescimento intelectual e social. ” (GOMES; SANTOS, 2013, p. 42).

Torna-se imprescindível, dessa maneira, que os profissionais exerçam suas atividades no processamento técnico de forma consciente e em sintonia com o usuário, visando a recuperação da informação para o acesso, uso e apropriação da informação. Desde a seleção e aquisição do material bibliográfico até o processamento técnico propriamente dito, que envolve a descrição (catalogação) e o tratamento temático (classificação e indexação de assuntos) – atividades que se refletem no armazenamento e ordenamento – são fundamentais para o acesso do usuário à informação desejada. Essa ideia está em sintonia com a afirmação de Almeida Júnior, quando este diz que

A política de seleção, amplamente discutida no desenvolvimento de coleções, tem o usuário final como base de sustentação. O mesmo se dá com os trabalhos de processamento das informações: têm suas ações voltadas para a recuperação de informações que atendam e satisfaçam necessidades dos usuários. É inconcebível a idéia de trabalhos não voltados para o atendimento de necessidades informacionais. Tais trabalhos seriam vazios e desprovidos de objetivos. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Nesse ponto, cabe ressaltar a importância do profissional da informação que trabalha com a mediação implícita. Sua responsabilidade não é menor do que aquela que tem o

profissional que lida diretamente com usuário para assegurar o acesso à informação. É fato que as ações mediadoras não são neutras e segundo Almeida Júnior,

A idéia de neutralidade, tanto do mediador como do processo de mediação, torna-se claramente inapropriada e o momento da relação/interação profissional da informação x usuário é estruturado não como algo estanque e fracionado no tempo, mas envolvendo os personagens como um todo, os conhecimentos conscientes e inconscientes, e o entorno social, político, econômico e cultural em que estão imersos. A mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo. (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 93).

Além de desfazer a ideia de neutralidade na mediação, Almeida Júnior (2007; 2009) enfatiza no conceito que formulou a questão da interferência em contraponto a um pensamento hegemônico que sustenta a ideia de imparcialidade e neutralidade no trabalho do profissional da informação. De acordo com este autor, embora se busque tanto a imparcialidade quanto a neutralidade, não é possível alcançá-las uma vez que se trabalha com uma matéria prima que por si só não é neutra. Ele afirma: “A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 93). Ou seja, há que se considerar que as ideologias, interesses políticos, econômicos, culturais, dentre tantos outros, impregnam a informação de forma a impedir que ela seja neutra ou imparcial e, conseqüentemente, que sua representação também não seja neutra.

Embora não seja possível ser neutro ou imparcial nas ações mediadoras, do ponto de vista da representação da informação, o profissional que pratica a mediação implícita através do processamento técnico da informação, precisa estar atento às questões éticas que envolvem essa atividade.

Para Guimarães e Pinho (2006) essa atividade não é meramente técnica, mas sim, intelectual, por exigir do profissional “[...] uma postura consciente e crítica, além de ser pleno conhecedor dos aspectos históricos e sociais que envolvem o conhecimento registrado e socializado. (GUIMARÃES; PINHO, 2006, p. 2). O cuidado com a tendenciosidade é fundamental, embora esse problema não esteja restrito apenas a atuação do profissional, conforme explicam os autores:

Os problemas de tendenciosidade na representação do conhecimento são encontrados desde o momento da criação de instrumentos e ferramentas de representação, como também por parte de profissionais no momento de sua atuação profissional, seja ao classificar ou atribuir conceitos no momento de indexação. (GUIMARÃES; PINHO, 2006, p. 3).

As classificações bibliográficas são um bom exemplo disso. Elas carregam conotações políticas e refletem as escolhas de seus criadores, que acabaram impondo, de alguma forma, uma visão particular do conhecimento aos seus usuários. Guimarães e Pinho (2006, p. 3)

completam: “Esses sistemas impõem uma visão particular do conhecimento, e essa visão é geralmente atribuída pelo seu idealizador. Assim, quando os bibliotecários aplicam esse sistema de classificação estão dando aos usuários essa visão particular de mundo.” Guimarães e Pinho (2006) dão o exemplo da Classificação Decimal de Dewey, criticada por dar ao assunto Cristianismo grande prevalência na classe Religião, em detrimento de outras religiões. Milani (2014, 2015) pesquisou a questão dos desvios e tendências na representação de assunto, examinando os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD). Em sua pesquisa, Milani (2015) optou por adotar o termo em inglês (*bias*) devido ao caráter polissêmico do termo na língua inglesa e à inexistência de uma discussão no âmbito da literatura em língua portuguesa sobre o assunto. De acordo com a autora, quando se fala em *biases* (vieses, ou tendências), essas podem ter o sentido negativo – que se caracterizam por trazer para a representação conotações discriminatórias e preconceituosas – e conotações positivas, que funcionam como um meio de garantir maior especificidade na representação (MILANI, 2015). A autora, argumenta que a presença de *biases* negativas ou positivas na representação de assunto é inevitável, sendo muito difícil alcançar a isenção no processo e na elaboração dos instrumentos usados. Espera-se, contudo, que o profissional da informação assuma sempre uma postura proativa e livre de preconceitos na ação mediadora de representar a informação e o conhecimento.

O referencial teórico e empírico apresentado ao longo desta seção não deixa dúvidas quanto a relação existente entre a representação temática e descritiva e a mediação implícita da informação e, conseqüentemente, expõe a necessidade de se empreender esforços no sentido de estudar essa relação entre as duas sub-áreas de forma mais efetiva e aprofundada, buscando entender melhor como essa relação se estabelece, bem como verificar em que medida essa relação vem se configurando no cenário da Ciência da Informação brasileira. Justifica-se, dessa forma, a realização deste estudo, cuja metodologia é descrita na próxima seção.

3 TRAÇADO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A metodologia é uma disciplina instrumental para o cientista social e pode ser também um campo de pesquisa para os cientistas que se dedicam a ela.

Demo (1995) assinala que apesar de sua condição instrumental, a metodologia se constitui em condição necessária para a competência científica. Ou seja, numa pesquisa, a falta de procedimentos metodológicos caracteriza a incompetência, pois para o autor a metodologia questiona a cientificidade e a construção do objeto científico; ela é o caminho a ser seguido, não importando se esse caminho percorre métodos clássicos, atuais ou alternativos. Marconi e Lakatos (2009) reforçam o pensamento de Demo (1995), enfatizando a importância do método científico para a pesquisa, ainda que esse método seja utilizado por ramos de estudo que não são considerados como ciência. Para as autoras,

[...] o método é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 83).

Severino (2016) entende a pesquisa estando diretamente ligada ao processo de construção do conhecimento na educação ou atividades que envolvem ensinar e aprender. Para esse autor esta ligação torna fundamental e imprescindível a atividade de pesquisa para o processo de ensino e aprendizagem. Para ele, construir o objeto é o mesmo que pesquisar.

De acordo com Gil (2011, p. 26) “Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. ” Seu objetivo é encontrar respostas, mediante o uso de procedimentos científicos. Partindo dessa conceituação, Gil (2011) entende a pesquisa social como um processo que “[...] permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. ” (p. 26).

Em conformidade com o pensamento de Gil (2011), esta pesquisa se delineia em nível descritivo, pois visa “[...] descobrir associações entre variáveis, [...]” (p. 28), aproximando-se também do nível explicativo, pois pretende ir além, proporcionando uma nova visão do objeto estudado, ainda que não se possa caracterizá-la com explicativa, no sentido de que a proposição científica a ser produzida não se equivaleria à uma teoria científica. De acordo com Gil (2011) esse tipo de pesquisa contribui para o aprofundamento do conhecimento da realidade: “[...] porque explica a razão, o porquê das coisas. ” (GIL, 2011, p. 28). Enquadra-se, portanto, nesse nível, na medida em que se propõe a investigar as relações entre as variáveis mediação implícita e representação temática e descritiva da informação.

Do ponto de vista de sua forma de abordagem, pesquisa se apresenta como quantitativa tendo em vista o uso de coleta das variadas fontes primárias e secundárias para quantificar informações visando categorizá-las e analisá-las, com o uso de técnicas estatísticas. Tal abordagem se justificou diante da necessidade de mapeamento da produção científica da área investigada, cujos resultados necessitaram ser quantificados.

Por outro lado, a pesquisa apresenta-se como qualitativa na medida em que “O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). De acordo com essas autoras, esse tipo de pesquisa pressupõe a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, “[...] um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). A abordagem qualitativa não requer o uso de técnicas estatísticas, sendo comum a análise indutiva dos dados por parte do pesquisador.

Bardin (2011) distingue a abordagem quantitativa da qualitativa, lembrando que a primeira “[...] funda-se na *frequência* de aparição de determinados elementos da mensagem.” (BARDIN, 2011, p. 144, grifo da autora) e a segunda “[...] recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências [...]”. Para a autora, a análise qualitativa “É válida, sobretudo, na elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa e não em inferências gerais.” (BARDIN, 2011, p. 145). Esse tipo de abordagem se justifica na medida em que a pesquisa propõe também ir além dos dados quantificáveis e utilizar os recursos da dedução e da inferência, buscando assim compreender e detectar a relação que se estabelece entre a mediação e a representação da informação em suas nuances e subjetividades.

3.1 OBJETIVOS

Toda pesquisa deve ser planejada e segundo Silva e Menezes (2005) a determinação dos objetivos da pesquisa deve sintetizar o que se pretende com ela. Esses objetivos precisam estar em consonância com a justificativa e problema propostos. O objetivo geral se constitui na síntese do que se pretende alcançar e os objetivos específicos devem explicitar os desdobramentos do objetivo geral.

3.1.1 Objetivo Geral

Como objetivo geral a pesquisa se deteve em identificar, discutir e analisar nas abordagens e enfoques contemporâneos dos estudos e pesquisas da área da representação

temática e descritiva da informação, delineamentos que assinalam suas características de atividade de mediação indireta da informação.

3.1.2 Objetivos Específicos

Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa propôs:

- a) categorizar os tipos de estudos e pesquisas que indicam com maior clareza a natureza mediadora da representação temática e descritiva da informação;
- b) verificar, a partir da análise desses estudos, pesquisas e autores, possíveis categorias e atributos de mediação indireta das atividades de representação temática e descritiva da informação;
- c) identificar e discutir as perspectivas de maior explicitação teórica da natureza mediadora das atividades de representação temática e descritiva da informação e seus autores.

3.2 O PROBLEMA E A HIPÓTESE LEVANTADA

Tendo em vista o crescente fortalecimento e desenvolvimento da área de representação temática e descritiva da informação nos últimos anos, em termos de expansão de enfoques, renovação de padrões e diversificação de abordagens, a pergunta que se coloca e norteia esta pesquisa é: **em que medida esse desenvolvimento vem caracterizando ou tratando essa área como mediação indireta da informação?**

Diante da problematização colocada, levantou-se a hipótese de que o reconhecimento do conceito de mediação implícita nas pesquisas elaboradas por pesquisadores da área de representação temática e descritiva da informação, no âmbito da Ciência da Informação brasileira ainda é parcial, embora, através de muitos indícios já seja possível perceber, ou mesmo admitir a ocorrência de uma evolução no caminho desse reconhecimento.

A adoção do método, portanto, tornou-se fundamental para permitir a validação ou não do problema e da hipótese levantada. Tal escolha se deu em função das características e peculiaridades da pesquisa e será explicitada a seguir.

3.3 O MÉTODO

A pesquisa foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído por artigos científicos, livros, trabalhos publicados em eventos, dissertações e teses, ou seja, fontes secundárias, caracterizando-se, assim, como uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa tem como principal vantagem, dar ao pesquisador a possibilidade de cobrir uma gama de fenômenos de forma mais ampla e significativa, na medida em que permite colocá-lo em contato direto com o que já foi dito, publicado, filmado sobre determinado assunto (GIL, 2011; MARCONI; LAKATOS, 2009).

Marconi e Lakatos (2009) afirmam que a pesquisa bibliográfica não constitui “[...] mera repetição do que foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, podendo chegar a conclusões inovadoras.” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 185).

O método bibliográfico, portanto, adequou-se perfeitamente aos objetivos e características da pesquisa, bem como aos resultados almejados, sendo necessária também a adoção de técnicas específicas para o alcance dos resultados.

3.4 AS TÉCNICAS UTILIZADAS

Para realização de análise conceitual dos textos numa pesquisa bibliográfica, é necessário adotar técnicas que permitam extrair o conteúdo do que foi dito pelos autores, compreender o que esses autores comunicam através do texto, procurando também fazer o desmonte desse texto, de modo a entender sua mensagem, mesmo que ela não seja colocada de forma literal. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de análise de conteúdo, análise de discurso e de análise documentária, detalhadas na sequência.

3.4.1 Análise de conteúdo

A escolha da Análise de Conteúdo decorreu da necessidade de se identificar o que foi dito claramente pelos autores e que pode ser entendido como um conteúdo pertinente à pesquisa realizada, nos textos selecionados. Adotou-se como referência, Bardin (2011), para quem a análise de conteúdo se constitui em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, sendo um campo de ação extremamente vasto. A Análise de Conteúdo tem seus antecedentes ligados a hermenêutica – arte muito antiga utilizada para interpretar textos sagrados e misteriosos – e à retórica e à lógica. Segundo a autora a análise de conteúdo pode se relacionar com a análise

documental ou representação do conteúdo de um documento, na medida em que sejam suprimidas a função de inferência e sejam limitadas as “[...] suas possibilidades técnicas apenas à análise categorial ou temática, [...]” (BARDIN, 2011, p. 51).

De acordo com Bardin (2011) as fases da análise de conteúdo devem estar organizadas em três polos cronológicos, a saber:

- a) **pré-análise** – fase de organização propriamente dita que geralmente compreende à escolha dos documentos a serem analisados; a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores para a interpretação final;
- b) **exploração do material** – fase longa, onde são efetuadas operações de codificação e decomposição ou enumeração, de acordo com as regras estabelecidas previamente;
- c) **tratamento dos resultados** – fase onde os resultados serão tratados de forma a se tornarem válidos e significativos, de forma a permitir que o analista possa interpretar e propor inferências de acordo com os objetivos previstos.

Além disso, Bardin (2011) estabelece critérios para a análise de conteúdo, que foram adotadas nesta pesquisa:

- a) **leitura flutuante** – estabelecimento de contato com os documentos a serem analisados; visa conhecer o texto, para que aos poucos, essa leitura vá se tornando mais precisa;
- b) **escolha dos documentos** – feita de acordo com o universo e objetivos da pesquisa, determinados *a priori*, constituindo o *corpus* ou conjunto de documentos a serem submetidos aos procedimentos de análise, tendo em vista as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

A adoção da técnica de análise de conteúdo foi fundamental, portanto, para a identificação do que foi comunicado pelos autores de forma explícita, permitindo a constituição dos dados quantitativos analisados. A outra técnica utilizada, a análise de discurso, a ser detalhada no próximo segmento, permitiu a identificação dos dados qualitativos analisados na pesquisa.

3.4.2 Análise de discurso

Analisar o que foi escrito pelos autores em determinado texto, nem sempre é suficiente para compreender o pensamento de quem o produziu. Por isso, ater-se apenas o conteúdo escrito

pode levar a perder de vista elementos capazes de fornecer uma compreensão mais aprofundada sobre o autor e sobre a mensagem que está sendo passada.

Para Orlandi (2015) a Análise de Discurso não trata especificamente da língua ou da gramática, mas sim, essencialmente do discurso – palavra em movimento, uma vez que a palavra discurso, etimologicamente carrega a ideia de curso, percurso, de movimento. De acordo com a autora, no estudo do discurso “[...] observa-se o homem falando.” (ORLANDI, 2015, p. 13). Nessa perspectiva, compreende-se a partir de Orlandi (2015) que na Análise de Discurso o que importa não é a língua, enquanto sistema abstrato, mas “[...] a língua do mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.” (ORLANDI, 2015, p. 13-14). O estudo que interessa à Análise de Discurso é o da língua, funcionando para produção de sentidos. Diferentemente da Análise de Conteúdo, que procura extrair sentidos dos textos, a Análise de Discurso considera a não transparência da linguagem, buscando, dessa forma, “[...] atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado.” (ORLANDI, 2015, p. 16). A autora explica que a questão que se coloca na Análise de Discurso é responder “como” e não “o que” o texto significa. Segundo a autora,

Para responder, ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade. (ORLANDI, 2015, p. 16).

A Análise de Discurso situa-se, sobretudo, no sentido e não simplesmente no que está posto pelo texto. Conforme Orlandi (2015) ela teoriza a interpretação, analisando seus gestos.

A Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2015, p. 24).

Para Brandão (2012) a linguagem enquanto discurso não funciona apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamentos, ela “[...] é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.” (BRANDÃO, 2012, p. 11). De acordo com a autora, a linguagem é lugar de conflito e confronto ideológico, constituída de processos histórico-sociais, não podendo, por isso, ser estudada fora da sociedade nem desvinculada de suas condições de produção (BRANDÃO, 2012). Tal pensamento se completa com o de Orlandi (2015), para

quem o discurso constitui objeto sócio histórico “[...] em que o linguístico intervém como pressuposto.” (ORLANDI, 2015, p. 14). No discurso é possível se observar a relação entre a língua e a ideologia, de forma a compreender como a língua produz sentidos por e para os sujeitos (ORLANDI, 2015).

A Análise de Discurso surge na década de 1960 como uma nova tendência linguística, mas conforme afirma Brandão (2012), os anos 1950 foram decisivos para a construção da disciplina a partir de trabalhos como o de Zellig Harris que mostram a possibilidade de ir além da frase nas análises, estendendo procedimentos da linguística distribucional aos enunciados (discursos) e das contribuições de R. Jakobson de E. Benveniste sobre enunciação. De acordo com Brandão (2012) esses trabalhos já configuram a existência de duas posturas teóricas para a Análise de Discurso: a americana e a europeia. Por um lado, o trabalho de Zellig Harris, que apesar de ser considerado um marco inicial, “[...] situa-se fora de reflexões sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a análise de discurso.” (BRANDÃO, 2012, p. 14). Por outro lado, a autora lembra o trabalho de E. Benveniste, que percorre outro caminho e “[...] dá relevo o papel do sujeito falante no processo de enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite.” (BRANDÃO, 2012, p. 14).

Sobre a noção da pressuposição utilizada na perspectiva gramatical, Henry (2013) analisa criticamente o trabalho de Oswald Ducrot sobre a pressuposição e o sentido literal. Segundo Henry,

Cada indivíduo reage ao seu modo ao mundo sensível; diante de um objeto perceptível cada um forma sua representação essencialmente irreduzível à de qualquer outro indivíduo; cada signo evoca na mente do ouvinte uma representação que não pode ser comparada à de nenhum outro indivíduo diante do mesmo signo. (HENRY, 2013, p.62).

Tal afirmativa aponta para a questão da subjetividade impregnada na análise de discurso, que deve ser observada por quem se utiliza dessa técnica. Henry (2013, p. 73) diz ainda que “É preciso, portanto, poder dizer sem ser dito, exprimir efetivamente certos conteúdos (crença, ponto de vista pessoal ou ideologia social) sem para tanto poder ser obrigado a reconhecer que os exprimimos voluntariamente.”

Portanto, e conforme o pensamento de Orlandi (2015), na Análise de Discurso não se trata apenas da transmissão da informação de forma linear, pois há muita complexidade contida no processo de funcionamento da linguagem e da produção de sentidos.

Dessa maneira, apoiada nos autores citados, a Análise de Discurso se colocou como técnica apropriada a esta pesquisa, tendo em vista suas pretensões de verificar a presença da

mediação implícita da informação nas pesquisas sobre representação temática e descritiva da informação no âmbito da Ciência da Informação brasileira. Assim, esta pesquisa precisou conectar-se não apenas ao que é dito claramente nos textos examinados, mas também ao que é perceptível de forma subjetiva e subliminar, permitindo à pesquisadora efetuar uma abordagem qualitativa dos resultados obtidos.

Além da Análise de Discurso, facilitadora da abordagem qualitativa da pesquisa, a Análise Documentária desempenhou seu papel preponderante como auxílio na obtenção de dados qualitativos para a pesquisa, sendo descrita a seguir.

3.4.3 Análise documentária

O termo análise documentária evoluiu a partir do conceito de indexação, que surge relacionado à elaboração de índices, sendo vinculado atualmente, de acordo com Silva e Fujita (2004), ao conceito de análise de assunto. O surgimento da Documentação como área científica ocorrida nos anos 1960 constitui fator determinante na evolução do conceito de indexação na perspectiva das autoras. Essa evolução determinou a importância do contexto do documento para se chegar ao objetivo de ter a informação recuperada. Para as autoras essa evolução se deu tendo em vista o aumento cada vez maior da expectativa de uma recuperação da informação cada vez mais rápida, precisa e especializada. Silva e Fujita (2004, p. 136) pontuam:

A expressão “Análise Documentária” foi formalmente conceituada por Gardin, (1981, p. 29) como ‘um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação.

Portanto, a corrente francesa, representada pelos autores franceses como Jean-Claude Gardin, J. Chaumier, M. Coyaud, o espanhol García Gutiérrez e pelo inglês W. J. Hutchins adota o termo “Análise Documentária”, encontrando vários seguidores no Brasil. De acordo com Vogel (2009), Gardin é um dos primeiros autores a reconhecer o desenvolvimento da representação documentária no universo da linguagem e a utilização de parâmetros linguísticos para propor a organização de linguagens documentárias. Para Lara,

Gardin privilegiou a Análise Documentária destacando sua importância para a expressão do conteúdo de textos científicos (GARDIN, 1970), caracterizando a atividade como uma operação de extração de significados de textos que, por sua vez, são designados por símbolos que não necessariamente os encontrados nos textos de origem (GARDIN, 1973a). O objetivo da Análise Documentária é isolar o sentido dos textos visando permitir pesquisas retrospectivas da informação a partir de seus conteúdos ou significação (GARDIN, 1973b). (LARA, 2011, p. 97-98).

No Brasil a abordagem de origem francesa encontrou solo fértil e se desenvolveu no espaço acadêmico, principalmente a partir da contribuição dos estudos de Johanna Smit e da

criação do grupo Temma nos anos 1980, no âmbito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Com relação ao Grupo Temma, Guimarães e Sales (2010, p. 3-4) enfatizam que

[...] historicamente, teve-se a abordagem do processo de análise documental, seguida da função comunicacional dos produtos por ela gerados para que se pudesse se chegar à construção de linguagens de organização e transferência de informação. Hoje, o Grupo TEMMA vem diversificando seu espectro investigativo, investindo particularmente nos estudos de terminologia aplicada à organização e transferência da informação; nos processos de leitura em análise documental e na linguagem de especialidade da Ciência da Informação.

De acordo com Lara (2011), o trabalho do Grupo Temma afirmou a condição da Análise Documentária como disciplina metodológica para a análise de textos e, embora a proposta inicial de Gardin seja dirigida a análise de textos científicos, no Brasil os procedimentos desenvolvidos abrangem também textos para análise de imagens e de dados estatísticos, por exemplo.

A Análise Documentária, em síntese é definida como um conjunto de procedimentos que objetivam expressar o conteúdo dos documentos, visando facilitar a recuperação da informação (CUNHA, 1990). De acordo com essa autora, existem aproximações entre a Análise Documentária e a Análise de Conteúdo,

[...] na medida em que o que está presente é um texto ou documento a ser analisado e a necessidade de se chegar a um produto através de um sistema simbólico baseado na língua do texto/documento considerado sendo que as duas análises têm como exigência de procedimento a obtenção de uma metalinguagem tradutora, ou seja, palavras representativas do todo texto/documento. (CUNHA, 1990, p. 62).

Nesse sentido, observando essas aproximações, essa pesquisa se utiliza também dos procedimentos de análise documentária, nos moldes adotados no trabalho de Cunha (1990), ante a necessidade de se extrair do texto/documento, informações relevantes aos objetivos da pesquisa, de forma sistemática. A utilização da técnica de análise documentária indicada por Cunha (1990) foi fundamental para ampliar a percepção sobre o pensamento dos autores. Dessa forma, as análises de conteúdo, de discurso e a documentária se complementaram no decorrer da pesquisa e, a partir delas, construiu-se o instrumento para coleta dos dados, descrito no próximo segmento.

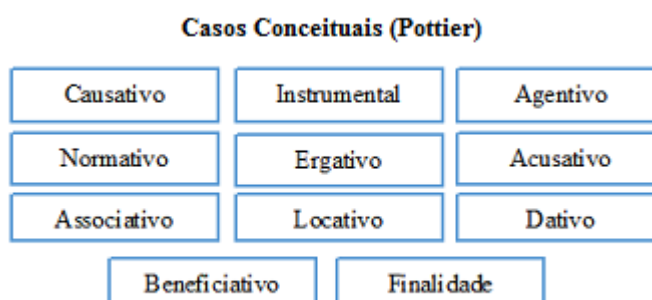
3.5 O INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Para proceder a análise técnica dos dados é necessária a adoção de categorias de análise de modo a facilitar a análise documentária e conceitual. Entende-se, portanto, que o uso da categorização como instrumento é fundamental para a identificação dos elementos presentes no

objeto de estudo da pesquisa, sendo necessário a utilização de um instrumento metodológico que facilite a análise de conteúdo das fontes selecionadas.

Para esta pesquisa, adotou-se, com as devidas adaptações, o instrumento de análise conceitual concebido por Andrade (2017, 2019) para uma pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. A autora tomou como base as categorias universais propostas por Cunha (1987) a partir dos estudos de B. Pottier, na obra *Linguistique generale: theorie et description*, onde a partir dos 11 casos conceituais de Pottier (Figura 10), para determinar o encadeamento lógico do enunciado, Cunha (1987) elabora uma adequação, sugerindo a formulação de perguntas específicas que facilitem a identificação dos elementos durante a análise (Quadro 14).

Figura 10 – Os 11 casos conceituais de Pottier adequados por Cunha (1987)



Fonte: Baseado em Cunha (1987, p. 71)

Quadro 14 – Adequação dos Casos Conceituais de Pottier

ADEQUAÇÃO	PERGUNTAS A SEREM FORMULADAS
Instrumento (Não humano, concreto, material)	Quais os meios concretos que permitem a ação consumir-se?
Agente (Humano)	Quem pratica ou sofre a ação?
Objeto (Não humano)	O que sofre e motiva a ação?
Modo (Não humano, competência)	Como se realiza a ação?
Lugar (Tempo, espaço, situação)	Onde e quando se pratica a ação?
Produto (Não humano, material, competência/ “performance”)	Qual o benefício/resultado/produto da ação?
Finalidade (Não humano, material, virtualização)	Qual a intenção/fim da ação realizada?

Fonte: Baseado em Andrade (2017, p. 56) e Cunha (1987, p. 71)

Em sua adequação, Cunha (1987) identifica e agrupa os casos conceituais de Pottier em categorias, formulando as perguntas a serem propostas para cada uma delas. A partir dessa adequação e das perguntas e categorias estabelecidas por essa autora, Andrade (2017, 2019) chega a um instrumento, baseado também nas fichas terminológicas de Barros (2004) – ficha de trabalho, de síntese e de remissiva – onde “Na primeira, registram-se os dados; na ficha de síntese, faz-se a análise do conteúdo conceitual da unidade terminológica em estudo e [...] na terceira, inscrevem-se os dados sobre a remissão entre os termos.” (BARROS, 2004, p. 214).

Assim, a partir das categorias e perguntas de Cunha (1987) e das categorias operacionalizadas por Barros (2004) para análise documentária e terminológica, Andrade (2017, 2019) construiu sua ficha de análise conceitual (Quadro 15), que para fins de utilização nesta pesquisa, sofreu adaptações, tendo em vista a sua utilização como instrumento metodológico facilitador na análise de conteúdo das fontes selecionadas (Quadro 16).

Quadro 15 – Modelo da Ficha de Análise Conceitual construído por Andrade (2017, 2019)

FICHA DE ANÁLISE CONCEITUAL		Número de controle: Número atribuído a cada ficha para controle da pesquisa
Referência: Referência do artigo analisado		
Termo: Informação		
Termos relacionados: Todos os termos que se relacionarem com informação no sentido de caracterizá-lo.		
Conceito: “[...] o conceito é uma noção abstrata ou ideia geral. Designando seja um objeto suposto único (ex.: o conceito de Deus), seja uma classe de objetos (ex.: o conceito de cão). Do ponto de vista lógico, o conceito é caracterizado por sua extensão e por sua compreensão (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 39).		
Origem: Contexto histórico – Paradigmas/Corrente Teórica	Agente: Autor(es) do artigo analisado	
Originalidade: Características do conceito Buscar indícios de traduzibilidade		
Modo: Engloba a normatividade (princípios normativos que subsidiam a criação do conceito) e a intencionalidade, considerando os aspectos do(s) autor(es) e as justificativas para um “novo” objeto científico com viés informacional.		
Instrumento/Dinamicidade: Através de que ou de quais tecnologias da informação, fontes de informação os agentes compartilham suas ideias e as utilizam para criar suas próprias concepções.		
Domínio Epistemológico: A partir das categorias anteriores, buscar identificar elementos que caracterizem o domínio do conceito informação, na Arquivologia Contemporânea e na Ciência da Informação; objetiva subsidiar a reflexão da epistemologia interdisciplinar ou transdisciplinar, considerando a informação, na Arquivologia Contemporânea e na Ciência da Informação.		
Finalidade: Qual a intenção do uso efetivo do conceito por parte dos agentes, para que fins. Seu uso passa a existir para atender quais necessidades? Da Arquivologia Contemporânea, da Ciência da Informação, ou de ambas enquanto interdisciplinares ou mesmo transdisciplinar quando do uso do conceito informação.		

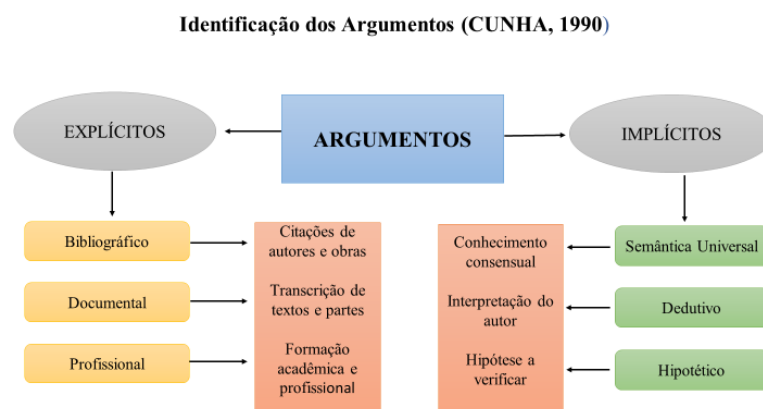
Fonte: Andrade (2017, p. 58)

O Quadro 15 mostra que para fins de adaptação às necessidades desta pesquisa, algumas categorias utilizadas por Andrade (2017, 2019) foram suprimidas, como é o caso das categorias Origem, Instrumento/Dinamicidade e Domínio Epistemológico. Na adaptação, algumas categorias precisaram ser tratadas a partir de perguntas e respostas predeterminadas, visando dar maior objetividade à pesquisa. Tais adaptações foram efetuadas nas categorias Termo, Conceito, Originalidade, sendo que essa última passou a ser denominada de Características de Mediação Implícita, visando esclarecer melhor a sua natureza. Finalmente, foram acrescentados dois novos subcampos na categoria denominada Modo/Finalidade: Argumentos Explícitos e Argumentos Implícitos, identificados no texto/documento, tomando como base o trabalho de Cunha (1990). Para essa autora, o processo de identificar argumentos no texto é relativamente claro e constitui técnica de análise documental onde se procede a segmentação do texto analisado visando classificar os argumentos, de forma a entender o discurso do autor. A autora justifica:

A utilização dos argumentos de análise documental faz-se de forma indireta (o “bom senso” bibliotecário elimina normalmente os argumentos) no processo de seleção dos conceitos/palavras-chave que traduzem a informação contida nas macroposições semânticas/traços descritivos. Por sua vez, estas resultam da organização lógico-semântica do texto, a qual envolve o processo de argumentação como um todo. Daí a necessidade de “classificar” os argumentos de forma a entender como o autor os articula dentro dessas organizações lógico-semânticas do discurso. (CUNHA, 1990, p. 90).

Neste processo de desmontagem do discurso do autor e necessidade de sistematizar os argumentos, a autora chega à seguinte tipologia, representada na Figura 11:

Figura 11 – Identificação dos argumentos na análise conceitual



Fonte: Baseado em Cunha (1990)

De acordo com Cunha (1990) os argumentos explícitos representados na Figura 11, são aqueles que se identificam por se reportarem a um saber científico estabelecido, saber este que pode se expressar através de citações de nomes de autores e obras (explícito bibliográfico), através de transcrição de textos e partes de textos (explícito documental) ou ainda quando o autor reporta-se à sua formação acadêmica e profissional (explícito profissional).

A autora considera como argumentos implícitos, representados na Figura 11, aqueles identificáveis por refletirem um saber empírico comumente aceito. Podem expressar-se com base numa semântica universal, que reflita o conhecimento consensual sobre determinado assunto; podem ser identificados por apresentarem um conhecimento baseado na interpretação do autor e o argumento implícito hipotético, que surge como uma hipótese a verificar. De acordo com Cunha (1990) os argumentos dedutivos e hipotéticos normalmente se completam com o argumento da semântica universal.

Portanto, tomando como base o instrumento construído por Andrade (2017, 2019) e a identificação de argumentos na análise documental proposta por Cunha (1990), construiu-se como formulário de registro para a pesquisa a Ficha de Análise Conceitual (Quadro 16) para análise de textos/documentos que envolvem não só a análise de conteúdo, como também a análise do discurso contido nesses documentos.

Quadro 16 – Ficha de Análise Conceitual

FICHA DE ANÁLISE CONCEITUAL	CÓDIGO DE CONTROLE
REFERÊNCIA	
AGENTES (Autores)	
MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	
TERMO (Mediação Implícita)	
[] Apresenta [] Não apresenta	
CONCEITO (Mediação Implícita)	
[] Apresenta [] Não apresenta	
TERMOS RELACIONADOS À MEDIAÇÃO IMPLÍCITA	
CARACTERÍSTICAS DE MEDIAÇÃO IMPLÍCITA	
[] Seleção e Aquisição [] Armazenamento [] Processamento da Informação	
IDENTIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS	
Argumentos explícitos identificados [] Bibliográfico [] Documental [] Profissional [] Nenhum	
Comentários:	
Argumentos implícitos identificados [] Semântica Universal [] Dedutivo [] Hipotético [] Nenhum	
Comentários:	
ANÁLISE CRÍTICA DA PESQUISADORA	

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Andrade (2017, 2019)

O instrumento apresentado constitui, portanto, subsídio material necessário para a análise de conteúdo da pesquisa empírica. Tal instrumento, ficou assim definido em seus campos:

- a) **código de controle** – para fins de controle e identificação, para cada texto/documento analisado, além de números sequenciais, foi atribuído um código formado de letras que identificam cada tipo de pesquisa da seguinte forma:

AT = Artigos + número sequencial

TE = Teses + número sequencial

DI = Dissertações + número sequencial

EN = Trabalhos do ENANCIB + número sequencial

EC = Trabalhos do ENACAT + número sequencial

IK = Trabalhos da ISKO Brasil + número sequencial

CL = Capítulos de Livros + número sequencial

- b) **referência** – neste campo faz-se o registro da referência completa do texto/documento analisado;
- c) **agentes** – neste campo são identificados o(s) autor(es) do texto/documento analisado. Tal identificação foi fundamental para verificar a participação de autores das duas sub-áreas nos textos analisados;
- d) **termo** – campo utilizado para registrar se o texto analisado apresenta ou não o termo mediação implícita, objeto da pesquisa;
- e) **método de investigação** – neste campo procurou-se identificar o método adotado pelos autores nas diversas pesquisas analisadas, tomando-se Gil (2002) como referência ao estabelecer como parâmetros os métodos: bibliográfico, documental, experimental, quase experimental, pesquisa *ex-post-facto*, levantamento, estudo de caso e de múltiplos casos, participante, pesquisa-ação e estudo de campo.
- f) **conceito** – neste campo é registrado se o conceito de mediação implícita é apresentado ou não no texto/documento analisado. Tal registro serve de indicativo da intencionalidade ou não dos autores em sua relação com a mediação implícita;
- g) **termos relacionados à mediação implícita** – neste campo são registrados os termos que se relacionam com o conceito de mediação implícita detectados no texto/documento analisado; objetiva verificar a relação com o conceito de mediação implícita para a identificação dos atributos de mediação implícita presentes no texto;
- h) **características de mediação implícita** – neste campo é registrada a característica do conceito de mediação implícita encontrada no texto, conforme explicitado por Almeida Júnior (2009), que relaciona esse conceito às atividades de processamento técnico: seleção e aquisição, armazenamento e processamento da informação; o objetivo deste campo é identificar a relação do conteúdo do texto analisado com as características indicadas por Almeida Júnior (2009);
- i) **identificação dos argumentos** – este campo foi dividido em dois subcampos: no subcampo **argumentos explícitos identificados** para identificar no texto/documento a existência de argumentos explícitos de caráter bibliográfico, documental e profissional, conforme estabelecidos por Cunha (1990); no subcampo **argumentos implícitos identificados** para verificar no texto/documento a existência de argumentos implícitos de semântica universal, de

caráter dedutivo e de caráter hipotético, conforme estabelece Cunha (1990) em sua proposta de desmontagem do discurso do autor;

- j) **análise crítica da pesquisadora** – espaço reservado à um breve resumo e análise do texto lido, onde são registradas as impressões sobre o conteúdo expresso em palavras e também do que pode ser percebido no texto, para além das palavras escritas.

3.6 UNIVERSO E AMOSTRA

De acordo com Gil (2011) as pesquisas sociais geralmente abrangem um universo extenso de elementos, tornando impossível o estudo em sua totalidade. Por esse motivo, trabalha-se preferencialmente com uma parte dos elementos do universo (população), ou seja, com uma amostra. Essa amostra se constitui, portanto, em um subconjunto do universo, uma parcela convenientemente selecionada, através do qual são estabelecidas as características desse universo ou população (GIL, 2011; MARCONI; LAKATOS, 2009; RICHARDSON, 2015).

Dessa forma, o universo desta pesquisa focalizou a produção científica brasileira sobre a representação temática e descritiva da informação, no período relativo aos anos de 2012-2017. Tal opção encontrou justificativa no fato de a pesquisa partir do conceito de mediação implícita da informação elaborado por um autor/pesquisador brasileiro, o professor Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP/Marília). Considera-se como amostra, artigos científicos selecionados e publicados em revistas nacionais, trabalhos publicados nos principais e mais importantes eventos da área, como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e dos congressos nacionais da *International Society for Knowledge Organizational (ISKO)*, capítulos de livros, publicados em coletâneas por pesquisadores membros do GT-2 da ANCIB, através da produção registrada nos respectivos currículos Lattes, além de teses e dissertações defendidas, que tratam da representação temática e descritiva da informação. A amostra foi examinada na perspectiva do conceito de mediação implícita de Almeida Júnior (2009, 2015), de acordo com os procedimentos de coleta e análise estabelecidos para a pesquisa.

3.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O planejamento da pesquisa é de fundamental importância para a obtenção de resultados relevantes e confiáveis. Por esse motivo os procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados foram previamente estabelecidos e se constituíram basicamente do mapeamento da produção científica a ser analisada, da seleção, leitura e análise dos textos selecionados para o *corpus* da pesquisa, conforme é detalhado a seguir.

3.7.1 O mapeamento da produção científica

Realizou-se o mapeamento da produção científica para verificar como a representação da informação vem sendo tratada como mediação dentro da Ciência da Informação brasileira. Para tanto, foi necessário efetuar:

- a) buscas de artigos científicos da área diretamente nos sites das revistas e através do acesso a bases de dados nacionais e internacionais e repositórios, identificando a produção no período delimitado;
- b) buscas de currículos dos pesquisadores da área, membros do GT-2 da ANCIB através da plataforma Lattes, do CNPq, visando identificar os pesquisadores que trabalham com a temática e a relação deles com mediação da informação, através de publicações de capítulos de livros no âmbito da Ciência da Informação no Brasil;
- c) mapeamento dos trabalhos publicados nos principais eventos da área de Organização e Representação do Conhecimento (ORC), mais especificamente o ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação, onde foram analisados os trabalhos do GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento; os anais do Congresso ISKO-Brasil da *International Society for Knowledge Organizational* (ISKO) e também o Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT);
- d) mapeamento das dissertações e teses defendidas no Brasil, dentro da temática, através do acesso a repositórios institucionais, bibliotecas digitais e programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Adotou-se como ponto de partida para a seleção desse tipo de material, a relação de programas de pós-graduação recomendados e reconhecidos pela Capes, divulgada através da Plataforma

Sucupira⁸, sendo o acesso feito através de *downloads* nos repositórios institucionais e bibliotecas digitais das respectivas instituições.

3.7.2 Os critérios de seleção

Na etapa de pré-análise, conforme recomenda Bardin (2011), foram selecionados textos (artigos, trabalhos apresentados em eventos, teses, dissertações e capítulos de livros) que tratam de Organização da Informação (OI) e da Representação da Informação (RI), relacionadas ao registro da informação, conforme definido por Bräscher e Café (2008). Para tanto, buscou-se encontrar essas informações no título, resumo, palavras-chave e na introdução, realizando, assim, uma leitura de reconhecimento no texto antes do mesmo ser incorporado ao *corpus* da pesquisa.

Para a identificação dos elementos de mediação implícita buscou-se identificar o termo e o conceito formulado por Almeida Júnior (2009, 2015), que relaciona a mediação implícita diretamente com o processamento técnico da informação, que inclui a seleção, a armazenagem e o processamento técnico propriamente dito, realizado pelo bibliotecário através da representação temática e descritiva praticada em espaços informacionais físicos ou virtuais.

Para a identificação dos pesquisadores brasileiros, representantes da Ciência da Informação no Brasil no período de 2012-2017, utilizou-se como referência a lista dos membros efetivos do GT-2 da ANCIB, publicada no *site* da instituição. Através de acesso à Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foram analisados os currículos desses pesquisadores para verificar o envolvimento deles com a sub-área da mediação da informação, bem como identificar a participação desses pesquisadores em livros (coletâneas) publicados no período adotado como recorte da pesquisa.

Foi adotado, particularmente na análise dos capítulos de livros publicados por autores membros do GT-2 da ANCIB, a verificação dos sumários dessas coletâneas publicadas, visando identificar a participação de pesquisadores da sub-área da mediação da informação nessas publicações, possibilitando, dessa forma, ter uma percepção mais evidenciada da relação entre a mediação e a sub-área da representação da informação.

⁸<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>

3.7.3 A análise dos textos

A análise propriamente dita, foi efetuada mediante leitura técnica das fontes secundárias selecionadas para a amostra, utilizando as técnicas de análise de conteúdo, (BARDIN, 2011), de análise de discurso (BRANDÃO, 2012; HENRY, 2013; ORLANDI, 2015) e os procedimentos de análise documentária realizados por Cunha (1990). Os textos foram analisados à luz do instrumento de coleta de dados proposto – a Ficha de Análise Conceitual.

3.7.4 Tratamento e análise dos dados

Para o tratamento e análise dos dados coletados sobre os métodos de investigação encontrados, adotou-se como referência a categorização feita por Gil (2002), conforme mencionado anteriormente neste trabalho. Já a identificação dos argumentos, para a identificação da presença da mediação implícita no texto, utilizou-se a categorização utilizada por Cunha (1990) e explicitada no Quadro 17.

Quadro 17 – Categorização para o campo identificação dos argumentos

ARGUMENTOS EXPLÍCITOS	ARGUMENTOS IMPLÍCITOS	NENHUM ARGUMENTO
Bibliográfico - através de citações de nomes de autores e obras	Semântica universal - reflete o conhecimento consensual sobre determinado assunto e/ou o uso do termo de modo genérico	Não são encontrados indícios de argumentos explícitos e implícitos no texto analisado
Documental - através da transcrição de textos e partes de textos	Dedutivo - podem ser identificados por apresentarem um conhecimento baseado na interpretação do autor (se completa com o argumento da semântica universal)	
Profissional - quando o autor se reporta à sua formação acadêmica e profissional	Hipotético - surgem como uma hipótese a verificar (se completa com o argumento da semântica universal)	

Fonte: Baseado em Cunha (1990)

Visando o atendimento do primeiro objetivo específico da pesquisa de identificação dos métodos de investigação utilizados, foram realizadas leituras técnicas focalizadas no título, resumo, palavras-chaves e na introdução, tendo sido eventualmente necessária a realização da leitura integral do texto, quando a informação não foi fornecida pelos autores nessas seções. Já para o atendimento do segundo e terceiro objetivos específicos, onde foram identificados os atributos de mediação implícita e os argumentos explícitos e implícitos, foi realizada a leitura integral de todos os textos que compuseram a amostra, para adoção dos procedimentos de análise documentária de Cunha (1990).

Para identificar os atributos de mediação implícita, utilizou-se como parâmetro as características indicadas por Almeida Júnior (2009), além da observância da presença do termo, conceito e de termos relacionados à mediação implícita nos textos analisados.

Assim, apoiada nos autores citados e nos procedimentos estabelecidos, desenhou-se o traçado metodológico desta pesquisa que busca entender, através de novos conhecimentos, o reconhecimento do conceito de mediação implícita da informação pela sub-área de representação da informação, no âmbito da Ciência da Informação brasileira. Na próxima seção, serão apresentados os resultados obtidos através da análise das pesquisas selecionadas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os dados quantitativos relativos ao mapeamento das pesquisas sobre a representação da informação, identificando os métodos de investigação utilizados, a presença do termo e do conceito de mediação implícita, seus atributos a partir das características de mediação abordadas nos textos e através dos termos relacionados utilizados pelos autores nos artigos de periódicos, teses, dissertações, trabalhos de eventos e capítulos de livros analisados dentro do recorte temporal da pesquisa. Serão apresentados também os dados relativos às ocorrências de argumentos implícitos e explícitos, subsídios essenciais na abordagem qualitativa da pesquisa.

4.1 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO SOBRE O TEMA E DO COMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

Nesta fase foi realizado levantamento bibliográfico relacionado à área de representação temática e descritiva para subsidiar o mapeamento da produção e alcançar os objetivos da pesquisa.

Como resultado desse levantamento (Quadro 18), foram identificados 114 artigos de periódicos distribuídos em 29 revistas, sendo 27 nacionais e duas publicadas no exterior, incluídas na pesquisa por publicarem artigos de pesquisadores brasileiros e contarem com pesquisadores brasileiros em seus conselhos editoriais e científicos.

Quadro 18 – Artigos sobre representação temática e descritiva publicados em revistas da Ciência da Informação no período de 2012 a 2017

REVISTAS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAIS
Biblionline	1	0	0	1	2	1	5
BIBLOS, Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	0	2	0	0	2	0	4
Brazilian Journal of Information Science	0	0	0	1	0	2	3
Ciência da Informação	0	0	5	0	0	0	5
Ciência da Informação em Revista	0	0	0	0	0	2	2
DataGramaZero	2	1	1	0	0	0	4
Em Questão	0	0	0	0	1	3	4
Encontros Bibli	2	1	0	1	2	4	10
Folha de Rosto	0	0	0	1	0	1	2
InCID, Revista de Ciência da Informação e Documentação	0	0	0	0	1	0	1
Informação & Informação	1	1	0	1	2	3	8
Informação & Sociedade	2	2	3	1	1	0	9
Informação & Tecnologia	0	0	1	0	0	0	1
Informação em Pauta	0	0	0	0	0	1	1
Informação@Profissões	0	3	0	0	0	0	3
Perspectivas em Ciência da Informação	2	1	1	2	0	0	6
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	0	1	0	0	0	1	2
Ponto de Acesso	0	1	0	1	0	0	2
Prisma.com ⁹	0	0	1	0	0	0	1
RACIn, Revista Analisando em Ciência da Informação	0	0	0	1	0	0	1
RBBB, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	0	1	0	0	0	0	1
REBECIN, Revista Brasileira em Educação em Ciência de Informação	0	0	0	0	1	0	1
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	0	1	0	5	2	2	10
Revista Conhecimento em Ação	0	0	0	0	3	1	4
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	0	3	2	0	1	0	6
Revista Informação na Sociedade Contemporânea	0	0	1	0	0	1	2
RICI, Revista Ibero-americana de Ciência da Informação	0	1	1	0	1	0	3
Scire: Representación y Organización del Conocimiento ¹⁰	2	2	1	2	1	0	8
TransInformação	2	0	1	0	2	0	5
TOTAIS	14	21	18	17	22	22	114

Fonte: Dados da pesquisa

Na distribuição dos 114 artigos identificados (Quadro 18), observou-se um aumento relevante na quantidade de artigos publicados sobre o assunto ao longo dos últimos cinco anos, a partir do ano de 2010. Nota-se a presença da Revista ACB, publicada pela Associação Catarinense de Bibliotecários que, apesar de ser uma das revistas não vinculadas à programas de pós-graduação, contribuiu com 10 artigos sobre a temática em foco.

Quanto a produção de teses e dissertações, os Quadros 19 e 20 mostram a identificação de 27 teses e 71 dissertações. As teses sobre o tema estudado se limitaram a apenas quatro

⁹ **Prisma.com** – publicada na cidade do Porto, Portugal.

¹⁰ **Scire**, Representación y Organización del Conocimiento, publicada em Zaragoza, Espanha.

programas de pós-graduação (até 2017, ano limite do recorte da pesquisa). De acordo com o Quadro 19, a maioria delas se concentra nos programas da UFMG e da UNESP.

Quadro 19 – Teses selecionadas para a pesquisa – 2012-2017

INSTITUIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAIS
UFMG	0	3	3	3	3	0	12
UNESP	3	1	5	0	0	0	9
UnB	0	2	0	2	0	0	4
USP	0	1	0	1	0	0	2
TOTAIS	3	7	8	6	3	0	27

Fonte: Dados da pesquisa

Comparativamente às teses produzidas, o número de dissertações sobre o tema apresentado no Quadro 20 são em maior quantidade em relação às primeiras, o que pode estar relacionado ao fato de que algumas instituições ainda não possuem cursos de doutorado em funcionamento (até 2017, ano limite do recorte da pesquisa), como é o caso da UEL e da UDESC.

Quanto às dissertações, o Quadro 20 revela maior quantidade de programas produtores, além da maior distribuição entre as 13 instituições identificadas.

Quadro 20 – Dissertações sobre representação temática e descritiva produzidas entre 2012 e 2017

INSTITUIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAIS
IBICT/UFRJ	3	0	0	0	0	2	5
UFF	0	0	0	0	1	0	1
UEL	1	0	1	4	1	0	7
UFMG	4	2	0	2	2	0	10
UFPB	2	2	0	0	0	0	4
UFPE	1	0	2	1	0	0	4
UNESP	5	2	2	2	3	3	17
UnB	0	2	1	0	0	1	4
UDESC	0	0	0	0	1	1	2
UFSC	0	1	1	1	0	1	4
UNIRIO	0	0	2	1	4	1	8
USP	0	1	0	1	1	0	3
UFBA	0	0	1	1	0	0	2
TOTAIS	16	10	10	13	13	9	71

Fonte: Dados da pesquisa

A maior parte das dissertações produzidas sobre a representação temática e descritiva se concentra nos programas de pós-graduação da UNESP e UFMG, merecendo destaque

também as participações significativas da UNIRIO e da UEL, com oito e sete dissertações respectivamente.

Quanto aos trabalhos publicados nos anais dos principais eventos da área (ENANCIB, Congresso ISKO-BRASIL e ENACAT), foram identificados 510 textos sobre o tema. Destes foram encontrados 288 nos anais do ENANCIB, na seção do GT-2 (Organização e Representação do Conhecimento), 166 no Congresso da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) capítulos brasileiros, e 56 trabalhos nos anais do Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT I e II), realizados em 2012 e 2014 pela Fundação Biblioteca Nacional, eventos nos quais os pesquisadores da representação temática e descritiva mais participam, conforme demonstra o Quadro 21.

Quadro 21 – Trabalhos sobre representação temática e descritiva publicados nos principais eventos da Ciência da Informação sobre o tema entre 2012 e 2017

EVENTO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAIS
ENANCIB	28	45	54	36	60	65	288
ISKO	18	35	0	68	0	45	166
ENACAT	24	0	32	0	0	0	56
TOTAL DE TRABALHOS SELECIONADOS	70	80	86	104	60	110	510

Fonte: Dados da pesquisa

Vale destacar a ocorrência de um aumento significativo no número de trabalhos apresentados no GT-2 do ENANCIB de 2016 e de 2017 em relação aos anos anteriores. Ressalta-se também o aumento de trabalhos publicados no Congresso ISKO-BRASIL nos anos de 2015 e 2017 comparativamente aos anos anteriores. Tal informação vem confirmar as expectativas de aumento na abordagem do tema no âmbito da Ciência da Informação brasileira. Quanto ao Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT), apenas os anais dos anos de 2012 e 2014 foram disponibilizados na *Web* e não há informações de que o evento tenha sido realizado nos anos subsequentes.

Quanto aos capítulos de livros, o Quadro 22 apresenta capítulos publicados em âmbito nacional no período de 2012 a 2017 por membros do GT-2 da ANCIB.

Quadro 22 – Capítulos de livros sobre representação temática e descritiva publicados no Brasil por autores da Ciência da Informação brasileira no período de 2012 a 2017

CAPÍTULOS DE LIVROS							
Número de Capítulos localizados e analisados / Ano de Publicação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
	20	25	7	10	24	21	107
Número de Capítulos não localizados / Ano de Publicação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
	6	4	2	9	0	1	22
Total de Capítulos selecionados	26	29	9	19	24	22	129

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 22 mostra que na pesquisa foram identificados 129 capítulos publicados em coletâneas, dos quais 107 foram localizados e analisados e 22 não puderam ser localizados para análise. Os motivos do não acesso a essas publicações vão desde a edições esgotadas e indisponíveis em bibliotecas a capítulos não encontrados nas publicações referenciadas pelos autores em seus currículos. A busca para localização desse material bibliográfico foi feita em bibliotecas físicas, através de consultas aos OPACs, em repositórios, editoras e livrarias na *Web*. A pesquisa contou também com a colaboração de alguns autores e organizadores das publicações que, atendendo a solicitação da pesquisadora, disponibilizaram cópias eletrônicas e impressas de capítulos, o que possibilitou que fossem analisados.

A seleção dos textos analisados foi feita através do acesso às informações fornecidas nos currículos disponibilizados na Plataforma Lattes do CNPq dos 42 doutores membros do GT-2 da ANCIB, apresentados no Quadro 23.

Quadro 23 – Relação dos doutores, membros do GT-2 da ANCIB e respectivas instituições¹¹

MEMBROS DO GT-2 DA ANCIB	INSTITUIÇÃO
Ana Célia Rodrigues	UFF
Ana Cristina de Albuquerque	UEL
Beatriz Valadares Cendón	UFMG
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque	UFPB
Brígida Maria Nogueira Cervantes	UEL
Carlos Cândido de Almeida	UNESP
Carlos Henrique Marcondes de Almeida	UFF
Dulce Amélia de Brito Neves	UFPB
Evelyn Goyannes Dill Orrico	UNIRIO
Fabiano Ferreira de Castro	UFSCar
Fabio Assis Pinho	UFPE
Fernanda Passini Moreno	UnB
José Fernando Modesto da Silva	USP
Fernando Silva Parreiras	Universidade FUMEC
Gercina Ângela Borem de Oliveira Lima	UFMG
Gracy Kelli Martins	UFPB / UFCA
João Batista Ernesto de Moraes	UNESP
José Augusto Chaves Guimarães	UNESP
Ligia Maria Arruda Café	UFSC
Lillian Maria Araújo de Rezende Álvares	UnB
Marcello Peixoto Bax	UFMG
Marcos Luiz Cavalcanti Miranda	UNIRIO
Maria Luiza de Almeida Campos	UFF
Mariângela Pizoni Zanaga	PUC-Campinas
Mariângela Spotti Lopes Fujita	UNESP
Marilda Lopes Ginez de Lara	USP
Marisa Bräscher Basílio Medeiros	UFSC
Maurício Barcellos Almeida	UFMG
Miriam Paula Manini	UnB
Nair Yumiko Kobashi	USP
Naira Christofolletti Silveira	UNIRIO
Nanci Elizabeth Oddone	UNIRIO
Renato Rocha Souza	UFMG
Renato Tarciso Barbosa de Sousa	UnB
Rosa Inês de Novais Cordeiro	UFF
Rosali Fernandez de Souza	IBICT
Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	UFBA
Sonia Maria Troitiño Rodriguez	UNESP
Vânia Mara Alves Lima	USP
Vera Regina Casari Boccato	UFSCar
Walter Moreira	UNESP
Zaira Regina Zafalon	UFSCar

Fonte: Site da ANCIB

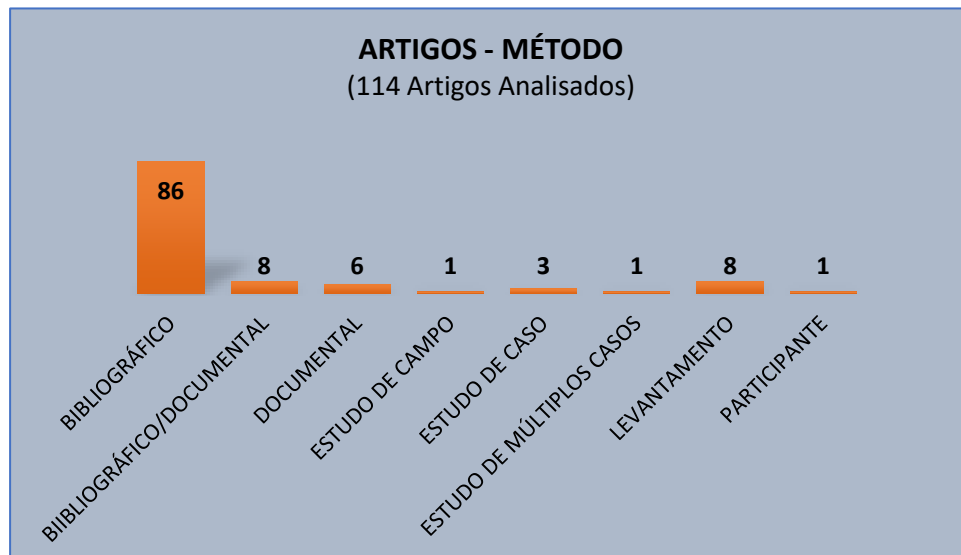
4.2 TIPOLOGIA DOS MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO ENCONTRADOS

Os resultados apresentados nesta subseção estão agrupados pelas tipologias de produção científica analisadas. No que se refere aos artigos de periódicos, verificou-se que dentre os 114 artigos analisados, há predominância da utilização do método bibliográfico,

¹¹ Relação de membros disponível em: <http://gtancib.fci.unb.br/index.php/gt-02>

seguido do documental e do levantamento (Gráfico 1). A predominância do método bibliográfico pode estar ligada ao fato de que muitos artigos se referem a revisões da literatura e referenciais teóricos das pesquisas realizadas pelos autores.

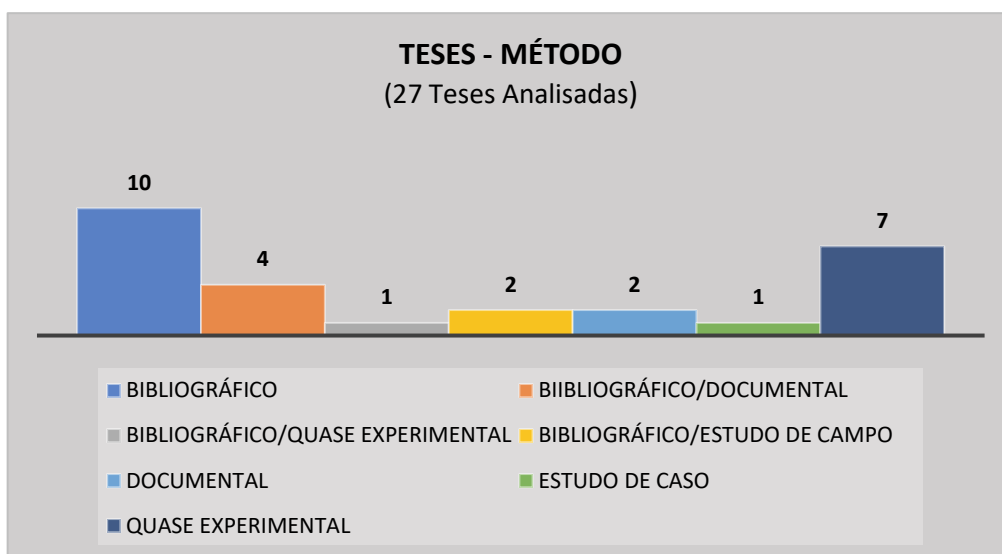
Gráfico 1 – Métodos de investigação encontrados nos artigos de periódicos analisados



Fonte: Dados da pesquisa

Para a identificação do método buscou-se a informação no resumo e na seção dedicada à metodologia. Entretanto, em muitos artigos tal informação não foi descrita de forma precisa, tendo ocorrido também alguns equívocos por parte dos autores quanto à classificação dos métodos adotados. Nesses casos a identificação foi feita através da leitura do texto em sua totalidade para analisar corretamente a tipologia dos estudos.

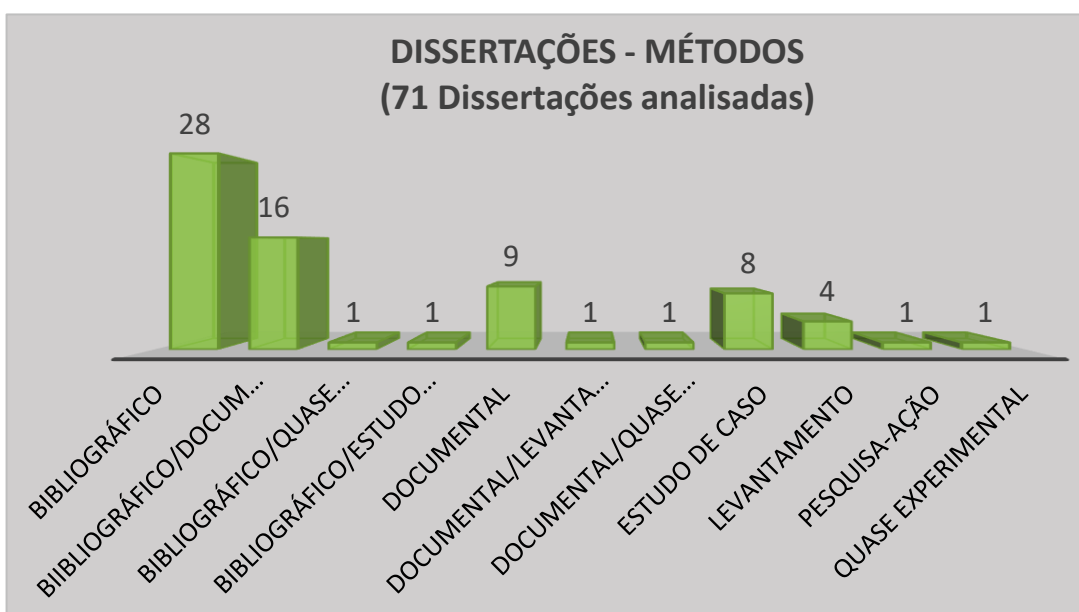
Com relação às teses, de acordo com o Gráfico 2, a maioria das 27 pesquisas analisadas utilizaram o método bibliográfico em seu delineamento. Algumas combinaram esse método com os métodos documental, estudo de campo e quase experimental. Como ocorreu com os artigos de periódicos, a identificação dos métodos utilizados nas teses se deu através da leitura do resumo e do capítulo dedicado à metodologia. Em alguns trabalhos foi possível verificar que não havia descrição do método utilizado por parte dos autores, tendo em outros casos ocorrido equívocos quanto à classificação da metodologia adotada nas pesquisas. Desse modo, também foi necessária a leitura integral quanto aos procedimentos da pesquisa para se detectar o método utilizado.

Gráfico 2 – Métodos de investigação encontrados nas teses analisadas

Fonte: Dados da pesquisa

Dentre os métodos utilizados nas teses de doutoramento, chama a atenção a ocorrência de sete pesquisas identificadas como quase experimental e a combinação desse método com o bibliográfico. Esta modalidade de pesquisa, não muito utilizada nas Ciências Sociais, foi encontrada em maior concentração entre as teses e as dissertações analisadas (Gráficos 2 e 3).

O Gráfico 3 mostra os métodos de investigação que foram adotados nas pesquisas que geraram as dissertações produzidas. A exemplo das teses, o gráfico confirma mais uma vez a predominância de pesquisas bibliográficas, seguida das pesquisas documentais.

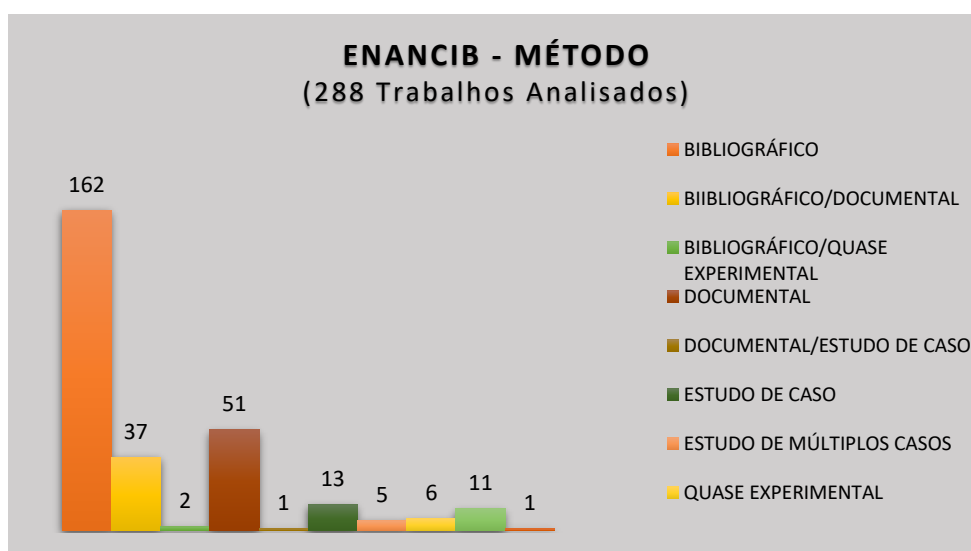
Gráfico 3 – Métodos de investigação encontrados nas dissertações analisadas

Fonte: Dados da pesquisa

Vale registrar a existência de oito estudos de caso, método muito utilizado em pesquisas de mestrado. Também nas dissertações, foi necessário, em alguns casos, proceder a leitura detalhada dos procedimentos metodológicos de pesquisa para detectar o método utilizado, tendo em vista que o mesmo não estava claramente descrito pelos autores.

O Gráfico 4 apresenta os dados relativos aos métodos de investigação encontrados nos anais do GT-2 da ANCIB no período de 2012 a 2017. O método bibliográfico foi o mais utilizado, seguido do método documental. Mais uma vez a identificação do método em alguns desses trabalhos foi dificultada pela falta de uma descrição clara por parte dos autores, sendo necessária a leitura do texto como um todo para a obtenção dessa informação.

Gráfico 4 – Métodos de investigação encontrados nos trabalhos do GT-2 do ENANCIB (2012-2017)

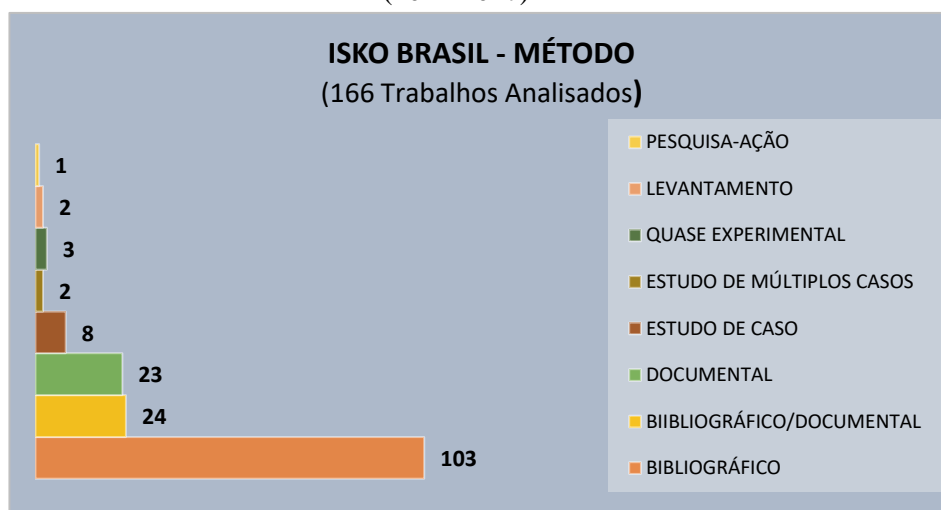


Fonte: Dados da pesquisa

A predominância do uso do método bibliográfico nos trabalhos do ENANCIB parece estar relacionada à publicação nesse tipo de evento, de partes de pesquisas em andamento e de pôsteres, que comunicam pesquisas ainda em fase de construção do referencial teórico.

O Gráfico 5 apresenta os dados relativos aos métodos de investigação encontrados nos anais da ISKO-Brasil no período de 2012 a 2017. Os dados demonstram que o método bibliográfico foi o mais utilizado seguido do método documental. Aqui também, em alguns trabalhos a identificação do método foi feita mediante a leitura do texto como um todo e não apenas através da leitura do resumo e introdução, tendo em vista a falta da descrição do método ou confusão com outro tipo de critério classificatório para as pesquisas.

Gráfico 5 – Métodos de investigação encontrados nos trabalhos publicados nos anais da ISKO Brasil (2012-2017)

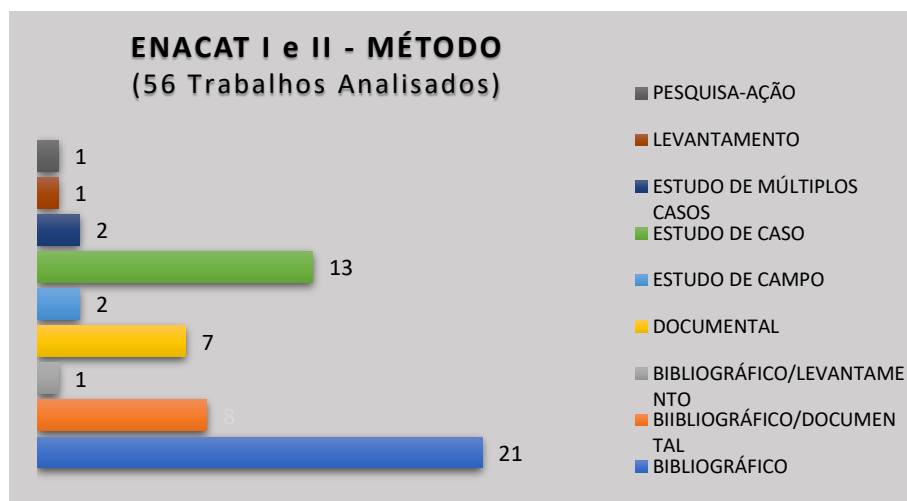


Fonte: Dados da pesquisa

Nos trabalhos ISKO Brasil, a predominância da utilização do método bibliográfico pode estar ligada ao fato de que os trabalhos apresentados nesse evento recebem um formato mais reduzido e mais próximo do utilizado para capítulos de livros, trazendo mais os aspectos teóricos das pesquisas realizadas.

O Gráfico 6 apresenta os dados relativos aos métodos de investigação encontrados nos anais do ENACAT I e II no recorte temporal da pesquisa. Mais uma vez o método bibliográfico foi o mais utilizado, seguido, dessa vez pelo método de estudo de caso. A maior quantidade de estudos de caso nesse agrupamento, pode estar relacionada ao fato de ser este um evento mais direcionado à profissionais, cujas pesquisas tendem a focar as questões do fazer diário desses profissionais em suas bibliotecas e instituições.

Gráfico 6 – Métodos de investigação encontrados nos trabalhos publicados nos anais do ENACAT (2012-2017)

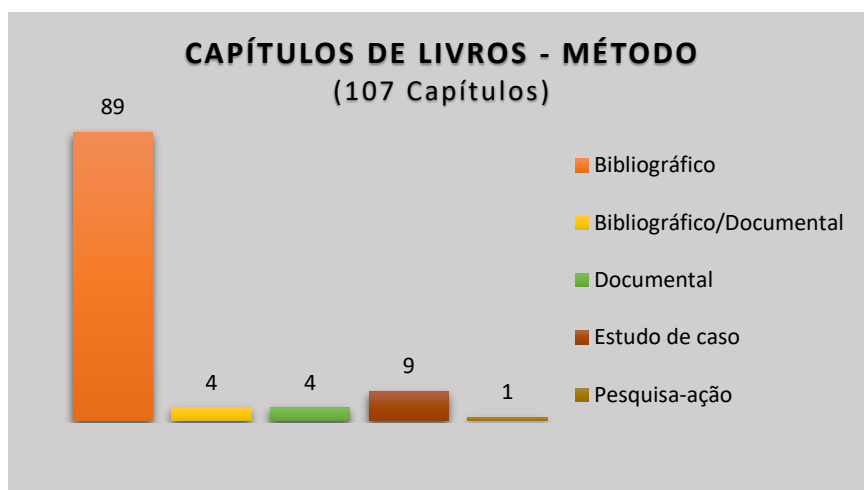


Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à identificação do método, recorreu-se mais uma vez à leitura do texto como um todo para a obtenção dessa informação nos trabalhos onde essa descrição não foi feita pelos autores.

O Gráfico 7 apresenta os dados relativos aos métodos de investigação adotados nas pesquisas que geraram os capítulos de livros publicados por membros do GT-2 da ANCIB, no período de 2012 a 2017. Mais uma vez o método bibliográfico foi o mais utilizado nas pesquisas, perfazendo o número de 89 trabalhos dentre os 111 analisados. Recorreu-se, mais uma vez à leitura integral do texto, buscando a identificação do método, nos casos onde essa informação não foi descrita com clareza ou confundida com outro critério de classificação por parte dos autores.

Gráfico 7 – Métodos de investigação encontrados nos capítulos de livros analisados (2012-2017)



Fonte: Dados da pesquisa

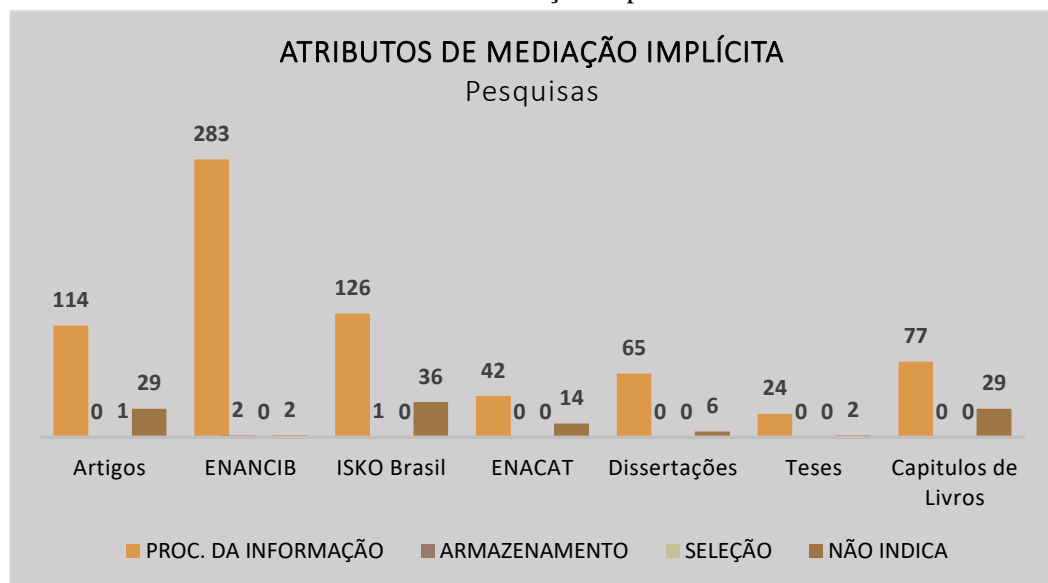
A dificuldade na identificação do método se mostra recorrente nas análises feitas em todas as pesquisas focalizadas. Tal fato levanta dúvidas e questionamentos quanto às dificuldades de enquadramento metodológico por parte das pesquisadoras da Ciência da Informação brasileira.

4.3 ATRIBUTOS DA MEDIAÇÃO IMPLÍCITA IDENTIFICADOS E AUTORES

Os resultados relativos à identificação dos atributos de mediação implícita referem-se a características identificadas que, de algum modo guardam relação com o conceito de mediação implícita já estabelecido por Almeida Júnior (2009). Além disso, a verificação da presença do termo e do conceito nos textos analisados, permitiu o reconhecimento desses atributos.

Ao referir-se à mediação implícita que ocorre nos espaços informacionais, Almeida Júnior (2009) aponta como atributos a seleção, o armazenamento e processamento da informação. O Gráfico 8 demonstra os atributos identificados nas pesquisas selecionadas. Os dados coletados indicam que o processamento da informação é o atributo mencionado com mais frequência, tendo maior concentração nos trabalhos do GT-2 da ANCIB, seguido dos trabalhos da ISKO Brasil e dos artigos de periódicos.

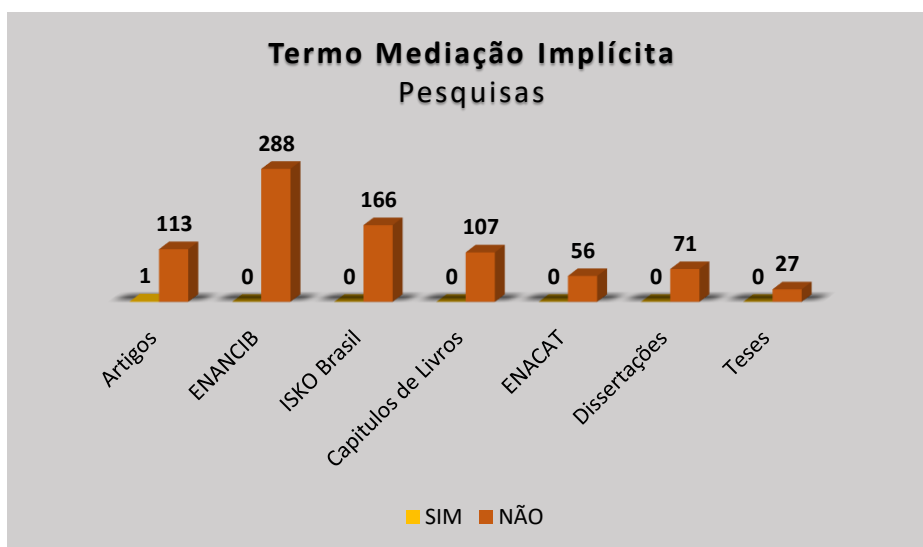
Gráfico 8 – Atributos de mediação implícita identificados



Fonte: Dados da pesquisa

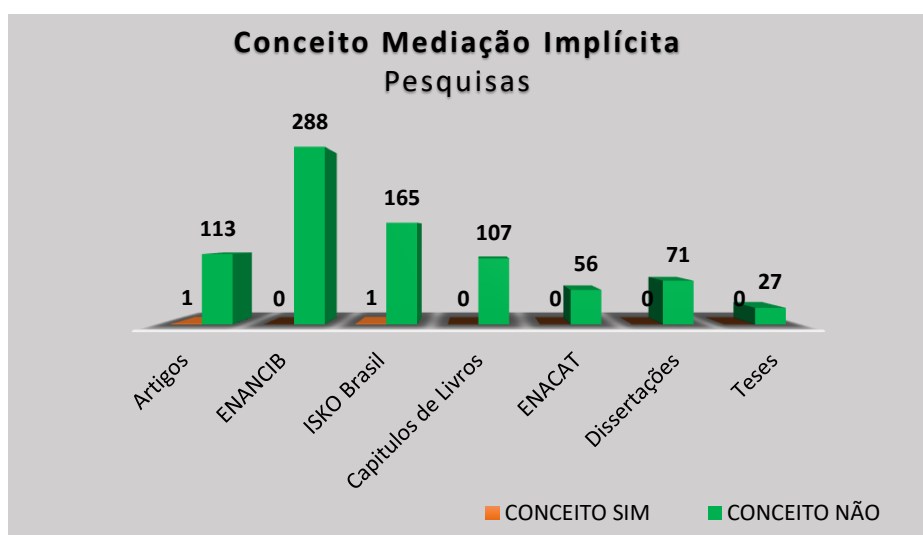
Chama atenção no Gráfico 8, o fato de que nas pesquisas de capítulos de livros, teses, dissertações, trabalhos do ENANCIB, ISKO e ENCAT foram analisados textos que não indicam atributos de mediação implícita. Verificou-se, também que o atributo processamento da informação é indicado na totalidade dos artigos de periódicos analisados.

O Gráfico 9 mostra os dados relativos à presença do termo mediação implícita nas pesquisas. O termo não aparece na quase totalidade das pesquisas, sendo identificado em apenas um artigo de periódico.

Gráfico 9 – Presença do termo mediação implícita nos textos

Cabe observar, dessa forma, que a presença do termo não interfere de forma decisiva na identificação de ações mediadoras nas pesquisas analisadas. Além disso, apesar da ausência do termo “mediação implícita” o termo “mediação” em seu sentido genérico aparece em muitas pesquisas.

O Gráfico 10 demonstra um resultado idêntico ao demonstrado pelo Gráfico 9. Apenas em um artigo de periódico detecta-se a presença do conceito de mediação implícita.

Gráfico 10 – Presença do conceito de mediação implícita nos textos

Tal resultado demonstra que o fato de o conceito de mediação implícita não ter sido enunciado em conformidade com a definição de Almeida Júnior (2009, 2015) não impede o seu reconhecimento implícito, sobretudo, através da identificação de termos relacionados, cujos resultados serão apresentados na sequência.

4.3.1 Atributos da mediação implícita identificados através dos termos relacionados

Através da observação e registro dos termos relacionados à mediação implícita, chegou-se a alguns atributos, tendo como norte as atividades já apontadas por Almeida Júnior (2009), que define a mediação implícita como aquela que ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais sem a presença física e imediata do usuário da informação, onde ocorrem a seleção, o armazenamento e o processamento da informação.

Além dos atributos apontados por Almeida Júnior (2009) incluiu-se a comunicação, mediante a percepção de que esta também é uma atividade de mediação implícita. Mey e Silveira (2009), em sua definição de catálogo afirmam ser este um meio de comunicação que veicula mensagens que dizem respeito aos registros do conhecimento e são direcionadas aos usuários de informação. Gomes (2008) também identifica a comunicação nas atividades de mediação e para a autora, a ação comunicativa assegura o compartilhamento do conhecimento em processos de interação, sendo a linguagem documentária um importante recurso de comunicação na mediação implícita.

Dessa forma, a análise empreendida nas pesquisas selecionadas revelou a existência de atributos que indicam a presença de atividades de mediação implícita na maioria dos textos selecionados. O Quadro 24 mostra a síntese dos atributos encontrados, que denotam a presença da mediação implícita mesmo nos textos onde ela não aparece como termo, conceito ou através de argumentos explícitos e implícitos.

Quadro 24 – Termos relacionados aos atributos de mediação implícita identificados nas pesquisas selecionadas

TERMOS RELACIONADOS			
SELEÇÃO E AQUISIÇÃO	ARMAZENAMENTO	PROCESSAMENTO	COMUNICAÇÃO
Aquisição	Armazenamento da informação	Descrição	Comunicação da informação (com os usuários acerca dos itens informacionais)
Política de seleção	Desbastamento	Gerenciamento da informação	Comunicação da informação (compartilhamento de informação por meio da representação)
Seleção	Descarte	Análise da informação	Comunicação da informação (comunicação acervo/usuários)
Desbastamento	Organização dos itens informacionais (ordenamento)	Produção da informação	Comunicação entre sistemas de informação
Descarte		Processamento de recursos informacionais	
		Tratamento temático de documentos	
		Controle da informação	
		Intermediação entre documento e usuário	
		Processamento técnico	
		Tratamento temático de informações em fotografias	
		Visibilidade da informação	
		Tratamento da informação (processos que incluem a análise de assunto e a classificação)	

Fonte: Dados da pesquisa

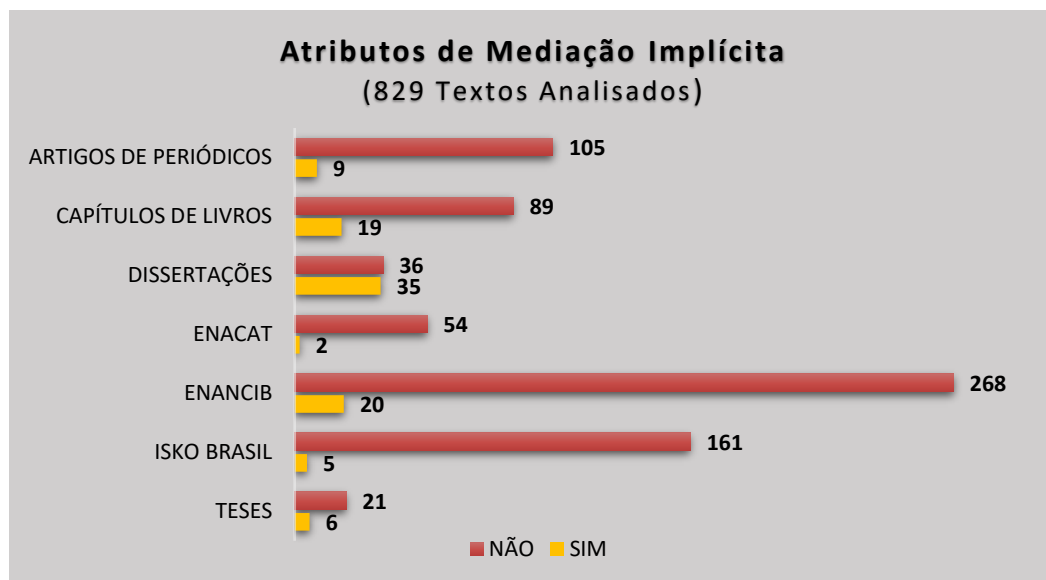
A predominância de atributos ligados ao processamento, seguidos daqueles ligados à comunicação está demonstrada no Quadro 24. A predominância da atividade de processamento, revela a importância das atividades de mediação implícita na catalogação, classificação e indexação.

Os Gráficos 11 e 12 apresentam os resultados dos atributos de mediação implícita encontrados em todos os tipos de pesquisa, mediante a observação dos termos relacionados apresentados nos textos, bem como os resultados dos argumentos implícitos e explícitos encontrados nos 829 textos analisados.

A síntese do número de atributos de mediação implícita encontrados nos textos analisados nos tipos de pesquisa adotados está demonstrada no Gráfico 11. Dos 829 textos analisados, 96 apresentaram atributos de mediação implícita detectados através dos termos relacionados utilizados pelos autores nos textos e 733 não apresentam atributos de mediação implícita. Verificou-se que as maiores concentrações da presença de atributos de mediação implícita se encontram nas dissertações e capítulos de livros. Um número reduzido de atributos foi percebido nos trabalhos do GT-2 da ANCIB (20), proporcionalmente à quantidade de trabalhos analisados (288). Com relação aos trabalhos da ISKO Brasil, nota-se também uma

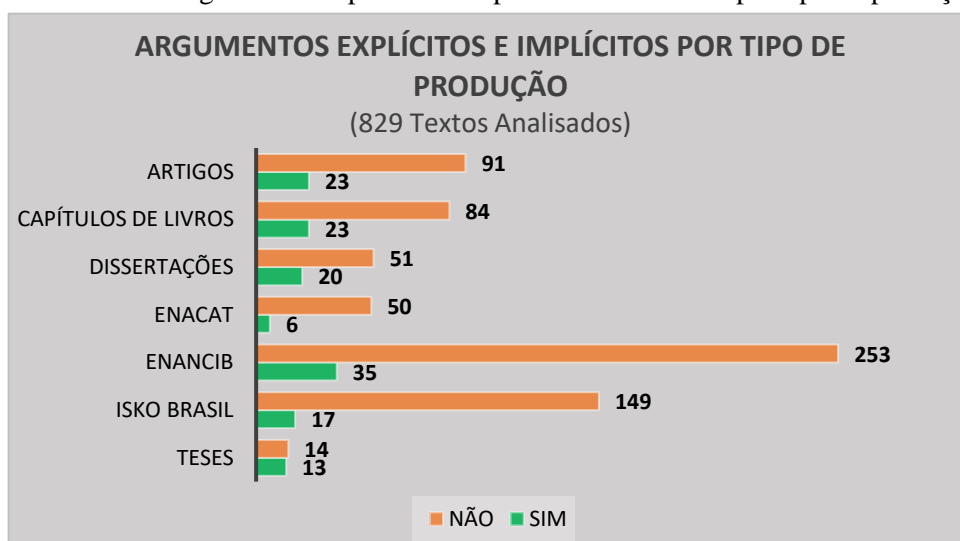
pequena quantidade de atributos encontrados: apenas cinco trabalhos apresentam atributos de mediação implícita, num universo de 166 trabalhos analisados.

Gráfico 11 – Atributos de mediação implícita encontrados através da ocorrência de termos relacionados



Fonte: Dados da pesquisa

É possível perceber semelhanças nos resultados apresentados nos Gráficos 11 e 12, sobretudo no tocante aos trabalhos do GT-2 da ANCIB e aos capítulos de livros. Analisando comparativamente os números apresentados nos dois gráficos, verificou-se ainda que a presença de atributos de mediação implícita não está necessariamente ligada ao número de argumentos implícitos – aqueles que se fundamentam na semântica universal (termo genérico), em hipóteses e deduções – e explícitos – aqueles fundamentados por citações bibliográficas, pela documentação e pela experiência profissional. Tal afirmação é possível, tendo em vista o fato de que foram identificados atributos de mediação implícita em textos onde não foram identificados argumentos e vice-versa.

Gráfico 12 – Argumentos explícitos e implícitos encontrados por tipo de produção

4.3.2 Autores que apresentam argumentos relacionados à atributos de mediação implícita

Neste segmento serão apresentados os resultados obtidos através da Ficha de Análise Conceitual, visando a identificação dos agentes (autores) que aparecem nos textos analisados. A identificação foi feita mediante os seguintes critérios:

- a) doutores, orientadores de pesquisas, membros do GT-2 da ANCIB e suas respectivas instituições;
- b) doutores, orientadores de pesquisas, não membros do GT-2 da ANCIB e suas respectivas instituições;
- c) doutores emergentes na Ciência da Informação e suas respectivas instituições;
- d) doutores coorientadores e coautores de outras áreas/sub-áreas e de universidades estrangeiras e suas respectivas instituições.

Serão apresentados também os resultados da verificação dos sumários dos livros selecionados através dos currículos Lattes dos membros do GT-2 da ANCIB. Nesta verificação foi observada a presença de autores ligados à mediação da informação no âmbito da Ciência da Informação brasileira.

O Quadro 26 mostra os doutores e orientadores de pesquisas de mestrado e doutorado, membros do GT-2 do ENANCIB. A maioria são oriundos da UNESP e da USP.

Quadro 25 – Doutores, orientadores de pesquisas, membros do GT-2 da ANCIB que apresentam argumentos explícitos e implícitos nas pesquisas analisadas no período de 2012 a 2017

AUTORES	INSTITUIÇÃO
Ana Cristina de Albuquerque	UEL
Brígida Maria Nogueira Cervantes	UEL
Carlos Cândido de Almeida	UNESP
Dulce Amélia de Brito Neves	UFPB
Fabiano Ferreira de Castro	UFSCar
Fábio Assis Pinho	UFPE
Fernanda Passini Moreno	UnB
Gercina Ângela Borém Oliveira Lima	UFMG
Gracy Kelli Martins	UFPB
José Augusto Chaves Guimarães	UNESP
José Fernando Modesto da Silva	USP
Lígia Maria Arruda Café	UFSC
Lilian Álvares	UnB
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque	UFPB
Maria Luiza de Almeida Campos	UFF
Mariângela Spotti Lopes Fujita	UNESP
Marilda Lopes Ginez de Lara	USP
Marisa Bräscher Basílio Medeiros	UFSC
Miriam Paula Manini	UnB
Nair Yumiko Kobashi	USP
Naira Christofolletti Silveira	UNIRIO
Renato Rocha Souza	UFMG
Rosa Inês de Novais Cordeiro	UFF
Rosali Fernandez de Souza	IBICT
Vania Mara Alves Lima	USP
Vera Regina Casari Boccato	UFSCar
Walter Moreira	UNESP
Zaira Regina Zafalon	UFSCar

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados revelados no Quadro 25 mostram uma participação bastante significativa dos doutores membros do GT-2 da ANCIB em textos onde foram identificados argumentos implícitos e explícitos. Tal característica foi observada também no Quadro 26, que apresenta resultados relativos à identificação dos doutores orientadores de pesquisas não relacionados como membros do GT-2 da ANCIB, mas que possuem carreiras solidamente estabelecidas no cenário da Ciência de Informação brasileira, como por exemplo, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos da UNESP, Cristina Dotta Ortega da UFMG, Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo da USP e Vera Lúcia D. Louzada de Mattos Dodebei da UNIRIO, dentre outros.

Quadro 26 – Doutores, orientadores de pesquisas, não membros do GT-2 da ANCIB, que apresentam argumentos explícitos e implícitos nas pesquisas analisadas no período de 2012 a 2017

AUTORES	INSTITUIÇÃO
Carlos Alberto Ávila Araújo	UFMG
Cristina Dotta Ortega	UFMG
Dulce Maria Baptista	UnB
Edberto Ferneda	UNESP
Eliane Serrão Alves Mey	UNIRIO
Elizabete Gonçalves de Souza	UFF
Elizete Vieira Vitorino	UFSC
Francisco José Aragão Pedroza Cunha	UFBA
Leilah Santiago Bufrem	UFPE
Lídia Alvarenga	UFMG
Maria Aparecida Moura	UFMG
Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	USP
Maria Elizabete Catarino	UEL
Mirian de Albuquerque Aquino	UFPB
Moisés Lima Dutra	UFSC
Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos	UNESP
Raimundo Nonato Macedo dos Santos	UFPE
Rosane Sueli Alves Lunardelli	UEL
Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti	UNESP
Terezinha Batista de Souza	UEL
Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei	UNIRIO

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 26 mostra ainda que a maior parte dos doutores identificados são vinculados à UFMG e UNESP.

Também foram identificados recém doutores que têm se destacado na produção científica da sub-área de representação temática e descritiva, como demonstra o Quadro 27, que destaca a existência de três doutores considerados como emergentes, que passaram a se destacar em suas instituições. São eles: Franciele Marques Redigolo da UFPA e Rodrigo de Sales da UFF, orientados respectivamente por, Mariângela Spotti Lopes Fujita da UNESP e José Augusto Chaves Guimarães da UNESP, membros do GT-2 da ANCIB, além de Giovana Deliberali Maimone da USP, orientada por Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, também da USP.

Quadro 27 – Doutores emergentes identificados e seus orientadores

AUTORES	ORIENTADORES
Franciele Marques Redigolo (UFPA)	Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP)
Giovana Deliberali Maimone (USP)	Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo (USP)
Rodrigo de Sales (UFF)	José Augusto Guimarães (UNESP)

Fonte: Dados da pesquisa

Os doutores identificados no Quadro 27 seguem linhas de pesquisas semelhantes às de seus orientadores, mesmo já estando estabelecidos em outras instituições. Tal fato leva a perceber o fortalecimento de uma relação de continuidade na atuação acadêmica e de parceria entre orientador e orientando.

Por fim, o Quadro 28 mostra a identificação de doutores que aparecem como coorientadores e coautores nos textos analisados e que pertencem a outras áreas/sub-áreas e de instituições estrangeiras. Foram identificados três autores da Espanha, das universidades de Murcia, Salamanca e Zaragoza e um autor filiado à universidade norte-americana de Winsconsin-Milwaukee.

Quadro 28 – Doutores coorientadores e coautores de outras áreas/sub-áreas e de universidades estrangeiras

AUTORES	INSTITUIÇÃO
Hope Aline Olson	Universidade de Wisconsin-Milwaukee
Isidoro Gil Leiva	Universidade de Múrcia, Espanha
Marial del Carmen Agustín Lacruz	Universidade de Zaragoza, Espanha
Raquel Gómez Diaz	Universidade de Salamanca, Espanha

Fonte: Dados da pesquisa

Os doutores, coautores e coorientadores estrangeiros foram identificados apenas nos artigos de periódicos e nas teses analisadas na pesquisa.

No âmbito da produção de livros foi possível constatar que a relação entre as sub-áreas da representação temática e descritiva e da mediação da informação vem sendo construída de forma significativa, sobretudo, no ano de 2016, quando se observou um número maior de publicações de livros. Foi possível identificar a presença de alguns pesquisadores que trabalham com a mediação da informação em coletâneas organizadas por autores da representação da informação, entretanto, na maioria dessas participações o tema mediação da informação, não foi tratado, com exceção de um capítulo publicado em coletânea organizada pela pesquisadora Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque da UFPB e escrito por Henriette Ferreira Gomes (autora que integra o referencial teórico desta pesquisa) e Raquel do Rosário Santos, ambas da UFBA, conforme mostra o Quadro 29.

Quadro 29 – Autores da mediação da informação identificados em coletânea da representação da informação

AUTORES IDENTIFICADOS	REFERÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Henriette Ferreira Gomes (UFBA) Raquel do Rosário Santos (UFBA)	GOMES, Henriette Ferreira; SANTOS, Raquel do Rosário. Representação e organização da informação científica como ações de mediação implícita: compromisso da biblioteca universitária com o ethos da ciência e a afiliação acadêmica. <i>In</i> : ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. (Orgs.). Representação da Informação: um universo multifacetado. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.	O capítulo aborda a representação da informação em sua relação direta com a mediação implícita da informação, tendo como foco a biblioteca universitária.

Fonte: Dados da pesquisa

A identificação dos autores através dos sumários das obras selecionadas teve como objetivo mostrar a construção da relação entre as duas sub-áreas por meio das parcerias com seus pesquisadores. Os resultados indicam que essa relação ainda é incipiente, tendo em vista que a verificação feita nesta pesquisa, revelou apenas a participação de duas autoras da mediação da informação em uma coletânea, cujo capítulo foi escrito em regime de coautoria, tratando da relação entre as duas sub-áreas, conforme registra o Quadro 30.

Por fim, os demais autores que formam um conjunto de pesquisadores constituídos na maioria por mestrandos, doutorandos, profissionais da informação e pesquisadores de outras áreas e afins, estão relacionados no Apêndice I.

O próximo segmento será dedicado à apresentação dos resultados relacionados aos argumentos implícitos e explícitos encontrados através da análise dos diversos tipos de pesquisa.

4.4 ARGUMENTOS IMPLÍCITOS E EXPLÍCITOS APRESENTADOS PELOS AUTORES RELACIONADOS À MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Serão apresentados a seguir os resultados da análise relativos aos argumentos implícitos e explícitos encontrados nos artigos de periódicos, teses e dissertações, trabalhos apresentados nos ENANCIB, ISKO Brasil, ENACAT e nos capítulos de livros publicados dentro do recorte temporal da pesquisa. A análise foi realizada mediante utilização do instrumento de coleta de dados – a Ficha de Análise Conceitual – que permitiu compreender a pesquisa em seus aspectos quantitativos e qualitativos.

4.4.1 Argumentos identificados nos artigos de periódicos

De acordo com Cunha (1990), a identificação do argumento implícito de semântica universal revela a existência de um conhecimento consensual sobre determinado assunto e/ou uso do termo em seu sentido genérico. Na análise dos artigos de periódicos empreendida nesta pesquisa, detectou-se na maioria dos textos examinados a presença de argumento implícito de semântica universal (Quadro 30). Nesses textos, embora o termo “mediação implícita” não seja mencionado direta e explicitamente, o seu conceito se faz presente através da argumentação dos agentes que os produziram. Nesse agrupamento, é possível perceber a referência à mediação social do bibliotecário em seu trabalho diário, o que nos remete para a mediação implícita praticada nas bibliotecas pelos profissionais responsáveis pelo tratamento técnico. Esses elementos são encontrados, sobretudo, nos artigos AT011; AT053; AT054 e AT058. Observa-se neste grupo também, o uso genérico do termo mediação relacionado à linguagem através da utilização da expressão “mediação da linguagem” nos textos AT018 e AT102. A citação de teóricos relacionados à mediação também deve ser considerada como indício revelador de aproximação com a sub-área da mediação da informação e constatado nos textos AT044 e AT054, nos quais Charles Sanders Peirce e suas teorias figuram como referencial teórico. Merece maior destaque, entretanto, o texto AT015 onde os agentes apresentam, de fato, o termo e o conceito de mediação implícita, incluindo a citação de Almeida Júnior (2009) e outros autores relacionados à mediação da informação. Tais resultados reafirmam a participação decisiva de Mariângela Spotti Lopes Fujita, cuja autoria se faz presente no texto AT015 e em mais quatro artigos analisados, seguidos de Plácida L. V. Amorim da Costa Santos com dois artigos. Verifica-se também neste agrupamento a predominância de autores ligados à UNESP (nove artigos) seguido da UEL e UFF (dois artigos cada).

Quadro 30 – Artigos de periódicos com a presença de argumentos implícitos (semântica universal)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
AT011	FUJITA, Mariângela S. L. / AGUSTÍN, Marial del C. LACRUZ / GÓMEZ DIAZ, Raquel	A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias.	UNESP
AT015	REDIGOLO, Franciele. M. / FUJITA, Mariângela S. L.	A leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação.	UNESP
AT018	FUJITA, Mariângela S. L. / SANTOS, Luciana B. P dos	A estrutura lógico-hierárquica de linguagens de indexação utilizadas por bibliotecas universitárias.	UNESP
AT024	CATARINO, Maria E. / SOUZA, Terezinha B. de	A representação descritiva no contexto da web semântica.	UEL
AT044	SÁ, Alzira Tude de	Ler, indexar, representar: o poder que subjaz à ordem das escolhas.	UFBA
AT053	SANTOS, Francisco E. P. / LIMA, Juliana S. / ARAÚJO, Irlanda M. de	Representação e recuperação da informação em bibliotecas universitárias: o tesouro como elo entre acervo, indexação e usuários da área de Física.	UFC
AT054	REDIGOLO, Franciele. M. / ALMEIDA, Carlos Cândido de	Algumas contribuições da perspectiva filosófico-semiótica de Pierce para a análise de assunto.	UNESP
AT058	GUIMARÃES, José Augusto. Chaves / MILANI, Suellen O. / EVANGELISTA, Isadora Victorino	Valores éticos na organização e representação do conhecimento.	UNESP
AT072	SIMIONATO, Ana C. / ARAKAKI, Felipe A. / SANTOS, Plácida L. V. A. C.	Descrição em bibliotecas, arquivos, museus e galerias de arte: linkando recursos e comunidades.	UNESP
AT079	NEVES, Dulce A. de Brito	Representação temática da informação e mapas cognitivos: interações possíveis.	UFPB
AT084	SOARES, Neila C. / LUNARDELLI, Rosane S. A.	A representação da informação no âmbito das instituições de ensino superior: em foco os relatórios finais da Assessoria de Estatística do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina.	UEL
AT086	BASTOS, Dilza R. / SANTOS, Ana Paula L. dos / SANTOS, Lourdes M. dos	Fundamentos teóricos da representação do conhecimento e da informação: uma discussão sobre o indexador.	Casa Ruy Barbosa / UFF
AT087	SANTOS, Plácida L. V. A. C.	Catálogo, formas de representação e construções mentais.	UNESP
AT102	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	A linguagem documental na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral.	UNESP
AT113	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes / SANTOS, Luciana B. P. dos	Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante.	UNESP
AT114	SOUZA, Elizabete G. de / BEZERRA, Darlene A.	Os <i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i> no contexto da web semântica: as contribuições de Paul Otlet.	UFF

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 31 apresenta os resultados relacionados aos artigos de periódicos onde se verificou a presença de argumentos implícitos de caráter dedutivo. De acordo com Cunha (1990), os argumentos implícitos se reportam a um saber científico estabelecido e a uma linha argumentativa interpretativa. Os argumentos dedutivos são identificados por apresentarem um conhecimento baseado na interpretação do autor. Mas, no conjunto de artigos analisados apenas dois se enquadram nessa categoria. Destaca-se que no artigo AT030 as agentes fazem referência ao termo “intermediação” para abordar a relação entre usuário e documento. No entanto, o conceito de mediação é muito mais abrangente do que uma simples intermediação. Foi possível perceber no discurso dos agentes, indícios da presença de pensamento dedutivo quanto a

presença de aproximação com a temática da mediação. Já no artigo AT066 o argumento dedutivo se desenha a partir de discussões no texto sobre os instrumentos utilizados na recuperação da informação pelo bibliotecário, através do planejamento de políticas de indexação e de desenvolvimento de vocabulários controlados que auxiliam na seleção e na representação terminológica. Destaca-se nesse grupo, mais uma vez a presença da autora Mariângela Spotti Lopes Fujita, cujo entendimento e adoção do conceito de mediação se mostra bastante recorrente.

Quadro 31 – Artigos de periódicos com a presença de argumento implícito (dedutivos)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
AT030	SOUSA, Brisa Pozzi / FUJITA, Mariângela S. L.	A classificação bibliográfica no contexto do tratamento temático da informação: um estudo com o protocolo verbal individual em bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's).	UNESP
AT066	DINIZ, Joaquim A. / MARTINS, Gracy Kelli	Análise de consistência na indexação: o DeCS Como instrumento de representação e recuperação da informação em Ciências da Saúde.	UFPA

Fonte: Dados da pesquisa

Cunha (1990) identifica como argumentos explícitos aqueles que são passíveis de comprovação através de citações bibliográficas e documentais ou se fundamentam na própria formação acadêmica do autor. Ou seja, esse tipo de argumento se desenha através de pesquisas já realizadas e consolidadas. No Quadro 32, o artigo AT015 mais uma vez merece destaque por apresentar uma citação de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, autor do conceito de mediação implícita na Ciência da Informação. Mariângela Spotti Lopes Fujita aparece como um agente nesse texto e embora não use o termo “mediação implícita”, relaciona claramente a mediação da informação com todas as atividades do profissional da informação. Por outro lado, alguns textos se referem à mediação como um conceito genérico na abordagem da função mediadora do indexador (AT024; AT053; AT084; AT086; AT087). Já os textos AT044, AT072 e AT079 enfatizam o caráter mediador no processo de indexação, na catalogação e nos catálogos e na organização do conhecimento. Observa-se também, como indício da presença de aproximação com os estudos da mediação, a citação de autores que pesquisam a mediação da informação na Ciência da Informação e o uso de referencial teórico baseado em teóricos consagrados, cujas teorias se relacionam ao conceito de mediação, como é o caso do filósofo norte-americano, Charles Sanders Peirce, cujos estudos sobre a linguagem se identificam com o conceito de mediação. Nesse grupo, Mariângela Spotti Lopes Fujita aparece novamente como destaque, aparecendo como um dos agentes em dois textos analisados. Neste agrupamento a UNESP aparece como o maior número de artigos, juntamente com a UNIRIO.

Quadro 32 – Artigos de periódicos com a presença de argumentos explícitos (bibliográficos)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
AT015	REDIGOLO, Franciele M. / FUJITA, Mariângela S. L.	A leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação.	UNESP
AT041	SANTOS, Francisco E. P. / MARTINS, Guaracy Araújo Santiago / ARAÚJO, Irlana Mendes de / LIMA, Juliana Soares / FEITOSA, Kalline Yasmin Soares / PEIXOTO, Laninelvia Mesquita de Deus / MAIA, Osvaldênia Maria Lucena	Planejamento e elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo realizado a partir da análise da indexação e da recuperação da informação em catálogo online.	UFC
AT044	SÁ, Alzira Tude de	Ler, indexar, representar: o poder que subjaz à ordem das escolhas.	UFBA
AT047	ROZSA, Vitor / DUTRA, Moisés L. / NHACUONGUE, Januário A.	<i>Linked open data</i> no contexto acadêmico: identificação e análise de vocabulários utilizados na academia e na pesquisa científica	UFSCar
AT076	SOUSA, Brisa Pozzi / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma.	UNIRIO / UNESP
AT079	NEVES, Dulce A. de Brito	Representação temática da informação e mapas cognitivos: interações possíveis.	UFPB
AT081	VIEIRA, Ana Paula de F. / OLIVEIRA, Laís P. de / CUNHA, Tatiele M.	Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas.	UFG
AT094	SOUSA, Brisa Pozzi	Representação temática da informação documentária e sua contextualização em biblioteca.	UNIRIO

Fonte: Dados da pesquisa

Cabe apresentar ainda alguns exemplos detectados no decorrer da análise dos artigos de periódicos. O Quadro 33 mostra esses exemplos, visando ilustrar com mais clareza os procedimentos resultados encontrados.

Quadro 33 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos nos artigos de periódicos analisados

REFERÊNCIA	EXEMPLOS NOS TEXTOS	OBSERVAÇÕES
REDIGOLO, Franciele M.; FUJITA, Mariângela S. L. A leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação. Informação & Informação , Londrina, PR, v. 20, n. 3, p. 356-376, set./dez., 2015.	<p>Argumento explícito (bibliográfico) “A mediação da informação está presente em praticamente todas as atividades do profissional da informação, sua presença pode ser direta ou indiretamente, desde o processamento da informação documentada até a sua disseminação. Segundo Almeida Júnior (2007, 2008) a mediação da informação permeia as atividades do profissional da informação, principalmente, neste caso, em relação à representação da informação.” (p. 367)</p> <p>Argumentos implícito (semântica universal): “[...] a leitura profissional na representação da informação caracteriza-se como mediadora ao passo que é a partir da leitura técnica que se inicia a representação e é por meio dela é que acontece a recuperação da informação.” (p. 367)</p>	<p>A palavra “mediadora” aparece em seu sentido genérico, caracterizando um argumento de semântica universal;</p> <p>Aborda a mediação da informação com citação de Almeida Júnior;</p> <p>Usa o termo “mediadora” em sentido genérico.</p>
DINIZ, Joaquim A.; MARTINS, Gracy Kelli. Análise de consistência na indexação: o DeCS Como instrumento de representação e recuperação da informação em Ciências da Saúde. Folha de Rosto , v.1, n. 1, p. 75-89, jan./jun., 2015.	<p>Argumento implícito (dedutivo) “Em torno desta discussão é perceptível que a representação da informação se constitui em um tema bastante significativo para o bibliotecário, por este vir a desempenhar essencialmente os processos de mediação e recuperação da informação, planejando políticas de indexação e desenvolvendo vocabulários que auxiliam na seleção e representação terminológica.” (p. 78)</p>	<p>Os agentes parecem deduzir que o bibliotecário entende que a representação da informação está ligada a processos de mediação e recuperação da informação que ele executa.</p>

Fonte: Dados da pesquisa

4.4.2 Argumentos identificados nas teses e dissertações

Entre as 26 teses analisadas, verificou-se que em 12 delas há argumentos relacionados ao conceito de mediação, perfazendo um percentual de 46,15%. O Quadro 34 apresenta as teses com presença de argumento explícito bibliográfico, onde os agentes demonstraram entendimento sobre mediação mediante o auxílio de citações de outros autores, referenciando teóricos e estudiosos da mediação na área. Neste agrupamento observou-se que a metade dos orientadores dessas teses são membros do GT2 da ANCIB. Dentre os orientadores, mais uma vez destaca-se Mariângela Spotti Lopes Fujita, com duas teses orientadas. Cabe registrar também, como dado relevante para esta pesquisa, a presença de Maria Aparecida Moura da UFMG, cujas linhas de pesquisa são mais diversificadas e não tão concentradas na ORC, embora fique clara sua relação com a questão da produção do conhecimento e do tratamento da informação sob o olhar da semiótica. Neste agrupamento observa-se que, além de uso de citações de outros autores comprometidos com a mediação (TE002; TE003; TE009; TE022; TE025) para respaldar o argumento bibliográfico, em todos os textos analisados os agentes recorrem ao uso de referenciais teóricos baseados em teóricos e estudiosos da mediação, como Charles Sanders Peirce, Lev Vygotsky, Mikhail Bakhtin e Ludwig Wittgenstein (TE015; TE017; TE018; TE026). Percebe-se que a maior parte das teses selecionadas neste agrupamento foram produzidas na UNESP (cinco), seguida da UFMG, com quatro teses produzidas.

Quadro 34 – Teses com presença de argumentos explícitos (bibliográficos e profissionais)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
TE002	SALES, Rodrigo de / GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orient.)	A presença de Kaiser no quadro teórico do Tratamento Temático da Informação (TTI).	UNESP
TE003	ZAFALON, Zaira Regina / SANTOS, Plácida L. V. Amorim da Costa (Orient.)	Scan for MARC: princípios sintáticos e semânticos de registros bibliográficos aplicados à conversão de dados analógicos para o formato MARC21 bibliográfico.	UNESP
TE009	BASTOS, Flávia Maria / VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (Orient.)	A interação do usuário com catálogos bibliográficos on-line: investigação a partir da Teoria Fundamentada.	UNESP
TE015	DAL'EVEDOVE, Paula Regina / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orient.) / GIL LEIVA, Isidoro (Coorient.)	O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural.	UNESP
TE017	REDIGOLO, Franciele Marques / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orient.) / GIL LEIVA, Isidoro (Coorient.)	O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação do protocolo verbal.	UNESP
TE018	MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos / LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira (Orient.)	Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesouro: remodelagem do THESAGRO.	UFMG
TE022	PATO, Paulo Roberto Gomes / MANINI, Miriam Paula (Orient.)	Imagens: polissemia versus indexação e recuperação da informação.	UnB
TE025	PACHECO, Kátia Lúcia / ORTEGA, Cristina Dotta (Orient.)	Obra e instanciações na organização da informação musical: estudo da adequação do modelo conceitual FRBR.	UFMG
TE026	GUEDES, Roger de Miranda / MOURA, Maria Aparecida (Orient.)	O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem.	UFMG
ARGUMENTO EXPLÍCITO PROFISSIONAL			
CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
TE004	PONTES, Flávio Vieira / LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira (Orient.)	Organização do conhecimento em bibliotecas digitais de teses e dissertações: uma abordagem baseada na classificação facetada e taxonomias dinâmicas.	UFMG

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 34 apresenta também, teses analisadas onde se verificou a presença de argumento explícito profissional – aqueles fundamentados na experiência profissional e acadêmica. Apenas o texto TE004 se enquadra nesse agrupamento de argumento, tendo em vista a declaração dos agentes quanto a ação mediadora do profissional bibliotecário sem o uso do recurso da citação de autores ou de referencial teórico.

No agrupamento do argumento implícito de semântica universal (Quadro 35), foram identificados textos que se referem à mediação em sua forma genérica ligado a ontologias, à ação mediadora dos profissionais bibliotecários em sua responsabilidade social e neutralidade no tratamento da informação, assim como tratando da relação existente entre a informação e o usuário, tendo a biblioteca universitária como mediadora. Finalmente, verifica-se também o uso

do termo em sua forma genérica em conformidade com a visão de mundo do agente. Percebe-se ainda, neste agrupamento a predominância de teses produzidas na UNESP (quatro teses).

Quadro 35 – Teses com presença de argumentos implícitos (semântica universal)

ARGUMENTO IMPLÍCITO DE SEMÂNTICA UNIVERSAL			
CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
TE009	BASTOS, Flávia Maria / VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (Orient.)	A interação do usuário com catálogos bibliográficos on-line: investigação a partir da Teoria Fundamentada.	UNESP
TE010	SILVA, Daniela Lucas da / SOUZA, Renato Rocha (Orient.) / ALVARENGA, Lídia (Co-orient.)	Ontologias para representação de documentos multimídia: análise e modelagem.	UFMG
TE015	DAL'EVEDOVE, Paula Regina / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orient.) / GIL LEIVA, Isidoro (Co-orient.)	O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural.	UNESP
TE016	MILANI, Suellen Oliveira / GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orient.) / OLSON, Hope Aline (Co-orient.)	Bias na representação de assunto: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD).	UNESP
TE017	REDIGOLO, Franciele Marques / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orient.) / GIL LEIVA, Isidoro (Co-orient.)	O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação do protocolo verbal.	UNESP
TE022	PATO, Paulo Roberto Gomes / MANINI, Miriam Paula (Orient.)	Imagens: polissemia versus indexação e recuperação da informação.	UnB
TE027	MAIMONE, Giovana Deliberli / TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira (Orient.)	Organização da informação e do conhecimento de documentos artísticos à luz da Terminologia.	USP

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 36 apresenta alguns exemplos verificados em teses analisadas, relacionadas a argumentos explícitos e implícitos.

Quadro 36 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos nas teses analisadas

REFERÊNCIA	ORIENTADORES	EXEMPLOS NOS TEXTOS	OBSERVAÇÕES
SALES, Rodrigo de. A presença de Kaiser no quadro teórico do Tratamento Temático da Informação (TTI) . Marília, 2012. 190 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2012.	José Augusto Chaves Guimarães (UNESP)	Argumento explícito (bibliográfico) “Conforme apresentado anteriormente, Tratamento Temático da Informação (TTI) é a denominação que Foskett (1973) adotou para a dimensão temática (responsável pelo tratamento dos conteúdos informacionais) da organização da informação, e, é caracterizado por sua natureza mediadora entre os contextos de produção e de uso da informação.” (p. 26)	O reconhecimento da natureza mediadora ocorre a partir de citação de Foskett (1973).
PONTES, Flávio Vieira. Organização do conhecimento em bibliotecas digitais de teses e dissertações : uma abordagem baseada na classificação facetada e taxonomias dinâmicas. Belo Horizonte, 2013. 233 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2013.	Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima (UFMG)	Argumento explícito (profissional) “O principal papel das bibliotecas digitais continua sendo o de exercer uma função mediadora entre, de um lado os itens (digitais) disponíveis em seu acervo e de outro as necessidades de informação de seus usuários, fazendo com que a informação possa fluir, com o mínimo de distorções, em ambos os sentidos.” (p. 17-18)	O autor atribui à biblioteca digital uma função mediadora, aparentemente a partir de sua vivência profissional, sem recorrer a citações bibliográficas.
BASTOS, Flávia Maria. A interação do usuário com catálogos bibliográficos on-line : investigação a partir da Teoria Fundamentada. Marília, 2013. 255 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2013.	Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti (UNESP)	Argumento implícito (semântica universal) “Apesar das grandes mudanças tecnológicas, absorvidas pela estrutura social e proporcionadas pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação, a biblioteca, como agente mediador na produção e nas formas estratégicas para a distribuição da informação, necessita considerar os efeitos da implantação e do uso das TIC a partir de uma reflexão constante do rumo que os ambientes informacionais, como os sistemas de bibliotecas, estão tomando, principalmente sem observar a interação desses ambientes com o próprio usuário.” (p. 25)	A autora usa o termo “agente mediador” em seu sentido genérico.

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito às dissertações, o Quadro 37 apresenta agrupamento de dissertações em cujos textos verificou-se a presença de argumento explícito bibliográfico. Neste agrupamento, destaca-se como principal característica a citação de autores da ORC já comprometidos em suas pesquisas anteriores com uma abordagem próxima a de teóricos e estudiosos do conceito de mediação aplicado à Ciência da Informação.

Quadro 37 – Dissertações com a presença de argumentos explícitos (bibliográficos)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
DI004	DIAS, Geneviane Duarte / CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (Orient.)	Organização temática da informação em periódicos científicos eletrônicos: atribuição de palavras-chave na Biblioteconomia e Ciência da Informação.	UEL
DI005	ALONSO, Livia Ferreira Coutinho / ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila (Orient.)	A atividade de indexação: uma construção social da realidade.	UFMG
DI009	GALVINO, Cláudio César Timóteo / NEVES, Dulce Amélia de Brito (Orient.)	A arte de indexar artigos de periódicos: a política de indexação da seção de periódicos da Biblioteca Central da UFPB.	UFPB
DI012	SOUSA, Brisa Pozzi / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orient.) / GIL LEIVA, Isidoro (Co- orient.)	Aspectos da representação temática pela indexação de livros: a análise de assunto e suas concepções na diversificação de áreas do conhecimento em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's).	UNESP
DI016	SIMIONATO, Ana Carolina / SANTOS, Plácida L. V. A. da Costa (Orient.)	Representação, acesso, uso e reuso da imagem digital.	UNESP
DI029	SOARES, Catarina Felix dos Santos / DODEBEI, Vera Lúcia (Orient.)	Modelagem conceitual do domínio Infraestrutura de Qualidade (IQ): proposta metodológica para construção de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC).	UNIRIO
DI035	FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva / ALMEIDA, Carlos Cândido de (Orient.) / GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orient.)	A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento: uma análise teórico- conceitual.	UNESP
DI038	TOLENTINO, Vinícius de Souza / ORTEGA, Cristina Dotta (Orient.)	A técnica da descrição em catálogos e bibliografias: contribuição aos fundamentos da catalogação.	UFMG
DI043	COSTA, Carlos Eduardo / LUNARDELLI, Rosane (Orient.)	O grupo Temma e a organização da informação no âmbito do ENANCIB.	UEL
DI054	VIEIRA, Luciana de Souza dos Santos / SILVEIRA, Naira Christofolletti (Orient.)	A representação documental de coleções especiais: acervos de instituições de ensino superior públicas do Estado do Rio de Janeiro.	UNIRIO
DI062	MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva / SILVA, José Fernando Modesto da (Orient.)	Representação da informação em acervos culturais: reflexões em torno do diálogo museológico, arquivístico e biblioteconômico.	USP

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 37 revela também que os argumentos identificados são corroborados pelos próprios orientadores das respectivas pesquisas, a maioria autores que aparecem em outros segmentos desta pesquisa como autores comprometidos com a aproximação com a mediação da informação. É o caso, por exemplo de Mariângela Spotti Lopes Fujita e Plácida L. V. da Costa Santos, ambas da UNESP, instituição que se destaca com a produção de três dissertações, nesse agrupamento, seguida da UFMG, UEL e UNIRIO, cada uma com duas dissertações.

Já os argumentos implícitos de semântica universal se apresentam conforme demonstra o Quadro 38, abordando o tema mediação em seu sentido genérico. Verificou-se nesse agrupamento que os agentes se utilizam desse tipo de argumento para declarar a natureza mediadora da biblioteca, mais especificamente da biblioteca universitária (DI010), do caráter

mediador dos bibliotecários (DI013) e da função mediadora das linguagens documentárias (DI048; DI057), a função do catálogo e sistemas de recuperação da informação como instrumentos de mediação (DI047; DI061; DI069). Por fim, agentes se utilizam do argumento para declarar a ORC como campo mediador (DI035) e que o ato de produzir do homem é, em essência, um ato de mediação (DI038).

Quadro 38 – Dissertações com presença de argumentos implícitos (semântica universal)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
DI010	SANTANA, Vanessa Alves / AQUINO, Mirian de Albuquerque (Orient.)	Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.	UFPB
DI013	CABRERA, Miriam Regiane Dutra / GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orient.)	A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação.	UNESP
DI023	ALLIEVI, Georgeta / BAPTISTA, Dulce Maria (Orient.)	Política de indexação automática para documentação digital do acordo de Basileia II: o caso do Banco do Brasil.	UnB
DI035	FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva / ALMEIDA, Carlos Cândido de (Orient.) / GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Coorient.)	A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento: uma análise teórico-conceitual.	UNESP
DI038	TOLENTINO, Vinícius de Souza / ORTEGA, Cristina Dotta (Orient.)	A técnica da descrição em catálogos e bibliografias: contribuição aos fundamentos da catalogação.	UFMG
DI047	SANTOS, Luciana Beatriz Piovesan / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orient.)	Avaliação da indexação em catálogos de bibliotecas universitárias por meio da recuperação da informação.	UNESP
DI048	VITORINI, Érica Fernanda / MOREIRA, Walter (Orient.)	Uso da linguagem documentária na busca da informação em bibliotecas universitárias: a perspectiva dos deficientes visuais.	UNESP
DI057	FERREIRA, Fabiene / CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (Orient.)	Compatibilização de linguagens e garantias literária, do usuário e acadêmica para o aprimoramento do controle de vocabulário das bibliotecas do Instituto Federal do Paraná.	UEL
DI061	PANSANI JÚNIOR, Eder Antonio / FERNEDA, Edberto (Orient.)	Ontologias no processo de indexação automática de documentos textuais.	UNESP
DI069	LOPES, Tatiane Dos Santos de Freitas / FERNEDA, Edberto (Orient.)	Ontologia como interface de apresentação de resultados de busca: uma proposta baseada no modelo espaço vetorial.	UNESP
DI070	MORAES, Isabela Santana de / MOREIRA, Walter (Orient.)	Os conceitos de sistemas de organização do conhecimento e linguagens documentárias: análise de domínio nos PPGCIs – UNESP e UFMG.	UNESP

Fonte: Dados da pesquisa

Neste agrupamento verifica-se mais uma vez a presença de orientadores de pesquisa afinados com o conceito de mediação, como é o caso de Mariângela Spotti Lopes Fujita. Ainda chama atenção a identificação dos orientadores José Augusto Chaves Guimarães (DI013; DI035), Edberto Ferneda (DI061; DI069) e Walter Moreira (DI048; DI070), todos vinculados à UNESP. Neste agrupamento verificou-se mais uma vez predominância da UNESP, com sete dissertações produzidas.

A exemplo do que ocorreu na apresentação dos resultados das teses, o Quadro 39 mostra alguns exemplos de de argumentos explícitos e implícitos encontrados nos textos analisados.

Quadro 39 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos nas dissertações analisadas

REFERÊNCIA	ORIENTADORES	EXEMPLOS NOS TEXTOS	OBSERVAÇÕES
DIAS, Geneviane Duarte. Organização temática da informação em periódicos científicos eletrônicos : atribuição de palavras-chave na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Londrina, 2012. 159 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Londrina, 2012.	Brígida Maria Nogueira Cervantes (UEL)	Argumento explícito (bibliográfico) “Redígolo (2010) enfatiza que as atividades que competem ao tratamento envolvem a conexão entre a informação e o usuário, por esse motivo o profissional da informação deve estar comprometido com a sociedade, pois será o mediador de um conhecimento registrado e assim permitirá que esse conhecimento se torne socializado.” (p. 59)	Identifica o profissional como mediador, a partir de uma citação bibliográfica indireta.
VIEIRA, Luciana de Souza dos Santos. A representação documentária de coleções especiais : acervos de instituições de ensino superior públicas do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. 244 f. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2016.	Naira Christofoletti Silveira (UNIRIO)	Argumento explícito (bibliográfico) [...] o papel da catalogação, no campo de estudo bibliográfico, é o de mediação entre uma possível informação e um usuário, pois é a partir de um catálogo estruturado e de um ambiente informacional eficiente que usuários poderão encontrar um conteúdo que satisfaça suas necessidades informacionais. (FUSCO, 2011, p. 9) A autora declara: “Entretanto, se não houver o processo de mediação entre a informação e o usuário, a catalogação poderá ser considerada apenas uma lista patrimonial dos itens contidos nos acervos das Bibliotecas e das Unidades de informação. Lista esta que informa, porém não promove o acesso à informação necessária.” (p. 63)	A autora se refere ao processo de mediação partir de uma citação direta.
LOPES, Tatiane dos Santos de Freitas. Ontologia como interface de apresentação de resultados de busca : uma proposta baseada no modelo espaço vetorial. Marília, 2017. 73 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2017.	Edberto Ferneda (UNESP)	Argumento implícito (semântica universal) “Um sistema de recuperação de informação é um elemento mediador entre um acervo de documentos e os usuários que buscam por documentos relevantes. O sistema deve oferecer um ambiente que auxilie o usuário na tarefa de especificar a sua busca e que provenha recursos para selecionar documentos relevantes entre os resultados obtidos.” (p. 14)	O termo é empregado em sua em seu sentido genérico.

Fonte: Dados da pesquisa

4.4.3 Argumentos identificados nos trabalhos publicados nos anais de eventos: ENANCIB, ISKO Brasil e ENACAT

Entre os trabalhos apresentados no GT-2 nos ENANCIB (2012-2017) foi encontrada no Quadro 40, a presença de argumentos explícitos bibliográficos, aqueles que se fundamentam a partir de citações bibliográficas. Esse tipo de argumento foi identificado na maioria dos textos analisados, o que revela a tendência dos agentes em buscar sustentar seus argumentos pautados em pesquisas já realizadas e no pensamento de autores e teóricos cujas pesquisas e teorias são consolidadas no âmbito da Ciência da Informação e áreas afins. Neste agrupamento destaca-se a presença de três pesquisadoras: Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP), Maria Aparecida Moura (UFMG) e Nair Kobashi (USP). Observa-se neste caso que os agentes adotam como referencial o pensamento de teóricos relacionados à teoria da linguagem e semiótica, como é o caso de Charles Sanders Peirce, Lev Vygotsky, Mikhail Bakhtin e Ludwig Wittgenstein. A presença desses teóricos serve como indicativo do alinhamento dos agentes com os estudos da mediação da informação, mesmo que em alguns casos não o façam menção à temática de forma mais explícita.

Quadro 40 – Trabalhos apresentados nos ENANCIB que apresentam argumentos explícitos (bibliográficos)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
EN012	ORTEGA, Cristina Dotta	Ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização.	UFMG
EN023	EVANGELISTA, Isadora V. / GUIMARÃES, José Augusto C. / ALMEIDA, Carlos C. de	A semiótica como subsídio para a representação do conhecimento: uma análise conceitual sobre o tema.	UNESP
EN032	VIEIRA, Jessica Monique de Lira / PINHO, Fábio Assis	Estudo da relação entre organização e visualização da informação a partir de sistemas de recuperação de informação.	UFPE
EN082	VENÂNCIO, Ludmila Salomão / MOURA, Maria Aparecida	De termos isolados a contextualizados: análise das estratégias argumentativas dos discursos de candidatura de Dilma e Serra.	UFMG
EN092	FERNANDES, Joliza Chagas / KOBASHI, Nair Yumiko	Relações de significação em ontologias.	UNIR / USP
EN093	ARBOIT, Aline Elis	Sobre o processo de construção social da “linguagem natural” e suas implicações para o domínio de organização do conhecimento.	TC-PR
EN098	MATA, Priscila Oliveira da / MOURA, Maria Aparecida	Os <i>Spams</i> e a polifonia informacional: práticas de indexação social e o comportamento linguageiro dos <i>spammers</i> em sites de compartilhamento de vídeos.	UFMG
EN120	CAPONE, Vera Lúcia Punze Barcelos / CORDEIRO, Rosa Inês de Novais	O arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográficos de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): proposta de uma matriz para análise documental da paisagem.	UFF
EN138	SALES, Rodrigo de	O diálogo entre a Organização do Conhecimento e a Ciência da Informação na comunidade científica da ISKO-Brasil.	UFF
EN151	TARTAROTTI, Roberta Dal' Evedove / DAL'EVEDOVE, Paula Regina / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	Elaboração de tesouro conceitual de política de indexação para bibliotecas universitárias.	UNESP / UFSCar / UNICAMP
EN154	MACULAN, Benildes C. M. S. / LIMA, Gercina A. B. O. / PIEROZZI JR., Ivo / OLIVEIRA, Leandro H. M.	Refinamento de relações em tesouros: reengenharia do THESAGRO.	UFMG
EN175	KOBASHI, Nair Yumiko	Organização da informação e do conhecimento: aspectos informacionais e comunicacionais.	USP
EN186	TARTAROTTI, Roberta Dal' Evedove / DAL'EVEDOVE, Paula Regina / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	Política de indexação em ambiente colaborativo das folksonomias: uma reflexão preliminar.	UNESP / UFSCar / UNICAMP
EN190	GUEDES, Roger de Miranda / MOURA, Maria Aparecida	O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem.	UFMG
EN211	MARTINS, Gracy Kelli	Representação do conhecimento em uma perspectiva fenomenológica.	UFPB
EN217	ALVES, Thereza Cynthia Miranda Souza / ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de	Representação da informação arquivística: proposta de descrição das medalhas recebidas por José Simeão Leal.	UFPB
EN251	AMARAL, Cleia / KOBASHI, Nair Yumiko	Organização da informação nos arquivos: indexação.	PUC-MG / USP
EN253	AMORIM, Igor Soares / MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio	Fissuras indômitas da representação.	UFSC
EN261	BINATI, Regina Célia Pinto / CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	Terminologias do Direito de família e os sistemas de classificação bibliográfica.	UEL
EN269	DAVANZO, Luciana / MOREIRA, Walter	A teoria do conceito e a representação da informação arquivística: breves reflexões.	UNESP
EN288	JESUS, Rafaela Cristina de / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	Estratégias de indexação para representação da informação de livros em contexto de catálogos online de bibliotecas universitárias: aspectos cognitivos com a aplicação do protocolo verbal.	UNESP

Fonte: Dados da pesquisa

Na argumentação dos agentes deste agrupamento, observa-se sobremaneira a referência ao caráter mediador das linguagens documentárias e da ORC. Os agentes enfatizam também a mediação existente entre o documento, os sistemas de informação e o usuário.

No Quadro 41 são agrupados os trabalhos dos ENANCIB onde se detectou a presença de argumento explícito profissional. Nesse bloco, os agentes recorrem às suas experiências profissionais para abordar o tema da mediação em suas pesquisas, admitindo o caráter mediador e o papel do tratamento temático da informação, da linguagem documentária e do profissional da informação. No agrupamento, destaca-se mais uma vez a predominância de trabalhos assinados por Mariângela Spotti Lopes Fujita da UNESP.

Quadro 41 – Trabalhos apresentados nos ENANCIB que apresentam argumentos explícitos (profissionais)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
EN151	TARTAROTTI, Roberta Dal' Evedove / DAL'EVEDOVE, Paula Regina / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	Elaboração de tesauro conceitual de política de indexação para bibliotecas universitárias.	UNESP / UFSCar / UNICAMP
EN152	ALBUQUERQUE, Ana Cristina de	Tratamento temático da informação e a documentação museológica: aspectos e reflexões referentes à classificação.	UEL
EN198	ALMEIDA, Carlos Cândido de	A semiótica na documentação da Espanha: os campos de aplicação segundo os especialistas.	UNESP
EN236	SALES, Rodrigo de	Diferentes perspectivas nos contextos do GT2 da ANCIB e da ISKO-Brasil.	UFF
EN264	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes / CRUZ, Maria Carolina Andrade e / PATRÍCIO, Bruna Otreira Muniz	A construção de tesouros na perspectiva dos manuais de indexação.	UNESP

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se também neste agrupamento (Quadro 41) a presença de Carlos Cândido de Almeida, pesquisador da UNESP que tem seu nome inserido nas relações de membros do GT-2 e GT-3 da ANCIB, divulgadas no *site* da Associação. Considera-se que este representa outro indício revelador da aproximação dessas duas sub-áreas.

O Quadro 42 agrupa os trabalhos apresentados nos ENANCIB em cuja análise detectou-se a presença de argumentos implícitos de semântica universal (o termo é entendido em seu sentido genérico) e dedutivo (onde a argumentação se utiliza do recurso da dedução). De maneira geral, o argumento de semântica universal se expressa nos textos analisados para apontar a natureza mediadora da representação da informação e do conhecimento. Os agentes usam o termo mediação de forma genérica ou pelo menos sem declarar que se trata de mediação implícita, quando destacam o papel mediador dos profissionais da informação, das linguagens documentárias, do catálogo de bibliotecas e da biblioteca.

Quadro 42 – Trabalhos apresentados no ENANCIB com presença de argumentos implícitos (semântica universal e dedutivo)

ARGUMENTO IMPLÍCITO DE SEMÂNTICA UNIVERSAL			
CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
EN005	MORENO, Fernanda Passini	Em busca dos objetivos bibliográficos.	UnB
EN009	SOUZA, Elisabete Gonçalves de	Os desafios da catalogação compartilhada: um estudo do OPAC Argonauta – UFF.	UFF
EN023	EVANGELISTA, Isadora Victorino / GUIMARÃES, José Augusto Chaves / ALMEIDA, Carlos Cândido de	A semiótica como subsídio para a representação do conhecimento: uma análise conceitual sobre o tema.	UNESP
EN032	VIEIRA, Jéssica Monique de Lira / PINHO, Fábio Assis	Estudo da relação entre organização e visualização da informação a partir de sistemas de recuperação de informação.	UFPE
EN050	FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva / ALMEIDA, Carlos Cândido de	Semiótica da cultura e abordagens socioculturais: possíveis diálogos.	UNESP
EN081	CAMPOS, Linair Maria / CAMPOS, Maria Luiza de Almeida / LIMA, Dalmo Valério Machado de / CARVALHO, Miguel Gabriel Prazeres de	Dados abertos interligados e o espaço do profissional de informação: uma aplicação no domínio da enfermagem.	UFRJ / UFF
EN082	VENÂNCIO, Ludmila Salomão / MOURA, Maria Aparecida	De termos isolados a contextualizados: análise das estratégias argumentativas dos discursos de candidatura de Dilma e Serra.	UFMG
EN092	FERNANDES, Joliza Chagas / KOBASHI, Nair Yumiko	Relações de significação em ontologias.	UNIR / USP
EN093	ARBOIT, Aline Elis	Sobre o processo de construção social da “linguagem natural” e suas implicações para o domínio de organização do conhecimento.	TC-PR
EN170	ROCHA, Lucas de Lima / CAMPOS, Maria Luiza de Almeida / COSTA, Leonardo Cruz da	Ontologia como ferramenta para a interligação de dados governamentais abertos: uma análise comparativa.	UFF
EN173	BRIGIDI, Fabiana Hennies / PEREIRA, Ana Maria	Vocabulário controlado e folksonomia: indexação híbrida de caráter colaborativo no SIBI/UFSC.	UFRGS / UDESC
EN175	KOBASHI, Nair Yumiko	Organização da informação e do conhecimento: aspectos informacionais e comunicacionais.	USP
EN206	ASSIS, Juliana de / MOURA, Maria Aparecida	Modelos de mapeamento propostos na norma ISO 25964: desafios para a consolidação de redes metaconceituais.	UFMG
EN210	ZAFALON, Zaira Regina / DAL'EVEDOVE, Paula Regina	Representação documental: pesquisa e ensino.	UFSCar
ARGUMENTO IMPLÍCITO DEDUTIVO			
CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
EN236	SALES, Rodrigo de	Diferentes perspectivas nos contextos do GT2 da ANCIB e da ISKO-Brasil.	UFF

Fonte: Dados da pesquisa

Nesse agrupamento, verifica-se a presença destacada em dois trabalhos de Maria Aparecida Moura da UFMG (EN082; EN206) e Nair Kobashi da USP (EN092; EN175). Observou-se ainda a presença de um trabalho com argumento implícito dedutivo (EN236), onde o agente conclui que a representação da informação tem papel nuclear mediador na Ciência de Informação. O agente chega a essa conclusão após a análise das várias perspectivas de definição da organização do conhecimento por ele estudadas.

Para finalizar a apresentação dos resultados relativos aos trabalhos do ENANCIB, o Quadro 43 apresenta exemplos de trabalhos onde foram identificados argumentos explícitos e implícitos.

Quadro 43 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos nos trabalhos analisados do ENANCIB

REFERÊNCIA	EXEMPLOS NOS TEXTOS	OBSERVAÇÕES
ORTEGA, Cristina Dotta. Ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> . 14. Florianópolis. 2013. <i>Anais...</i> Florianópolis, 2013. p. 1-21.	Argumento explícito (bibliográfico) <p>“A Ciência da Informação tem como fim a apropriação da informação, a qual podemos entender, com base em Perroti e Pieruccini (2007), como a apreensão da informação pelo indivíduo. Segundo esses autores, a apropriação da informação depende dos modos de oferta dos conteúdos e das características dos mecanismos de acesso.” “Esses modos de oferta correspondem à produção de mensagens realizadas segundo ações a que chamamos de mediação da informação: mediação entre documentos e usuários, com o fim de promover – não garantir – ações conscientes e pró-ativas destes sujeitos frente àqueles objetos. A mediação tem como alvo a comunicação (especificamente, comunicação da informação) que se dá entre a representação do objeto e o sujeito que a interpreta.” (p. 4)</p>	A autora se refere à mediação da informação a partir de uma citação indireta de autores da mediação da informação.
ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Tratamento temático da informação e a documentação museológica: aspectos e reflexões referentes à classificação. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> . 16. João Pessoa. 2015. <i>Anais...</i> João Pessoa, 2015. p. 1-22.	Argumento explícito (profissional) <p>“Para preservar, expor e oferecer seus objetos ao estudo e ao lazer, os museus necessariamente precisam de um sistema de organização e tratamento informacional. Este tratamento se dá por meio de processos que irão envolver a coleta de objetos, o armazenamento adequado, bem como classificar, catalogar e organizar as peças, para que suas informações sejam disseminadas em catálogos elaborados especificamente para este objetivo. A criação de normas e modelos que sirvam para a mediação das informações que os objetos carregam visam uma interlocução entre os contextos culturais que estes representam e sua disseminação para os usuários que necessitam de informações por diversos motivos.” (p. 4)</p>	A autora fundamenta sua argumentação na sua própria experiência profissional, sem recorrer a citações de outros autores.
MORENO, Fernanda Passini. Em busca dos objetivos bibliográficos. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> . 13. Rio de Janeiro. 2012. <i>Anais...</i> Rio de Janeiro, 2012. p. 1-20.	Argumento implícito (semântica universal) <p>“A concorrência da web, de acordo com os dados empíricos obtidos, transparece na tentativa de agregação, filtragem e organização dos infindáveis recursos disponíveis, com as bibliotecas universitárias assumindo o papel de mediadoras das atividades de ensino e pesquisa e não necessariamente como ameaça ao catálogo.” (p. 17)</p>	A autora usa o termo no seu sentido genérico.

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos trabalhos apresentados nos anais da ISKO-Brasil, o Quadro 44 apresenta os textos nos quais foi identificada a presença de argumentos explícitos (bibliográfico e profissional). Foram encontrados nesse agrupamento citações de autores da ORC que já abordam de algum modo a mediação em suas pesquisas (IK028; IK058; IK119), assim como de autores que são pesquisadores da mediação da informação (IK120).

Quadro 44 – Trabalhos apresentados nos congressos da ISKO que apresentam argumentos explícitos (bibliográficos e profissional)

ARGUMENTO EXPLÍCITO BIBLIOGRÁFICO			
CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
IK028	MOURA, Maria Aparecida	Autopoiesis e formação discursiva na consolidação de linguagens de indexação: A elaboração do tesouro brasileiro de estudos semióticos (Semavoc).	UFMG
IK049	VARELA, Aida Varela / BARBOSA, Marilene Lôbo Abreu	O caráter técnico, social e mediador da organização do conhecimento.	UFBA
IK057	GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al.	A dimensão conceitual da Organização do Conhecimento nos congressos da NASKO: análise de conteúdo Bardiana.	UNESP
IK058	SALES, Rodrigo de	A relação entre Organização do Conhecimento e Ciência da Informação na comunidade científica brasileira: uma investigação no âmbito da ISKO-Brasil.	UFF
IK077	LIMA, Maria de Fátima Santos de / CUNHA, Francisco Aragão Pedroza da	As linguagens documentárias na descrição arquivística.	UFBA
IK101	SUENAGA, Cynthia Maria Kiyonaga / CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	A abordagem da análise de domínio na organização e representação do conhecimento em arquivística.	UEL
IK108	FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva / ALMEIDA, Carlos Cândido de / MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel	A mediação no domínio da organização do conhecimento.	UNESP
IK115	BUFREM, Leilah Santiago	Perspectivas da pesquisa sobre organização do conhecimento no Brasil.	UFPR / UFPE
IK119	LIMA, Vania Mara Alves	Da análise documentária à terminologia: percurso teórico e metodológico.	USP
IK120	ORTEGA, Cristina Dotta	Ordenação de documentos: fundamentos e relações com a classificação bibliográfica.	UFMG
ARGUMENTO EXPLÍCITO PROFISSIONAL			
CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
IK057	GUIMARÃES, José Augusto Chaves / SALES, Rodrigo de / SANTOS, André Ynada dos / MATOS, Daniela Fernanda de Oliveira	A dimensão conceitual da Organização do Conhecimento nos congressos da NASKO: análise de conteúdo Bardiana.	UNESP

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se, nesse agrupamento um texto de agentes que são pesquisadores da mediação da informação (IK049), onde está mais explicitada a relação do papel da mediação na OC. Observou-se também um argumento de cunho profissional para declarar que ORC é mediadora nos processos de geração de conhecimento (IK057).

De acordo com o Quadro 45 que apresenta os trabalhos da ISKO Brasil com argumentos implícitos de semântica universal, verificou-se o uso genérico do termo mediação para reafirmar a existência de mediação na relação documento/usuário (IK053) e entre sistemas de organização do conhecimento (IK104). Além disso, reconhece a mediação na ORC em sua dimensão conceitual (entende a OC como campo mediador), cultural (ação social frente a contextos socioculturais) e profissional (baseado no compromisso ético) (IK108). Nesse texto apenas o termo genérico é mencionado e as citações de autores estudiosos da mediação da informação não são aprofundadas, entretanto, os autores afirmam, por exemplo, que tanto a

classificação como o tesouro são resultados da mediação e que ela é um processo comunicativo e dialógico, afirmando ainda que a OC constitui um campo de mediação. O Quadro 45 mostra também um texto (IK146), onde se identificam argumentos implícitos que abordam a importância da linguagem de indexação como ferramenta mediadora para a recuperação da informação.

Quadro 45 – Trabalhos apresentados nos congressos da ISKO que apresentam argumentos implícitos (semântica universal)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
IK008	MOURA, Maria Aparecida	Interoperabilidade semântica e a consolidação das ontologias semióticas na construção e uso de conceitos científicos em ambientes digitais.	UFMG
IK030	CAMPOS, Maria Luiza de Almeida	Ontologias e Definições: a explicitação do compromisso ontológico.	UFF
IK053	MAIMONE, Giovana Deliberali / TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.	A integração museu/biblioteca na organização e representação do conhecimento de documentos artísticos.	USP
IK104	LIMA, Vânia Mara Alves / VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin / BARBANTI, Cristina Hilsdorf	Organização do Conhecimento e o patrimônio industrial em São Paulo: o Projeto Eletromemória.	USP
IK108	FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva / ALMEIDA, Carlos Cândido de / MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel	A mediação no domínio da organização do conhecimento.	UNESP
IK127	BRAZ, Márcia Ivo / CARVALHO, Nelly Medeiros de	Estudos terminológicos e aplicações da Filosofia da Linguagem.	UFPE
IK146	CRUZ, Maria Carolina Andrade e / FUJITA, Mariângela Spotti Lopes / SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos	Linguagem de indexação no contexto da política de indexação: estudo em bibliotecas universitárias.	UNESP
IK159	BEZERRA, Emanuella Maria Barbosa Lourenço / SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos	Música, informação e política: tratamento temático da informação na produção musical de Chico Buarque no período do AI-5 (1968-1978).	UFPE

Fonte: Dados da pesquisa

Neste agrupamento registrado no Quadro 45, percebe-se ainda um equilíbrio nas produções de trabalhos, entre a UNESP, USP e UFPE.

O Quadro 46 traz alguns exemplos selecionados de argumentos explícitos e implícitos contidos e em trabalhos da ISKO Brasil analisados no decorrer da pesquisa.

Quadro 46 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos nos trabalhos analisados da ISKO Brasil

REFERÊNCIA	EXEMPLOS NOS TEXTOS	OBSERVAÇÕES
LIMA, Vânia Mara Alves. Da análise documental à terminologia: percurso teórico e metodológico. <i>In</i> : GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEL, Vera (Orgs.). Organização do conhecimento e diversidade cultural . Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 758-764. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)	Argumento explícito (bibliográfico) “Esse esquema da informação documental atende à colocação de Smit (2000, p.28) de que para que a informação documental funcione efetivamente e corretamente como mediadora , entre o usuário e o estoque de informação, o usuário deve ter condições para contextualizá-la e decodificá-la, pois ao utilizar a terminologia do domínio como referente para a linguagem documental, possibilita ao usuário o reconhecimento dos termos que fazem parte de sua práxis.” (p. 761)	Referência à mediação da informação a partir de uma citação indireta.
GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al. A dimensão conceitual da Organização do Conhecimento nos congressos da NASKO: análise de conteúdo Bardiana. <i>In</i> : GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEL, Vera (Orgs.). Organização do conhecimento e diversidade cultural . Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 55-72. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)	Argumento explícito (profissional) “No âmbito da Ciência da Informação, a organização e representação do conhecimento apresenta natureza mediadora , configurando-se em um conjunto de processos que estabelecem a intermediação entre um conhecimento que, uma vez produzido, foi materializado e socializado, de tal forma que esse conhecimento possa servir de base para a geração de um novo conhecimento.” (p. 56)	Os autores não recorrem a citações de outros autores neste trecho, caracterizando argumento profissional.
MAIMONE, Giovana Deliberati; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. A integração museu/biblioteca na organização e representação do conhecimento de documentos artísticos. <i>In</i> : DODEBEL, Vera; GUIMARÃES, José Augusto (Orgs.). Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios do nosso século . Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. p. 302-307. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. v. 2)	Argumento implícito (semântica universal) “Um tipo de mediação diferenciada é adequado, devido à condição de efetivar pontes entre documentos e usuários (diversos).” (p. 303)	As autoras referem-se à mediação da informação, porém, no sentido genérico do termo

Fonte: Dados da pesquisa

Já o Quadro 47 mostra os trabalhos apresentados nos ENACAT, em cujos textos foram encontrados argumentos explícitos (bibliográfico e profissional) e argumentos implícitos (semântica universal). Dos 56 textos analisados desses eventos (ENACAT I e II), em apenas seis foram identificados argumentos relacionados ao tema mediação. O Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT) foi realizado em duas edições. O primeiro, promovido pela Fundação Biblioteca Nacional em 2012, foi realizado simultaneamente com o III Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação (EEPC). O segundo ENACAT, em 2013, também promovido pela Fundação Biblioteca Nacional foi realizado juntamente com o IX Encontro Internacional de Catalogadores (EIC). Os eventos reuniram profissionais da área de catalogação com trabalhos voltados à discussão sobre as mudanças teóricas, práticas e os novos rumos e mudanças paradigmáticas na área, além de discutir as políticas públicas para a catalogação. Observa-se, nesse conjunto de textos analisados que a maioria dos agentes que submeteram seus trabalhos atuam como profissionais em bibliotecas, embora seja possível identificar uma parcela ligada à pesquisa acadêmica. Observou-se também que a metade dos textos onde foram

encontrados argumentos relacionados ao tema mediação, refere-se a pesquisas relacionadas ao ensino da catalogação no Brasil.

Quadro 47 – Trabalhos apresentados no ENACAT I e II com presença de argumentos explícitos e implícitos

ARGUMENTO EXPLÍCITO BIBLIOGRÁFICO			
CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
EC018	VITORINO, Elizete V. / DE LUCA, Djuli M. / SOUZA, Marcela R. de	Revisitando e revitalizando conteúdos sobre catalogação: um texto compartilhado com alunos de graduação.	UFSC / UNIR
EC023	OLIVEIRA, Claudete Soares de / COSTA, Evelin Stahlhoefer / CARNEIRO, Giovana Soares / MACIEL, Lilian / CAMARGO, Rosália Pomar / SHARDONG, Sedi Ziebert	A catalogação cooperativa no sistema de bibliotecas da UFRGS: relato da experiência do grupo de estudos em catalogação.	UFRGS
EC028	FERREIRA, Valéria A. / SILVA, Márcia R.	Representação descritiva no Brasil: ensino e pesquisa.	USP
ARGUMENTO EXPLÍCITO PROFISSIONAL			
CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
EC017	MEY, Eliane Serrão Alves / MORENO, Fernanda P.	Desafios do ensino de catalogação no Brasil.	UNIRIO / UnB
ARGUMENTO IMPLÍCITO DE SEMÂNTICA UNIVERSAL			
CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
EC018	VITORINO, Elizete V. / DE LUCA, Djuli M. / SOUZA, Marcela R. de	Revisitando e revitalizando conteúdos sobre catalogação: um texto compartilhado com alunos de graduação.	UFSC / UNIR
EC030	TARTAROTTI, Roberta C. Dal'Evedove / MACHADO, Ana Regina / SANTOS, Marta dos / SILVA, Rosemeire da / FELICIANO, Otoniel / VICENTE, Gilmar / CECCOTTI, Heloisa Maria / ELIEL, Oscar	Melhoria do processo de elaboração de fichas catalográficas do Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU).	UNICAMP

Fonte: Dados da pesquisa

No entanto, as ocorrências de argumentos explícitos e implícitos se mostram pouco representativas, não apenas do ponto de vista numérico, mas, sobretudo no que se refere ao conteúdo argumentativo e nível de profundidade dessas argumentações. Tal situação ocorre, por exemplo, nos textos pouco representativos EC017 e EC030, assinados por autoras com reconhecida atuação na pesquisa acadêmica da Ciência da Informação brasileira.

Quanto aos argumentos explícitos e implícitos identificados nos trabalhos do ENACAT, o Quadro 48 mostra alguns exemplos de textos analisados.

Quadro 48 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos nos trabalhos analisados do ENACAT

REFERÊNCIA	EXEMPLOS NOS TEXTOS	OBSERVAÇÕES
TARTAROTTI, Roberta Cristina Dal' Evedove et al. Melhoria do processo de elaboração de fichas catalográficas do Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU). <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES. 2. Rio de Janeiro. 2013. Anais... Rio de Janeiro, 2013. p. 1-21.	Argumento implícito (semântica universal) “[...] destaca-se que tanto a catalogação (como processo), como o catálogo (produto) realizam a mediação entre os itens informacionais de uma coleção nas bibliotecas universitárias e as necessidades informacionais dos usuários deste importante sistema de recuperação da informação.” (p. 19)	Os autores referem-se à mediação no sentido genérico, embora estejam relacionando à mediação da informação.
OLIVEIRA, Claudete Soares de et al. A catalogação cooperativa no sistema de bibliotecas da UFRGS: relato da experiência do grupo de estudos em catalogação. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES. Rio de Janeiro. 2012. Anais da Biblioteca Nacional . Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, n. 131, p. 403-419, 2014.	Argumento explícito (bibliográfico) “Por conseguinte, Pereira e Rodrigues (2002) destacam que a educação continuada pode ser vista como a solução para a atualização e a qualificação do profissional da informação, o bibliotecário, que está inserido na categoria de mediador da informação e que não pode ficar à margem dos acontecimentos tecnológicos e da evolução constante de processos educativos.” (p. 411)	As autoras se referem ao bibliotecário como mediador da informação a partir de uma citação indireta.
MEY, Eliane Serrão Alves; MORENO, Fernanda Passini. Desafios do ensino de catalogação no Brasil. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES. Rio de Janeiro. 2012. Anais da Biblioteca Nacional . Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, n. 131, p. 307-324, 2014.	Argumento explícito (profissional) “Podemos afirmar que a Biblioteconomia hoje caracteriza-se por dois saberes fundamentais: a organização dos registros do conhecimento e a mediação entre tais registros e os usuários.” (p. 309)	As autoras recorrem à vivência profissional e não a citações de outros autores.

Fonte: Dados da pesquisa

Esgotado o processo de análise dos artigos, teses, dissertações e trabalhos publicados nos anais do ENANCIB, ISKO e ENACAT, passou-se à análise dos capítulos de livros publicados em coletâneas organizadas por membros do GT-2 da ANCIB entre 2012 e 2017, cujos resultados são apresentados nas próximas subseções.

4.4.4 Argumentos identificados nos capítulos de livros

Percebe-se no percurso desta pesquisa, que também entre os capítulos de livros a mediação se faz presente ainda de forma reduzida, pois em apenas 22 dos 107 capítulos de livros analisados, foram identificados argumentos claros e reveladores de que seus autores (agentes) tenham essa percepção ou declarem tê-la. De acordo com a análise empreendida, a maioria dos argumentos encontrados são implícitos de semântica universal (Quadro 52), seguido dos explícitos bibliográficos (Quadro 50) e profissionais (Quadro 51). Tal resultado demonstra que o termo mediação ainda é mais utilizado em seu sentido genérico (implícito de semântica universal) e mesmo nos argumentos explícitos bibliográficos encontrados não há registro de utilização do termo mediação implícita, conforme formulado por Almeida Júnior (2009, 2015). Por outro lado, verifica-se maior número de capítulos contendo argumentos explícitos profissionais, o que pode indicar uma leve tendência de crescimento na aceitação do conceito no âmbito da ORC brasileira.

O Quadro 49 apresenta o agrupamento de capítulos com argumento explícito bibliográfico. Observa-se nesse agrupamento a predominância de capítulos publicados por pesquisadoras da UFPB, com destaque inquestionável para Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, que juntamente com professoras e pesquisadoras desta instituição organizaram um livro¹² publicado em 2013, onde foram encontrados argumentos bibliográficos em três capítulos. Nesse ponto, cabe abrir um parêntese para registrar que apesar da referida publicação ser dedicada à representação da informação, traz um capítulo escrito por duas autoras e pesquisadoras da sub-área da mediação da informação – Henriette Ferreira Gomes e Raquel do Rosário Santos, ambas da UFBA – cujo conteúdo discute a atividade de representação e organização da informação na perspectiva de ações de mediação implícita da informação, tendo como foco a biblioteca universitária (GOMES; SANTOS, 2013). A escolha deste texto por parte das organizadoras do livro, que inclui também Dulce Amélia de Brito Neves, membro do GT-2 da ANCIB, indica claramente a compreensão da atividade mediadora da representação da informação na concepção do livro. Além disso, tal fato indica uma importante iniciativa de diálogo entre pesquisadores da representação temática e descritiva da informação e aqueles da mediação da informação. Entretanto, o referido capítulo não integrou a subamostra tratada nesta subseção, já que suas autoras são pesquisadoras da mediação da informação, membros do GT3 da ANCIB, não integrando, portanto, o corpo de pesquisadores da sub-área da representação temática e descritiva da informação.

¹² ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. (Orgs.). **Representação da informação: um universo multifacetado**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2013. 355 p.

Quadro 49 – Capítulos de livros com argumentos explícitos (bibliográficos)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
CL005	FERREIRA, Luciane da Costa / ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de	A representação da informação para a organização do acervo em bibliotecas universitárias	UFPB
CL007	SILVA, Leide Klebia Rodrigues da / AQUINO, Miriam Albuquerque / ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de	As linguagens documentárias como fatores potencializadores no processo de recuperação da informação étnico-racial	UFPB
CL011	MEDEIROS, Kailene Roberto Braga / SANTANA, Sandra Valéria Felix de / OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de / ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de	Sistema informatizado para registro de acervo: estudo da aplicação do Donato 3.2 nos museus do município de Areia-PB	UFPB
CL059	CAFÉ, Lígia Maria Arruda / BARROS, Camila Monteiro de	Representação da informação musical: aspectos de indexação	UFSC
CL092	ANDRADE, Wendia Oliveira de / NEVES, Dulce Amélia de Brito / RAMALHO, Francisca Arruda	Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB)	UFPB
CL099	GAUDÊNCIO, Sale Mario / ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de	Diálogos teóricos em representação da informação	UFPB
CL103	BISCALCHIN, Ricardo / BOCCATO, Vera Regina Casari	Os tesouros multilíngues pelas perspectivas da ciência, tecnologia e sociedade: possibilidades de construção e uso	UNESP

Fonte: Dados da pesquisa

Os argumentos explícitos (profissionais) detectados são mostrados no Quadro 50. Esse tipo de argumento denota a existência de um conhecimento solidificado, pois se reporta à formação acadêmica e profissional do pesquisador. Neste segmento há uma predominância de agentes vinculados à UNESP (CL016; CL045; CL053) seguida por duas instituições paulistas: a USP (CL040) e a UFSCar (CL017). A pesquisadora da UNESP, Mariângela Spotti Lopes Fujita se destaca com dois capítulos (CL045; CL053) que abordam a política de indexação, reforçando, dessa forma que o entendimento sobre a mediação na representação temática está sendo consolidado.

Quadro 50 - Capítulos de livros com argumentos explícitos (profissionais)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
CL016	ALMEIDA, Carlos Cândido de	Representação documental: das aproximações linguístico-semiológicas a uma semiótica polifônica	UNESP
CL017	ZAFALON, Zaira Regina	Recurso informacional e representação documental	UFSCar
CL040	LIMA, Vania Mara Alves	A documentação audiovisual	USP
CL045	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	A política de indexação para representação e recuperação da informação	UNESP
CL053	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes / SANTOS, Sonia Mara Alves / GATTI, Cássia Adriano da S. / SANTOS, Luciana Beatriz Piovesan dos	A Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da UNESP: da elaboração da proposta à implantação	UNESP

Fonte: Dados da pesquisa

O argumento implícito de semântica universal foi o argumento mais encontrado nos capítulos de livros analisados (Quadro 51). Neste a UFPB se destaca com três capítulos publicados com a coautoria de Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque (CL006; CL009; CL010). Além da UFPB, destacam-se ainda a UnB (CL080; CL083) e a UFSCar (CL024; CL093), com dois capítulos cada.

Quadro 51 - Capítulos de livros com argumentos implícitos (semântica universal)

CÓDIGO CONTROLE	AGENTES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
CL006	GAUDÊNCIO, Sale Mario / ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de	A representação temática da informação na obra Vereda de Sombras do cordelista Antônio Francisco	UFPB
CL009	MELO, Ana Virginia Chaves de / ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de / LOPES, Marcia Alves	Da técnica à cidadania: a representação da informação a serviço do acesso à informação	UFPB
CL010	COSTA, Aline Tavares / ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de	Letramento digital: suporte e formatos como instrumentos de recuperação da informação	UFPB
CL024	CASTRO, Fabiano Ferreira de	Tecnologias aplicadas à representação documental: um estudo da produção científica nos eventos ISKO- Brasil e ENANCIB	UFSCar
CL069	MIGLIOLI, Sarah / SOUZA, Rosali Fernandez de	Aspectos sociais da Ciência da Informação e uso da informação por sujeitos surdos na Web	IBICT
CL080	LIMA, José Leonardo Oliveira / MANINI, Miriam Paula	As necessidades de informação de docentes on-line na avaliação de estudantes de graduação: um estudo em universidades europeias de educação a distância	UnB
CL083	ÁLVARES, Lilian / AMARO, Bianca / ASSIS, Tainá Batista de	A participação do bibliotecário na gestão da informação e do conhecimento institucional	UnB
CL091	LARA, Marilda Lopes Ginez de	O jogo de interpretações entre o processo documental e os fluxos sociais da informação	USP
CL093	ZAFALON, Zaira Regina / LOZANO, Marisa Cubas	Em instantes: espaço, cultura, ação!	UFSCar
CL096	PINHO, Fábio Assis	A organização da informação e do conhecimento como dispositivos de memória e cultural	UFPE

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda tratando dos resultados relativos aos capítulos de livro, apresenta-se o Quadro 52, onde são relacionados alguns exemplos de argumentos explícitos e implícitos encontrados nos textos analisados, a exemplo do que foi feito com os demais tipos de estudos, de forma a tornar mais claro para o leitor o processo de análise empreendido.

Quadro 52 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos nos capítulos de livros analisados

REFERÊNCIA	EXEMPLOS NOS TEXTOS	OBSERVAÇÕES
FERREIRA, Lucienne da Costa; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. A representação da informação para a organização do acervo em bibliotecas universitárias. <i>In</i> : ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. (Orgs.). Representação da Informação : um universo multifacetado. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. p. 15-28.	Argumento explícito (bibliográfico) “Para Kobashi (2007), a intercomunicação entre o sistema e os usuários e posterior acesso à informação necessita dessa linguagem. Quando bem selecionada e orientada, a informação deve ser compartilhada entre os usuários que utilizam os serviços informacionais de forma mediada para a compreensão da informação.” (p. 25)	As autoras usam citação para relacionar sistemas de informação à mediação.
FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. <i>In</i> : GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orgs.). Política de indexação . São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012. p. 17-30.	Argumento explícito (profissional) “A linguagem de indexação, pela sua característica de comutação entre a linguagem natural do autor e do usuário, atua como mediadora durante a etapa de tradução no processo de indexação e é definidora da representação para a recuperação da informação [...]” (p. 24)	A autora não utiliza citações para respaldar seu argumento.
PINHO, Fábio Assis. A organização da informação e do conhecimento como dispositivos de memória e cultural. <i>In</i> : PINHO, Fábio Assis (Org.). Dispositivos culturais e espaços de memória . Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. p. 50-61.	Argumento implícito (semântica universal) “[...] percebe-se que as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários no âmbito da organização e representação do conhecimento são permeadas por questões éticas, uma vez que esses profissionais são mediadores entre a produção e o uso do conhecimento registrado, através dos instrumentos e produtos resultantes da organização e representação.” (p. 59)	O autor usa o termo “mediadores” no sentido genérico.

Fonte: Dados da pesquisa

Concluída a apresentação dos resultados dos dados coletados ao longo da pesquisa, a próxima seção será dedicada à sua discussão. A importância desses dados obtidos foi fundamental para que a discussão pudesse ser empreendida de forma consistente nesta tese. Os dados serviram de subsídios para a compreensão do estudo feito, dentro de uma abordagem quantitativa e qualitativa, permitindo fazer inferências e chegar a conclusões, dentro dos objetivos propostos na investigação.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com os resultados obtidos e apresentados na seção anterior, o mapeamento empreendido demonstrou que a representação temática e descritiva tem sido amplamente discutida no âmbito da Ciência da Informação brasileira, apresentando crescimento progressivo, sobretudo na produção de trabalhos apresentados em eventos como o ENANCIB e ISKO Brasil. Uma evolução considerável também pode ser observada na produção de artigos publicados em revistas vinculadas ou não a programas de pós-graduação, assim como em artigos publicados por pesquisadores brasileiros em revistas estrangeiras.

A pesquisa buscou também identificar os métodos de investigação utilizados pelos agentes (autores). Os dados obtidos demonstram ampla preferência pelo método bibliográfico. Autores como Gil (2011), Marconi e Lakatos (2009) atestam a vantagem desse tipo de investigação por permitir uma cobertura mais ampla e significativa dos fenômenos estudados. Assim, a análise empreendida nesta pesquisa se beneficiou dessa preferência pelo método bibliográfico, na medida em que possibilitou entrar em contato com estudos que privilegiavam o que já foi dito por outros autores, permitindo, também, identificar influências de teóricos de outras áreas. Nesse sentido, ao buscar identificar a compreensão e aceitação quanto à natureza mediadora da representação da informação por parte dos pesquisadores, foi possível perceber com maior clareza, através de análises em pesquisas bibliográficas qual a influência de teóricos e filósofos que são referenciais nos estudos sobre a mediação, como L. S. Vygotsky, Mikhail Bakhtin, Paulo Freire, Charles S. Peirce e Ludwig Wittgenstein. Embora nem sempre, ou muito raramente, esses teóricos tenham sido apresentados pelos autores em uma perspectiva de apontar a natureza mediadora da representação, a concebendo como mediação implícita. Nesta fase do estudo empreendeu-se uma análise sustentada na análise documentária de Cunha (1990).

Nessa análise tomou-se o conceito de mediação de Almeida Júnior (2009, 2015), com destaque para a definição de mediação implícita para identificar argumentos explícitos e implícitos propostos na análise documentária de Cunha (1990), visando verificar se esse tipo de mediação vem sendo tratada na produção científica estudada através da identificação de seus atributos.

A discussão dos resultados alcançados é apresentada nesta seção também de acordo com os objetivos traçados pela pesquisa, sendo o primeiro bloco dedicado a categorização dos tipos de estudos e pesquisas que indicam com maior clareza a natureza mediadora da representação temática e descritiva da informação.

5.1 OS ATRIBUTOS DE MEDIAÇÃO IMPLÍCITA

O conceito de mediação da informação que norteia esta pesquisa foi formulado por Almeida Júnior (2009, 2015), onde este autor propõe para a mediação da informação o *status* de objeto da própria Ciência da Informação. Para ele a mediação está presente em todo o fazer do profissional da informação e essa presença se manifesta de forma explícita – identificável através da presença física ou virtual do usuário nos espaços informacionais – e de forma implícita, passível de identificação através das ações do profissional, sem a presença física ou virtual do usuário da informação. Para Almeida Júnior (2009), nesses espaços informacionais são desenvolvidas as atividades de **seleção, armazenamento e processamento da informação** – atributos da mediação implícita praticada pelos profissionais que selecionam, organizam e processam a informação registrada.

Na análise empreendida para esta tese de doutoramento buscou-se, através dos atributos indicados por Almeida Júnior (2009), identificar se essas ações de mediação implícita são abordadas como tal nos estudos e pesquisas selecionadas, verificando se essas abordagens são indícios e evidências da compreensão de que essas atividades também são atributos de mediação implícita. De acordo com os resultados obtidos a maioria das pesquisas analisadas indica o foco mais intenso no atributo de processamento da informação, atividade também conhecida na Biblioteconomia como processamento técnico, que inclui a catalogação (tratamento descritivo), a classificação e a indexação (tratamento temático), realizadas pelo bibliotecário nas unidades informacionais.

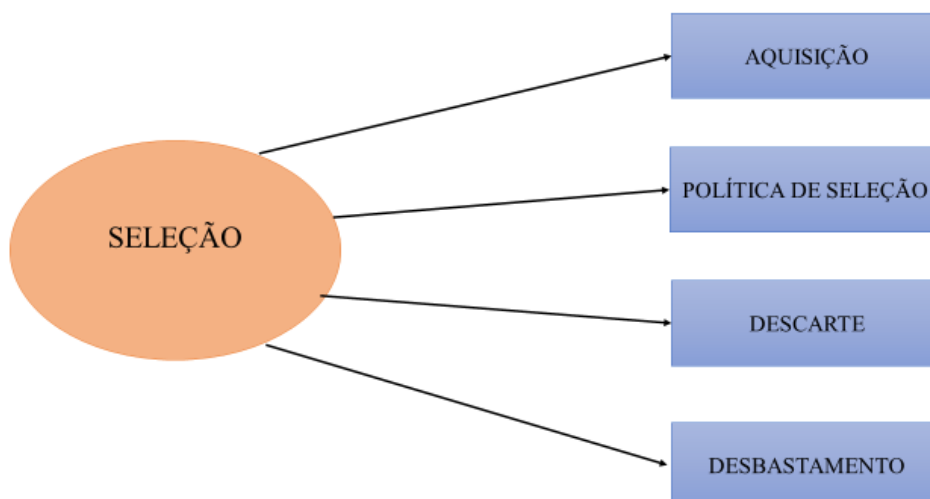
Tal resultado vem reafirmar a identificação da atividade de processamento técnico como um atributo de mediação implícita capaz de interferir, influenciar na circulação das diversas visões de mundo e, de algum modo contribuir com o processo de transformação da informação em conhecimento,

Além dos atributos de mediação implícita indicados por Almeida Júnior (2009), a pesquisa identificou termos relacionados com a comunicação, por ser esta também uma atividade de mediação implícita capaz de assegurar o compartilhamento do conhecimento (GOMES, 2008). Tal afirmativa corrobora com a visão de Mey e Silveira (2009), para quem o catálogo se constitui em veículo de comunicação com o usuário. Nesse sentido, é possível inferir que se constitui em um atributo de mediação implícita. Quando o profissional da informação executa sua tarefa de descrever a informação registrada, ainda que implícita, alcança a dimensão dialógica (GOMES, 2014, 2016, 2017) ao trabalhar com a linguagem documentária como intermediária entre a linguagem natural adotada pelos autores e leitores,

alimentando o catálogo de sua unidade de informação, seja ele um catálogo físico ou um OPAC, ele está estabelecendo um canal de comunicação com o usuário que busca a informação.

Os atributos de mediação implícita indicados por Almeida Júnior (2009) – **seleção**, **armazenamento** e **processamento**, aos quais acrescentou-se a **comunicação**, também serviram como parâmetros para o reconhecimento de outros atributos a eles relacionados. A Figura 12 mostra que os atributos relacionados à seleção compreendem à aquisição, à política de seleção, além do descarte e do desbastamento, esses dois últimos também relacionados ao armazenamento da informação.

Figura 12 – Atributos identificados de mediação implícita relacionados à seleção



Fonte: Dados da pesquisa

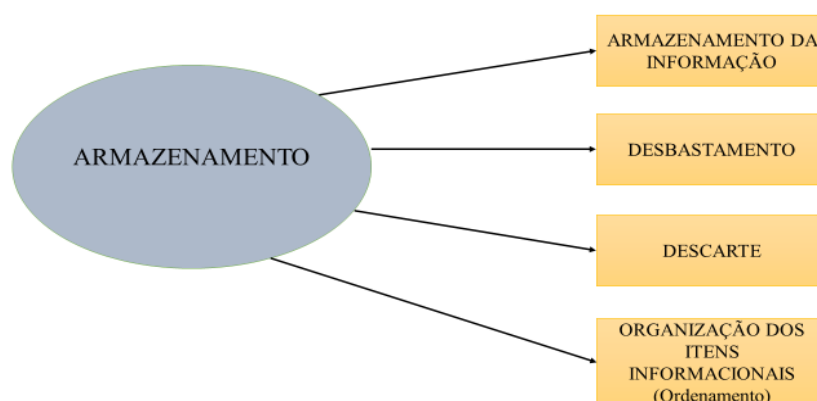
O texto identificado na pesquisa como AT037 exemplifica a presença dos dois atributos relacionados à seleção. O artigo em questão trata de políticas de aquisição de livros didáticos, e nos trechos selecionados os autores se referem aos dois atributos indicados na Figura 12. Os autores abordam a aquisição através de uma citação indireta: “[...] **aquisição** - consiste no momento em que se decidem as formas de adquirir os materiais que irão compor o acervo (VERGUEIRO, 1989).” (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017, p. 53, grifo nosso). Usando outra citação indireta, os autores se referem ao atributo política de seleção: “[...] para Weitzel (2006) a **política de seleção** é um instrumento que viabiliza o olhar estratégico sobre a

coleção e os usuários, bem como sobre os serviços e produtos oferecidos na biblioteca.” (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017, p. 53, grifo nosso).

Outro exemplo se verifica através do texto identificado na pesquisa com IK120, no qual a autora trata da ordenação de documentos. A seguinte afirmação é feita, abordando também o descarte: “A atividade é adotada também para a gestão das coleções no que se refere a uma **política de seleção para aquisição e descarte** de documentos e ao planejamento dos espaços para sua alocação.” (ORTEGA, 2015, p. 773, grifo nosso).

Algumas pesquisas se reportaram a aspectos relacionados ao armazenamento da informação registrada, reconhecidos na análise pelos termos arquivamento da informação, desbastamento, descarte e organização dos itens informacionais (ordenamento), conforme mostra a Figura 13.

Figura 13 – Atributos de mediação implícita relacionados ao armazenamento



Fonte: Dados da pesquisa

Mais uma vez encontrou-se no texto IK120 exemplos da presença de atributos de mediação implícita, relativos nesse caso à organização dos itens informacionais – o ordenamento. O texto diz: “Atividade realizada em abordagem arquivística, museológica e bibliográfica, a **ordenação de documentos** será aqui tratada apenas quanto à última.” (ORTEGA, 2015, p. 765, grifo nosso). E ainda: “Como atividade documentária, a **ordenação de documentos** é realizada no contexto das ações de mediação da informação.” (ORTEGA, 2015, p. 768, grifo nosso).

O texto identificado na pesquisa com o código de controle EN008 também aborda a organização de itens informacionais, mais especificamente a ordem dos livros antigos da

biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo. O conteúdo do trabalho demonstra a presença do atributo relacionado ao armazenamento da informação. Seu autor afirma:

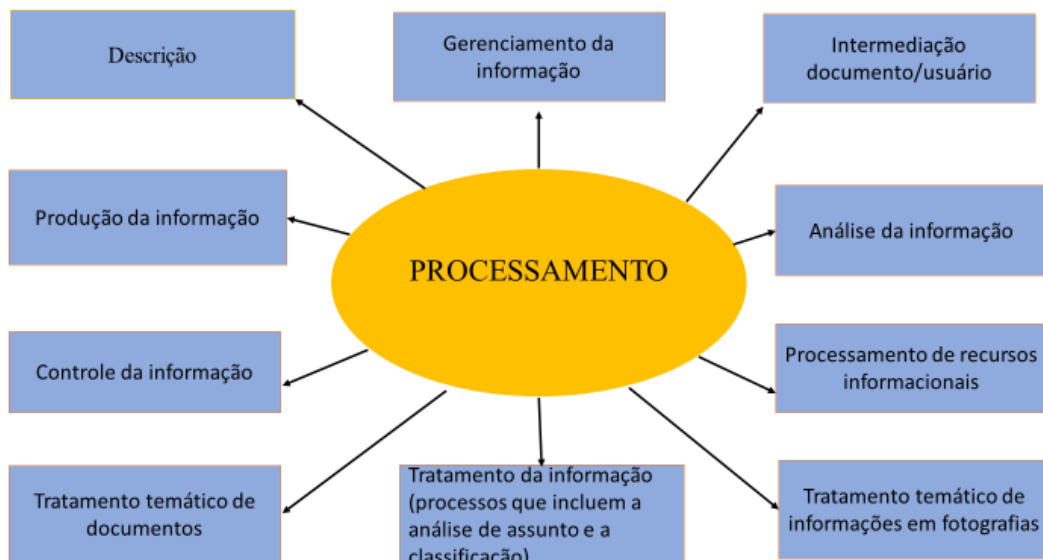
“Embora a existência de uma figura que cuide da circulação e da **organização de livros** nos mosteiros esteja presente nas interpretações da Regra de São Bento, é em Cassiodoro (Séc.VI) que fica evidente a concepção de um bibliotecário monástico erudito, para além dos procedimentos práticos da Regra.” (ARAÚJO, 2012, p. 6, grifo nosso).

Os termos que compõem a Figura 14 foram abordados nos textos analisados no decorrer da pesquisa. Esses termos se relacionam com o processamento ao qual se refere Almeida Júnior (2009). De acordo com o autor,

“[...] a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Essas ações do processamento da informação se traduzem não só pelos termos descrição e tratamento temático da informação como também por termos como controle da informação, análise da informação e os demais mostrados na Figura 12, sendo também, atributos de mediação implícita, os mais encontrados nos textos analisados na pesquisa.

Figura 14– Atributos de mediação implícita relacionados ao processamento



Fonte: Dados da pesquisa

O resultado demonstra claramente que o processamento da informação constitui atividade complexa e não se restringe apenas àquela atividade básica de preparação do item informacional para disponibilizá-lo. O processamento da informação requer envolvimento por parte do profissional que, para processar a informação, deve se manter conectado ao usuário, tendo sempre em mente as suas necessidades informacionais, buscando meios para facilitar ao máximo o acesso à informação e consequente recuperação. Gomes (2016, p. 99) afirma ser “[...] a informação conhecimento em estado de compartilhamento [...]” e esse compartilhamento ocorre num processo dialógico capaz de desestabilizar conhecimentos já adquiridos para acrescentar novos conhecimentos. Belkin e Robertson (1976) definem informação como algo capaz de alterar estruturas e Brooks (1980 *apud* GOMES, 2016) vê a informação como transformadora das estruturas do indivíduo. Entende-se, assim, a importância do processo dialógico estabelecido na mediação implícita que ocorre no processamento da informação. Os teóricos citados enfatizam a vocação transformadora da informação presente no conceito de Almeida Júnior (2009, 2015), que desmitifica a ideia de que a informação é eliminadora de incertezas, mas enfatiza a ideia de ser ela a criadora de incertezas e que através da apropriação é possível modificar e transformar o conhecimento existente (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007; ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014; FADEL et al., 2010).

A mediação implícita tem papel fundamental nesse processo desestabilizador, ao qual se referem Gomes (2016), Belkin e Robertson (1976) e Brooks (1980 *apud* GOMES, 2016), pois através da comunicação estabelecida com o usuário é possível alterar as estruturas e permitir que o conhecimento seja compartilhado. Uma descrição bem estruturada, por exemplo, pode ser um diferencial para o usuário. Nesse sentido, Mey e Silveira (2009, p. 8) asseguram que “A riqueza da catalogação fundamenta-se nos relacionamentos entre os registros do conhecimento, estabelecidos de forma a criar alternativas de escolha para os usuários.” Os “relacionamentos” aos quais se referem as autoras são capazes de permitir ao usuário o acesso a diversas edições em diversas línguas e em diversos suportes de um único item informacional. Dessa maneira, a mediação implícita praticada na descrição de um único item informacional pode multiplicar as possibilidades de escolha do usuário da informação.

Da mesma forma, o tratamento temático, outro atributo que aparece na Figura 14, que inclui a análise de assunto, a classificação, o tratamento de documentos e informações fotográficas, constituem atributos de mediação implícita. Ao referir-se a leitura profissional e mediadora do catalogador (indexador), Fujita e Redigolo (2015) enfatizam a importância da representação como ação mediadora por meio da qual ocorre a recuperação da informação. Para

as autoras, “[...] quanto melhor é realizada a leitura e representação do conteúdo dos documentos, mais concreta será a representação e refletirá em uma maior precisão na busca e na recuperação da informação pelos usuários.” (FUJITA; REDIGOLO, 2015, p. 367).

Além dos atributos de mediação implícita apontados por Almeida Junior (2009), incluiu-se outro atributo apontado por Gomes (2010) e Mey e Silveira (2009), o atributo da comunicação. No caso de Gomes, apontado claramente como um atributo da mediação implícita. De acordo com Gomes (2010, p. 8) “A comunicação é um processo por meio do qual dois ou mais atores, que têm um objetivo como orientação, transmitem informação. ” Esse processo é inseparável do compartilhamento de saberes (GOMES 2008) e segundo a autora, “[...] percebe-se a existência de pontos de confluência entre os campos da Informação, da Comunicação e da Educação quanto à mediação através da qual transcorre o processo de construção do conhecimento [...] (GOMES, 2008, p. 1). Dessa forma, esta pesquisa entende que também a comunicação é um atributo de mediação implícita.

Figura 15 – Atributos de mediação implícita relacionados à comunicação



Fonte: Dados da pesquisa

O resultado mostra (Figura 15) a importância dada nos textos à necessidade da comunicação com o usuário, comunicação que deve partir do profissional que cataloga, indexa, armazena ou promove o ordenamento da informação registrada, seja em acervos físicos ou digitais, visando a recuperação da informação pelo usuário que a busca.

Outro dado importante para o reconhecimento de ações mediadoras de caráter implícito na representação da informação, foi a presença do termo “mediação implícita” e do seu conceito nos textos analisados. Recorrendo à análise de conteúdo, verificou-se que essas ocorrências são praticamente inexistentes em todo *corpus* da pesquisa, pois o termo aparece em apenas um artigo analisado e o conceito se faz presente em apenas um artigo de periódico e em um trabalho da ISKO Brasil. Entretanto, ainda assim foi possível reconhecer indícios e evidências de abordagens de representação temática e descritiva como mediação implícita, tendo em vista que na análise empreendida, não apenas o que estava escrito foi considerado, mas também o que pôde ser observado através do discurso proferido pelos autores, além dos termos relacionados utilizados.

Dessa forma, o uso de termos relacionados, indicam abordagens que incorporam atributos de mediação implícita que se apoiam em construções teóricas de autores adotados nos estudos de mediação da informação, também em citações de autores diretamente identificados com a sub-área, além do próprio uso do termo mediação no sentido genérico, que aparece em muitos textos permitiu constatar a existência de atributos de mediação implícita nesses textos, sendo possível, portanto, os avanços no debate articulado entre as duas sub-áreas de modo que a literatura da área passe a reconhecer as ações de representação como ações de mediação implícita nas pesquisas e estudos analisados.

Com a ajuda dos procedimentos de análise documental de Cunha (1990), empreendeu-se a tarefa de verificar a presença de mediação implícita nos textos selecionados através dos argumentos explícitos e implícitos, analisada no próximo segmento, visando complementar a análise e perseguindo alcançar o segundo objetivo específico desta pesquisa que consiste em verificar, a partir dos estudos, pesquisas e autores, possíveis categorias e atributos de mediação indireta nas atividades de representação temática e descritiva da informação.

5.2 OS ARGUMENTOS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS

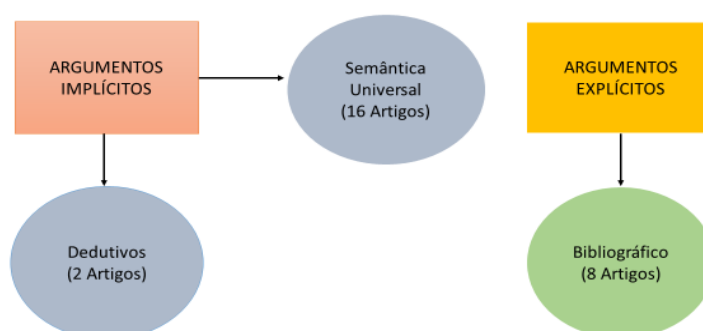
Os procedimentos de análise documental adotados a partir de Cunha (1990) e que, segundo a autora se aproximam da análise de conteúdo, foram utilizados na perspectiva de encontrar nos textos examinados, palavras representativas que indicassem a presença de possíveis abordagens que consideram a mediação implícita. De acordo com Cunha (1990) faz-se necessário realizar uma espécie de desmonte no discurso do autor, de forma a permitir uma

sistematização de argumentos denominados pela autora como **argumentos explícitos** e **argumentos implícitos**.

Na sistematização feita por Cunha (1990), os argumentos explícitos se expressam em forma de citações bibliográficas e documentais, além da menção à experiência profissional do próprio pesquisador. Já os argumentos implícitos se apresentam de forma mais genérica, mais velada e, algumas vezes até mesmo de forma subliminar. Nessa perspectiva, a pesquisa empreendida obteve resultados que contribuíram para a análise de aspectos mais claramente abordados em todos os tipos de documentos estudados que ajudaram a complementar o entendimento quanto a tendência de os pesquisadores da sub-área de representação a estarem compreendendo como mediação implícita.

Iniciando pelos artigos de periódicos (Figura 16), verificou-se uma predominância pela ocorrência de argumentos implícitos, em sua maioria argumentos de semântica universal (16 artigos). A predominância de argumentos implícitos, sobretudo, de semântica universal, demonstra que o termo mediação no seu sentido genérico é mais utilizado, indicando que ainda não há um reconhecimento consolidado por parte dos pesquisadores da sub-área da representação da informação em relação aos estudos realizados e em curso na sub-área da mediação da informação, muito menos com relação à mediação implícita, conforme conceituada por Almeida Júnior (2009, 2015).

Figura 16 – Argumentos identificados nos artigos de periódicos

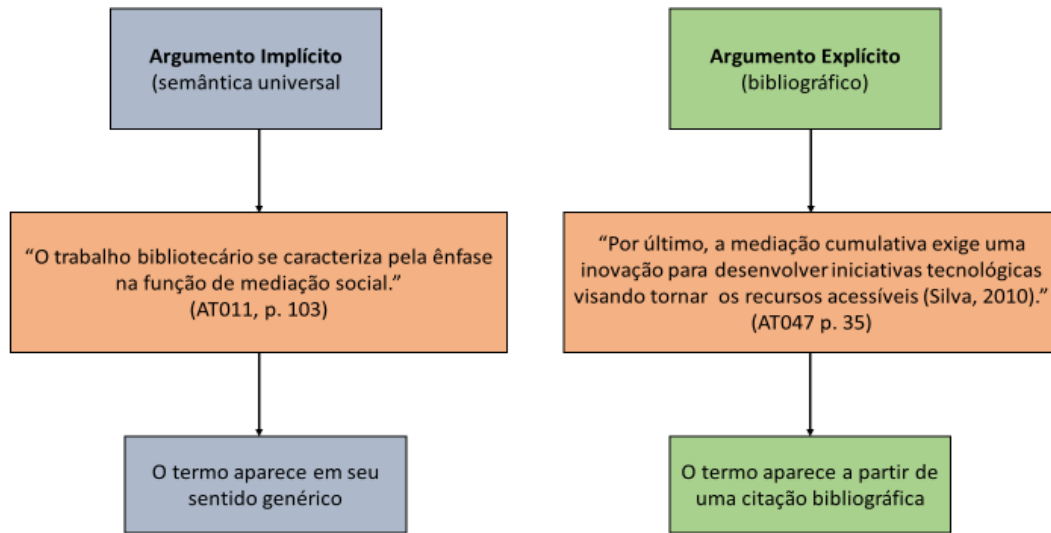


Fonte: Dados da pesquisa

Na Figura 17 são apresentados partes dos artigos de periódicos identificados na pesquisa pelos códigos de controle AT011 e AT047, onde foram identificados argumento

explícito (bibliográfico) e implícito (semântica universal). São fragmentos de textos que servem para ilustrar como esses argumentos se apresentam nos textos selecionados para análise. O argumento implícito de semântica universal é identificado pelo uso genérico do termo mediação e o argumento explícito bibliográfico pelo uso de uma citação bibliográfica.

Figura 17 – Exemplos de argumentos implícitos e explícitos identificados nos artigos de periódicos

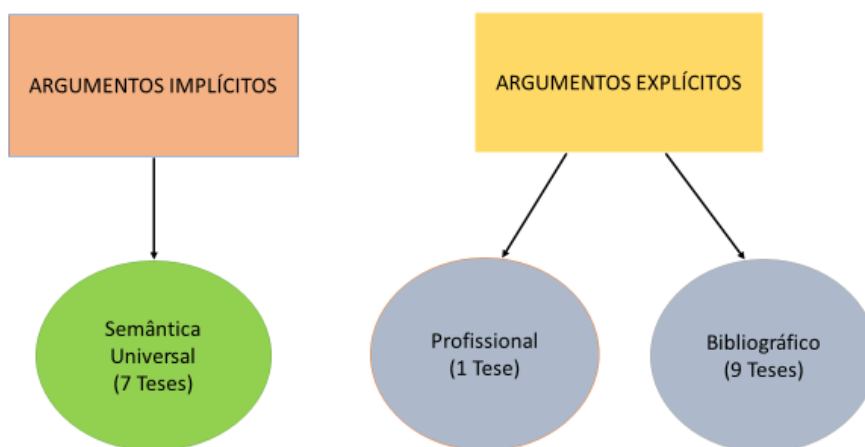


Fonte: Dados da pesquisa

Nos artigos de periódicos analisados, a mediação é aceita, de modo geral, como termo genérico, também utilizado por outras áreas como o Direito, a Educação e a Comunicação (DAVALON, 2003; PERAYA, 2002). Já o entendimento da representação da informação como sendo mediação implícita da informação ainda ocorre de forma muito limitada.

Com relação às teses o número de argumentos encontrados é mais equilibrado. A Figura 18 mostra esse equilíbrio na quantidade de argumentos encontrados, embora já comece a aparecer uma leve tendência para os argumentos explícitos do tipo bibliográfico. Essa tendência detectada, não pode passar despercebida, tendo em vista o fato de que as teses trazem resultados de estudos mais aprofundados que, por definição, podem trazer à luz conhecimentos inovadores sobre determinado assunto.

Figura 18 – Argumentos identificados nas teses

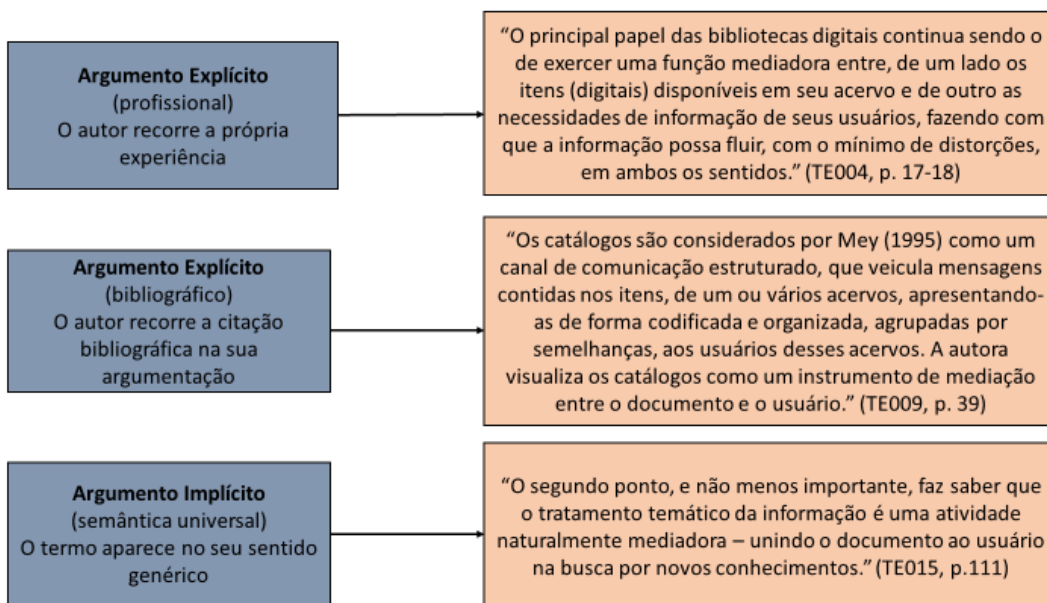


Fonte: Dados da pesquisa

O número de argumentos explícitos encontrados, portanto, pode ser considerado como um número considerável, indicando a existência do nascimento de um olhar mais apurado em relação à mediação implícita por parte desses agentes, que representam a expansão dos pesquisadores da representação da informação, destacando-se nestes casos a presença de orientadores que têm demonstrado na literatura, uma abertura para esta abordagem.

Alguns fragmentos extraídos das teses analisada são apresentados na Figura 19, exemplificando a identificação de argumentos explícitos e implícitos nos textos TE004, TE009 e TE015.

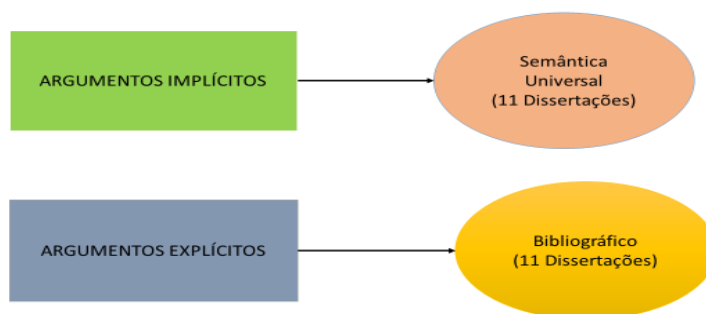
Figura 19 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados nas teses



Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere às dissertações com argumentos implícitos e explícitos (Figura 20), o equilíbrio encontrado é semelhante àquele encontrado nas teses ainda que nesta última se acentue mais a quantidade de argumentos explícitos. Essa tendência é bastante indicativa de que a percepção de que a representação temática e descritiva corresponde à mediação implícita da informação vem deixando de ser algo subliminar, para se tornar algo mais concreto no discurso dos estudos científicos realizados que trazem seus argumentos explícitos utilizando como sustentação citações bibliográficas, a documentação e a própria experiência profissional, conforme define Cunha (1990) essa categoria de argumentos.

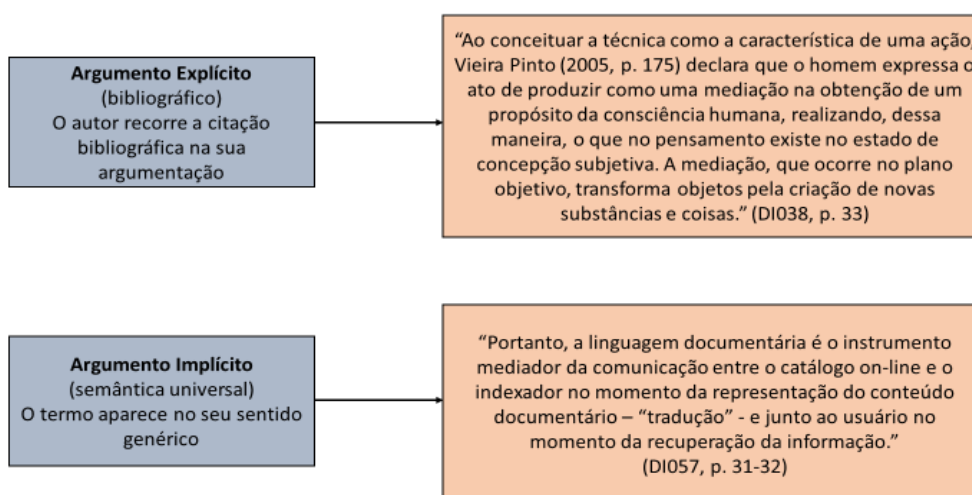
Figura 20 – Argumentos identificados nas dissertações



Fonte: Dados da pesquisa

Essas ocorrências de argumentos implícitos e explícitos são exemplificadas na Figura 21, onde foram reproduzidos trechos de dissertações analisadas que mostram a presença dos argumentos nos textos DI038 e DI057.

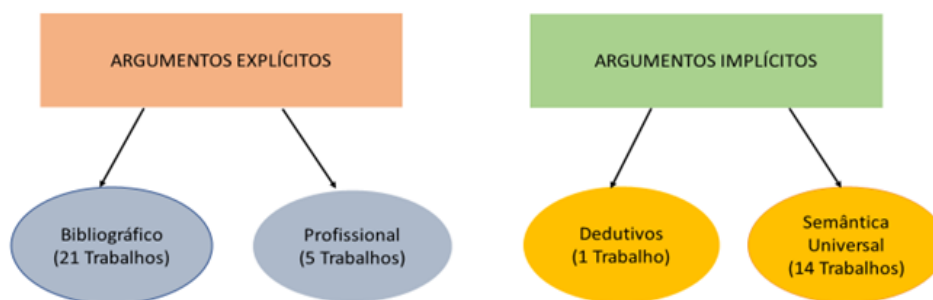
Figura 21 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados nas dissertações



Fonte: Dados da pesquisa

O aumento de argumentos explícitos é uma tendência que se confirma na análise empreendida nos trabalhos publicados nos anais do GT-2 do ENANCIB (Figura 22), onde os argumentos explícitos superam os implícitos. Mais uma vez os argumentos do tipo bibliográfico estão em maior número, demonstrando que também nas comunicações de pesquisas em andamento e naquelas recém concluídas, a percepção da mediação implícita começa a percorrer um caminho ascendente para um reconhecimento mais sólido das pesquisas da sub-área de mediação da informação.

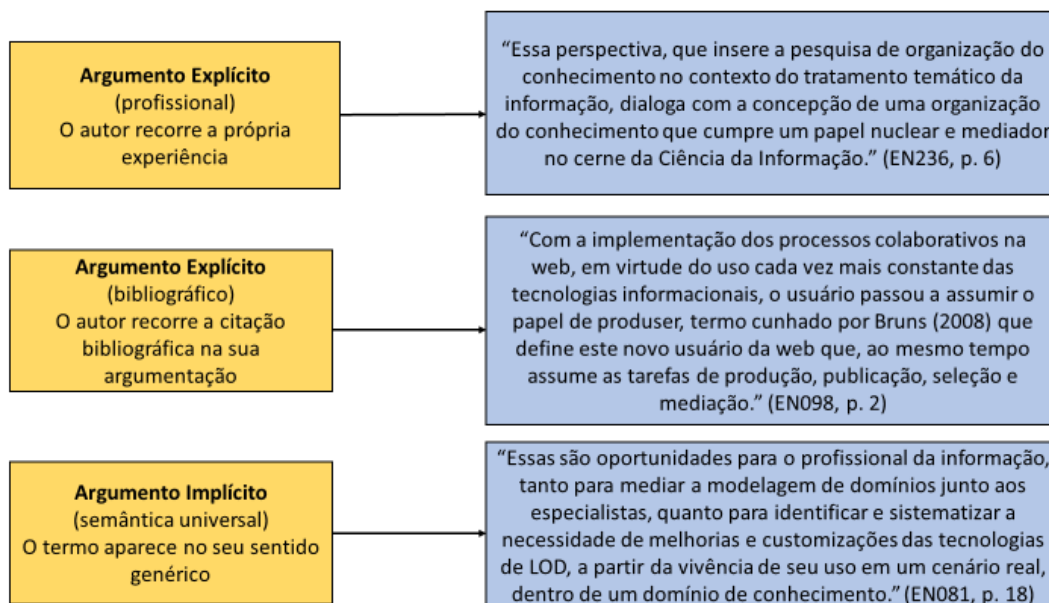
Figura 22 – Argumentos identificados nos trabalhos do ENANCIB



Fonte: Dados da pesquisa

Alguns exemplos são apresentados na Figura 23, relativos a trechos de trabalhos do ENANCIB que aparecem na pesquisa como EN081, EN098 e EN236, onde foram identificados argumentos implícitos e explícitos.

Figura 23 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados em trabalhos do ENANCIB

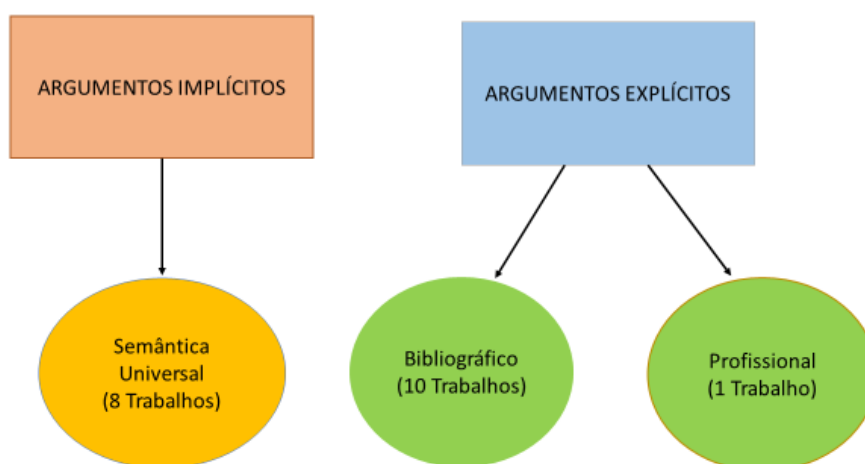


Fonte: Dados da pesquisa

É importante registrar também que os argumentos implícitos encontrados de semântica universal demonstram que a mediação, ainda que abordada em sentido genérico, está cada vez mais presente nos trabalhos relacionados à representação temática e descritiva da informação. Trata-se, portanto, de um dado importante, na medida em que permite perceber com maior clareza a relação que já começa a se construir entre essas duas sub-áreas da Ciência da Informação.

Com relação aos trabalhos publicados nos anais da ISKO Brasil (Figura 24), a pesquisa verificou algo semelhante ao que ocorreu em relação aos trabalhos do ENANCIB. Percebe-se também o maior número de argumentos explícitos, ou seja, aqueles argumentos dotados de embasamento teórico, demonstrando algum nível de aceitação por parte dos pesquisadores da representação temática e descritiva da informação em seus estudos em andamento e concluídos da abordagem da mediação da informação.

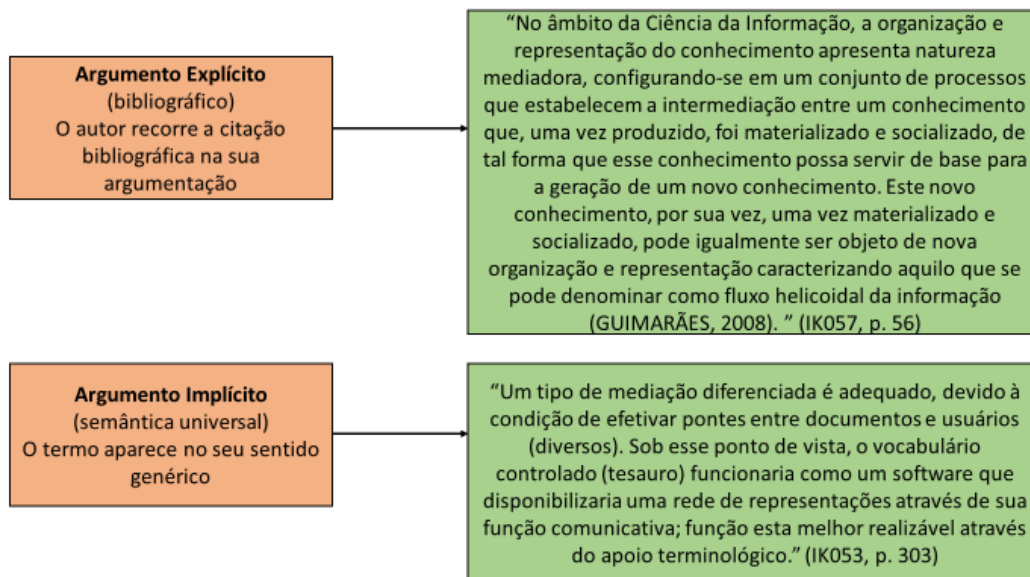
Figura 24 – Argumentos identificados nos trabalhos da ISKO Brasil



Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 25 apresenta fragmentos dos textos IK053 e IK057 analisados nos anais publicados pela ISKO Brasil, com o propósito de exemplificar ocorrências de argumentos implícitos e explícitos nesses trabalhos.

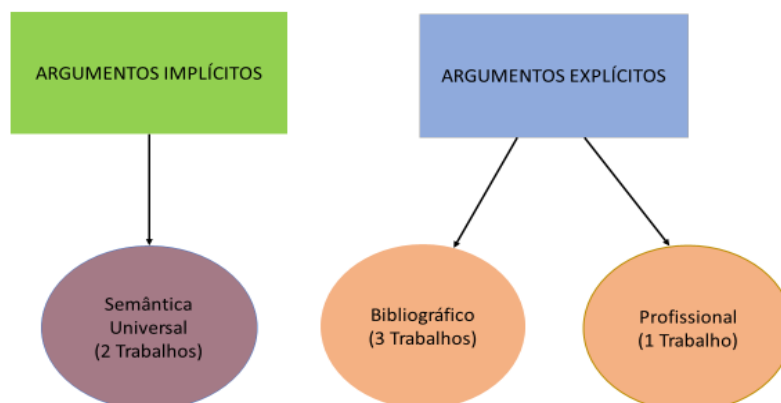
Figura 25 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados em trabalhos da ISKO Brasil



Fonte: Dados da pesquisa

Tendência semelhante foi identificada nos trabalhos apresentados nos dois eventos do ENACAT analisados (Figura 26). Os argumentos explícitos são encontrados em maior número, embora a quantidade de trabalhos apresentados seja bem reduzida, se comparados àqueles apresentados no ENANCIB e nos congressos da ISKO Brasil.

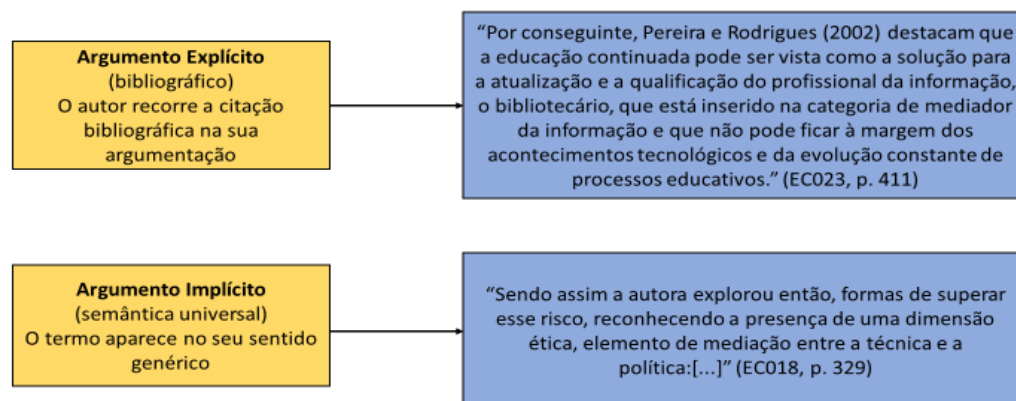
Figura 26 – Argumentos identificados nos trabalhos publicados nos anais do ENACAT



Fonte: Dados da pesquisa

Trechos dos textos identificados na pesquisa por EC018 e EC023 exemplificam argumentos implícitos e explícitos encontrados nos trabalhos publicados nos anais do ENACAT (Figura 27).

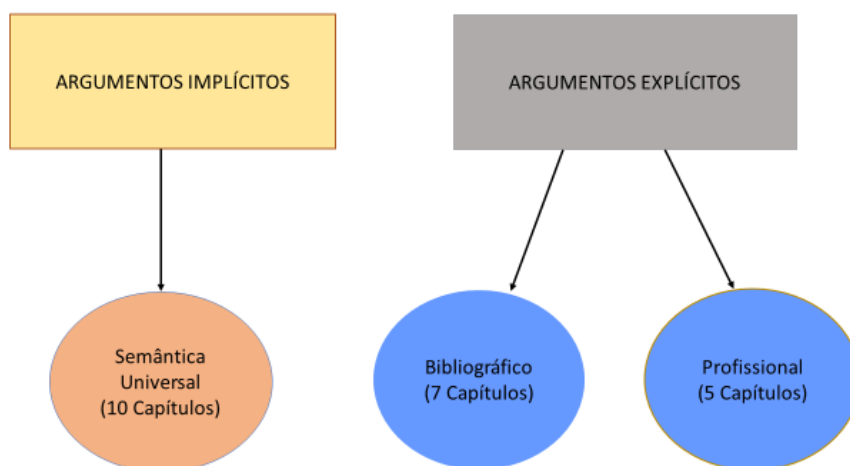
Figura 27 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados em trabalhos do ENACAT



Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, os resultados da análise dos capítulos de livros publicados em coletâneas produzidas por membros do GT-2 da ANCIB (Figura 28), ainda que tenham revelado um aumento dos argumentos implícitos em relação aos dados analisados anteriormente, ainda se observa a predominância dos argumentos explícitos, o que permite afirmar que existe uma tendência desses pesquisadores em tornar explícitas suas afirmações quanto à natureza de mediação implícita das atividades de representação temática e descritiva da informação em seus estudos e pesquisas.

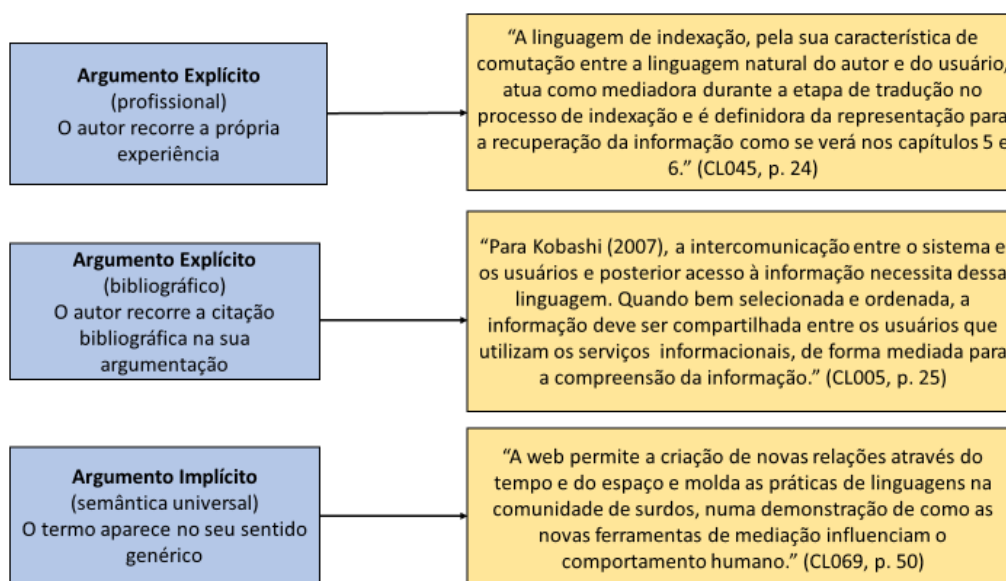
Figura 28 – Capítulos de livros com argumentos implícitos e explícitos



Fonte: Dados da pesquisa

Na Figura 29 são apresentados trechos extraídos de capítulos de livros identificados na pesquisa com os códigos CL005, CL045 e CL069, trazendo exemplos da presença de argumentos explícitos e implícitos nesses textos.

Figura 29 – Exemplos de argumentos explícitos e implícitos identificados nos capítulos de livros



Fonte: Dados da pesquisa

A análise dos argumentos encontrados permitiu vislumbrar que o caminho para uma maior interação entre as sub-áreas da mediação da informação e da representação temática e descritiva da informação está em processo de construção, embora a linha que ora se desenha ainda seja tênue e necessite ser fortalecida e consolidada.

Observou-se, ao longo desse estudo a necessidade de se avançar no diálogo entre os pesquisadores das duas sub-áreas. Admitir que a representação da informação, seja ela temática ou descritiva, constitui em mediação da informação e que essa mediação tem o caráter de mediação implícita, conforme conceito de Almeida Júnior (2009, 2015), parece ainda carecer de intensificação.

Bourdieu (2004), ao referir-se à noção de campo científico afirma ser este um campo de forças e de lutas. De forma análoga, pode-se afirmar que as duas sub-áreas focalizadas nesta pesquisa se comportam, de certa maneira, como os campos científicos estudados por Bourdieu (2004). De acordo com este autor, quando surge uma forma diferente de pensar, tal fato pode trazer mudanças tão significativas, que se tornam capazes de abalar e transformar aquele campo. De forma metafórica, Bourdieu (2004), citando o exemplo de Albert Einstein, nos diz que a grandeza do trabalho do físico alemão, autor da teoria da relatividade, provocou um impacto tão transformador dentro do campo científico a ponto de abalá-lo. Da mesma forma, recorrendo ao pensamento de Bourdieu (2014) ao referir-se à noção de campo científico, e guardadas as devidas proporções, a construção ainda tímida do diálogo entre as sub-áreas da Ciência da Informação, que permitirá a aceitação de que a representação temática e descritiva é mediação implícita da informação pode estar ligada ao impacto que esse compartilhamento entre as duas sub-áreas pode vir a provocar no cenário da Ciência da Informação brasileira. Afinal, mudanças em estruturas de conceitos estabelecidos podem provocar abalos significativos capazes de atingir o que Bourdieu (2004, p. 20) chama de “[...] espaço relativamente autônomo [...]” .

Ainda se observa algum nível de dificuldades por parte dos pesquisadores da sub-área da representação temática e descritiva da informação em relação à mediação da informação. Entretanto, essa resistência parece começar a dar sinais de mudança, o que pôde ser verificado através do comportamento de parte dos pesquisadores (autores) identificados na pesquisa, cujos trabalhos já demonstram a existência de algum trânsito entre as duas sub-áreas, o que pode ser visto na próxima sub-seção.

5.3 A IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES (AUTORES)

Nesta sub-seção serão discutidas a relação dos doutores membros e não membros do GT-2 da ANCIB, identificados com os argumentos explícitos e implícitos nos estudos e pesquisas analisadas. Pretendeu-se, com isso, observar a relação entre a mediação da informação e a sub-área da representação temática e descritiva da informação através dos pesquisadores que nela atuam.

De acordo com o mapeamento feito, foram identificados 42 doutores membros do GT-2 da ANCIB. Desse total, 24 ou 57,14% utilizaram argumentos explícitos e implícitos nos estudos e pesquisas analisadas. Embora seja este um percentual promissor, ainda é pequeno em relação ao que se espera para fazer aumentar o diálogo entre as duas sub-áreas.

O Quadro 53 mostra os agentes que utilizaram os dois tipos de argumentos e suas respectivas instituições, correspondendo a 30,95% do total de 42 membros. Um resultado interessante foi aquele que identificou a presença de Carlos Cândido de Almeida, membro do GT-2 e também do GT-3 da ANCIB. Esse pesquisador da UNESP aparece em quase todos os tipos de documentos analisados com argumentos explícitos e implícitos, sendo também o único nome a figurar como membro dos dois grupos de trabalho. Além disso, em todo o trajeto desta pesquisa, que analisou alguns trabalhos escritos e orientados pelo autor, muitos com referencial teórico marcado pelo pensamento do filósofo norte americano Charles S. Pierce, foi possível perceber e assegurar que Carlos Cândido de Almeida é um dos autores que demonstram entender a representação temática e descritiva como mediação implícita da informação.

Quadro 53 – Doutores membros do GT-2 da ANCIB que apresentam argumentos explícitos e implícitos abordando a representação temática e descritiva como mediação da informação

DOUTORES MEMBROS DO GT-2 DA ANCIB		
ARGUMENTOS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS	SOMENTE ARGUMENTOS EXPLÍCITOS	SOMENTE ARGUMENTOS IMPLÍCITOS
Brígida Maria Nogueira Cervantes Carlos Cândido de Almeida Dulce Amélia de Brito Neves Fábio Assis Pinho Gracy Kelli Martins José Augusto Chaves Guimarães M^{re} Elizabeth B. C. de Albuquerque Mariângela Spotti Lopes Fujita Miriam Paula Manini Nair Yumiko Kobashi Vânia Mara Alves Lima Walter Moreira Zaira Regina Zafalon	Ana Cristina de Albuquerque José Fernando Modesto da Silva Gercina Ângela B. de O. Lima Marisa Bräscher B. Medeiros Rosa Inês de Novais Cordeiro Vera Regina Casari Boccato	Lillian Maria A. de R. Álvares Maria Luiza de A. Campos Marilda Lopes Ginez de Lara Renato Rocha Souza Rosali Fernandez de Souza

Fonte: Dados da pesquisa

Outro destaque do Quadro 53 é a presença do professor José Augusto Chaves Guimarães, pesquisador da UNESP, que aparece como orientador em teses e dissertações, como também como autor em trabalhos do ENANCIB e da ISKO, demonstrando compreender a estreita ligação entre a representação temática e descritiva com a mediação da informação. Cabe registrar a importante contribuição de Nair Yumiko Kobashi (USP), que apesar de aparecer apenas nos trabalhos do ENANCIB, possui produção anterior ao recorte da pesquisa, onde sua compreensão da natureza mediadora da representação temática e descritiva é expressa claramente em especial quando a pesquisadora trata dos conceitos e das linguagens documentárias, sendo inclusive citada em alguns dos textos analisados.

Contudo, a contribuição mais marcante é a da professora Mariângela Spotti Lopes Fujita, que aparece como autora e orientadora, demonstrando compreender e acolher as duas sub-áreas. A pesquisadora da UNESP só não aparece com argumentos nesta pesquisa, nos trabalhos do ENACAT, possivelmente por tratar-se de um evento mais ligado à atividade profissional do catalogador e menos à pesquisa acadêmica.

Merece destaque ainda, a professora Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, pesquisadora da UFPB, cuja participação nesta pesquisa se evidencia, sobretudo, na análise dos capítulos de livros. A pesquisadora aparece com argumentos em vários capítulos publicados em coletâneas e como organizadora numa delas, onde além de reunir autores ligados à representação da informação, reúne também autores que são pesquisadores da mediação da informação, a exemplo de um capítulo de autoria de Henriette Ferreira Gomes e Raquel do Rosário Santos, ambas professoras e pesquisadoras da UFBA, cujo conteúdo trata justamente da interligação das duas sub-áreas no âmbito da Ciência da Informação. Não parece haver dúvida, portanto, quanto ao entendimento dessa pesquisadora da UFPB quanto a importância da ligação entre as sub-áreas da mediação da informação e da representação temática e descritiva.

Observou-se ainda a presença da professora Marisa Bräscher Basílio Medeiros, que tende a apresentar argumentos explícitos em suas produções científicas. A pesquisadora da UFSC é autora de trabalhos importantes sobre questões conceituais da representação da informação. Além de sua importância dentro da sub-área da representação da informação como pesquisadora e orientadora de pesquisas de mestrado e doutorado, ela utiliza argumentos explícitos, evidenciando sua concordância quanto a natureza mediadora das ações de representação da informação.

Os nomes das professoras e pesquisadoras Maria Luiza de Almeida Campos, Marilda Lopes Ginez de Lara e Rosali Fernandez de Souza, respectivamente vinculadas à UFF, USP e IBICT aparecem na pesquisa apenas com o uso de argumentos implícitos, o que indica que essas prestigiadas pesquisadoras da sub-área da representação da informação parecem ainda tratar a ligação com a sub-área da mediação da informação com cautela.

No Quadro 54 foram agrupados os doutores que não aparecem na relação de membros do GT-2 da ANCIB. Esses nomes aparecem na pesquisa pelo fato de serem pesquisadores que se destacam em suas produções científicas na sub-área da representação da informação. Merece destaque a presença significativa da professora Cristina Dotta Ortega, da UFMG, cujo trabalho, na representação da informação ganha destaque, sobretudo nas pesquisas relacionadas à história da catalogação e da documentação. A pesquisadora utiliza argumentos explícitos e implícitos, revelando ter uma relação próxima e natural com a mediação implícita da informação. Também da UFMG, Maria Aparecida Moura aparece nesse agrupamento com argumentos explícitos e implícitos. O fato de a pesquisadora ser membro do GT-3 da ANCIB e participar com trabalhos no GT-2 em outros períodos do ENANCIB não integrantes da amostra, põe em evidência sua relação com as duas sub-áreas focalizadas nesta pesquisa. A pesquisadora se destaca por seus estudos e orientações relacionados às linguagens, ontologias e indexação social, revelando, através do seu currículo Lattes, uma pluralidade de estudos e trânsito em diversas áreas, para além da Ciência da Informação. Registra-se ainda os nomes de Mirian de Albuquerque Aquino (UFPB) e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos (UNESP), pesquisadoras que se destacam respectivamente em trabalhos relacionados à memória e à representação descritiva da informação.

Outro dado importante é a presença de Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei, cujos estudos sobre indexação e linguagens documentárias são bastante relevantes no cenário da Ciência da Informação. O uso de argumentos explícitos pela pesquisadora também põe em evidência sua compreensão quanto a natureza mediadora da representação da informação. A pesquisadora da UNIRIO é autora de uma obra clássica sobre tesouros (DODEBEI, 2014) onde, além de trazer os aspectos históricos e conceituais abordando o tesouro como instrumento da representação temática, destaca a importância das linguagens documentárias como instrumentos de mediação.

Quadro 54 – Doutores não membros do GT-2 da ANCIB identificados com argumentos explícitos e implícitos

DOUTORES NÃO MEMBROS DO GT-2 DA ANCIB		
ARGUMENTOS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS	SOMENTE ARGUMENTOS EXPLÍCITOS	SOMENTE ARGUMENTOS IMPLÍCITOS
Cristina Dotta Ortega Elizete Vieira Vitorino Maria Aparecida Moura Mirian de Albuquerque Aquino Plácida L. V. A. da Costa Santos Rosane Sueli Alves Lunardelli Silvana Aparecida B. G. Vidotti	Carlos Alberto Ávila Araújo Eliane Serrão Alves Mey Francisco José A. Pedroza Cunha Leilah Santiago Bufrem Moisés Lima Dutra Vera Lúcia D. L. de M. Dodebei	Dulce Maria Baptista Edberto Ferneda Elizabete Gonçalves de Souza Lídia Alvarenga Maria de Fátima G. M. Tálamo Maria Elizabete Catarino Raimundo N. M. dos Santos Terezinha Batista de Souza

Fonte: Dados da pesquisa

Destaca-se ainda no Quadro 55, as pesquisadoras Lídia Alvarenga (UFMG) e Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo (USP), que utilizaram apenas argumentos implícitos. Os dois nomes gozam de enorme prestígio na Ciência da Informação face aos trabalhos relevantes dessas autoras relacionados aos conceitos da classificação, indexação e aqueles relacionados às linguagens documentárias. O uso de apenas argumentos implícitos parece indicar, mais uma vez, cautela e certa resistência ao tratar do assunto.

A identificação desses nomes, portanto, sejam membros ou não do GT-2 da ANCIB, indica que a relação entre as sub-áreas vem sendo, ainda que não sistematicamente, construída abrangendo um período de consenso quanto a natureza da mediação implícita na representação temática e descritiva da informação na perspectiva conceitual de Almeida Júnior (2009, 2015) na medida em que os atributos desse tipo de mediação são detectados nos argumentos explícitos e implícitos encontrados nos textos analisados.

A análise e discussão aqui focalizadas quanto aos atributos de mediação implícita identificados, nos argumentos detectados e nos agentes identificados no decorrer da pesquisa permitiu compreender melhor a relação entre as sub-áreas estudadas e chegar a algumas considerações que finalizam esta investigação e que serão apresentadas na próxima seção deste trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de identificar características de atividade de mediação implícita da informação nos estudos e pesquisas contemporâneos da sub-área da representação temática e descritiva da informação demandou a realização de uma pesquisa bibliográfica ampla, na qual 829 textos foram analisados, entre artigos de periódicos, teses, dissertações, trabalhos apresentados em eventos e capítulos de livros, publicados no âmbito da Ciência da Informação brasileira, no período de 2012 a 2017. Para alcançar os objetivos específicos derivados do objetivo geral apresentado, empreendeu-se uma pesquisa caracterizada pela adoção de técnicas de análise de conteúdo, análise de discurso e análise documentária, buscando detectar através de leituras integrais, indícios e evidências da presença da compreensão da representação temática e descritiva como ações mediadoras de caráter implícito, conforme conceito formulado por Almeida Júnior (2009, 2015).

O referido autor, não apenas conceitua a mediação da informação, mas sugere que ela seja o próprio objeto da informação, como também caracteriza o que ele chama de **mediação explícita** (direta), presente nas atividades fins, quando ocorre uma intervenção direta com a presença física ou virtual do usuário da informação. O autor também caracteriza o que denomina de **mediação implícita** (indireta) como atividade meio, realizada pelo profissional da informação nos espaços informacionais sem a presença direta do usuário da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007; ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2017; FADEL et al., 2010).

Ao concluir este trabalho, optou-se por apresentar a seguir, uma síntese de toda a pesquisa empreendida, tomando como ponto de partida cada um dos três objetivos específicos propostos no seu planejamento.

Quanto ao primeiro objetivo específico, de categorizar **os tipos de estudos e pesquisas que indicam com maior clareza a natureza mediadora da representação temática e descritiva da informação**, tomou-se como referencial teórico o conceito de mediação implícita formulado por Almeida Júnior (2009, 2015), buscou-se, inicialmente, fazer um levantamento bibliográfico para identificação, no âmbito da sub-área da representação temática e descritiva, estudos e pesquisas relacionadas às atividades de processamento técnico – seleção, catalogação, classificação e indexação – atividades meio, nomeadas pela Biblioteconomia como o processamento técnico da informação.

Empreendeu-se, a partir desse levantamento, um mapeamento entre os artigos de periódicos, teses, dissertações, trabalhos publicados em anais de eventos relacionados à sub-

área e, também em capítulos publicados nacionalmente em coletâneas relacionadas à representação da informação ou por autores/organizadores que atuam na sub-área.

O mapeamento feito não se deteve apenas nos estudos e pesquisas encontrados na literatura, mas, também nos autores (agentes) desses estudos, tendo como foco principal os doutores que produzem e orientam pesquisas no âmbito da pós-graduação da Ciência da Informação brasileira.

Ao reunir textos cujos conteúdos se relacionassem de alguma forma com as atividades de processamento técnico, procurou-se identificar a natureza mediadora dessas atividades nos estudos e pesquisas. Para tanto, foi realizada a leitura integral de documentos (829), onde foram observados, os títulos, as palavras-chave, o resumo, e a introdução apenas para fins de identificação dos métodos de investigação utilizados, tendo em vista atender o primeiro objetivo específico proposto. Quanto à obtenção das informações para atender aos demais objetivos específicos, foi realizada a leitura integral de todos os textos.

O mapeamento empreendido permitiu confirmar, pelo volume e conteúdo dos textos selecionados, a percepção do fortalecimento que a sub-área da representação da informação vem experimentando, que ganha novos contornos dentro da Ciência da Informação, o mesmo se verificando nos estudos da sub-área da mediação da informação.

A predominância da utilização do método bibliográfico em todos os tipos de produção, é indicativa de uma tendência dos pesquisadores em entrar em contato inicial com o que vem sendo estudado, citando e refletindo acerca de estudos já realizados. Já com relação à presença do termo e o conceito de mediação implícita, a pesquisa verificou que praticamente não figuram nos 829 textos analisados, indicando a existência de reservas e alguma cautela por parte dos pesquisadores da representação temática e descritiva da informação em abordar a mediação implícita da informação em seus estudos.

Quanto ao segundo objetivo específico, que foi o de **verificar, a partir de estudos, pesquisas e autores, possíveis categorias e atributos de mediação indireta das atividades de representação temática e descritiva da informação**, trabalhou-se com os atributos de mediação implícita conforme Almeida Júnior (2009), acrescido do atributo da comunicação, pautando-se no aporte teórico de Gomes (2008, 2010a, 2010b, 2016) e Mey e Silveira (2009), autoras que também assinalam a comunicação como base de mediação da informação e também da mediação implícita. Dessa maneira, a pesquisa constatou ser a comunicação também um atributo de mediação implícita, ainda que não tenha sido indicada no conceito formulado por Almeida Júnior (2009, 2015).

Com a análise dos resultados obtidos, foi possível constatar que dos atributos de mediação implícita apontados por Almeida Júnior (2009), o atributo do processamento da informação foi o mais mencionado nos textos analisados, indicando, de certa forma, a existência da compreensão da natureza de mediadora da representação temática e descritiva da informação. Além disso, a pesquisa também observou a presença de termos relacionados à mediação implícita, indicando a existência de abordagens que sinalizam a relação da representação da informação com os atributos indicados por Almeida Júnior (2009) e com o atributo da comunicação indicado por Gomes (2008, 2010a, 2010b, 2016) e Mey e Silveira (2009). Os atributos encontrados com a ajuda dos termos relacionados, se referem tanto a representação temática, quanto à representação descritiva, não deixando dúvidas, portanto, de que são, de fato, elementos que sinalizam uma abordagem aproximativa com a da mediação implícita da informação.

A pesquisa permitiu, portanto, verificar a existência dos atributos de mediação implícita nos textos analisados, como também o uso de termos relacionados, ainda que a maior parte dos textos não tenha citado ou feito indicação desses atributos relacionando-os, ou fazendo menção, aos estudos da mediação que abordam esses atributos.

Assim, a conclusão do estudo permitiu observar a presença da abordagem da mediação da informação de forma indireta e subjetiva, indicando que vem ocorrendo algum avanço quanto à percepção em relação à mediação entre os pesquisadores da representação temática e descritiva, contudo sem uma profunda discussão em diálogo com as pesquisas e pesquisadores da subárea da mediação da informação.

Já em relação ao terceiro objetivo específico, que foi o de **identificar as perspectivas de maior explicitação teórica da natureza mediadora das atividades de representação temática e descritiva da informação e seus autores**, foi possível vislumbrar algum avanço na construção da relação mais dialógica entre as duas sub-áreas. Para tanto, foi fundamental, a adoção dos procedimentos de análise documental sugeridos por Cunha (1990) onde, através da identificação dos argumentos explícitos e implícitos, foi possível perceber, além da presença dos argumentos, a intencionalidade desses argumentos. Nessa perspectiva, a análise de discurso (BRANDÃO, 2012; ORLANDI, 2012, 2015) se apresentou como técnica fundamental, na medida em que permitiu deduções e inferências a partir da análise de Cunha (1990), detectando-se indícios da percepção dos pesquisadores, nas palavras proferidas nos textos ou nas intencionalidades neles sinalizadas, quanto às atividades de representação temática e descritiva numa perspectiva aproximativa aos atributos da mediação implícita da informação.

Desse modo, a análise desse resultado indica que a mediação implícita começa, ainda que limitadamente, a figurar na produção científica da representação temática e descritiva da informação, ainda que por meio do uso de argumentos explícitos e implícitos que se aproximam dos atributos da mediação implícita da informação.

Também foi possível verificar que os argumentos explícitos figuram, em maior escala, em todos os tipos de documentos selecionados para esta pesquisa, com exceção nos artigos de periódicos, que apresentaram argumentos implícitos, que abordam a mediação como termo genérico.

Assim, foi possível perceber que o reconhecimento das atividades de representação temática e descritiva da informação como mediação implícita da informação vem sendo construído, ainda que não de modo sistemático e articulado às pesquisas e estudos da sub-área de mediação da informação. Entretanto, os dados obtidos na investigação mostram que a presença de argumentos explícitos não ultrapassa ainda os 60% no conjunto de textos analisados. Além disso, percebeu-se, ao longo da pesquisa, a existência de muita cautela em se abordar de forma direta a representação da informação como mediação implícita, tendo em vista o fato de o termo e o conceito de mediação da informação praticamente não figurarem nos estudos analisados, figurando mais a abordagem de atributos.

Para a identificação dos autores, foi necessária uma complementação com a leitura dos currículos Lattes, publicados em plataforma do CNPq. O acesso e análise desses currículos foi fundamental para obtenção das referências relativas à produção bibliográfica dos agentes (autores) na forma de capítulos de livros. Além disso, foi também fundamental para a pesquisa a relação de doutores membros do GT-2 (Organização e Representação do Conhecimento), publicadas no *site* da ANCIB, que serviu de parâmetro para identificação dos agentes que atuam como orientadores de pesquisas na pós-graduação brasileira em Ciência da Informação, permitindo a análise em todos os tipos de pesquisa abordadas, assim como na identificação de lideranças que estão contribuindo para a construção de um processo de diálogo entre as sub-áreas da representação temática e descritiva e da mediação da informação.

Através da análise da atuação dos autores foi possível, por exemplo, identificar aqueles que fazem referência à mediação da informação nas abordagens que tratam da representação da informação por meio de argumentos fundamentados em bases teóricas e através de citações bibliográficas, como é o caso de Mariângela Spotti Lopes Fujita da UNESP (que se destaca como a autora que mais aparece nos diversos tipos de documentos da literatura estudada e com significativo número de textos produzidos) assim como de Carlos Cândido de Almeida, também da UNESP, que transita entre os estudiosos da mediação da informação e da representação da

informação tanto em seus escritos quanto em suas orientações de pesquisas. Este pesquisador também é o único que transita nas duas sub-áreas de forma visível, não somente através da sua produção acadêmica, como também pelo fato de estar relacionado tanto como membro do GT-2 quanto do GT-3 da ANCIB. Merece destaque também a presença do José Augusto Chaves Guimarães, também da UNESP, cuja produção científica demonstra sua compreensão quanto à ligação entre as sub-áreas da representação e da mediação da informação.

A identificação dos agentes, permitiu ainda verificar a participação de doutores não membros do GT-2, ligados à representação da informação ou oriundos de outros GTs. São nomes de relevo no cenário da Ciência da Informação brasileira, tais como Cristina Dotta Ortega (UFMG), que se destaca por sua preocupação em resgatar a trajetória histórica da catalogação e da documentação e Maria Aparecida Moura (UFMG) que tem contribuído com produções e orientações relacionadas às linguagens documentárias. Não é possível deixar de registrar também, a presença de Vera Dodebei (UNIRIO) e de Lídia Alvarenga (UFMG), com suas contribuições relacionadas a conceitos sobre classificação e indexação. Todos esses doutores e doutoras, atuantes na pós-graduação da Ciência da Informação brasileira admitem ou reconhecem, seja de forma explícita ou implícita, a representação temática e descritiva da informação como ações de mediação. Entretanto, muitos agentes envolvidos parecem tratar a mediação da informação ainda com algumas reservas, talvez pelo fato deste ser um assunto abordado por outra sub-área da Ciência da Informação. Porém, a perspectiva que se coloca é otimista, no sentido de que essas barreiras, aos poucos, estão sendo desconstruídas, na medida em que os estudos vão sendo aprofundados e diversificados dentro da sub-área da representação temática e descritiva da informação. Já se percebe, por exemplo, o surgimento de novos pesquisadores interessados no trânsito entre as duas sub-áreas. Nesse sentido, esta pesquisa identificou doutores emergentes como Franciele Marques Redigolo (UFPA) e Rodrigo de Sales (UFF), orientados respectivamente por Mariângela Spotti Lopes Fujita e José Augusto Chaves Guimarães, ambos da UNESP, cujas produções acadêmicas já demonstram tal interesse.

Dessa forma, com o auxílio dos procedimentos de análise documentária indicados por Cunha (1990), foi possível identificar e reconhecer a abordagem acerca das atividades de mediação implícita nos estudos analisados. A presença significativa de argumentos implícitos de semântica universal indica que o uso genérico do termo ainda é bastante recorrente, o que também foi verificado por Santos Neto (2019) em parte dos estudos iniciais sobre mediação da informação. Fica evidente que há uma tendência dos pesquisadores da representação temática e descritiva em repetir trajetórias já relativamente vencidas pelos pesquisadores da mediação, isto é, sem tomar como referência os estudos da mediação da informação como substrato.

Através da pesquisa empreendida foram identificados argumentos explícitos em todos os tipos de pesquisa (artigos, teses, dissertações, trabalhos de eventos e capítulos de livros), o que parece promissor, por indicar a existência de alguns pesquisadores que começam a construir uma abordagem que considera a mediação da informação no contexto da representação temática e descritiva. Entretanto, isso ainda é insuficiente para o avanço do diálogo entre essas duas sub-áreas da Ciência da Informação.

Verificou-se ainda que dos 42 autores identificados como membros do GT-2 da ANCIB, 24 (57,14%) utilizaram argumentos explícitos ou implícitos, sendo este um resultado insuficiente para o que se espera em termos de diálogo entre as duas sub-áreas. Foram identificados também autores da sub-área da representação temática e descritiva, membros do GT-2 da ANCIB mais alinhados com mediação da informação, merecendo destaque Mariângela Spotti Lopes Fujita, Carlos Cândido de Almeida, José Augusto Guimarães, Maria Elizabeth Baltar C. de Albuquerque e Nair Kobashi.

À luz dos resultados alcançados e analisados com base no referencial teórico adotado, pode-se afirmar que a hipótese levantada nesta pesquisa se confirmou, permitindo a defesa da tese de que a mediação da informação, mais especificamente a mediação implícita, tende a ser cada vez mais reconhecida no âmbito dos estudos da representação temática e descritiva da informação. Entretanto esse reconhecimento ainda não está consolidado e, ao que tudo indica, tem ainda um longo caminho a percorrer nesse sentido, em especial no estabelecimento de parcerias mais constantes e sistemáticas entre os pesquisadores dessa sub-área com a da mediação da informação. Para essa consolidação seria interessante a construção de uma agenda de pesquisa formulada em ação articulada entre os Grupos de Trabalho 2 e 3 da ANCIB. Na mesma perspectiva em parcerias entre pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação que se voltam a essas temáticas.

Assim, espera-se que este estudo possa vir a contribuir para que esse processo se acelere, de forma a despertar as duas sub-áreas para este desafio imperativo, visando o fortalecimento da própria Ciência da Informação. Além disso, o estudo aponta também para o fato de que a mediação implícita da informação precisa deixar de ser algo que habita o “subconsciente” dos profissionais da informação, que a praticam rotineiramente no tratamento técnico da informação nas bibliotecas e ambientes informacionais, assim como dos pesquisadores, para tornar-se realidade tangível e objeto de estudos, não apenas de uma sub-área, mas da Ciência da Informação como um todo.

REFERÊNCIAS

- AGANETTE, Elisângela Cristina; TEIXEIRA, Livia Marangon Duffles; AGANETTE, Karina de Jesus Pinto. A representação descritiva nas perspectivas do século XXI: um estudo evolutivo dos modelos conceituais. **Encontros Bibli**, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 22, n. 50, p. 176-187, set./dez., 2017.
- AGANETTE, Elisângela; ALVARENGA, Lídia; SOUZA, Renato Rocha. Elementos constitutivos do conceito de taxonomia. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 77-93, set./dez. 2010.
- AGUSTÍN-LACRUZ, María del Carmen; FUJITA, Mariângela S. L.; TERRA, Ana Lúcia S. Linguagens documentais para as bibliotecas escolares: o caso da Espanha, Portugal e Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 83-97, set./dez., 2014.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Ação cultural e protagonismo social. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 45-58.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. *In*: SANTOS, J. P. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In*: ENCUESTRO ASOCIACIÓN DE EDUCADORES Y INVESTIGADORES DE BIBLIOTECOLOGIA, ARCHIVOLOGIA, CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE. 7. 2006. Marília, SP. **Anais...** Marília, SP, 2006. p. 256-268.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediación e información. Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación, p. 27-35, 2007. Disponível em: <https://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3251>. Acesso em: 03 maio 2019.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas '103, jan./dez. 2009.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO UEL. 2. Londrina, 2007. **Anais...** Londrina, 2007. Disponível em: http://eprints.rclis.org/13269/1/MEDIA%20C3%87%20C3%83O_DA_INFORMA%20C3%87%20%83O_E_DA_LEITURA.pdf. Acesso em: 16 jan. 2014.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João A. dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2014.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2012.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Pragmatismo e Semiótica de Peirce na organização da informação. **Scire**, p. 15-20, 2010.

ALMEIDA, Marco Antonio de. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p.191-214, maio/ago. 2014.

ALMEIDA, Maurício Barcellos. Uma abordagem integrada sobre ontologias: Ciência da Informação, Ciência da Computação e Filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 242-258, jul./set., 2014.

ALVARENGA, Lídia. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 2, n. 6, dez. 2001.

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, SC, n. 15, 1. sem., 2003.

ALVES, Roberta Caroline Vesú et al. Estratégias metacognitivas para análise de assunto: aspectos teóricos de superestrutura e esquemas sobre textos literários infanto-juvenis. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 26, n. 1, p. 07-19, jan./abr., 2016.

ALVES, Roberta Caroline Vesú; MORAES, João Batista Ernesto de; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Semiótica do discurso científico: um estudo sobre novas perspectivas para a análise documental de conteúdo. **Scire**, v. 20, n. 2, p. 55-59, jul./dic., 2014.

AMORIM, Igor Soares Amorim; MEDEIROS, Marisa Brascher Basílio. O fora da organização do conhecimento: considerações para a arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista ACB**, Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n. 2, Especial, p. 359-376, abr./ jul., 2017.

ANDRADE, Lucas V. de; BRUNA, Dayane; SALES, Weslaine N. de. Classificação: uma análise comparativa entre a Classificação Decimal Universal – CDU e a Classificação Decimal de Dewey – CDD. **Biblos**, Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n. 2, p. 31-42, jul./dez., 2011.

ANDRADE, Wendia Oliveira de. **O conceito de informação na arquivologia contemporânea e sua relação com o objeto científico**. João Pessoa, 2017. 69 f. Projeto de Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

ANDRADE, Wendia Oliveira de. **O conceito de informação na Arquivologia contemporânea**: da tradução conceitual à delimitação do objeto de estudo na produção científica brasileira. João Pessoa, 2019. 185 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2019.

ANJOS, Liane dos. **Sistemas de classificação do conhecimento na filosofia e na biblioteconomia**: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, de categoria e de faceta. São Paulo, 2008. 290 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2008.

AQUINO, Mirian Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. *RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 6, n. 2, p. 17-36, ago./dez., 2013.

ARAKAKI, Felipe Augusto; SANTOS, Plácida Leopoldina V. A. da C.; ALVES, Raquel Cristina Vesú. Panorama das pesquisas sobre o padrão de metadados Dublin Core no Brasil. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 20, n. 1, p. 86-97, jan./abr., 2015.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, SC, n. 22, 2006.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Protagonismo como categoria analítica em estudos de usuários. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 129-146.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Tradução do grego clássico, introdução e notas de José Veríssimo Teixeira da Mata. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010. (Coleção Obra Prima de Cada Autor; 305)

ARNAU, Pilar. Transcendencia de la vida y obra de Paul Otlet. *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, Universidad Complutense, v. 5, n. 2, p. 154-162, 1995.

ASSIS, Juliana de; MOURA, Maria Aparecida. Folksonomia: a linguagem das tags. *Encontros Bibli, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 18, n. 36, p.85-106, jan./abr., 2013.

ASSUMPÇÃO, Fabrício S. **O que é FRBR?** [S. 1], 2012. Disponível em: <http://fabricioassumpcao.com/2012/07/o-que-e-frbr.html>. Acesso em: 23 out. 2017.

ASSUMPÇÃO, Fabrício S.; SANTOS, Plácida Leopoldina V. A. da C. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os formatos MARC 21. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-74, jan./mar., 2015.

ASSUMPÇÃO, Fabrício S.; SANTOS, Plácida Leopoldina V. A. da C. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os Formatos MARC 21. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-74, jan./mar., 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Viera. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Ed. 34, 2016.

BARANOW, Ulf Gregor. Perspectivas na contribuição da Linguística e de áreas afins à Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 23-35, 1983.

BARBOSA, Alice Príncipe. Classificações facetadas. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-81, 1972.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Organização, revisão e atualização de Elza Lima e Silva Maia. Rio de Janeiro: BNG/BRESILART, 1978. (Coleção Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação)

BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBBD, 1969. 441 p. (Obras Didáticas, 1)

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARITÉ ROQUETA, Mario Guido. Los conceptos y su representación: una perspectiva terminológica para el tratamiento temático de la información. **Scire**, v. 6, n. 1, p. 31-53, en./jun., 2000.

BARITÉ ROQUETA, Mario. Sistemas de organización del conocimiento: una tipología actualizada. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 122-139, jan./ jun., 2011.

BARITÉ, Mario. Garantía literaria y normas para construcción de vocabularios controlados: aspectos epistemológicos y metodológicos. **Scire**, v. 15, n. 2, p. 13-24, jul./dic., 2009.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

BASTOS, Dilza Ramos; SANTOS, Ana Paula Lima dos; SANTOS, Lourdes Maria dos. Fundamentos teóricos da representação do conhecimento e da informação: uma discussão sobre o indexador. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 229-235, 2017.

BATISTA, Gilda Helena R. Redes de Conceitos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 6-17, jan./jun., 2004.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Planeta, 2003.

BELKIN, Nicholas J., ROBERTSON, Stephan E. Information science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 27, n.4, p. 197-204, july/aug. 1976.

BELLUZZO, Regina C. B.; SANTOS, Camila A. dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F. de. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014.

BELUCHE, Renato. Terminologia e linguagem documentária: uma perspectiva histórica. **Biblos**, Rio Grande, RS, v. 22, n. 2, p. 115-121, 2008.

BENDER, Layra Andressa P.; SIMIONATO, Ana Carolina; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. As coleções especiais em bibliotecas: a catalogação de moedas. **Revista ACB**, Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 76-88, dez./mar., 2016.

BOCCATO, Vera Regina C. O contexto sociocognitivo do indexador no processo de representação temática da informação. **Encontros Bibli**, Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 17, n. esp. 1, p. 67-86, 2012.

BOCCATO, Vera Regina C. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 165-192, jan./jun. 2011.

BOCCATO, Vera Regina C.; FUJITA, Mariângela S. L. A indexação nas perspectivas das concepções de análise de assunto em bibliotecas universitárias. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 4, p. 208-220, out./dez., 2011.

BOCCATO, Vera Regina C.; FUJITA, Mariângela S. L. Evaluación del vocabulario controlado DeCS en logopedia desde la perspectiva del usuario: estudio de observación de la recuperación de información con protocolo verbal. **Scire**, v. 12, n. 1, p. 179-195, en./jun., 2006.

BOCCATO, Vera Regina C.; FUJITA, Mariângela S. L. Estudos de avaliação quantitativa e qualitativa de linguagens documentárias: uma síntese bibliográfica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 267-281, maio/ago. 2006.

BOCCATO, Vera Regina C.; FUJITA, Mariângela S. L. O uso da linguagem documentárias em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 23-51, set./dez., 2010.

BOCCATO, Vera Regina C.; FUJITA, Mariângela Spotti L.; GIL LEIVA, Isidoro. Avaliação comparada do uso de linguagens de indexação em catálogos de bibliotecas universitárias para recuperação por assunto. **Scire**, v. 17, n. 1, p. 55-64, en./jun., 2011.

BOCCATO, Vera Regina C.; TORQUETTI, Melissa Camargo. Interoperabilidade entre linguagens de indexação como recurso de construção de instrumento de representação temática de clippings de coordenadorias de comunicação social em ambientes universitários: uma proposta metodológica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n. 3, p. 76-101, set./dez. 2012.

- BORTOLIN, Sueli. Mediação oral da literatura e a estética da recepção. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 3, p. 263-276, jul./sep. 2011.
- BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da literatura para leitores-ouvintes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 19, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2014.
- BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Oralidade e a ética na mediação da literatura. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 171-190, maio/ago. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BRAGA, William D. Mediação e processos de compreensão intersubjetivas das representações sociais do trabalho. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 3, 2004.
- BRANDÃO, Helena H. Negamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2012.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 9. 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008.
- BRÄSCHER, Marisa; CARLAN, Eliana. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. *In*: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Edição eletrônica. Brasília, DF: IBICT, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- BRENNAND, Edna Gusmão de Góes et al. A política de indexação da biblioteca digital Paulo Freire como ferramenta de fluência digital. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, v.1, n.1, jul./dez., 2014.
- BUCKLAND, Michael K. Descrição e pesquisa: metadados como infra-estrutura. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 0, n. 0, p. 3-15, jul./dez., 2006.
- BUFREM, L. S.; SORRIBAS, T. V. Mediação e convergência em bibliotecas acadêmicas: saberes e práticas culturais. **Encontros. Bibli**, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, SC, n. 25, 2008.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento – I: de Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAFÉ, Lígia Maria Arruda; BARROS, Camila Monteiro de. Informação musical: sistemas de classificação sob o olhar da semiótica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.134-144, jan./abr., 2014.

- CAFÉ, Lígia; BRÄSCHER, Marisa. Organização do conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 16, n. 3, p. 25-51, jan./jun. 2011.
- CAIXETA, Mário; SOUZA, Renato Rocha. Representação do conhecimento: história, sentimento e percepção. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 34-55, jul./dez. 2008.
- CAMILLO, Everton da Silva et al. Organização do conhecimento: Henry Evelyn Bliss e sua terminologia refletidos na Knowledge Organization Journal. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 4, p. 2-11, 2016.
- CAMPOS, Astério. O processo classificatório como fundamento das linguagens de indexação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 1-8, 1978.
- CAMPOS, Maria Luíza de A. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.
- CAMPOS, Maria Luíza de A. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 22-32, jan./abr., 2004.
- CAMPOS, Maria Luíza de A.; GOMES, Hagar E. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez., 2003.
- CAMPOS, Maria Luíza de A.; GOMES, Hagar E. Princípios de organização e representação do conhecimento na construção de hiperdocumentos. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 6, dez. 2005.
- CAMPOS, Maria Luíza de A.; GOMES, Hagar E. Taxonomia e Classificação: o princípio de categorização. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 4, ago. 2008.
- CAMPOS, Maria Luíza de A.; GOMES, Hagar E. Taxonomia e Classificação: a categoria como princípio. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 8., 2007. Salvador. **Anais...** Salvador, 2007.
- CAMPOS, Maria Luíza de A.; GOMES, Hagar E.; OLIVEIRA, Laura de L. As Categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico. **DataGramZero**, Revista de Informação, v. 14, n. 3, jun. 2013.
- CAMPOS, Maria Luíza de A.; GOMES, Hagar E.; OLIVEIRA, Laura de L. As Categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 14, n. 3, jun. 2013.
- CAMPOS, Maria Luíza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Princípios para modelagem de domínio: a posição de Barry Smith e de Ingetraut Dahlberg. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.81-94, jan./abr., 2014.

CARLAN, Eliana; BRÄSCHER, Marisa. Fundamentos teóricos para elaboração de sistemas de organização do conhecimento. *In*: BAPTISTA, Dulce M.; ARAÚJO JUNIOR, Rogério H. de (Orgs.). **Organização da informação**: abordagens e práticas. Brasília, DF: Thesaurus, 2015. Cap. 6, p. 135-158.

CASTRO, Fabiano F. de; SALES, Aline Rodrigues de S.; SIMIONATO, Ana Carolina. Recomendações teóricas e práticas para o ensino da catalogação no Brasil. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, SC, v. 21, n. 46, p. 19-32, maio/ago., 2016.

CASTRO, Fabiano F. de; SANTOS, Plácida L. V. A. C. Elementos de interoperabilidade na perspectiva da catalogação descritiva. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 13-25, set./dez., 2014.

CASTRO, Fabiano F. de; SANTOS, Plácida L. V. A. C. Representação e descrição de recursos informacionais: aspectos estruturantes no delineamento de ambientes informacionais digitais. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 155-168, jan./dez. 2010.

CATARINO, Maria Elisabete; CERVANTES, Brígida M. N.; ANDRADE, Ilza A. de. A representação temática no contexto da WEB semântica. **Informação & Sociedade**, Estudos, João Pessoa, PB, v. 25, n. 3, p. 105-116, set./dez., 2015.

CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha B. de. A representação descritiva no contexto da web semântica. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 77-90, maio/ago., 2012.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; FEITOSA, Luiz Tadeu. A mediação da informação sob a perspectiva do usuário em comunidades locais. *In*: CASARIN, Helen de Castro S. (Org.). **Estudos de usuário da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2014. p. 255-271.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **El orden de los libros**: lectores, autores, bibliotecas em Europa entre los siglos XIV y XVIII. 3. ed. Barcelona: 2005.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução Fúlvvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de Linguística para estudos de indexação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Comitê Gestor Nacional de Conciliação. **Manual de mediação judicial**. Organizado por André Gomma de Azevedo. Brasília, DF, 2016.

Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/07/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CORDA, María Cecilia. Gestão e mediação da informação em um serviço de referência digital no campo das ciências sociais. **Brasilian Journal of Information Science**, Marília, SP, v. 6, n. 2, p. 89-104, jul./dez., 2012.

CORRÊA, Renato Fernandes; BAZÍLIO, Luiz Henrique Teixeira. Análise da extração de descritores como sintagmas nominais através do software OGMA. **Encontros Bibli**, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 22, n. 50, p. 44-58, set./dez., 2017.

COSTA, António F. Classificações sociais. **Leituras**: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, v. 3, n. 2, out./1997-abr./1998.

COSTA, Mateus Uerlei Pereira da; MOURA, Maria Aparecida. A representação da informação em contextos de comunicação científica: a elaboração de resumos e palavras-chave pelo pesquisador- autor. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 3, p. 45-67, set./dez. 2013.

COYLE, K. **FRBR before and after**: a look at our bibliographic models. Chicago: ALA Editions, 2016.

COYLE, K. Future considerations: the functional library systems record. **Library Hi Tech**, n. 22, v. 2, p. 166-174, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/07378830410524594>. Acesso em: 30 out. 2017.

CRIPPA, G. Alguns tratados sobre bibliotecas como fontes para a história da organização para a mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 78-97, maio./ago. 2014.

CUNHA, Isabel M. R. Ferin. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: Edusp, 1990. (Teses, v. 11).

CUNHA, Isabel M. R. Ferin. Estruturação de vocabulário. In: SMIT, Johanna W. (Coord.) **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília, DF: IBICT, 1987. p. 61-85.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DAHLBERG, Ingetraut. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. Tradução Prof. Astério Tavares de Campos. **Revista de Biblioteconomia da Brasília**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978b.

DAHLBERG, Ingetraut. **Teoria da classificação, ontem e hoje**. Tradução Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 1972. Disponível em: http://www.conexao.org/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm. Acesso em: 09 jul. 2015.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. Tradução do Prof. Astério Tavares Campos. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978a.

DAL' EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O conhecimento profissional do catalogador de assunto sobre política de indexação em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 21-39, maio/ago., 2013.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A pesquisa sobre política de indexação no Brasil: avanços e desafios. **Scire**, v. 17, n. 2, p. 49-56, jul./dic., 2015.

DANSKIN, A. Mature consideration: developing bibliographic standards and maintaining values. **New Library World**, n. 105, v. 3/4, p. 113-117, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/03074800410526730>. Acesso em: 30 out. 2017.

DAVALLON, Jean. **La médiation: la communication en procès?** Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse & Laboratoire. Culture et Communication, [2003]. (Recherche sur les institutions et les publics de la culture, n° 3151) Disponível em: http://www.mei-info.com/wp-content/uploads/revue19/ilovepdf.com_split_3.pdf. Acesso em: 23 dez. 2015.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Geneviane Duarte; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Tratamento temático da informação em periódicos científicos eletrônicos na Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 22-38, jan./jun. 2013.

DINIZ, Joaquim Alves; MARTINS, Gracy Kelli. Análise de Consistência na Indexação: o DeCS Como Instrumento de Representação e Recuperação da Informação em Ciências da Saúde. **Folha de Rosto**, Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v.1, n. 1, p. 75-89, jan./jun., 2015.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle. **Tesauro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. Fundamentos epistemológicos de la clasificación documental. **Scire**, v. 1, n. 1, en./jun., 1995.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. Los lenguajes documentales ante el passo de la organización de la realidad y el saber a la organización del conocimiento. **Scire**, v. 1, n. 2 jul./dic., 1995.

FADEL, Barbara et al. Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 106-125, set., 2015/fev., 2016.

FELDMAN, Daniele; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Práticas de seleção, aquisição e descarte do livro didático em escolas públicas: um estudo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 50-60, dez./mar., 2017.

FERNANDES, Geni C.; PRUDENCIO, Dayanne da S. Política de indexação em bibliotecas cariocas: mapeamento exploratório. **Ponto de Acesso**, Salvador, BA, v. 9, n. 1, p. 122-122, abr., 2015.

FERNEDA, Edberto; DIAS, Guilherme Ataíde. OntoSmart: um modelo de recuperação de informação baseado em ontologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 170-187, abr./jun., 2017.

FERREIRA, Fabiane; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Processo de indexação nas bibliotecas dos Institutos Federais do Paraná – IFPR. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 164-179 jan./abr., 2016.

FERREIRA, Jaider A.; SANTOS, Plácida L. V. A. C. O modelo de dados Resource Description Framework (RDF) e o seu papel na descrição de recursos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 23, n. 2, p. 13-23, maio/ago., 2013.

FERREIRA, Letícia E.; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v.18, n.1, p.158-167, jan./mar. 2013.

FERREIRA, Marilucy da Silva. Linguagem e representação: considerações no universo da Ciência da Informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 11, n. 3 p. 1-14, set./dez. 2013.

FOGAÇA, Maria Giovane; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Terminologias da área jurídica em sistemas de organização do conhecimento à luz do código de processo civil brasileiro: com ênfase na Classificação Decimal Universal e Classificação Decimal de Direito. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 83-103, jan./jun. 2013.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono; Brasília, DF: Ed. UnB, 1973.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira C. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 26, n. 1, p. 67-76, jan./abr., 2014.

FREIRE, Isa Maria. Mediação da informação: um olhar sobre o portal LTI a partir da literatura indexada na BRAPCI. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 23-45, maio/ago., 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 22)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes Avaliação da eficácia de recuperação do sistema de indexação PRECIS. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 120-134, jul./dez., 1989.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes O contexto da indexação para a catalogação de livros: uma introdução. In: _____ et al. **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 11-17.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 42-66, abr., 2013.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 4, ago. 2004.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2-17, jan/jun. 2016.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Abordaje cognitivo de la lectura documentaria en la formación inicial del indizador: uso del protocolo verbal en la investigación de estrategias de enseñanza. **Scire**, v. 15, n. 2, p.25-38, jul./dic., 2009.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; AGUSTÍN LACRUZ, María del Carmen; GÓMEZ DÍAZ, Raquel. A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 94-109, jan./mar., 2012.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina C.; RUBI, Milena P. The indexing context for cataloging books using a sociocognitive approach. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, SP, v. 4, n. 2, p. 20-37, Jul./Dec., 2010.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. La práctica de la catalogación temática en perspectiva sociocognitiva. **Scire**, p. 93-101, 2010.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL-LEIVA, Isidoro. Avaliação da indexação por meio da recuperação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p. 50-66, jan./abr., 2014.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena P. Modelo de lectura profesional para la indización de textos científicos. **Scire**, v. 12, n. 1, p. 47-69, en./jun., 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena P. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr., 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação v. 7, n. 3, jun. 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: _____ et al. **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19-42.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr., 2016.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz. A estrutura lógico-hierárquica de linguagens de indexação utilizadas por bibliotecas universitárias. **Scire**, v. 22, n. 2, p. 37-46, jul./dic., 2016.

GARCIA, Cristiane L. S.; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; VALENTIM, Marta L. P. O papel da mediação da informação nas universidades. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 2, p. 351-359, abr./jun., 2011.

GARCÍA-MARCO, Francisco-Javier. The evolution of thesauri and the history of knowledge organization: between the sword of mapping knowledge and the wall of keeping it simple. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. v. 10, n. 1, p. 1-11, 2016.

GAUDÊNCIO, Mário; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Representação semântico-discursiva de cibercordéis. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 129-153, jan./abr. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, Hagar E. O indexador face às novas tecnologias de informação. **Trans-informação**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 161-171, maio/ago., 1989.

GOMES, Hagar E. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 60-88, jan./dez., 2009.

GOMES, Hagar E.; MOTTA, Dilza F. da; CAMPOS, Maria Luiza de A. **Revisitando Ranganathan: a classificação na rede**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/revisitando/revisitando.htm>. Acesso em: 02 dez. 2016.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014.

GOMES, Henriette Ferreira. A função do iconismo na percepção: etapa precursora da construção de conhecimentos e informações. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 6, dez., 2015.

GOMES, Henriette Ferreira. A interligação entre comunicação e informação. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 3, jun., 2010a.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação, v.9 n.1, p. 1-16 fev. 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Competências em informação, comunicação e transmissão: bases para produção, interpretação e geração de sentidos. *In*: GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças (Orgs.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015. v. 1, p. 163-182.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (Orgs.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: _____; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-43.

GOMES, Henriette Ferreira. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 61-70, jan./abr., 2000.

GOMES, Henriette Ferreira. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo e periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 85-99, jan./dez., 2010b.

GOMES, Henriette Ferreira; SANTOS, Raquel do Rosário. Atividades de mediação para leitura e escrita: uma análise dos níveis de mediação em experiências realizadas por bibliotecas de universidades públicas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 43, n. 2, p. 257-271, maio/ago., 2014.

GOMES, Henriette Ferreira; SANTOS, Raquel do Rosário. Representação e organização da informação científica como ações de mediação implícita: compromisso da biblioteca universitária com o *ethos* da ciência e a afiliação acadêmica. *In*: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar C. de et al. (Orgs.). **Representação da informação: um universo multifacetado**. João Pessoa, PB: Ed. UFPB, 2013. p. 29-54.

GOMES, Henriette Ferreira; VARELA, Aida V. Mediação da informação na área da medicina: possibilidade de interlocução entre os saberes científico, profissional e sociocultural. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 21, n. 1, p. 3-22, jan./mar., 2016.

GOMES, Henriette Ferreira; VARELA, Aida V. A organização do conhecimento para o acesso universal: as contribuições de Otlet, Bradford, Ranganathan, Dahlberg e Lancaster. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL. 1. CONGRESSO ISKO ESPANHA. 11. 2013. Porto. **Anais...** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. P. 1332-1348.

GONÇALVES, José Luiz Costa Sousa; ASSIS, Juliana de. A indexação social enquanto prática de representação colaborativa da informação imagética: a construção da memória na plataforma Flickr. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 34-51, jul./dez., 2016.

GORMAN, M. What is the future of cataloguing and cataloguers? *In*: IFLA GENERAL CONFERENCE, 63., 1997, Copenhagen. Conference Programme and Proceedings. [S.l.]: IFLA, 1997. Disponível em: <http://archive.ifla.org/IV/ifla63/63gorm.htm>. Acesso em: 30 out. 2014.

GRACIOSO, Luciana de Souza; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ciência da informação e filosofia da linguagem**: da pragmática informacional à web pragmática. Araraquara: Junqueira & Marin, 2011.

GUARALDO, Tamara de S. B. Mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores: práticas de informação e leitura do jornal Bom Dia Bauru. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 215-240, maio/ago. 2014.

GUEDES, Roger de M.; MOURA, Maria A.; DIAS, Eduardo José Wense. A abordagem dialógica na indexação social. **DataGramZero**, Revista de Informação, v. 13, n. 1, fev. 2012.

GUEDES, Roger de Miranda; DIAS, Eduardo José Wense. Indexação social: abordagem conceitual. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 39-53 jan./jun., 2010.

GUIMARÃES, José Augusto C.; MILANI, Suellen O.; PINHO, Fabio A. Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli**, Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 25, 1º sem., 2008.

GUIMARÃES, José Augusto C.; MILANI, Suellen Oliveira; EVANGELISTA, Isadora Victorino. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 20, n. esp. 1, p. 19-32, fev., 2015.

GUIMARÃES, José Augusto C.; PINHO, Fabio Assis. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

GUIMARÃES, José Augusto C.; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, jan./jun., 2007.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. 2. ed. Tradução Maria Fausta Pereira de Castro. Posfácio de Oswald Ducrot. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

IFLA. Grupo de Trabajo sobre los Requisitos Funcionales y Numeración de Registros de Autoridad. Requisitos funcionales de los datos de autoridad (FRAD): un modelo conceptual. Madrid: Biblioteca Nacional de España, 2009. Disponível em: [http://www.ifla.org/files/cataloguing/frad/frad_2009 es.pdf](http://www.ifla.org/files/cataloguing/frad/frad_2009_es.pdf). Acesso em: 30 out. 2017.

IFLA. Study Group on The Functional Requirements for Bibliographic Records. Functional requirements for bibliographic records: final report. München: K. G. Saur, 2009. Approved by the Standing Committee of the IFLA Section on Cataloguing in September 1997. As amended and corrected through February 2009. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf. Acesso em: 30 out. 2017.

JANAITE NETO, Jorge; FERNEDA, Edberto. Ontologia como recurso de padronização terminológica no processo de recuperação de informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, jan./jun., 2016.

KAULA, Prithvi N. **Repensando os conceitos no estudo da classificação**. Baseado em artigo submetido à IV Conferência sobre Pesquisa em Classificação, Augsburg, Alemanha Ocidental, 1982. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bitl/kaula/index.htm>. Acesso em: 02 dez. 2016.

KOBASHI, Nair Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 8, n. 6, dez. 2007.

KOBASHI, Nair Y.; FRANCELIN, Marivalde M. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 1-24, jan./ jun., 2011.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia**. Tradução Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. 120 p.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 223-226, set./dez., 1993.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do Grupo Tema. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 92-121, jan./jun., 2011.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago., 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documentary languages and knowledge organization systems in the context of the semantic web. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 145-150, maio/ago., 2013.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Informação, informatividade e Lingüística Documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramZero** Revista de Ciência da Informação v. 9, n. 6, dez. 2008.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez., 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 127-139, jul./dez., 2002.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. O Unicórnio (o Rinoceronte, o Ornitorrinco...), a Análise Documentária e a Linguagem Documentária. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 2, n. 6, dez. 2001.

LARA, Marilda Lopes Ginez de.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Uma experiência na interface Lingüística Documentária e Terminologia. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 8, n. 5, out. 2007.

LÊDO, Felipe José; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação do livro em braille em catálogos em linha de acesso público de bibliotecas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 183-198, maio/ago. 2017.

LELIS GARCIA, Hilda; MIRELIS CÁRDENAS, Celia. Aportaciones de Paul Otlet a la bibliotecología actual. **Nueva Época**, Revista de la Asociación Mexicana de Bibliotecarios, v. 4, n. 3, p. 22-26, jul./sep., 2002.

LIMA Gercina Ângela B. de O. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 77-87, jan./abr., 2003.

LIMA, Gercina Ângela. B. de O. MACULAN, Benildes C. M. dos S. Análise de assunto a partir de uma perspectiva histórica do ARIST. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 22-35, jan./abr., 2014.

MACEDO, Naiara O.; SILVA, Jonathas Luiz C. Mediação no campo da Ciência da Informação. **Folha de Rosto**, Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, CE, v. 1, n. 1, p. 64-74, 2015.

MACHADO, Raquel B.; PEREIRA, Ana Maria. Aspectos da catalogação e do RDA: contribuições teóricas da literatura nacional e internacional. **Encontros Bibli**, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 22, n.49, p. 89-101, maio/ago., 2017.

MACHADO, Raquel B.; PEREIRA, Ana Maria. O novo código RDA sob a perspectiva das tarefas do usuário. **RICI**, Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 9, n. 2, p. 345-364, jul./dez. 2016.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Ângela B. de O.; PENIDO, Patrícia. Taxonomia facetada como interface para facilitar o acesso à informação em Bibliotecas digitais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 234-249, jan./jun., 2011.

MACULAN, Benildes Coura; LIMA, Gercina Ângela B. de O. Relacionamentos em tesauros: o valor semântico dos verbos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 182-201, out./dez., 2014.

MAI, Jens-Erik. The modernity of classification. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 4, p. 710-730, 2011.

MAIA, Manuela E.; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar C. de. O uso da análise da informação nos processos de indexação para o contexto do cordel. **DataGramZero**, Revista de Informação, v. 15, n. 5, out. 2014.

MAIA, Regina M.C.S; ALVARENGA, Lídia. Teoria da classificação facetada e contribuições para o modelo entidade relacionamento. **Prisma.com**, n. 25, p. 91-125, 2014.

MAIMONE, Giovana D.; SILVEIRA, Naira C.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr., 2011.

MAIMONE, Giovana D.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Linguística e terminologia: contribuições para a elaboração de tesauros em ciência da informação. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 12, n. 2, abr. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARI, Hugo. Dos fundamentos da significação à produção do sentido. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 93-109, jan./jun. 1996.

MARTÍNEZ AVILA, Daniel; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Library classifications criticisms: universality, poststructuralism and ethics. **Scire**, v. 19, n. 2, p. 21-26, jul./dic., 2013.

MARTINHO, Noemi Oliveira; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización. **Scire**, p. 61-70, 2010.

MARTINS, A. A. L. Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v.19, n. 4, p.164-185, out./dez. 2014.

McILWAIN, I. C. Historical background to the classification. *In: _____*. **The Universal Decimal Classification: a guide to its use**. The Hague: UDC Consotium, 2007. Cap. 1, p. 1-12.

MELO, Maria Antônia F.; BRÄSCHER, Marisa. Requisitos funcionais para dados de autoridade assunto (FRSAD): entidades, atributos e relacionamentos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 12 n. 2 p. 102-119, maio/ago., 2014.

MELO, Maria Antônia F.; BRÄSCHER, Marisa. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjørland. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 67-80, jan./abr., 2014.

MENDES, Paula Raphisa; REIS, Raquel Martins dos; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Tesouros no acesso à informação: uma retrospectiva. **Revista ACB**, Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 49-66, jan./abr., 2015.

MEY, Eliane Serrão Alves; GRAU, Isabel Arino; BIAR, Fernanda Salgado. Resource Description and Access (RDA): prós e contras. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 43-52, jan./jul., 2014.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 125-137, 2010.

MILANI, Suellen Oliveira. **Bias na representação de assunto: uma discussão de oposições binárias nos *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD)**. Marília, SP, 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2014.

MILANI, Suellen Oliveira. **Biases na representação de assunto: uma perspectiva a partir da literatura internacional de biblioteconomia e Ciência da Informação**. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 9, n. 1, 2015.

MODESTO, Fernando. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 22. Brasília. 2007. **Anais...**, Brasília, 2007.

MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de P. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesouros e ontologias. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 6, dez. 2004.

MOREIRA, Manoel P.; MOURA, Maria A. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI Tesouro em Ciência da Informação. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 7, n. 4, ago., 2006.

MOREIRA, Manoel P.; STEPLIUC, Sergio Murilo. Reconocimiento de títulos de artículos no concordantes con el contenido a través de la utilización de palabras clave. **Scire**, v. 12, n. 1, p. 225-245, en./jun., 2006.

MOREIRA, Walter. Provocações deleuzeanas para as linguagens documentárias. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 21-36, jul./dez., 2010.

MOREIRA, Walter. Teoria da classificação e ontologias: em busca do diálogo necessário. **Scire**, v. 19, n. 2, p. 69-76, jul./dic., 2013.

MOREIRA, Walter; SANTOS NETO, Martins Fideles dos. A formação do conceito de ontologia na ciência da informação: uma análise nos periódicos **Scire** e **Ibersid**. **Scire**, v. 20, n. 2, p. 49-54, jul./dic., 2014.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. Evolução ontológica das linguagens documentárias: relato de uma experiência de curso organizado conjuntamente para o DT/SIBI-USP e o PPGCI/ECA. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.2, n. 1, p. 143-164, jan./jun., 2011.

MORENO, Fernanda P.; BRASCHER, Marisa. MARC, MARCXML e FRBR: relações encontradas na literatura. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p.13-25, set./dez., 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOURA, Amanda Pacini de; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Construir o edifício documentário: concepções de Paul Otlet para uma ciência e uma técnica dos documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 2-17, out./dez., 2012.

NAUDÉ, Gabriel. **Conselhos para formar uma biblioteca**. Apresentação de Claude Jolly. Tradução da primeira edição (1627) por Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

NAVES, Madalena Martins Lopes. El trabajo de los indizadores: factores que afectan al análisis de contenido. **Scire**, v. 8, n. 1, p. 119-130, en./jun., 2002.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 189-203, jul./dez., 2001.

NEVES, Dulce Amélia de Brito. Ciência da informação e cognição humana: uma abordagem do processamento da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 39-44, jan./abr., 2006.

NEVES, Dulce Amélia de Brito. Representação temática da informação e mapas cognitivos: interações possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, p. 39-47, Número Especial 2012.

NEVES, Dulce Amélia de Brito; DIAS, Eduardo José W.; PINHEIRO, Ângela Maria V. Uso de estratégias metacognitivas na leitura do indexador. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 141-152, set./dez., 2006.

NICOLINO, Maria Elisa Valentim Pickler; FERNEDA, Edberto. Um método para a utilização de ontologias na indexação automática. **Informação & Tecnologia (ITEC)**, Marília/João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 13-33, jul./dez., 2014

NOVELLI, V. A. M.; HOFFMANN, W. A. M.; GRACIOSO, L. de S. Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 19, n. 3, p. 30-51 jul./set. 2014.

NOVELLINO, Maria Salet F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez., 1996.

NOVO, Hildenise Ferreira. Representação do conhecimento ou representação conceitual? Uma investigação epistemológica no âmbito da ciência da informação e da filosofia nas considerações de Deleuze e Guatarri. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 114-129, dez., 2013.

NOVO, Hildenise Ferreira. A taxonomia enquanto estrutura classificatória: uma aplicação em domínio de conhecimento interdisciplinar. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 131-156, set., 2010.

OCLC. **Dewey Decimal Classification**: resumos. 23rd ed. Disponível em: <https://www.oclc.org/en/dewey/features/summaries.html#ten>. Acesso em: 23 mar. 2017.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; ARAUJO, Ronaldo Ferreira de. Construção de linguagens documentárias em sistemas de recuperação da informação: a importância da garantia do usuário. **Encontros Bibli**, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 17, n. 34, p.17-30, maio/ago., 2012.

OLIVEIRA, Lais Pereira de. Política de indexação: concepções acerca do conceito e percepções em torno de sua elaboração. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 2, p. 39-58, maio/ago. 2017.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORTEGA, Cristina D. Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 182-215, abr./jun., 2013.

ORTEGA, Cristina D. A Documentação como origem e base fértil para a fundamentação da Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 8. 2007. Salvador. **Anais...**, Salvador, 2007.

ORTEGA, Cristina D. Ordenação de documentos: fundamentos e relações com a classificação bibliográfica. *In: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural***. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 765-797. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)

ORTEGA, Cristina D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 5 n. 5 out., 2004.

ORTEGA, Cristina D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 14, número especial, p. 59-79, 2009.

OSUNA ALARCÓN, María R. La norma RDA (Recursos, Descripción y Acceso) y la adaptación al cambio en los sistemas bibliográficos en España. **RICI**, Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 8, n. 1, p. 22-39, jan./jul.2015.

PAES, Denyse Maria Borges; TABOSA, Hamilton Rodrigues. Biblioteca digital de teses e dissertações: reflexões sobre representação da informação com vistas à recuperação da informação. **Revista ACB**, Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 225-239, maio/ago., 2015.

PAIVA, Simone Borges; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. A relação entre o ensino e a pesquisa e sua contribuição para a representação descritiva e temática. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 515-525, set./dez., 2015.

PAIVA, Simone Borges; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. O laboratório de práticas integradas na formação do catalogador e classificador: experiências no curso de biblioteconomia da UEL. **Biblos**, Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 30, n. 2, p. 162-181, 2016.

PASSARELLI, Brasilina. Mediação da informação no hibridismo contemporâneo: um breve estado da arte. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 43, n. 2, p. 231-240, maio/ago., 2014.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Coelho Neto. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Estudos)

PELL, John; HUPPUGH, Meghan. IGAPS: a taxonomy and faced classification system. **Library Resouces & Technical Services**, v. 61, n. 3, July, 2017.

PERAYA, Daniel. O ciberespaço: um dispositivo de comunicação e de formação midiaticizada. *In: ALAVA, Séraphin (Org.). **Ciberespaço e formações abertas**: rumo a novas práticas educacionais?* Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002. Cap. 1, p. 25-52.

PERAYA, Daniel. Médiation et médiatisation: le campus virtuel. **Hermès**, La Revue, v. 3, n. 25, p. 153-167, 1999.

PEREA, Aníbal Araújo. Catálogo da biblioteca: o objeto orientado ao usuário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 20-36, jan./jun., 2010.

PEREIRA, Daniela T. Mediação: um novo olhar para o tratamento de conflitos no Brasil. **Revista Âmbito Jurídico**, v. 14, n. 95, dez., 2011. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10864&revista_caderno=21. Acesso em: 12 abr. 2017.

PEREIRA, Edmeire C.; BUFREM, Leilah S. Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. **Encontros Bibli**, Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 20, 2005.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo social. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 129-146.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 01-22, maio/ago. 2014.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221 p.

PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em Educação. São Paulo, 2004. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2004.

PIERUCCINI, Ivete. Mediação e protagonismo cultural: a Estação Memória. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 59-75.

PIERUCCINI, Ivete. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 8. 2007. Salvador. **Anais...** Salvador, 2007.

PINHO, Fabio Assis; NASCIMENTO, Bruna Laís Campos do; MELO, Willian Lima. As dimensões ôntica, epistêmica e documental na representação da informação e do conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 112-123, jan./abr., 2015.

PINTO, Virgínia B. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez., 2001.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, p. 1-15, 1998. Disponível em: <http://cfc.ul.fc.ul.pt/textos/OP%20%20Da%20Classificacao%20dos%20Seres%20a%20Classificacao%20dos%20Saberes.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2016.

RAMALHO, Rogério Aparecido Sá. BIBFRAME: modelo de dados interligados para bibliotecas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 292–306, maio/ago., 2016.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Tradução de Tarcisio Zandonade. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

RAYWARD, W. Boyd. **The universe of information: the work of Paul Otlet for Documentation and international organisation**. Moscow: FID, 1975.

REDIGOLO, Franciele M.; FUJITA, Mariângela S. L. A leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 20, n. 3, p. 356-376, set./dez., 2015.

REDIGOLO, Franciele Marques; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Algumas contribuições da perspectiva filosófico-semiótica de Peirce para a análise de assunto. **DataGramZero**, Revista de Informação v. 13, n. 3 jun./ 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

RÍOS HILARIO, Ana Belén; GUERREIRO, João. La aplicación de la ISBD consolidada en la descripción de los recursos electrónicos: similitudes y diferencias con la ISBD (ER). **Scire**, v. 17. n. 1, p. 41-48, en./jun., 2011.

RIZZI, Yuri Rocio Franco. As cinco leis da biblioteconomia no Brasil. *In*: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; EGGERT-STEINDEL, Gisela (Orgs.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 30-42.

ROCHA, Gerlaine Pereira da; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A prática da catalogação na biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros. **REBECIN**, Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v. 3, n. 1, p. 63-80, jan./jun., 2016.

RODRIGUES, Márcia C. Nomes de família como pontos de acesso autorizados de um registro bibliográfico. **Biblos**, Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 71-91, jan./jun., 2013.

RODRIGUES, Maria Rosemary; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Análise de assunto e mapas conceituais: semelhanças nos processos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 35-56, out./dez., 2015.

RODRIGUES, Talita Andrade; DAL EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariangela Spotti Lopes. Política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos usuários deficientes visuais. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 56-72, jul./dez., 2017.

ROZSA, Vitor; DUTRA, Moisés Lima; NHACUONGUE, Januário Albino. Linked open data no contexto acadêmico: identificação e análise de vocabulários utilizados na academia e na pesquisa científica. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. v. 11, n. 3, p.34-52, 2017.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari. Do conhecimento tácito ao conhecimento explícito: a elaboração de manual de política de indexação em bibliotecas universitárias. **Scire**, v. 18, n. 2, p. 67-73, jul./dic., 2012.

SÁ, Alzira Tude de. Ler, indexar, representar: o poder que subjaz à ordem das escolhas. **Biblos**, Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 43-53, jan./jun. 2013.

SABBAG, Deise Maria Antonio; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Um clássico sólido para um mundo líquido. *In*: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; EGGERT-STEINDEL, Gisela (Orgs.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia**: reflexões e desafios. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 21-29.

SALES, Rodrigo de. A classificação de livros de William Torrey Harris: influências de Bacon e Hegel nas classificações de biblioteca. **Encontros Bibli**, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 22, n. 50, p. 188-204, set./dez., 2017.

SALES, Rodrigo de. Ranganathan e a mudança no trajeto das classificações de biblioteca. *In*: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; EGGERT-STEINDEL, Gisela (Orgs.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia**: reflexões e desafios. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 57-71.

SALES, Rodrigo de.; CAFÉ, Lígia. Semelhanças e diferenças entre tesouros e ontologias. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 4, ago. 2008.

SALES, Rodrigo de; CAFÉ, Lígia. Diferenças entre tesouros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 99-116, jan./abr., 2009.

SALES, Rodrigo de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A importância de Julius Kaiser para a organização do conhecimento: um estudo comparativo com as perspectivas de Cutter, Otlet e Ranganathan. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 43-65, mar./ago. 2016.

SALES, Rodrigo de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Los principios teóricos de Cutter, Kaiser e Ranganathan como elementos de interlocución en la organización del conocimiento. **Scire**, p. 21-29, 2010.

SALES, Rodrigo de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O pragmatismo em Kaiser e Ranganathan e o pioneirismo na construção do método analítico-sintético. **Scire**, v. 20, n. 1, p. 53-64, en./jun., 2014.

SAMPAIO, Débora Adriano; DANTAS, Esdras Renan Farias; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Nas entrelinhas da cognição: tópicos de representação da informação. **Folha de Rosto**, Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v.3, n. 1, p. 24-31, jan./jun., 2017.

SANCHES, Gisele A. R.; RIO, Sinomar F. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010.

SANTA ANNA, Jorge; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita; CAMPOS, Suelen de Oliveira. Representação documentária em diferentes bibliotecas: o tratamento informacional como um processo plural. **Revista ACB**, Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 61-75, dez./mar., 2016.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos; 103)

SANTANA, Glessa Heryka Celestino de. A folksonomia como modelo emergente da representação e organização da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 11, n. 3, p. 72-92, set./dez., 2013.

SANTOS NETO, João Arlindo. **O estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos**. Marília, SP, 2019. 458 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, 2019.

SANTOS, Francisco Edvander Pires et al. Planejamento e elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo realizado a partir da análise da indexação e da recuperação da informação em catálogo online. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 226-237, jul./set., 2016.

SANTOS, Francisco Edvander Pires; LIMA Juliana Soares; ARAÚJO, Irlana Mendes de. Representação e recuperação da informação em bibliotecas universitárias: o tesouro como elo entre acervo, indexação e usuários da área de Física. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 1, p. 43-58, jan./abr. 2017.

SANTOS, Plácida L. V. A. da C. Catalogação, formas de representação e construções mentais. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 8, n. 2, 2013.

SANTOS, Plácida L. V. A. da C.; ZINS, Chaim. Mapeando o conhecimento em sistemas de classificação de bibliotecas. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 4, p. 62-85, out./dez., 2011.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos. Indexação em repositórios digitais: uma abordagem sobre o metadado assunto da Biblioteca Digital de Monografias da UFRN. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, Número Especial, p. 1-22, 2017.

SANTOS, Raquel do Rosário; GOMES, Henriette Ferreira. Utilização dos dispositivos de comunicação da web social pelas bibliotecas universitárias: um espaço para mediação da informação. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 26, n. 1, p. 39-50, jan./abr., 2014.

SANTOS, Raquel do Rosário; GOMES, Henriette Ferreira; DUARTE, Emeida N. Processo dialógico entre bibliotecários e usuários: reflexão em torno da utilização de dispositivos de comunicação na web social. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, SC, v. 21, n. 45, p. 115-129, jan./abr., 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye; com colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antonio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cutrix, 2012.

SAWSAA, Ahlam F.; LU, Joan. Building an advance domain Ontology Model of Information Science (OIS). **International Journal of Digital Information and Wireless Communications**, v. 4, n. 2, p. 258-266, 2014.

SCHIESSL, Ingrid Torres et al. Cenário brasileiro dos catálogos *onlines* das bibliotecas universitárias federais. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111-126, jul./dez., 2016.

SCHIESSL, Marcelo. Ontologia: o termo e a idéia. **Encontros Bibli**, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 24, p. 172-181, 2007.

SCHREINER, Heloisa B. **Considerações históricas acerca do valor das classificações bibliográficas**. Trabalho apresentado à Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/schreiner/index.htm>. Acesso em: 02 dez. 2016.

SEPÚLVEDA, Fernando Antonio Miranda. **A gênese do pensar de Ranganathan: um olhar sobre as culturas que o influenciaram**. Rio de Janeiro, 1996. 34 p. Pesquisa publicada originalmente como dissertação de mestrado em Ciência da Informação na UFRJ, em 1996. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/sepulveda/index.htm>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SERRA, Liliana Giusti; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. O catálogo da biblioteca e o linked data. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 167-185, maio/ago., 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SHERA, Jesse H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com**, n. 9, 2010.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf. Acesso em: 26 ago. 2017.

SILVA, Eduardo G.; BOCCATO, Vera Regina C. Avaliação do uso de catálogos coletivos de bibliotecas universitárias pela perspectiva sociocognitiva do usuário. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 5-18, jan./abr., 2012.

SILVA, Jonathas L. Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, SP, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015.

SILVA, José Fernando Modesto da. A ISBD: um instrumento de representação descritiva em evolução. In: _____; PALETA, Francisco Carlos (Orgs.). **Tópicos Para o Ensino de Biblioteconomia**: volume 1. São Paulo: ECA/USP, 2016.

SILVA, Luciana Candida da et al. O código RDA e a iniciativa BIBFRAME: tendências da representação da informação no domínio bibliográfico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 130-156, set./dez. 2017.

SILVA, Márcio Bezerra da; NEVES, Dulce Amélia de Brito. A aplicação da teoria da classificação facetada em banco de dados, através da modelagem conceitual. In: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar C. de et al. (Orgs.). **Representação da informação**: um universo multifacetado. João Pessoa, PB: Ed. UFPB, 2013. p. 29-54.

SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela S. L. A prática da indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago., 2004.

SIMIONATO, Ana Carolina. Métodos de análise de assunto em fotografias: estudo no âmbito do ensino da representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 532-545, maio/ago., 2017.

SIMIONATO, Ana Carolina; ARAKAKI, Felipe Augusto; SANTOS, Plácida Leopoldina V. A. da Costa. Descrição em bibliotecas, arquivos, museus e galerias de arte: linkando recursos e comunidades. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 449-466, maio/ago., 2017.

SIMÕES, Maria da Graça. **Classificação Decimal Universal**: fundamentos e procedimentos. Colaboração de Carla Ferreira. Coimbra: Almedina, 2008.

SIMÕES, Maria da Graça de Melo et al. Entre os seres e os saberes: a identidade ontológica das taxonomias: ciência, método ou produto? **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 45 n. 1, p. 41-56, jan./abr. 2016.

SIQUEIRA Ivan C. P.; SILVA, José Fernando M. da. Metadados: o fio de Ariadne ou a coragem de Teseu? **Biblioteca Universitária**, Belo Horizonte, MG, v.1, n. 1, p. 11-18, jan./jun. 2011.

SIQUEIRA, Jéssica C. O conceito de classificação: uma abordagem histórica e epistemológica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 37-49, jan./jun., 2010.

SOARES, Neila Celia; LUNARDELLI, Rosane Suely Álvares. A representação da informação no âmbito das instituições de ensino superior: em foco os relatórios finais da Assessoria de Estatística do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 39-59, jan./jun. 2013.

SOUSA Raquel Juliana Prado Leite de; BENETTI, Marina. Indexação social no Skoob: a Descrição do livro 'O mundo de Sofia' a partir de tags e resenhas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 520-541, jan./abr. 2016.

SOUSA, Brisa Pozzi de. Representação Temática da Informação Documentária e sua contextualização em Biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 132-146, jul./dez. 2013.

SOUSA, Brisa Pozzi de; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Um olhar semiótico sobre o processo de indexação: a questão da representação e do referente. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 23-34, maio/ago. 2012.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela S. L. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2014.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela S. L. A classificação bibliográfica no contexto do tratamento temático da informação: um estudo com o protocolo verbal individual em bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 18, n. 1, p. 796-813, jan./jun., 2013.

SOUZA, Elisabete G. de; BEZERRA, Darlene A. Os Functional Requirements for Bibliographic Records no contexto da web semântica: as contribuições de Paul Otlet. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 143-157, maio/ago., 2016.

SOUZA, Elisabete G. de; BEZERRA, Darlene A.; COSTA, Wellington F. C. Descrição de recursos em uma estrutura de metadados pautada no modelo FRBR. **Em Questão**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 1, p. 113-136, jan./abr. 2016.

SOUZA, Rosali Fernandez de. A Classificação como interface da internet. **DataGramZero, Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, abr. 2000.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Ranganathan e a Classificação dos Dois Pontos. *In*: LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; EGGERT-STEINDEL, Gisela (Orgs.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 84-95.

STATEMENT of International Cataloguing Principles. [S. l.]: IFLA, 2009. Disponível em: http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-en.pdf. Acesso em: 30 out. 2017.

TABOSA, Hamilton R.; PAES, Denyse Maria Borges. Ferramentas tecnológicas na representação descritiva de documentos: abordagem como conteúdo e como instrumentos. **Biblionline**, João Pessoa, PB, v. 8, n. 1, p. 78-85, 2012.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; CARDOSO, Cyntia Chaves de Carvalho Gomes; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Linguagens documentárias e os sistemas de classificação bibliográfica: estudo de propostas de expansão e ampliação da CDD e da CDU. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, 112-130, 2015.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; LARA, Marilda L. G. de.; KOBASHI, Nair Y. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesaurus. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 197-200, set./dez., 1992.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; LARA, Marilda L. G. de; KOBASHI, Nair Y. Vamos perseguir a informação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 41, p. 52-57, set./dez., 1995.

TERRA, Guilhermina de Melo; VASCONCELOS, Tainá Rebelo. Vocabulário controlado em repositórios de instituições de ensino superior brasileiro: estudo comparativo. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 32-51, jan./jun. 2015.

TILLET, Barbara. What is FRBR?: a conceptual model for the bibliographic universe. Washington, DC: Library of Congress Cataloging Distribution Service, 2003. Disponível em: <https://www.loc.gov/cds/downloads/FRBR.PDF>. Acesso em: 10 out. 2017.

TOLENTINO, Vinicius de S.; ORTEGA, Cristina D. A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n. 46, p. 2-18, maio/ago., 2016.

TONELLO, I. M. S.; LUNARDELLI, R. S. A.; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Palavras-chave: possibilidades de mediação da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, BA, v. 6, n. 2, p. 21-34, ago. 2012.

TRISTÃO, Ana Maria D.; FACHIN, Gleisy Regina B.; ALARCON, Orestes E. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago., 2004.

UDC Consortium. Disponível em: <http://www.udcsummary.info/php/index.php?lang=en>. Acesso em: 31 mar. 2017.

UMBELINO, Michelle; AGANETTE, Elisângela Cristina. Classificação Decimal de Dewey: algumas motivações e justificativas de uso pela rede de bibliotecas da UFMG. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 43-54, jul./set., 2017.

VALENCIA, Maria Cristina Palhares; VOGEL Michelly Jabala Mamede; SILVA, Viviane Paulino da. Tesouro de acervo espírita: uma revisão de tesouro constituído. **Biblos**, Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 30, n. 1, p. 102-142, 2016.

VARELA, Aida V.; BARBOSA, Marilene L. Abreu. A multirreferencialidade de saberes nos atos de mediação do conhecimento: o aporte das ciências cognitivas à ação pedagógica das bibliotecas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 14, n. 2, p. 187-203, maio/ago., 2009.

VARELA, Aida V.; BARBOSA, Marilene L. Abreu.; FARIAS, Maria Giovanna G. Mediação em múltiplas abordagens. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 138 - 170, maio/ago. 2014.

VICKERY, B. C. **Classificação e indexação nas ciências**. Tradução de Maria Christina Girão Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART, 1980.

VIDOTTI, Silvana A. B. G.; LANZI, Lucirene A. C.; FERNEDA, Edberto. A mediação da informação aliada ao uso das tecnologias da informação e comunicação em uma biblioteca escolar. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 117-137, maio/ago. 2014.

VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Lais Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques. Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2017.

VIGNOLI, Richele Grengé; ALMEIDA, Patrícia Ofélia Pereira de; CATARINO, Maria Elisabete. Folksonomias como ferramenta da organização e representação da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 120-135, maio/ag

VIGNOLI, Richele Grengé; SOUTO, Diana Vilas Boas; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Sistemas de organização do conhecimento com foco em ontologias e taxonomias. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 23, n. 2, p. 59-72, maio/ago., 2013.

VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Ontologias e taxonomias: diferenças. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p.115-130, abr./jun. 2011a.

VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Proposta para o desenvolvimento de taxonomias em portais corporativos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 42-54, out./dez., 2011b.

VIZCAYA ALONSO, Dolores. Lenguaje e información. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 2, n. 4, ago. 2001.

VOGEL, Michely Jabala M. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 80-92, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Organizadores Michael Cole et al. Tradução José Cipola Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WANDERLEY, Manoel A. Linguagem documentária: acesso à informação: aspectos do problema. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-217, 1973.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores)

APÊNDICES

APÊNDICE A – Referências dos artigos de periódicos com argumentos identificados na pesquisa

BASTOS, Dilza Ramos; SANTOS, Ana Paula Lima dos; SANTOS, Lourdes Maria dos. Fundamentos teóricos da representação do conhecimento e da informação: uma discussão sobre o indexador. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 229-235, 2017.

CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha B. de. A representação descritiva no contexto da web semântica. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 77-90, maio/ago., 2012.

DINIZ, Joaquim Alves; MARTINS, Gracy Kelli. Análise de Consistência na Indexação: o DeCS Como Instrumento de Representação e Recuperação da Informação em Ciências da Saúde. **Folha de Rosto**, Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v.1, n. 1, p. 75-89, jan./jun., 2015.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2-17, jan/jun. 2016.

FUJITA, Mariângela S. L.; AGUSTÍN LACRUZ, María del Carmen; GÓMEZ DÍAZ, Raquel. A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 94-109, jan./mar., 2012.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz P. dos. A estrutura lógico-hierárquica de linguagens de indexação utilizadas por bibliotecas universitárias. **Scire**, v. 22, n. 2, p. 37-46, jul./dic., 2016.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz P. dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr., 2016.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; EVANGELISTA, Isadora Victorino. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 20, n. esp. 1, p. 19-32, fev., 2015.

NEVES, Dulce Amélia de Brito. Representação temática da informação e mapas cognitivos: interações possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, p. 39-47, Número Especial 2012.

REDIGOLO, Franciele Marques; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Algumas contribuições da perspectiva filosófico-semiótica de Peirce para a análise de assunto. **DataGramZero**, Revista de Informação v. 13, n. 3 jun./ 2012.

REDIGOLO, Franciele Marques; FUJITA, Mariângela S. L. A leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 20, n. 3, p. 356-376, set./dez., 2015.

ROZSA, Vitor; DUTRA, Moisés Lima; NHACUONGUE, Januário Albino. Linked open data no contexto acadêmico: identificação e análise de vocabulários utilizados na academia e na pesquisa científica. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. v. 11, n. 3, p.34-52, 2017.

SÁ, Alzira Tude de. Ler, indexar, representar: o poder que subjaz à ordem das escolhas. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 1, p. 43-53, jan./jun. 2013.

SANTOS, Francisco Edvander Pires et al. Planejamento e elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo realizado a partir da análise da indexação e da recuperação da informação em catálogo online. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 226-237, jul./set., 2016.

SANTOS, Francisco Edvander Pires; LIMA Juliana Soares; ARAÚJO, Irlana Mendes de. Representação e recuperação da informação em bibliotecas universitárias: o tesouro como elo entre acervo, indexação e usuários da área de Física. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 1, p. 43-58, jan./abr. 2017.

SANTOS, Plácida L. V. Amorim da Costa. Catalogação, formas de representação e construções mentais. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 8, n. 2, 2013.

SIMIONATO, Ana Carolina; ARAKAKI, Felipe Augusto; SANTOS, Plácida Leopoldina V. A. da Costa. Descrição em bibliotecas, arquivos, museus e galerias de arte: linkando recursos e comunidades. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 449-466, maio/ago., 2017.

SOARES, Neila Celia; LUNARDELLI, Rosane Suely Álvares. A representação da informação no âmbito das instituições de ensino superior: em foco os relatórios finais da Assessoria de Estatística do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 39-59, jan./jun. 2013.

SOUSA, Brisa Pozzi de. Representação temática da informação documentária e sua contextualização em biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 132-146, jul./dez., 2013.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A classificação bibliográfica no contexto do tratamento temático da informação: um estudo com o protocolo verbal individual em bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 18, n. 1, p. 796-813, jan./jun., 2013.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2014.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de; BEZERRA, Darlene Alves. Os Functional Requirements for Bibliographic Records no contexto da web semântica: as contribuições de Paul Otlet. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 143-157, maio/ago., 2016.

VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Lais Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques. Incurções sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2017.

APÊNDICE B – Referências das teses com argumentos identificados na pesquisa

BASTOS, Flávia Maria. **A interação do usuário com catálogos bibliográficos on-line:** investigação a partir da Teoria Fundamentada. Marília, 2013. 255 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2013.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina. **O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural.** Marília, 2014. 266 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2014.

GUEDES, Roger de Miranda. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem [manuscrito].** Belo Horizonte, 2016. 153 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2016.

MACULAN Benildes Coura Moreira dos Santos. **Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesouro:** remodelagem do THESAGRO. Belo Horizonte, 2015. 345 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2015.

MILANI, Suellen Oliveira. **Bias na representação de assunto:** uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). Marília, 2014. 134 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2014.

PACHECO, Kátia Lúcia. **Obra e instâncias na organização da informação musical:** estudo da adequação do modelo conceitual FRBR [manuito]. Belo Horizonte, 2016. 242 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2016.

PATO, Paulo Roberto Gomes. **Imagens:** polissemia versus indexação e recuperação da informação. Brasília, 2015. 340 f. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2015.

PONTES, Flávio Vieira. **Organização do conhecimento em bibliotecas digitais de teses e dissertações: uma abordagem baseada na classificação facetada e taxonomias dinâmicas.** Belo Horizonte, 2013. 233 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2013.

REDIGOLO, Franciele Marques. **O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias:** aplicação do protocolo verbal. Marília, 2014. 262 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2014.

SALES, Rodrigo de. **A presença de Kaiser no quadro teórico do Tratamento Temático da Informação (TTI)**. Marília, 2012. 190 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2012.

SILVA, Daniela Lucas da. **Ontologias para representação de documentos multimídia: análise e modelagem**. Belo Horizonte, 2014. 442 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2014.

ZAFALON, Zaira Regina. **Scan for MARC: princípios sintáticos e semânticos de registros bibliográficos aplicados à conversão de dados analógicos para o formato MARC21 bibliográfico**. Marília, 2012. 169 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2012.

APÊNDICE C – Referências das dissertações com argumentos identificados na pesquisa

- ALLIEVI, Georgeta. **Política de indexação automática para documentação digital do acordo de Basileia II: o caso do Banco do Brasil**. Brasília, 2013. 80 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2013.
- ALONSO, Livia Ferreira Coutinho. **A atividade de indexação: uma construção social da realidade**. Belo Horizonte, 2012. 86 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2012.
- CABRERA, Miriam Regiane Dutra. **A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação**. Marília, 2012. 113 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2012.
- COSTA, Carlos Eduardo. **O grupo Temma e a organização da informação no âmbito do ENANCIB**. Londrina, 2015. 94 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Londrina, 2015.
- DIAS, Geneviane Duarte. **Organização temática da informação em periódicos científicos eletrônicos: atribuição de palavras-chave na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Londrina, 2012. 159 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Londrina, 2012.
- FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva. **A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento: uma análise teórico-conceitual**. Marília, 2014. 184 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2014.
- FERREIRA, Fabiane. **Compatibilização de linguagens e garantias literária, do usuário e acadêmica para o aprimoramento do controle de vocabulário das bibliotecas do Instituto Federal do Paraná**. Londrina, 2016. 121 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Londrina, 2016.
- GALVINO, Cláudio César Timóteo. **A arte de indexar artigos de periódicos: a política de indexação da seção de periódicos da Biblioteca Central da UFPB**. João Pessoa, 2012. 90 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, 2012.
- LOPES, Tatiane dos Santos de Freitas. **Ontologia como interface de apresentação de resultados de busca: uma proposta baseada no modelo espaço vetorial**. Marília, 2017. 73 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2017.

MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva. **Representação da informação em acervos culturais: reflexões em torno do diálogo museológico, arquivístico e biblioteconômico.** São Paulo, 2016. 192 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, São Paulo, 2016.

MORAES, Isabela Santana de. **Os conceitos de sistemas de organização do conhecimento e linguagens documentárias: análise de domínio nos PPGCIs – UNESP e UFMG.** Marília, 2017. 109 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2017.

PANSANI JUNIOR, Eder Antonio. **Ontologias no processo de indexação automática de documentos textuais.** Marília, 2016. 126 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2016.

PIOVEZAN, Luciana Beatriz. **Avaliação da indexação em catálogos de bibliotecas universitárias por meio da recuperação da informação.** Marília, 2015. 103 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2015.

SANTANA, Vanessa Alves. **Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.** João Pessoa, 2012. 138 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, 2012.

SIMIONATO, Ana Carolina. **Representação, acesso, uso e reuso da imagem digital.** Marília, 2012. 141 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2012.

SOARES, Catarina Felix dos Santos. **Modelagem conceitual do domínio Infraestrutura de Qualidade (IQ): proposta metodológica para construção de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC).** Rio de Janeiro, 2014. 172 f. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2014.

SOUSA, Brisa Pozzi de. **Aspectos da representação temática pela indexação de livros: a análise de assunto e suas concepções na diversificação de áreas do conhecimento em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's).** Marília, 2012. 166 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2012.

TOLENTINO, Vinicius de Souza. **A técnica da descrição em catálogos e bibliografias: contribuição aos fundamentos da catalogação.** Belo Horizonte, 2015. 98 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2015.

VIEIRA, Luciana de Souza dos Santos. **A representação documentária de coleções especiais: acervos de instituições de ensino superior públicas do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016. 244 f. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2016.

VITORINI, Érica Fernanda. **Uso da linguagem documentária na busca da informação em bibliotecas universitárias: a perspectiva dos deficientes visuais**. Marília, 2015. 86 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2015.

APÊNDICE D – Referências dos anais do ENANCIB com argumentos identificados na pesquisa

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Tratamento temático da informação e a documentação museológica: aspectos e reflexões referentes à classificação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 16. João Pessoa. 2015. **Anais...** João Pessoa, 2015. p. 1-22.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. A semiótica na documentação da Espanha: os campos de aplicação segundo os especialistas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016.

ALVES, Thereza Cynthia Miranda Souza; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Representação da informação arquivística: proposta de descrição das medalhas recebidas por José Simeão Leal. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016.

AMARAL, Cleia; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização da informação nos arquivos: indexação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 18. Marília. 2017. **Anais...** Marília, 2017. p. 1-20.

AMORIM, Igor Soares; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basilio. Fissuras indômitas da representação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 18. Marília. 2017. **Anais...** Marília, 2017. p. 1-21.

ARBOIT, Aline Elis. Sobre o processo de construção social da “linguagem natural” e suas implicações para o domínio de organização do conhecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 13. Rio de Janeiro. 2012. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. p. 1-17.

ASSIS, Juliana de; MOURA, Maria Aparecida. Modelos de mapeamento propostos na norma ISO 25964: desafios para a consolidação de redes metaconceituais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016.

BINATI, Regina Célia Pinto; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Terminologias do Direito de família e os sistemas de classificação bibliográfica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 18. Marília. 2017. **Anais...** Marília, 2017. p. 1-21.

BRIGIDI, Fabiana Hennies; PEREIRA, Ana Maria. Vocabulário controlado e folksonomia: indexação híbrida de caráter colaborativo no SIBI/UFSC. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016. p. 604-621.

CAMPOS, Linair Maria et al. Dados abertos interligados e o espaço do profissional de informação: uma aplicação no domínio da enfermagem. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 13. Rio de Janeiro. 2012. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. p. 1-21. [EN081]

CAPONE, Vera Lucia Punzi Barcelos; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. O arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográficos de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): proposta de uma matriz para análise documentária da paisagem. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 14. Florianópolis. 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013. p. 1-19.

DAVANZO, Luciana; MOREIRA, Walter. A teoria do conceito e a representação da informação arquivística: breves reflexões. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 18. Marília. 2017. **Anais...** Marília, 2017. p. 1-16.

EVANGELISTA, Isadora Victorino; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; ALMEIDA, Carlos Cândido. A semiótica como subsídio para a representação do conhecimento: uma análise conceitual sobre o tema. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 15. Belo Horizonte. 2014. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. p. 413-429.

FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Semiótica da cultura e abordagens socioculturais: possíveis diálogos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 15. Belo Horizonte. 2014. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. p. 869-893.

FERNANDES, Joliza Chagas; KOBASHI, Nair Yumiko. Relações de significação em ontologias. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 13. Rio de Janeiro. 2012. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. p. 1-14.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; CRUZ, Maria Carolina Andrade e; PATRÍCIO, Bruna Otreira Muniz. A construção de tesouros na perspectiva dos manuais de indexação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 18. Marília. 2017. **Anais...** Marília, 2017. p. 1-26.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016. p. 903-920.

JESUS, Rafaela Cristina de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Estratégias de indexação para representação da informação de livros em contexto de catálogos online de bibliotecas universitárias: aspectos cognitivos com a aplicação do protocolo verbal. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 18. Marília. 2017. **Anais...** Marília, 2017. p. 1-9.

KOBASHI, Nair Yumiko. Organização da informação e do conhecimento: aspectos informacionais e comunicacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016. p. 640-653.

MACULAN, Benildes C. M. S. et al. Refinamento de relações em tesouros: reengenharia do THESAGRO. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 16. João Pessoa. 2015. **Anais...** João Pessoa, 2015. p. 1-22.

MARTINS, Gracy Kelli. Representação do conhecimento em uma perspectiva fenomenológica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016. p. 1247-1265.

MATA, Priscila Oliveira da; MOURA, Maria Aparecida. Os *Spams* e a polifonia informacional: práticas de indexação social e o comportamento linguageiro dos spammers em sites de compartilhamento de vídeos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 14. Florianópolis. 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013. p. 1-7.

MORENO, Fernanda Passini. Em busca dos objetivos bibliográficos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 13. Rio de Janeiro. 2012. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. p. 1-20.

ORTEGA, Cristina Dotta. Ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 14. Florianópolis. 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013. p. 1-21.

ROCHA, Lucas de Lima; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; COSTA, Leonardo Cruz da. Ontologia como ferramenta para a interligação de dados governamentais abertos: uma análise comparativa. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016. p. 548-570.

SALES, Rodrigo de. Diferentes perspectivas nos contextos do GT2 da ANCIB e da ISKO-Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 18. Marília. 2017. **Anais...** Marília, 2017. p. 1-17.

SALES, Rodrigo de. O diálogo entre a Organização do Conhecimento e a Ciência da Informação na comunidade científica da ISKO-Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 16. João Pessoa. 2015. **Anais...** João Pessoa, 2015. p. 1-21.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. Os desafios da catalogação compartilhada: um estudo do OPAC Argonauta – UFF. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 13. Rio de Janeiro. 2012. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. p. 1-16.

TARTAROTTI, Roberta Dal' Evedove; DAL' EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elaboração de tesouro conceitual de política de indexação para bibliotecas universitárias. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 16. João Pessoa. 2015. **Anais...** João Pessoa, 2015. p. 1-19.

TARTAROTTI, Roberta Dal' Evedove; DAL' EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação em ambiente colaborativo das folksonomias: uma reflexão preliminar. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016. p. 836-850.

TEIXEIRA, Joice Rodrigues; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Revisita a noção de *aboutness*: uma investigação teórica para aplicação em ontologias. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 18. Marília. 2017. **Anais...** Marília, 2017. p. 1-19.

VENÂNCIO, Ludmila Salomão; MOURA, Maria Aparecida. De termos isolados a contextualizados: análise das estratégias argumentativas dos discursos de candidatura de Dilma e Serra. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 13. Rio de Janeiro. 2012. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. p. 1-20.

VIEIRA, Jéssica Monique de Lira; PINHO, Fábio Assis. Estudo da relação entre organização e visualização da informação a partir de sistemas de recuperação de informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 15. Belo Horizonte. 2014. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. p. 334-352.

VITORINI, Érica Fernanda; MOREIRA, Walter. Avaliação de linguagem documentária em bibliotecas acessíveis. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 14. Florianópolis. 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013. p. 1-8.

ZAFALON, Zaira Regina; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. Representação documental: pesquisa e ensino. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. 17. Salvador. 2016. **Anais...** Salvador, 2016. p. 1231-1246.

APÊNDICE E – Referências dos anais da ISKO Brasil com argumentos identificados na pesquisa

- BEZERRA, Emanuella Maria Barbosa Lourenço; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Música, informação e política: tratamento temático da informação na produção musical de Chico Buarque no período do AI-5 (1968-1978). *In*: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto; (Orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife, PE: ISKO-Brasil; Ed. UFPE, 2017. p. 341-350. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 4)
- BRAZ, Márcia Ivo; CARVALHO, Nelly Medeiros de. Estudos terminológicos e aplicações da Filosofia da Linguagem. *In*: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto; (Orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife, PE: ISKO-Brasil; Ed. UFPE, 2017. p. 55-63. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 4)
- BUFREM, Leilah Santiago. Perspectivas da pesquisa sobre organização do conhecimento no Brasil. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 709-724. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Ontologias e Definições: a explicitação do compromisso ontológico. *In*: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto (Orgs.). **Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios do nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. p. 132-140. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. v. 2)
- CRUZ, Maria Carolina Andrade e; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Linguagem de indexação no contexto da política de indexação: estudo em bibliotecas universitárias. *In*: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto; (Orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife, PE: ISKO-Brasil; Ed. UFPE, 2017. p. 217-224. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 4)
- FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva; ALMEIDA, Carlos Cândido de; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. A mediação no domínio da organização do conhecimento. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 630-642. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al. A dimensão conceitual da Organização do Conhecimento nos congressos da NASKO: análise de conteúdo Bardiana. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 55-72. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)
- LIMA, Maria de Fátima Santos de; CUNHA, Francisco Aragão Pedroza da. As linguagens documentárias na descrição arquivística. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 272-282. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)

LIMA, Vânia Mara Alves. Da análise documentária à terminologia: percurso teórico e metodológico. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 758-764. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)

LIMA, Vânia Mara Alves; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; BARBANTI, Cristina Hilsdorf. Organização do Conhecimento e o patrimônio industrial em São Paulo: o Projeto Eletromemória. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 565-573. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)

MAIMONE, Giovana Deliberali; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. A integração museu/biblioteca na organização e representação do conhecimento de documentos artísticos. *In*: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto (Orgs.). **Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios do nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. p. 302-307. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. v. 2)

MOURA, Maria Aparecida. Autopoiesis e formação discursiva na consolidação de linguagens de indexação: A elaboração do tesouro brasileiro de estudos semióticos (Semavoc). *In*: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto (Orgs.). **Complexidade e Organização do Conhecimento: desafios do nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. p. 97-102. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. v. 2)

MOURA, Maria Aparecida. Interoperabilidade semântica e a consolidação das ontologias semióticas na construção e uso de conceitos científicos em ambientes digitais. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília, SP: ISKO-Brasil, 2012. p. 71-77. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. v. 1)

ORTEGA, Cristina Dotta. Ordenação de documentos: fundamentos e relações com a classificação bibliográfica. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 765-797. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)

SALES, Rodrigo de. A relação entre Organização do Conhecimento e Ciência da Informação na comunidade científica brasileira: uma investigação no âmbito da ISKO-Brasil. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 73-84. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)

SUENAGA, Cynthia Maria Kiyonaga; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. A abordagem da análise de domínio na organização e representação do conhecimento em arquivística. *In*: GUIMARÃES, José Augusto; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, SP: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 534-544. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; v. 3)

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. O caráter técnico, social e mediador da organização do conhecimento. *In*: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto (Orgs.). **Complexidade e Organização do Conhecimento**: desafios do nosso século. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. p. 277-282. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. v. 2)

APÊNDICE F – Referências dos anais do ENACAT com argumentos identificados a pesquisa

FERREIRA, Valéria Alves; SILVA, Marcia Regina. Representação descritiva no Brasil: ensino e pesquisa. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES*. 2. Rio de Janeiro. 2013. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013. p. 1-15.

MEY, Eliane Serrão Alves; MORENO, Fernanda Passini. Desafios do ensino de catalogação no Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES*. Rio de Janeiro. 2012. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, n. 131, p. 307-324, 2014.

OLIVEIRA, Claudete Soares de et al. A catalogação cooperativa no sistema de bibliotecas da UFRGS: relato da experiência do grupo de estudos em catalogação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES*. Rio de Janeiro. 2012. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, n. 131, p. 403-419, 2014.

TARTAROTTI, Roberta Cristina Dal' Evedove et al. Melhoria do processo de elaboração de fichas catalográficas do Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU). *In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES*. 2. Rio de Janeiro. 2013. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013. p. 1-21.

VITORINO, Elizete Vieira; De LUCCA, Djuli Machado; SOUZA, Marcela Reinhardt de. Revisitando e revitalizando conteúdos sobre catalogação: um texto compartilhado com alunos de graduação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES*. Rio de Janeiro. 2012. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, n. 131, p. 325-339, 2014.

APÊNDICE G – Referências dos capítulos de livros com argumentos identificados na Pesquisa

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Representação documental: das aproximações linguístico-semiológicas a uma semiótica polifônica. *In: ZAFALON, Zaira Regina; DAL'EVEDOVE, Paula Regina (Orgs.). **Perspectivas da representação documental**: discussão e experiências.* São Carlos: CPOI/UFSCar, 2017. p. 31-50.

ALVARES, Lilian; AMARO, Bianca; ASSIS, Tainá Batista de. A participação do bibliotecário na gestão da informação e do conhecimento institucional. *In: RIBEIRO, Ana Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Orgs.). **Biblioteca do Século XXI**: desafios e perspectivas.* Brasília: IPEA, 2016. p. 135-156.

ANDRADE, Wendia Oliveira; NEVES, Dulce Amélia de Brito.; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RAMALHO, Francisca Arruda. Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB). *In: ALVES, Edvaldo Carvalho et al. (Orgs.). **Práticas de pesquisa e abordagens contemporâneas em Ciência da Informação**.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 147-169.

BISCALCHIN, Ricardo; **BOCCATO, Vera Regina Casari**. Os tesouros multilíngues pelas perspectivas da ciência, tecnologia e sociedade: possibilidades de construção e uso. *In: PEDRO, Wilson José Alves; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; MIOTELLO, Valdemir. (Orgs.). **Tecendo a interdisciplinaridade no campo CTS**.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 279-300. Disponível em: https://issuu.com/allanrogerioveltrone/docs/livro_pronto_cts. Acesso em 31 jul. 2019.

CAFÉ, Ligia; BARROS, Camila Monteiro. Representação da informação musical: aspectos de indexação. *In: BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. (Orgs.). **Organização da informação**: abordagens e práticas.* Brasília: 2015. p. 69-93.

CASTRO, Fabiano Ferreira de. Tecnologias aplicadas à representação documental: um estudo da produção científica nos eventos ISKO-Brasil e ENANCIB. *In: ZAFALON, Zaira Regina; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. (Orgs.). **Perspectivas da representação documental**: discussão e experiências.* São Carlos: CPOI/UFSCar, 2017. p. 319-340.

COSTA, Aline Tavares; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Letramento digital: suporte e formatos como instrumentos de recuperação da informação. *In: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. (Orgs.). **Representação da Informação**: um universo multifacetado.* João Pessoa: Editora UFPB, 2013. p. 127-140.

FERREIRA, Lucienne da Costa; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. A representação da informação para a organização do acervo em bibliotecas universitárias. *In: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. (Orgs.). **Representação da Informação**: um universo multifacetado.* João Pessoa: Editora UFPB, 2013. p. 15-28.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. *In: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orgs.). **Política de indexação**.* São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012. p. 17-30.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes et al. A Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da UNESP: da elaboração da proposta à implantação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2016. p. 41-61.

GAUDÊNCIO, Sale Mário; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. A representação temática da informação na obra Vereda de Sombras do cordelista Antônio Francisco. *In*: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. (Orgs.). **Representação da Informação**: um universo multifacetado. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. p. 55-74.

GAUDÊNCIO, Sale Mário; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Diálogos teóricos em representação da informação. *In*: ALVES, Edvaldo Carvalho et al. (Orgs.). **Práticas de pesquisa e abordagens contemporâneas em Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 43-58.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. O jogo de interpretações entre o processo documental e os fluxos sociais da informação. *In*: MAGALHÃES, Gildo. (Org.). **História e energia**: memória, informação e sociedade. São Paulo: Alameda, 2012. p. 297-311.

LIMA, José Leonardo Oliveira; MANINI, Miriam Paula. As necessidades de informação de docentes on-line na avaliação de estudantes de graduação: um estudo em universidades europeias de educação a distância. *In*: SERRA, Ilka Márcia Ribeiro de Souza et al. (Orgs.). **Práticas de inovação no ensino superior**: a EaD nas universidades estaduais e municipais. São Luís: EdUEMA, 2017. p. 54-61.

LIMA, Vania Mara Alves. A documentação audiovisual. *In*: SILVA, José Fernando Modesto da; PALETTA, Francisco Carlos. (Orgs.). **Tópicos para o ensino de Biblioteconomia**. São Paulo: ECA/USP, 2016. p. 86-99.

MEDEIROS, Karlene Roberto Braga et al. Sistema informatizado para registro de acervo: estudo da aplicação do Donato 3.2 nos museus do município de Areia-PB. *In*: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. (Orgs.). **Representação da Informação**: um universo multifacetado. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. p. 179-206.

MELO, Ana Virginia Chaves de; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; LOPES, Maria Alves. Da técnica à cidadania: a representação da informação a serviço do acesso à informação. *In*: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. (Orgs.). **Representação da Informação**: um universo multifacetado. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. p. 107-124.

MIGLIOLI, Sarah.; SOUZA, Rosali Fernandez de. Aspectos sociais da Ciência da Informação e uso da informação por sujeitos surdos na Web. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; PATUSCO, Cynthia; BATISTA, Hadinei Ribeiro. (Orgs.). **Sujeitos em ambientes virtuais**: festschriften para Stella Maris Bortoni-Ricardo. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 49-65.

PINHO, Fábio Assis. A organização da informação e do conhecimento como dispositivos de memória e cultural. *In*: PINHO, Fábio Assis (Org.). **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. p. 50-61.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. As linguagens documentárias como fatores potencializadores no processo de recuperação da informação étnico-racial. *In*: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. (Orgs.). **Representação da Informação**: um universo multifacetado. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. p. 75-89.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de; ARAÚJO JÚNIOR, Rogerio Henrique de. A descrição de documentos nos arquivos correntes. *In*: BRITO, Luciana de Souza. (Org.). **Ensaio teórico-práticos em Arquivologia**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2016. p. 155-195.

ZAFALON, Zaira Regina. Recurso informacional e representação documental. *In*: _____; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. (Orgs.). **Perspectivas da representação documental**. São Carlos: CPOI UFSCar, 2017. p. 125-144.

ZAFALON, Zaira Regina; LOZANO, Marisa Cubas. Em instantes: espaço, cultura, ação! *In*: SOUZA, Terezinha de Fátima C. de; PAIVA, Marília de A. M. de; MACULAN, Benildes C. M. S.; DIAS, Célia C. (Orgs.). **A Biblioteconomia em diálogo com a Arquivologia e a Museologia**: desafios e interlocuções em equipamentos culturais. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2016. p. 638-656.

APÊNDICE H – Referências de capítulos de livros selecionados e não analisados na pesquisa

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GUIMARÃES, Ludmila dos S. Um olhar sobre o percurso acadêmico da Prof^a. Hagar Espanha Gomes. *In*: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, Jose Eduardo. (Orgs.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 2015. p. 169-188.

CAVATTI SOBRINHO, H.; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A recuperação da informação nos boletins de conjuntura econômica brasileiros no contexto da Ciência da Informação. *In*: CAVALCANTE, Lídia Eugenia; PINTO, Virginia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. (Orgs.). **Ciência da Informação e contemporaneidade: tessituras e olhares**. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 221-252.

CAVATTI SOBRINHO, H.; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Metodologia de construção de tesouro no domínio da Economia. *In*: PINTO, V. Bentes; VIDOTTI, S. A. B. G.; CAVALCANTE, L. E. (Orgs.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: Edições UFC, 2015. p. 110-123.

CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Análise e busca da informação jurídica: um enfoque prefacial. *In*: RIBEIRO, Fernanda; NETO, Luisa; PERLINGEIRO, Ricardo. (Orgs.). **A informação jurídica na era digital**. Porto: Edições Afrontamento; CETAC. MEDIA, 2012. p. 125-136.

DIAS, G. A.; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar C. de. Arquitetura da informação em espaços informacionais digitais no contexto da saúde. *In*: PINTO, Virgínia Bentes; CAMPOS, Henry de Holanda. (Orgs.). **Diálogos paradigmáticos sobre informação para a área da saúde**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2013. p. 231-244.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A extensão universitária e o saber acadêmico para o desenvolvimento de projetos de alcance social e humanístico. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. (Org.). **A inovação para o desenvolvimento social: políticas públicas e internacionalização**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 13-18.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O controle bibliográfico nacional nas ações de Jannice de Mello Monte-Mór. *In*: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, Jose Eduardo. (Orgs.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. 1ed. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 2015. p. 95-118.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Johanna Wilhelmina Smit. *In*: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, Jose Eduardo. (Orgs.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. 1ed. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 2015, p. 205-219.

MARTINS, Gracy Kelly; MORAES, João Batista E. Análise de domínio: uma proposta metodológica para extração de indicadores cognitivo e social de institucionalização científica. *In: PINTO, Virginia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. (Orgs.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. 2ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 61-80.*

MARTINS, Gracy Kelly; MORAES, João Batista E. Aspectos sociais na representação da informação: concepção integradora e democratizadora a partir do âmbito da Organização do Conhecimento. *In: CAVALCANTE, Lídia Eugenia; Virginia Bentes Pinto; Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti. (Org.). **Ciência da Informação e contemporaneidade: tessituras e olhares**. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 165-200.*

OLIVEIRA, Greissi Gomes; BOCCATO, Vera Regina Casari. Interoperabilidade entre linguagens documentárias: bibliografia e prospecção metodológica. *In: MASCARENHAS, Fábio. (Org.). **Tecnologias e métodos aplicados à gestão da informação em instituições públicas e privadas**. Recife: Néctar, 2012. p. 1.*

RODRIGUES, Ana Célia. Organização de Arquivos Permanentes: usando a tipologia documental como método. *In: SILVA, Marilda Santana da; RODRIGUES, Ana Célia. (Orgs.). **História, Arquivos & Mídias Digitais**. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2013. p. 114-130.*

RODRIGUES, Ana Célia. Os Arquivos Públicos e o Direito à Informação. *In: SILVA, Marilda Santana da; RODRIGUES, Ana Célia. (Org.). **História, Arquivos & Mídias Digitais**. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2013. p. 13-30.*

SOUZA, Rosali Fernandez de. Celia Ribeiro Zaher: personalidade da área de informação no Brasil e no exterior. *In: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, Jose Eduardo. (Orgs.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 2015. p. 95-118.*

TROITIÑO, Sonia. Apenas um arquivista: a formação do arquivo de Lívio Xavier. *In: _____; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). **Sobre a arte de guardar reflexões a respeito do acervo de Lívio Xavier**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 67-89.*

TROITIÑO, Sonia. Tipologia documental nos estudos historiográficos. *In: LIMA, Márcia Edlene Mauriz; PEREIRA, Francisco Hudson. (Orgs.). **Criação literária e preservação documental**. Teresina: FUESPI, 2015. p. 111-120.*

TROITIÑO, Sonia; BIZELLO, M. L. Instrumentos de gestão de documentos em universidades: a experiência da UNESP. *In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello. (Orgs.). **Gestão de documentos e acesso à informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 269-287.*

TROITIÑO, Sonia; CAVALHEIRO, M. U. Uma proposta arquivística de organização de arquivos de escritores. *In: LIMA, Márcia E. Mauriz; PEREIRA, Francisco Hudson. (Orgs.). **Criação literária e preservação documental**. Teresina: FUESPI, 2015. p. 148-158.*

TROITIÑO, Sonia; SOUSA, C. A. Desafios do acesso contextualizado: identificação e relação orgânica entre os documentos de ciência & tecnologia. *In*: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello. (Orgs.). **Gestão de documentos e acesso à informação**: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 171-182.

APÊNDICE I – Autores identificados na pesquisa – mestrandos, doutorandos, profissionais da informação e pesquisadores de outras áreas e afins

Adriana Maria da Silva Assunção	André Anderson Cavalcante Felipe
Adriana Olinto Ballesté	André de Araújo
Adriana Rangel Pereira	André Porto Ancora Lopez
Adriana Sayuri Ota	André Vieira de Freitas Araújo
Agnaldo Lopes Martins	André Ynada dos Santos
Alda Lima da Silva	Andrea Carla Melo Marinho
Alea de Almeida	Andréa de Britto
Alessandra Atti	Andréa do Prado Souza
Alessandra Burda	Andréia Gonçalves Silva
Alessandra dos Santos Araújo	Andrieli Pachú da Silva
Alessandra Rodrigues da Silva	Ângela Maranhão Gandier
Alex da Silveira	Angela Monteiro Bettencourt
Alexandre Morelli	Angela Moreira
Alexandre Ribeiro Afonso	Angela Salles
Aline da Silva Franca	Anna Bárbara F. C. Pioretti
Aline Elis Arboit	Antonio Laurindo dos Santos Neto
Aline Franca	Antonio Victor Botao
Aline Ribeiro de Farias	Araci Isaltina Andrade Hillessein
Aline Tavares Costa	Arlete Sandra Mariano Alves Baubier
Aline Vieira do Nascimento	Audrey Laplante
Alzira Tude de Sá	Auto Tavares da Camara Junior
Amanda Moura de Sousa	Beatriz Helena Pires de Souza Cestari
Amanda Pacini de Moura	Benildes Coura Moreira dos Santos
Américo Augusto Nogueira Vieira	Maculan
Ana Carolina Ferreira	Bernardina Maria Juvenal Freire de
Ana Carolina Macedo de Sena	Oliveira
Ana Carolina Simionato	Bernardo de Paola Bortolotti Faria
Ana Claudia Felipe da Silva	Bianca Amaro
Ana Claudia Ferreira Messias	Bianca de Magalhães Silveira
Ana Claudia Medeiros de Sousa	Brisa Pozzi de Sousa
Ana Cláudia Ribeiro	Bruna Laís Campos do Nascimento
Ana Lúcia S. Terra	Bruna Otreira Muniz Patrício
Ana Maria Ferreira de Carvalho	Bruna S. do Nascimento
Ana Maria Pereira	Bruna Silva
Ana Patrícia Guimarães	Bruno Augusto Carvalho da Cunha
Ana Paula Alves Teixeira	Bruno Felipe de Melo Silva
Ana Paula da Fonseca Vieira	Bruno Giordano Rosa
Ana Paula de Oliveira Villalobos	Bruno Henrique Alves
Ana Paula Grisoto	Bruno Henrique Machado
Ana Paula Lima dos Santos	Caio Saraiva Coneglian
Ana Paula Louzada	Camila Mariana Aparecida da Silva
Ana Regina Machado	Camila Monteiro de Barros
Ana Rosa Pais Ribeiro	Camila Ribeiro
Ana Virginia Chaves de Melo	Camila Schwinden Lehmkuhl
Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro	Carita da Silva Sampaio
Anderson Luiz Cardoso Rodrigues	Carla Beatriz Marques Felipe

Carla Maria S. Lima
 Carlos Eduardo Costa
 Carlos Henrique Marcondes
 Carlos Xavier de Azevedo Neto
 Carmen Caro Castro
 Carmen Pereira
 Cássia Ferreira Costa
 Catarina Felix dos Santos Soares
 Cátia Cândida de Almeida
 Célia da Conceição Dias
 Celio Andrade Santana Júnior
 Celso Castro
 Cely Martins Santos de Alencar
 Christiano Pessanha
 Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos
 Cíntia de Azevedo Lourenço
 Claudete Soares de Oliveira
 Cláudio César Timóteo Galvino
 Claudio Gottschalg Duque
 Claudio José Silva Ribeiro Bisset
 Cláudio Muniz Viana
 Claudio Paixão Anastácio de Paula
 Cleber Belmiro dos Santos
 Cleia Amaral
 Cristiane Alves de Sousa
 Cristiane Mendes Netto
 Cristina Hilsdorf Barbanti
 Cristine Martins Gomes de Gusmão
 Cynthia Roncaglio
 Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso
 Cyntia Maria Kiyonaga Suenaga
 Dalgiza Andrade Oliveira
 Dalmo Valerio Machado de Lima
 Daniel Abraão Pando
 Daniel Libonati Gomes
 Daniel Martinez Ávila
 Daniel Ribeiro dos Santos
 Daniela Fernanda de Oliveira Matos
 Daniela Lucas da Silva
 Daniela Majorie dos Reis
 Daniela Pires
 Daniele Chaves Amado
 Daniele Feldman
 Daniele Masterson
 Danilo André Bueno
 Darlene Alves Bezerra
 Dayanne da S. Prudencio
 Débora Adriano Sampaio
 Débora Marroco Ninin
 Débora Sarmento
 Decio Wey Berti Junior
 Deise Deolindo Silva
 Deise Maria Antonio
 Deise Maria Antonio Sabbag
 Denise Cristina Belam Fioravanti
 Denise Mancera Salgado
 Denise Ramires Machado
 Denyse Maria Borges Paes
 Denyson Axel Ribeiro Mota
 Dias Eduardo José Wense
 Diego José Macedo
 Dilza Fonseca da Motta
 Dilza Ramos Bastos
 Divino Ignacio Ribeiro Junior
 Djuli Machado de Lucca
 Dunia Llanes Padrón
 Durval Vieira Pereira
 Eder Antonio Pansani Júnior
 Edgar Tiago Leite Pinto
 Edna Gusmão de Goés Brennand
 Edson Serejo Neto
 Eduardo de Abreu de Jesus
 Eduardo de Mattos Pinto Coelho
 Eduardo Graziosi Silva
 Eduardo Ribeiro Felipe
 Eduardo Watanabe
 Elaine Diamantino Oliveira
 Elan Cardozo Paes de Almeida
 Eli Regina da Silva Amorim
 Eliana Carlan
 Eliana Kátia Pupim
 Eliane Pawlowski de Oliveira Araujo
 Eliezer Pires da Silva
 Elisângela Cristina Aganette
 Elsa Barber
 Elvis Fusco
 Ely Francina Tannuri de Oliveira
 Emanuella Maria Barbosa Lourenço Bezerra
 Emilio Evaristo de Sousa
 Érica Fernanda Vitorini
 Ernesto Carlos Bodê
 Esdras Renan Farias Dantas
 Eva Cristina Leite da Silva
 Evelia Santana Chavarria
 Eveline Filgueiras Gonçalves
 Everlin Stahlhoefer Costa
 Everton da Silva Camillo

Fabiana Bezerra Muller
 Fabiana da Silva França
 Fabiana Hennies Brigidi
 Fabiene Ferreira
 Fabio Andrade Gomes
 Fábio Ferreira Batista
 Fábio Mascarenhas e Silva
 Fabrício Martins Mendonça
 Fabrício Silva Assumpção
 Fanny do Couto Ribeiro de Lima
 Fátima Cristina Lopes dos Santos
 Felipe Augusto Arakaki
 Felipe José Lêdo
 Felipe Mozart Santana Nascimento
 Fernanda Gabrielli de Castro
 Fernanda Salgado Biar
 Fernando de Assis Rodrigues
 Fernando Ewerton Fernandez Junior
 Fernando Silva Parreiras
 Fernando William Cruz
 Flávia Cristina Miguel Reis
 Flávia Helena Oliveira
 Flávia Maria Bastos
 Flávio Coelho
 Flávio Vieira Pontes
 Francisca Arruda Ramalho
 Francisca Rosaline Leite Mota
 Francisco Arrais Nascimento
 Francisco Edvander Pires Santos
 Francisco Lopes de Aguiar
 Francisnaira Cristina Ravazzi
 Gabriela Almendra
 Gabriela Previdello Orth
 Gabrieli Aparecida da Fonseca
 Geneviane Duarte Dias
 Geni C. Fernandes
 Georgea Allievi
 Gerlaine Pereira da Rocha
 Giancarlo Guizzardi
 Gilberto F. Rodrigues Viana
 Gilberto Gomes Cândido
 Gilmar Vicente
 Giovana Soares Carneiro
 Gisane Michelin
 Gisela Eggert-Steindel
 Gisele Rocha Cortês
 Gladis M. de Barcellos Almeida
 Glessa Heryka Celestino de Santana
 Graziela dos Santos Lima
 Graziela Martins de Medeiros
 Greissi Gomes Oliveira
 Guaracy Araújo Santiago Martins
 Guilherme Ataíde Dias
 Guilhermina de Melo Terra
 Gustavo Diniz do Nascimento
 Gustavo Silva Saldanha
 Hagar Espanha Gomes
 Hamilton Rodrigues Tabosa
 Helen de Castro Silva Casarin
 Helen Rose Flores
 Heliomar Cavati Sobrinho
 Heloisa Helena da Silva
 Heloisa Maria Ceccotti
 Hercules Pimenta dos Santos
 Hildenise Ferreira Novo
 Hugo Leonardo Abud
 Iasmine do Espírito Santo
 Igor Soares Amorim
 Ilza Almeida de Andrade
 Ingrid Torres Schiessl
 Iraci Oliveira Rodrigues
 Irlana Mendes de Araújo
 Isabel Arino Grau
 Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli
 Isabela Santana de Moraes
 Isadora Victorino Evangelista
 Italo Rodrigues Castro
 Iuri Noimann Hatsek
 Ivani Di Grazia Costa
 Ivo Pierozzi Junior
 Ivone Pereira de Sá
 Izabel França de Lima
 Izângela M. Sansoni Tonello
 Jacilene Adriana da Silva Correia
 Jackson da Silva Medeiros
 Jaider Andrade Ferreira
 Jair Miranda
 Janailton Lopes Sousa
 Janaína Fernandes Guimarães Polonini
 Janete Hideco Hagiwara
 Janice Pereira de Abreu
 Januário Albino Nhacuongue
 Jaqueline Pawlowski Oliveira
 Jaqueline Rodrigues
 Jeferson Gonçalves de Oliveira
 Jéssica Monique de Lira Vieira
 Jéssica Nogueira Gomes
 Jiri Pika
 João Carlos Holland de Barcellos
 João Paulo Borges Paranhos

João Primo Ramires Righi
 João Ricardo de Luca
 Joaquim Alves Diniz
 Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza
 Joice Rodrigues Teixeira
 Joliza Chagas Fernandes
 Jonathan Xisto de Oliveira
 Jordana Kelly Belarmino da Silva
 Jorge Calmon de Almeida Biochini
 Jorge Santa Anna
 José Carlos Francisco dos Santos
 José Carlos Mardegan
 José Gacia Vivas Miranda
 José Leonardo Oliveira Lima
 José Luiz Costa Sousa Gonçalves
 José Maria Jardim
 José Wanderley Medeiros
 Josemar Henrique de Melo
 Joseph T. Tennis
 Josiana Florêncio Vieira Régis de Almeida
 Josiane Lemos Machiavelli
 Josiane M. H. Dall'Agnol
 Joyce Angélica Freire Messa
 Juan Bernardo Montoya-Mogollón
 Juliana de Assis
 Juliana Gagliardi
 Juliana Lazzarotto Freitas
 Juliana Loureiro Alvim Carvalho
 Juliana Monteiro
 Juliana Roberta Morcelli Landgraf
 Juliana Rocha de Faria Silva
 Juliana Soares Lima
 Julietti de Andrade
 Jussara Ventura dos Santos
 Kalline Yasmin Soares Feitos
 Kamilla Vinha Carlos
 Karenina Machado Candido de Souza
 Karin Kreismann Carteri
 Karina de Jesus Aganette
 Kathryn La Barre
 Katia Cardoso Coelho
 Kátia de Oliveira Simões
 Kátia Gómez de Matos
 Katia Lucia Pacheco
 Kátia O. Simões
 Kira Tarapanoff
 Laelson Felipe da Silva
 Laís Barbudo Carrasco
 Lais Pereira de Oliveira
 Laninelvia Mesquita de Deus Peixoto
 Larissa de Melo Lima
 Larua Maria Rego Piva
 Laura de L. Oliveira
 Laura Maria do Rego
 Layra Andressa P. Bender
 Leandro H. M. de Oliveira
 Leandro Oliveira
 Leila Cristina Weiss
 Lena Vania Ribeiro Pinheiro
 Leolibia Luana Linden
 Leonardo Cruz da Costa
 Leonardo Lacerda Alves
 Letícia Carvalho Ferreira
 Letícia Reis da Silveira
 Leyde Klebia Rodrigues da Silva
 Lidiane Marques Freitas
 Lidyane Silva Lima
 Lilian Maciel
 Liliana Giusti Serra
 Linair Maria Campos
 Lívia Ferreira Coutinho Alonso
 Livia Marangon Duffles Teixeira
 Liziane Ungaretti Minuzzo
 Lorena Tavares de Paula
 Lourdes Maria dos Santos
 Luana Carla de Moura dos Santos
 Luana Farias Sales
 Luc Quomam
 Lucas Augusto Alves Figueiredo
 Lucas de Lima Rocha
 Lucélia de Souza
 Luciana Beatriz Piovesan dos Santos
 Luciana Candida da Silva
 Luciana Cortes Mendes
 Luciana Davanzo
 Luciana de Fátima Cândido
 Luciana de Souza dos Santos Vieira
 Luciana Gomes
 Luciana Mara Freitas Diniz
 Luciana Reis Malheiros
 Luciane Paula Vital
 Lucienne da Costa Ferreira
 Lucinéia Souza Maia
 Ludmila Salomão Venâncio
 Luis Fernando Herbert Massoni
 Luís Fernando Sayão
 Luiz Antonio Lopes Mesquita
 Luiz Antonio Santana da Silva
 Luiz Carlos da Silva
 Luiz Cláudio Gomes Maia

Luiz Henrique Teixeira Bazílio
 Luiza Beth Nunes Alonso
 Luiza de Menezes Romanetto
 Luzia Sigoli Fernandes Costa
 Magali Rezende Gouvêa Meireles
 Magda de Oliveira Guimarães
 Máira Fernandes Alencar
 Maja Žumer
 Manoela Ferraz Moyses Nunes
 Manuela Eugênio Maia
 Marcel Cristina Nespoli
 Marcel Ferrante Silva
 Marcela Reinhardt de Souza
 Marcelo dos Santos
 Marcelo Nair dos Santos
 Marcelo Rodrigues dos Santos
 Marcelo Schiessl
 Marcelo Tomita
 Marcelo Votto Teixeira
 Márcia C. Rodrigues
 Márcia Cristina Carvalho Pazim Vitoriano
 Marcia Cristina Silva Esteves
 Márcia Ivo Braz
 Marcia Pires da Luz Bettencourt
 Marcia Silveira Kroeff
 Marcílio de Brito
 Márcio Bezerra da Silva
 Márcio Ferreira da Silva
 Marco Aurélio Vannuchi Leme de Mattos
 Marcos de Souza
 Marcos Donizete Paulino da Silva
 Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda
 Marcos Luiz Mucheroni
 Maria Alves Lopes
 Maria Antônia de Sousa
 Maria Antônia Fonseca Melo
 Maria Aparecida de Mesquita Calmon
 Maria Carolina Andrade e Cruz
 Maria Cecília Magalhães Mollica
 Maria Cláudia Cabrini Grácio
 Maria Cristina de Paiva Ribeiro
 Maria Cristina Palhares Valencia
 Maria da Graça Melo Simões
 Maria de Cléofas F. Alencar
 Maria de Fátima Costa de Oliveira
 Maria de Fátima Pereira Jaegger
 Maria de Fátima Santos de Lima
 Maria de Lourdes Cardoso
 Maria do Sameiro Fangueiro da Silva
 Maria Elisa Valentim Pickler Nicolino
 Maria Fernanda Mayer de Camargo
 Maria Giovane Fogaça
 Maria Guiomar da Cunha Frota
 Maria Ione Caser da Costa
 Maria Irene da Fonseca e Sá
 Maria José Veloso da Costa Santos
 Maria José Vicentini Jorente
 Maria Julia Carneiro Giraldes
 Maria Leandra Bizello
 Maria Luiza Machado de Campos
 Maria Madalena Pereira de A. Rocha
 Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira
 Maria Rosemary Rodrigues
 Mariana Cantisani Padua
 Mariana de Oliveira Inácio
 Mariana Lousada
 Mariana Vasconcelos de Castro
 Marilene Lobo Abreu Barbosa
 Marilucy da Silva Ferreira
 Marina Benetti
 Mário Lucio Pereira Junior
 Marisa Cubas Lozano
 Marivalde Moacir Francelin
 Marlene Oliveira
 Marli Aparecida da Silva
 Marli Vitor da Silva
 Marta dos Santos
 Martina Spohr
 Mateus Uerlei Pereira da Costa
 Maurício José Morais Costa
 Mayara Cristina Bernardino
 Mayara Fernanda Oliveira Lima
 Melina Simardel Dantas
 Melissa Camargo Torquett
 Michele Brasileiro Geronimo
 Michele Carvalho Nunes
 Michelle Louise Guimarães da Silva
 Michelle Salles Paes
 Michelle Umbelino
 Michelly Jabala Mamede Vogel
 Miguel Gabriel Prazeres de Carvalho
 Milena Polsinelli Rubi
 Milton Shintaku
 Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas
 Mattos
 Míriam Gontijo de Moraes
 Miriam Regiane Dutra Cabrera
 Mona Cleide Quirino da Silva Farias
 Monick Trajano dos Santos
 Morgana Carneiro de Andrade

Murilo Artur Araújo da Silveira
 Nádia Devaki Pena Garcia
 Nadir Ferreira Alves
 Naiara Andrade Malta Santos
 Natália Bolfarini Tognoli
 Natália Nakano
 Natanael Vitor Sobral
 Nathalia Bolfarini Tognoli
 Neila Celia Soares
 Nelly Medeiros de Carvalho
 Nídia Maria Lieneat Lubisco
 Nilson Theobald Barbosa
 Noaide Reis dos Santos
 Noemi Andreza da Penha
 Oscar Eliel
 Osvaci Amaro Venâncio Júnior
 Osvaldêmia Maria Lucena Maia
 Otoniel Feliciano
 Pablo Gomes
 Patrícia Ofélia Pereira de Almeida
 Paula Carina de Araújo
 Paula Raphisa Mendes
 Paula Regina Dal' Evedove
 Paula Regina Ventura Amorim Gonçalves
 Paulo Roberto Borghi Moreira
 Paulo Roberto Gomes Pato
 Pedro Henrique Carvalho Gomes
 Phil Manfred Thaller
 Pollyana Ágata Gomes da Rocha Custódia
 Priscila Oliveira da Mata
 Priscila Paiva Castro
 Priscila Rodrigues
 Rachel Cristina Mello Guimarães
 Rachel Cristina Vesú Alves
 Rafael Aparecido Moron Semidão
 Rafael Gonçalves Dias
 Rafael Gutierrez Castanha
 Rafaela Cristina de Jesus
 Raimunda Fernanda dos Santos
 Ramom Ordonhes Adriano Ribeiro
 Raquel Barioni Abdala
 Raquel Bernadete Machado
 Raquel da Silva Oliveira
 Raquel Juliana Prado Leite de Sousa
 Raquel Martins dos Reis
 Rayane Soares de Sousa Santos
 Regina Célia Pinto Binati
 Regina Helena van der Laan
 Regina Maria da Costa Smith Maia
 Regina Verly dos Santos
 Remi Correia Lapa
 Renan Marinho de Castro
 Renata Cristina Gutierrez Castanha
 Renata de Fátima Alves
 Renata Eleutério da Silva
 Renata Lourenço Mendes
 Renata Maria Abrantes Baracho Porto
 Renata Silva Souza Guizzardi
 Renato Fernandes Corrêa
 Renato Pinto Venâncio
 Rene Faustino Gabriel Junior
 Ricardo Biscalchin
 Ricardo César Gonçalves Santana
 Richele Grence Vignoli
 Rita Costa Veiga Zamboni
 Rita de Cássia do Vale Caribé
 Rita do Carmo Ferreira Laipelt
 Roberta Caroline Vesú Alves
 Roberta Cristina Dal' Evedove Tartarotti
 Roberto de Assis Tavares de Almeida
 Rodrigo Alessandro Andrade
 Rodrigo Alves Ferreira
 Rodrigo Benjamin Gesteira
 Rodrigo Piquet
 Roger de Miranda Guedes
 Rogério Aparecido Sá Ramalho
 Rogério Henrique Araújo Júnior
 Ronaldo Ferreira de Araújo,
 Ronnie Fagundes de Brito
 Rosale Mattos Souza
 Rosalia Pomar Camargo
 Rosalina Correia de Araújo
 Rosana Matos da Silva Trivelato
 Rosana Portugal Tavares de Moraes
 Rosângela Aparecida Schiavinoto
 Rosemeire da Silva
 Rosimeire Cunha Cirilo
 Sabrina Damasceno Silva
 Sale Mário Gaudêncio
 Sales Aline Rodrigues de Souza
 Sâmara Roberta de Souza Castro
 Sandra de Albuquerque Siebra
 Sandra Maria Barbosa Lima
 Sandra Regina Moitinho Lage
 Sandra Roa-Martínez
 Sandra Vieira Santos
 Sandro Rautenberg
 Sarah Lorenzon Ferreira
 Sarah Miglioli
 Sebastião Dimas Justo da Silva

Sedi Ziebert Schardong
Sérgio Farias de Albuquerque
Sérgio Peçanha da Silva Coletto
Sheila Almeida da Silva
Silvana Maria de Jesus Vetter
Silvana Monteiro
Silvia Lhamas de Mello
Simone Bastos Vieira
Simone Borges Paiva
Simone Torres
Solange de Oliveira Santos
Sônia Elisa Caregnato
Soraia de Andrade Lara Carvalho
Suelém Vieira Brito
Suelen de Oliveira Campos
Suellen Oliveira Milani
Suemi Higuchi
Suzinara da Rosa Feijó
Tainá Batista de Assis
Tainá Rebelo Vasconcelos
Tânia da Costa Calheiros
Tatiana de Almeida
Tatiane dos Santos de Freitas Lopes
Tatielle Marques Cunha
Tayrone de Sousa Monteiro
Telma Campanha de Carvalho Madio
Thaís Guedes Ferreira
Thaís Mayumi Pinheiro
Thalita Fernanda Leme
Thereza Cynthia Miranda Souza Alves
Thiago Henrique Bragato Barros
Thiciane Mary Carvalho Teixeira
Thulio Pereira Dias Gomes
Tiago José da Silva
Tissiane Torres Vieira
Tony Alexander Hild
Umberto Lima Diniz
Valdirene Pereira da Conceição
Valéria Alves Ferreira
Valéria Ramos de Amorim
Vanessa Alves Santana
Vanessa Matheus Cavalcante
Vânia Lisboa da Silveira Guedes
Vânia Maria Ramos da Silva
Vera Lucia Punzi Barcelos Capone
Vera Lúcia Ribeiro Guim
Veruska da Silva Costa
Victor Galvão Celerino
Vildeane da Rocha Borba
Vilma Carvalho de Souza
Vinicius de Souza Tolentino
Virginia Bravo Esteves
Vitor Manoel Marques da Fonseca
Vitor Rozsa
Vivian Rosa Storti
Viviane de Almeida Torres
Viviane de Oliveira Solano
Viviane Faria Machado
Viviane Neves dos Santos
Viviane Paulino da Silva
Wagner Meira Júnior
Wagner Oliveira de Medeiros
Wellington Freire Cunha Costa
Wendia Oliveira de Andrade
Widad Mustafa El Hadi
Willian Lima Melo
Williana Carla Silva Alves
Zeny Duarte de Miranda
Zita Prates de Oliveira
Zuleika de Sousa Branco